



MESA DA ASSEMBLEIA

Presidente: Deputado Dinis Pinheiro
1º-Vice-Presidente: Deputado Ivair Nogueira
2º-Vice-Presidente: Deputado Hely Tarquínio
3º-Vice-Presidente: Deputado Adelmo Carneiro Leão
1º-Secretário: Deputado Dilzon Melo
2º-Secretário: Deputado Neider Moreira
3º-Secretário: Deputado Alencar da Silveira Jr.

SUMÁRIO

1 - ATAS

- 1.1 - 38ª Reunião Ordinária da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 17ª Legislatura
- 1.2 - 21ª Reunião Especial da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 17ª Legislatura – Destinada à realização do ciclo de debates Enfrentamento do Tráfico de Pessoas em Minas Gerais
- 1.3 - Evento Realizado na 35ª Reunião Ordinária da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 17ª Legislatura – Destinado à realização do ciclo de debates Enfrentamento do Tráfico de Pessoas em Minas Gerais
- 1.4 - 3ª Reunião Extraordinária da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 17ª Legislatura
- 1.5 - Reuniões de Comissões

2 - EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

- 2.1 - Plenário
- 2.2 - Comissões

3 - TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

4 - MANIFESTAÇÕES

5 - PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÃO ANTERIOR

6 - MATÉRIA ADMINISTRATIVA

7 - ERRATAS



ATAS

ATA DA 38ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 15/5/2014

Presidência do Deputado Ivair Nogueira

Sumário: Comparecimento - Abertura - 1ª Parte: 1ª Fase (Expediente): Ata - Correspondência: Ofícios e telegrama - 2ª Fase (Grande Expediente): Apresentação de Proposições: Projetos de Lei n°s 5.213 a 5.215/2014 - Projetos de Resolução n°s 5.216 e 5.217/2014 - Requerimentos n°s 7.976 a 7.992/2014 - Questões de Ordem - Inexistência de quórum para a continuação dos trabalhos - Palavras do Presidente - Encerramento.

Comparecimento

- Comparecem os deputados e as deputadas:

Ivair Nogueira - Adalclever Lopes - Agostinho Patrus Filho - André Quintão - Anselmo José Domingos - Carlos Henrique - Celinho do Sinttrocel - Célio Moreira - Dalmo Ribeiro Silva - Duarte Bechir - Duílio de Castro - Fabiano Tolentino - Fábio Cherem - Gilberto Abramo - Hélio Gomes - Lafayette de Andrada - Leonardo Moreira - Liza Prado - Luzia Ferreira - Maria Tereza Lara - Marques Abreu - Neilando Pimenta - Pompílio Canavez - Rogério Correia - Rômulo Viegas - Sargento Rodrigues - Sávio Souza Cruz - Sebastião Costa - Tadeu Martins Leite - Ulysses Gomes - Wander Borges.

Abertura

O presidente (deputado Ivair Nogueira) - Às 14h14min, a lista de comparecimento registra a existência de número regimental. Declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o 2º-secretário, para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

1ª Parte

1ª Fase (Expediente)

Ata

- A deputada Luzia Ferreira, 2ª-secretária *ad hoc*, procede à leitura da ata da reunião anterior, que é aprovada sem restrições.

Correspondência

- O deputado Sargento Rodrigues, 1º-secretário *ad hoc*, lê a seguinte correspondência:

**OFÍCIOS**

Do Cel. PM Marco Antônio Badaró Bianchini, chefe da Assessoria Institucional da PMMG, prestando informações relativas ao Requerimento nº 5.494/2013, da Comissão de Direitos Humanos.

Do Sr. Eduardo Nepomuceno de Sousa, promotor de justiça de Defesa do Patrimônio Público da Comarca de Belo Horizonte, prestando informações relativas ao Requerimento nº 3.583/2012, do deputado Elismar Prado.

Da Sra. Elisa Smaneto, diretora de Gestão Interna do Gabinete Pessoal da Presidenta da República, prestando informações relativas ao Requerimento nº 7.475/2014, da Comissão de Segurança Pública.

Da Sra. Gislane Testi Colet, promotora de justiça da 7ª Promotoria de Justiça da Comarca de Betim, prestando informações relativas ao Requerimento nº 7.602/2014, da Comissão de Direitos Humanos.

Do Sr. Harold Vann Hallen Fontes, gerente executivo do INSS em Belo Horizonte, prestando informações relativas ao Requerimento nº 6.578/2013, da Comissão de Assuntos Municipais.

Do Sr. Leopoldo Jorge Alves Neto, chefe da Assessoria Parlamentar do Ministério da Saúde (2), prestando informações relativas ao Requerimento nº 7.548/2014, da Comissão de Saúde, e ao requerimento da mesma comissão encaminhado por meio do Ofício nº 857/2014/SGM.

Do Sr. Luiz Audebert Delage Filho, corregedor-geral de justiça, prestando informações relativas ao Requerimento nº 7.418/2014, da Comissão de Direitos Humanos.

Da Sra. Maria Coeli Simões Pires, secretária de Casa Civil (6), prestando informações relativas aos Requerimentos nºs 5.550/2013, da Comissão de Educação; 5.848/2013, da Comissão de Direitos Humanos; 5.946/2013, da Comissão de Defesa do Consumidor; 6.808/2013, da Comissão de Participação Popular; 6.901/2013, da Comissão de Transporte; e agradecendo voto de congratulações com o governo mineiro formulado por esta Casa em atenção a requerimento do deputado Duarte Bechir, em virtude do lançamento da segunda etapa do programa Minas Comunica.

Do Sr. Ricardo Augusto Simões Campos, presidente da Copasa-MG (2), prestando informações relativas aos Requerimentos nos 5.544/2013, da Comissão de Meio Ambiente, e 7.388/2014, das Comissões de Participação Popular e de Assuntos Municipais.

Do Sr. Rômulo de Carvalho Ferraz, secretário de Defesa Social (3), prestando informações relativas aos Requerimentos nos 6.124/2013, da Comissão de Assuntos Municipais, e 6.583/2013 e 7.542/2014, da Comissão de Prevenção e Combate às Drogas.

TELEGRAMA

Do Sr. Francisco Tenório, deputado federal, prestando informações relativas ao Requerimento nº 7.605/2014, da Comissão do Trabalho.

2ª Fase (Grande Expediente)**Apresentação de Proposições**

O presidente - A presidência passa a receber proposições e a conceder a palavra aos oradores inscritos para o Grande Expediente.

- Nesta oportunidade, são encaminhadas à presidência as seguintes proposições:

PROJETO DE LEI Nº 5.213/2014

Autoriza a Fundação Rural Mineira - Ruralminas - a doar ao Estado de Minas Gerais o imóvel que especifica.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - Fica a Fundação Rural Mineira - Ruralminas - autorizada a doar ao Estado de Minas Gerais imóvel com área de 6.550m² (seis mil quinhentos e cinquenta metros quadrados), situado no Município de Jaíba e registrado sob a matrícula R.01, a fls. 01 a 07, no Livro Aux. 08 do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Manga.

Parágrafo único - O imóvel a que se refere o *caput* deste artigo será utilizado pelo Poder Judiciário de Minas Gerais para a construção do fórum da Comarca de Jaíba.

Art. 2º - O imóvel de que trata esta lei reverterá ao patrimônio da Fundação Rural Mineira - Ruralminas - se, findo o prazo de cinco anos contados da lavratura da escritura pública de doação, não lhe tiver sido dada a destinação prevista no art. 1º.

Art. 3º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 15 de maio de 2014.

Luiz Henrique

Justificação: Este projeto objetiva a doação ao Estado de Minas Gerais de imóvel de propriedade da Fundação Rural Mineira - Ruralminas -, situado no Município de Jaíba.

Visando atender ao interesse público e à melhor prestação jurisdicional, solicita-se a doação do imóvel, a fim de incorporá-lo ao patrimônio do Estado para a construção do fórum da Comarca de Jaíba. Ressalto que o Tribunal de Justiça de Minas Gerais já assegurou recursos para tocar a obra e que o processo de doação desse terreno já foi autorizado pelo conselho curador da Ruralminas.

A construção do fórum possibilitará a instalação da Comarca de Jaíba, que é de imensurável importância para uma região que vem crescendo vertiginosamente por possuir o maior projeto de irrigação da América Latina, que abriga uma população de cerca de 30 mil pessoas.

Dessa forma, o governo de Minas, por meio do Tribunal de Justiça e em parceria com esta Casa, irá facilitar o acesso à Justiça por parte da população, que não precisará mais se deslocar para outro município, além de promover o atendimento judicial de maneira mais célere e eficaz.

A urgência para criação da Comarca de Jaíba se justifica não apenas pelo volume de processos, pelo número de habitantes e pela própria localização do município, mas sobretudo, neste momento, pelo crescente aumento dos índices de violência na região e pelo

clima de impunidade que tomou a população, graças à falta de investigação e condenação dos criminosos, devido à demanda reprimida de processos judiciais.

A criação da Comarca de Jaíba representará um alívio na sobrecarga de processos da Comarca de Manga (apenas para exemplificar, de cada 100 presos do presídio de Manga, 75 são oriundos de Jaíba), propiciando melhorias para os serviços jurisdicionais, para a população do município, e agilidade nos processos.

Cabe ressaltar, ainda, que esta proposição visa atender uma reivindicação antiga e justa das lideranças de Jaíba, em especial dos vereadores José Geraldo Soares de Aguiar e Valdemir Soares da Silva e do ex-prefeito Arnaldo Dias.

Considerando-se que a doação do terreno já foi aprovada, em 26 março de 2014, pelo Conselho Curador da Ruralminas e considerando justa a doação pretendida, contamos com o apoio dos nobres parlamentares à aprovação deste projeto de lei.

- Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça e de Fiscalização Financeira para parecer, nos termos do art. 188, c/c o art. 102, do Regimento Interno.

PROJETO DE LEI Nº 5.214/2014

Autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Santa Rita do Sapucaí o imóvel que especifica.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a doar ao Município de Santa Rita do Sapucaí imóvel com área de 23,59ha (vinte e três vírgula cinquenta e nove hectares), situado nesse município, registrado sob o nº 2.740, a fls. 120 do Livro 2-L, no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Santa Rita do Sapucaí.

Parágrafo único - O imóvel objeto da doação de que trata o *caput* deste artigo destina-se à ampliação do Distrito Industrial de Santa Rita do Sapucaí.

Art. 2º - O imóvel objeto da doação de que trata esta lei reverterá ao patrimônio do Estado se, findo o prazo de dez anos contados do registro da escritura pública de doação, não lhe tiver sido dada a destinação prevista no parágrafo único do art. 1º.

Art. 3º - Fica revogada a Lei nº 16.286, de 27 de julho de 2006.

Art. 4º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 15 de maio de 2014.

Dalmo Ribeiro Silva

Justificação: Este projeto de lei tem por objetivo formalizar a doação de terreno com área de 23,59ha, de propriedade do Estado de Minas Gerais, ao Município de Santa Rita do Sapucaí, para a implementação de distrito industrial.

Fundamenta-se o interesse do município na formalização da doação desse imóvel de propriedade do Estado pela necessidade de atendimento à população, considerando-se que a implementação de empresa ou empresas proporcionará a criação de mais empregos, com impactos no desenvolvimento do município e de toda a região.

Assim, espero contar com o apoio dos nobres pares desta Casa à aprovação deste projeto de lei.

- Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça e de Fiscalização Financeira para parecer, nos termos do art. 188, c/c o art. 102, do Regimento Interno.

PROJETO DE LEI Nº 5.215/2014

Autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Dionísio o imóvel que especifica.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a doar ao Município de Dionísio o imóvel constituído por terreno com área de 2.304,00m² (dois mil trezentos e quatro metros quadrados), situado na Vila Benjamim Araújo, nesse município, registrado sob o nº 6.027, a fls. 112 do Livro 3-C, no cartório de Dionísio.

Parágrafo único - O imóvel a que se refere o *caput* deste artigo destina-se à construção de um grupo escolar.

Art. 2º - O imóvel de que trata esta lei reverterá ao patrimônio do Estado se, findo o prazo de cinco anos contados a partir da lavratura da escritura pública de doação, não lhe tiver sido dada a destinação prevista no parágrafo único do art. 1º.

Art. 3º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 15 de maio de 2014.

Celinho do Sinttrocel

- Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça e de Fiscalização Financeira para parecer, nos termos do art. 188, c/c o art. 102, do Regimento Interno.

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 5.216/2014

Ratifica a concessão de regime especial de tributação ao setor de preparações farmacêuticas, reagentes para diagnóstico *in vitro*, insumos para a indústria de medicamentos e equipamentos médicos, nos termos do art. 225 da Lei nº 6.763, de 26 de dezembro de 1975.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais aprova:

Art. 1º - Fica ratificada a concessão de regime especial de tributação ao contribuinte mineiro do setor de preparações farmacêuticas, reagentes para diagnóstico *in vitro*, insumos para a indústria de medicamentos e equipamentos médicos, nos termos do art. 225 da Lei nº 6.763, de 26 de dezembro de 1975, em virtude de benefícios ou incentivos fiscais ou financeiro-fiscais concedidos por outros estados, conforme exposição de motivos encaminhada por meio da Mensagem nº 655/2014.

Art. 2º - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 15 de maio de 2014.
Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária
- Publicado, vai o projeto à Comissão de Fiscalização Financeira para deliberação, nos termos da Decisão Normativa da Presidência nº 18.

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 5.217/2014

Ratifica os Convênios ICMS nºs 45, 46, 47, 49 e 50, de 22 de abril de 2014, celebrados no âmbito do Conselho Nacional de Política Fazendária - Confaz.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais aprova:

Art. 1º - Ficam ratificados os seguintes convênios celebrados no âmbito do Conselho Nacional de Política Fazendária - Confaz:

I - Convênio ICMS nº 45/2014, que autoriza a concessão da redução de base de cálculo e a dispensa de multas e demais acréscimos legais do ICMS incidentes sobre a prestação de serviços de comunicação por meio de mídia exterior;

II - Convênio ICMS nº 46/2014, que autoriza o Estado do Amazonas a dispensar multas e juros de mora incidentes sobre o ICMS devido por contribuintes estabelecidos nos Municípios de Humaitá, Manicoré, Novo Aripuanã, Borba e Nova Olinda do Norte;

III - Convênio ICMS nº 47/2014, que altera o Convênio ICMS nº 39/2014, o qual autoriza o Estado da Paraíba a dispensar ou reduzir juros, multas e demais acréscimos legais previstos na legislação tributária e a conceder parcelamento de débitos relativos ao ICMS;

IV - Convênio ICMS nº 49/2014, que altera o Convênio ICMS nº 170/2014, o qual autoriza o Estado de Rondônia a conceder redução da base de cálculo do ICMS e a dispensar o pagamento de multa e juros nas operações de entrada de mercadorias e bens destinados às obras das Usinas Hidrelétricas de Santo Antônio e Jirau, no Rio Madeira;

V - Convênio ICMS nº 50/2014, que altera o Convênio ICMS nº 48/2013, o qual institui o Sistema de Registro e Controle das Operações com o Papel Imune Nacional - Recopi Nacional - e disciplina, para as unidades federadas que especifica, o credenciamento do contribuinte que realize operações com papel destinado à impressão de livro, jornal ou periódico.

Art. 2º - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 15 de maio de 2014.

Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária

- Inclua-se o projeto em ordem do dia.

REQUERIMENTOS

Nº 7.976/2014, da Comissão de Segurança Pública, em que solicita seja encaminhado ao delegado de Polícia Civil de Buritizeiro pedido de informações sobre o resultado das investigações do homicídio de Welson Bruno dos Santos Tameirão. (- À Mesa da Assembleia.)

Nº 7.977/2014, do deputado Cabo Júlio, em que solicita seja formulado voto de congratulações com os policiais militares que menciona, do Batalhão Rotam da Polícia Militar, pela atuação na ocorrência, em 14/5/2014, em Belo Horizonte, que resultou na prisão de um homem e na apreensão de 25kg de maconha; e seja encaminhado ao Comando-Geral da PMMG pedido de providências com vistas à concessão de recompensa aos militares pelo relevante serviço prestado à sociedade. (- À Comissão de Segurança Pública.)

Nº 7.978/2014, do deputado Tony Carlos, em que solicita seja formulado voto de congratulações com a comunidade de Patos de Minas pelo aniversário desse município.

Nº 7.979/2014, do deputado Tony Carlos, em que solicita seja formulado voto de congratulações com a comunidade de Santa Vitória pelo aniversário desse município. (- Distribuídos à Comissão de Assuntos Municipais.)

Nº 7.980/2014, do deputado Sargento Rodrigues, em que solicita seja formulada manifestação de aplauso aos policiais militares que menciona, lotados na 125ª Companhia do 22º Batalhão de Polícia Militar, pela prisão de um homem e apreensão de um adolescente que assaltaram uma drogaria em Belo Horizonte, em 13/5/2014.

Nº 7.981/2014, do deputado Cabo Júlio, em que solicita seja formulado voto de congratulações com os policiais militares que menciona, lotados no 36º Batalhão de Polícia Militar, pela atuação na ocorrência, em 13/5/2014, em Vespasiano, que resultou na prisão de um homem e na apreensão de um menor e de cerca de um quilo e meio de maconha; e seja encaminhado ao Comando-Geral da PMMG pedido de providências com vistas à concessão de recompensa aos militares pelo relevante serviço prestado à sociedade.

Nº 7.982/2014, do deputado Cabo Júlio, em que solicita seja formulado voto de congratulações com os policiais militares que menciona, lotados no 13º Batalhão de Polícia Militar, pela atuação na ocorrência, em 13/5/2014, em Belo Horizonte, que resultou na prisão de um homem e na apreensão de drogas e dinheiro; e seja encaminhado ao Comando-Geral da PMMG pedido de providências com vistas à concessão de recompensa aos militares pelo relevante serviço prestado à sociedade.

Nº 7.983/2014, do deputado Cabo Júlio, em que solicita seja formulado voto de congratulações com os policiais militares que menciona, lotados no 47º Batalhão de Polícia Militar, pela atuação na ocorrência, em 13/5/2014, em Muriaé, que resultou na prisão de uma mulher e na apreensão de armas e drogas; e seja encaminhado ao Comando-Geral da PMMG pedido de providências com vistas à concessão de recompensa aos militares pelo relevante serviço prestado à sociedade.

Nº 7.984/2014, do deputado Cabo Júlio, em que solicita seja formulado voto de congratulações com os policiais militares que menciona, lotados no 21º Batalhão de Polícia Militar, pela atuação na ocorrência, em 13/5/2014, em Araponga, que resultou na prisão de dois homens e na apreensão de armas e munição; e seja encaminhado ao Comando-Geral da PMMG pedido de providências com vistas à concessão de recompensa aos militares pelo relevante serviço prestado à sociedade.



Nº 7.985/2014, do deputado Cabo Júlio, em que solicita seja formulado voto de congratulações com os policiais militares que menciona, lotados no 26º Batalhão de Polícia Militar, pela atuação na ocorrência, em 13/5/2014, em Santa Maria de Itabira, que resultou na prisão de dez homens e na apreensão de uma adolescente, bem como de dinheiro, arma, munição e máscaras; e seja encaminhado ao Comando-Geral da PMMG pedido de providências com vistas à concessão de recompensa aos militares pelo relevante serviço prestado à sociedade. (- Distribuídos à Comissão de Segurança Pública.)

Nº 7.986/2014, do deputado Celinho do Sinttrocel, em que solicita seja formulado voto de congratulações com o Sr. João Alves de Almeida, por sua reeleição como presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de Betim e Região. (- À Comissão do Trabalho.)

Nº 7.987/2014, da deputada Liza Prado, em que solicita seja formulado voto de congratulações com o Pe. Durval Baranowske e a editora A Partilha pelo lançamento do livro "O monge". (- À Comissão de Cultura.)

Nº 7.988/2014, da deputada Liza Prado, em que solicita seja formulado voto de congratulações com os atletas da equipe paralímpica de natação do Praia Clube de Uberlândia pela conquista de 55 medalhas no Open Brasil Paralímpico Internacional. (- À Comissão da Pessoa com Deficiência.)

Nº 7.989/2014, da deputada Liza Prado, em que solicita seja formulado voto de congratulações com a Pequena Obra da Divina Providência Congregação Orionita pela comemoração dos 100 anos de missão no Brasil.

Nº 7.990/2014, da deputada Liza Prado, em que solicita seja formulado voto de congratulações com o Sr. Pedro Nogueira Barbosa pela realização do Projeto Natal Solidário da Associação dos Moradores do Bairro das Indústrias. (- Distribuídos à Comissão do Trabalho.)

Nº 7.991/2014, da deputada Liza Prado, em que solicita seja formulado voto de congratulações com o Centro Hípico Sapucaí, de Santa Rita de Sapucaí, pelo excelente trabalho realizado.

Nº 7.992/2014, da deputada Liza Prado, em que solicita seja encaminhado ao Comando do 38º Batalhão de Polícia Militar pedido de providências para esclarecer os policiais lotados nesse batalhão sobre os direitos das pessoas com deficiência, em especial o direito a estacionar seu carro em vaga especial, ainda que a pessoa com deficiência não seja o motorista do veículo. (- Distribuídos à Comissão da Pessoa com Deficiência.)

Questões de Ordem

O deputado Rogério Correia - Sr. Presidente, solicitei a palavra para expressar uma questão de ordem relativa ao seguinte tema: hoje aqui, na Assembleia Legislativa, a partir das 14 horas, portanto agora, haverá mais uma assembleia dos trabalhadores da educação no nível estadual, que estão em campanha salarial, mas até hoje não conseguiram ser recebidos pelo governo do Estado, questão em que se inclui não apenas o governador, mas também a Secretaria de Educação. A pauta de reivindicações já é conhecida por todos nós. É a questão do piso salarial, do reajuste de salário, conforme a lei nacional que estabeleceu o piso; e da carreira dos professores, que está congelada a partir do estabelecimento do subsídio. São pautas antigas, pautas salariais e de melhoria do sistema educacional no Estado por meio da rede física da escola e tudo o mais. Algo de novo aconteceu nas escolas recentemente e agravou a situação, e diz respeito aos professores abrangidos pela Lei nº 100. Com a revogação dessa lei, esses professores e trabalhadores da educação tiveram um quadro de muita preocupação, e até hoje não se sabe qual será a reação do governo em relação às ordens do Supremo de não validação da Lei nº 100 como instrumento de efetivação desses professores e trabalhadores da educação. Eles não sabem, por exemplo, se o tempo que trabalharam será contabilizado para o INSS e se o governo pagará aos professores esse tempo devido, tanto o relativo à parte dos professores, que já contribuíram, como à parte com que o governo não contribuiu para o fundo. Eles estão sem saber do seu próprio futuro, que tempo têm para se aposentar. E há professores efetivados pela Lei nº 100, mas que já eram contratados anteriormente, que, somando 7 anos de Lei nº 100 e às vezes com mais 10, 12 anos, completam 15, 20 anos de carreira e não sabem como será seu futuro até do ponto de vista da aposentadoria. O governo também não estabeleceu se fará ou não concurso público nem quando será, se serão chamados trabalhadores da educação no lugar dos que estão na Lei nº 100, se serão disponibilizados apenas os cargos que estavam programados inicialmente para o concurso, se o concurso será prorrogado em novembro; enfim, o governo não disse nada aos professores ainda. Imaginem o quadro nas escolas públicas. Além da insatisfação, que já era grande, há um quadro de total insegurança com a decisão do Supremo sobre a Lei nº 100. E o silêncio do governo é constrangedor. Parece que o governo vai empurrando a situação com a barriga para não dizer o que vai fazer e tentar iludir os professores, sabendo que alguma medida terá de ser tomada posteriormente. Mas isso não pode ser feito em relação a esses professores. Eles estão angustiados e vêm hoje à Assembleia Legislativa. Ao mesmo tempo, há um projeto do governo colocado neste ano para funcionamento - no último ano deste governo -, o Reinventando o Ensino Médio, que trouxe um caos para o sistema educacional, pois o sexto horário estabelecido não tem professores para o conjunto dos alunos nem transporte para eles. A escola ficou com o funcionamento atabalhado. Estamos no mês de maio, em seguida virão a Copa do Mundo e as férias, e os professores estão a ponto de decretar uma greve por tempo indeterminado. Isso criaria uma situação, para alunos e professores, de total instabilidade do sistema educacional neste ano, que é tão importante. Portanto, Sr. Presidente, o que peço é o apoio do conjunto de deputados a esses professores que estão aqui hoje, e, se puderem, que compareceram ao pátio da Assembleia Legislativa para se solidarizar com eles. E peço também ao governador do Estado, Alberto Pinto Coelho, que marque um calendário de discussões com os professores, até para evitar que uma greve seja decretada e tenhamos prejuízos novamente no ano letivo de alunos e professores. É um pedido que faço agora, mas vou apresentar um requerimento na Comissão de Educação para debater esse tema da greve e da situação das escolas. Mas sei que V. Exa., presidindo os trabalhos, também poderá nos ajudar nessa interlocução com o governador do Estado. Muito obrigado.

O deputado Sargento Rodrigues - Presidente, gostaria apenas de tornar público que aprovamos um requerimento na terça-feira, com aquiescência e apoio dos deputados Lafayette de Andrada, João Leite e Leonardo Moreira, para que possamos, novamente, pela terceira vez, nos reunir com o chefe da Polícia Civil, Dr. Oliveira, que assumiu o cargo recentemente; com o comandante-geral da Polícia Militar, Cel. Márcio Martins Santana; e com o secretário de Defesa Social, Rômulo Ferraz, para, novamente, discutir a questão dos plantões regionalizados implantados pela Polícia Civil em Minas Gerais. Esses plantões, presidente, têm causado um transtorno gigantesco para a segurança pública no Estado de Minas Gerais. Fiz novo percurso, assim como V. Exa., que também percorre nos



finais de semana o interior do Estado visitando as bases. Nos dias 9 e 10 deste mês, estive em cinco cidades da região Leste. Fui a Goiabeira, Resplendor, Conselheiro Pena e Aimorés. Nessas cidades, presidente, tivemos notícias extremamente desagradáveis. Na última reunião, estive toda a cúpula da Polícia Civil e a representação da Polícia Militar, o Cel. Adeli, subchefe estadual da Polícia Militar, o secretário de Defesa Social e toda a Comissão de Segurança Pública, para conhecer proposta da Polícia Civil com o intuito de minimizar esses deslocamentos longínquos de viaturas. O que está acontecendo na prática, presidente? A viatura da Polícia Militar da cidade de Aimorés desloca-se para o plantão regionalizado, ou seja, depois das 18 horas, ou nos finais de semana, ela tem de deslocar-se 170km com o preso para ir a Valadares e para aguardar a lavratura do flagrante, que, normalmente, demora 6, 8, 10, 12 ou 14 horas. Depois, ela retorna fazendo um percurso de 170km, ou seja, ela vai rodar 340km. É uma sobrecarga de trabalho. Já tivemos três acidentes gravíssimos. No primeiro, o policial se deslocava para lavrar um flagrante, de Viçosa para Ubá. Faria apenas 70km para ir e mais 70km para voltar. Ao todo, seriam 140km. No retorno, o policial que dirigia a *blazer* cochilou, de cansado que estava, acidentou-se e veio a falecer. No segundo acidente, a viatura saiu de Padre Paraíso em direção à BR-116. Ela iria para Itaobim, no plantão regionalizado. A viatura, uma L200, capotou, e o policial militar fraturou a perna. O último acidente aconteceu após uma ocorrência, depois que os policiais prenderam em flagrante o autor de um furto. O carro levava o cabo e o soldado, e o cabo conduziria o veículo de São Pedro dos Ferros para Ponte Nova, no plantão regionalizado. Morreram o cabo, o comandante da viatura, o soldado, a vítima, a testemunha e o autor do furto. Esses fatos, presidente, vêm acontecendo desde 2011, e o desgaste é gigantesco. Em primeiro lugar, é a vida dos policiais militares; em segundo lugar, é a sobrecarga de trabalho desses policiais; e, em terceiro lugar, a questão não só física, mas mental, psicológica. Por último, presidente, temos um desgaste da própria frota da Polícia Militar, que tem de rodar quilômetros e mais quilômetros. É alto o custo de combustível. Não bastasse todo esse prejuízo para a segurança pública, temos ainda, presidente, a questão das cidades com 5, 10, 15, 20 ou 30 mil habitantes. Elas ficam sem nenhuma viatura para fazer o patrulhamento da cidade, ou seja, elas já ficaram 6, 8, 10, 20 e até 25 horas sem nenhum patrulhamento. É um prejuízo enorme para a segurança pública do cidadão a forma como o plantão foi estabelecido. O deputado João Leite fez contato comigo. Faremos uma reunião sexta-feira, dia 20, às 14 horas, na Secretaria de Defesa Social, e eu, como presidente, não poderia deixar de fazer essa questão de ordem, por tema tão relevante, tão importante que é a segurança pública para nosso estado. Por outro lado, tenho acompanhado, tenho orientado os policiais militares. Temos a Lei Delegada nº 37, de 1989, e o Decreto nº 45.260, que regulamenta a saída do policial ou do bombeiro militar da sede em que está lotado e seu deslocamento por mais de 50km, por 6 a 12 horas. Até 12 horas, ele tem direito a meia diária. Acima de 12 horas, ele tem direito a uma diária. Os policiais, muitas vezes, ficam com medo de requerer o próprio direito. Fazemos, aliás, um alerta a todos os policiais militares de Minas Gerais que estão fazendo esse deslocamento para o plantão regionalizado, para que venham requerer o pagamento da diária. E que o governo, tendo de pagar aos policiais, também reveja situação e não permita que um prejuízo tão grande para a segurança pública dos mineiros continue acontecendo. Encerro as minhas palavras alertando, presidente, que só temos aqui dois deputados em Plenário; portanto, peço encerramento, de plano, desta reunião.

O presidente - A presidência verifica, de plano, a inexistência de quórum para a continuação dos trabalhos.

Palavras do Presidente

A presidência, nos termos do art. 244 do Regimento Interno, encerra a discussão, em 1º turno, dos Projetos de Lei nºs 248/2011, 3.851 e 4.220/2013 e 4.873 e 4.995/2014, uma vez que permaneceram em ordem do dia por seis reuniões.

Encerramento

O presidente - A presidência encerra a reunião, convocando as deputadas e os deputados para a especial de logo mais, às 20 horas, nos termos do edital de convocação. Levanta-se a reunião.

ATA DA 21ª REUNIÃO ESPECIAL DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 8/5/2014

Presidência dos Deputados Durval Ângelo e João Leite

Sumário: Comparecimento - Abertura - Ata - Destinação da Reunião - Composição da Mesa - Registro de Presença - Palavras do Presidente - Execução do Hino Nacional - Esclarecimentos sobre a Dinâmica dos Trabalhos - Palavras do Sr. Talles Andrade de Souza - Palavras da Sra. Evangelina Castilho Duarte - Palavras da Sra. Andréa Abritta Garzon - Palavras do Sr. Luiz Carlos Rezende e Santos - Palavras do Deputado Federal Arnaldo Jordy - Palavras da Sra. Fernanda Alves dos Anjos - Palavras do Sr. Johan Lukasse - Palavras da Sra. Vanessa do Carmo - Palavras do Presidente - Esclarecimentos sobre os Debates - Debates - Encerramento.

Comparecimento

- Comparecem os deputados e as deputadas:

Durval Ângelo - João Leite - Liza Prado - Luzia Ferreira - Rogério Correia.

Abertura

O presidente (deputado Durval Ângelo) - Às 9h15min, declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra o 2º-secretário para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

Ata

- A deputada Liza Prado, 2ª-secretária *ad hoc*, procede à leitura da ata da reunião anterior, que é aprovada sem restrições.

Destinação da Reunião

O presidente - Destina-se esta reunião à realização do ciclo de debates Enfrentamento do Tráfico de Pessoas em Minas Gerais, que tem os seguintes objetivos: propiciar o entendimento do tráfico de pessoas como uma violação dos direitos humanos em suas diversas modalidades, com destaque para a exploração sexual, o trabalho escravo e a adoção ilegal; compartilhar os dados relativos ao tráfico de pessoas, com vistas ao dimensionamento do fenômeno e à identificação de públicos vulneráveis e de possíveis rotas de operação do delito; refletir sobre a temática a partir dos desafios decorrentes da realização de grandes eventos no Brasil, particularmente a Copa do Mundo de 2014 e as Olimpíadas de 2016; e discutir estratégias e ações de enfrentamento do tráfico de pessoas, priorizando a



mobilização e a sensibilização do poder público e da sociedade para a articulação de uma rede que atue no enfrentamento desse fenômeno em Minas Gerais.

Composição da Mesa

O presidente - A presidência convida a tomar assento à Mesa as Exmas. Sras. Evangelina Castilho Duarte, desembargadora, representando o presidente do Tribunal de Justiça, desembargador Herculano Rodrigues; e Andréa Abritta Garzon, defensora-pública geral do Estado; os Exmos. Srs. deputado federal Arnaldo Jordy, presidente da CPI do Tráfico de Pessoas na Câmara dos Deputados; Talles Andrade de Souza, coordenador especial de prevenção à criminalidade da Secretaria de Estado de Defesa Social; Johan Lukasse, fundador de Jovens com uma Missão em Belo Horizonte; e Luiz Carlos Rezende e Santos, juiz auxiliar da presidência do Conselho Nacional de Justiça; e as Exmas. Sras. Vanessa do Carmo, coordenadora do departamento de enfrentamento do tráfico de pessoas de Jovens com uma Missão em Belo Horizonte; Fernanda Alves dos Anjos, diretora de justiça, classificação, títulos e qualificação da Secretaria Nacional de Justiça do Ministério da Justiça; Marília Guimarães, presidente do Comitê Coração Azul Rio; e deputadas Luzia Ferreira e Liza Prado.

Registro de Presença

O presidente - Registramos a presença do Sr. Betinho Duarte, representando a Comissão Estadual da Verdade, e justificamos a ausência dos outros membros em função de uma reunião às 10h30min com o governador Alberto Pinto Coelho; do Exmo. Sr. juiz José Ricardo Veras, coordenador do programa Novos Rumos, do Tribunal de Justiça; e da Sra. Simone Vera, representante do Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente de Minas Gerais.

Palavras do Presidente

Convido o deputado João Leite, companheiro, presidente da Comissão de Segurança Pública desta Casa, para partilhar comigo a coordenação dos debates nesta manhã.

Este tema é muito atual e aflige milhões de pessoas no mundo. Nos últimos tempos tem havido uma sensibilidade maior em relação à denúncia e à fiscalização do tráfico de pessoas. No que diz respeito a essa mobilização mundial, registro a postura da ONU por ter lançado recentemente a Campanha Coração Azul, que visa a trabalhar a prevenção e a fiscalização do tráfico de pessoas.

É um tema tão atual que eu, o João Leite e a deputada Liza Prado comentávamos há pouco no salão a situação das duzentas e poucas meninas, crianças e adolescentes na África, uma vergonha tão grande. Em nome de um fundamentalismo, usam da mentira e de falar em nome de Deus para promover uma atrocidade como aquela. O mais grave é que, segundo informações, algumas crianças já foram vendidas ao valor equivalente a R\$30,00 para outros países africanos. Vivemos uma situação muito grave.

Quando tratamos dessa tríplice modalidade de tráfico de pessoas - exploração sexual, trabalho escravo e adoção ilegal -, lembro quantas e quantas vezes eu e o deputado João Leite, na Comissão de Direitos Humanos, nesses 20 anos em que estamos aqui, deparamo-nos com o trabalho escravo em carvoarias, na atuação de boias-frias, na exploração sexual de crianças e adolescentes e em outras mazelas.

Como abordamos na Comissão de Direitos Humanos recentemente, há exploração do trabalho na atividade de corte de pedras envolvendo crianças e adolescentes - que estão tendo sua infância ceifada de alguma forma - em Alpinópolis, em Ouro Preto.

Imaginamos que essas coisas estão distantes, mas, no ano passado, num grupo estadual de combate ao trabalho escravo, houve a denúncia de que em Monsenhor Paulo, no Sul de Minas, na região de Varginha, há a ocorrência de trabalho escravo em empresas agrícolas de exportação de café. Um fazendeiro está preso desde outubro porque uma das pessoas submetidas a esse trabalho foi sequestrada e barbaramente assassinada.

Em novembro do ano passado, a Comissão de Direitos Humanos recebeu uma denúncia, num debate público com quase mil pessoas, da ocorrência de trabalho escravo na mineração Anglo American, em Conceição do Mato Dentro. Mais do que depressa encaminhamos a denúncia para o Ministério Público do Trabalho e para a Polícia Federal. No ano passado, uma fiscalização comprovou que trabalhadores haitianos eram submetidos ao trabalho escravo em empresas terceirizadas, localizadas naquela cidade.

E, continuando as denúncias, neste ano, há um mês, nessa mesma cidade, Conceição do Mato Dentro, foi comprovado pelo Ministério Público do Trabalho que trabalhadores nordestinos brasileiros estavam submetidos a uma jornada de trabalho de 17 a 18 horas. Vemos que isso não está tão longe quanto imaginamos.

O deputado João Leite, num debate, publicou os dados das copas realizadas na Alemanha e na África do Sul, onde a exploração sexual aumentou significativamente o tráfico de pessoas: quase 50 mil na Alemanha e três vezes mais na África do Sul. E teremos aqui uma Copa do Mundo. Este debate está, de alguma forma, se preparando para que possamos nos prevenir porque a função da sociedade é fundamental. Como nos dizia Clemenceau: "A guerra é muito dura, muito cruel, para ser tratada só por generais".

A luta na defesa dos direitos, essa luta na defesa da dignidade da pessoa humana, que é um dos fundamentos do Estado Democrático de Direito, previsto no art. 1º da nossa Constituição Federal, não pode ser feita só pela Polícia Rodoviária Federal, pela Polícia Federal, pelos Ministérios Públicos Estadual, Federal e do Trabalho, ela tem que ser feita por toda a sociedade. As organizações, principalmente as da sociedade, têm que estar atentas para a denúncia e para a fiscalização das ocorrências de tráfico de pessoas.

Vemos, em boa hora, que se unem aqui as Comissões de Direitos Humanos e de Segurança Pública da Assembleia, bem como toda a Assembleia Legislativa, para debatermos essa questão. Transmitiremos essa discussão para todo o Estado de Minas a fim de criarmos formas de organizar e de preparar a sociedade para enfrentar a questão do tráfico de pessoas.

O tema tem uma importância tão grande que a própria CNBB, Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, que realiza campanhas da fraternidade desde 1964, dedicou a campanha da fraternidade deste ano à questão do tráfico de pessoas, como forma de mobilizar e de organizar a sociedade neste momento especial que teremos, que será a Copa do Mundo.

Deixaria, talvez, como palavra final, os dois grandes desafios que temos hoje. Duas leis tramitam no Congresso Nacional a passos de tartaruga, e esperamos que este nosso encontro possa deixar manifesta uma convocação da sociedade para se mobilizar pela aprovação delas: uma considera crimes hediondos o tráfico de pessoas e a submissão de uma pessoa ao trabalho escravo, e a outra expropria na área rural terras onde for identificado trabalho escravo, para fins de reforma agrária.



A bancada ruralista tem se unido no Congresso Nacional - e já tem uma força significativa - com bancadas conservadoras no sentido de impedir que essas duas leis sejam votadas. Portanto, nosso dever de casa hoje é conseguir que elas sejam aprovadas no Congresso Nacional. Esse é o nosso desafio. Lembro que a lei do trabalho escravo é antiga e já foi aprovada em todas as comissões, sem ser, entretanto, colocada em pauta no Plenário. Digo a vocês que só teríamos uma solução no campo em relação ao tráfico de pessoas com essa medida da destinação da terra, como é feito hoje com os bens dos traficantes, pois a única forma de conseguir algum resultado é atingindo o lado financeiro, o capital, ou seja, é preciso descapitalizar aqueles que submetem pessoas ao trabalho escravo.

Execução do Hino Nacional

O presidente - Convidamos todos os presentes para, de pé, ouvirem o Hino Nacional.

- Procede-se à execução do Hino Nacional.

Esclarecimentos sobre a Dinâmica dos Trabalhos

O presidente - A presidência esclarece que, após as exposições, abriremos espaço para apresentação de perguntas aos participantes da Mesa, por escrito ou oralmente, e de outras enviadas pelo formulário disponível pela internet no portal da Assembleia Legislativa. Para melhor organizarmos o debate, os participantes poderão encaminhar suas perguntas por escrito, no formulário próprio que está sendo distribuído pela equipe de apoio. Os que desejarem fazer sua intervenção oralmente devem especificar isso no formulário, devendo, para registro, entregar o conteúdo da intervenção por escrito. Informamos que os telespectadores da TV Assembleia também poderão participar: basta acessar o portal da Assembleia, www.almg.gov.br, abrir o *link* com o formulário de participação e enviar a sua contribuição. Todos que estão na mesa farão uso da palavra.

Os participantes deste ciclo de debates receberam este caderno com um CD, em que constam ações da Assembleia, como o relatório da CPI da Prostituição Infantil no Norte de Minas, em 1996 - fui o relator dessa CPI, presidida pelo deputado Miguel Martini -; o relatório da CPI de 2002, que tratou do tema em todo o Estado; a legislação e informações importantes sobre o tráfico de pessoas. Pedimos a todos que tenham a curiosidade de acessar o CD, que contém informações importantíssimas da luta, da denúncia, da defesa e da proteção de pessoas submetidas a esse tipo de dominação e escravidão.

Palavras do Sr. Talles Andrade de Souza

Bom dia, senhores e senhoras presentes no auditório. Na pessoa do deputado Durval Ângelo, cumprimento todas as autoridades integrantes desta Mesa. Inicialmente é importante agradecer o convite e também a iniciativa. A Assembleia Legislativa tem se mostrado uma parceira muito estratégica e atuante nessa temática. Se não me engano, é o quarto evento realizado nos últimos meses para discutir tráfico de pessoas. É fundamental trazer essa pauta, conversar sobre esse crime tão hediondo que infelizmente ainda é bem real. Ainda fazemos a leitura do tráfico tomando como referência aqueles navios negreiros trazendo escravos da África, com pessoas acorrentadas. Hoje, porém, o tráfico assumiu novas modalidades, atualizou-se, se globalizou e intensificou. É preciso discutir essa temática, qualificar nossos olhares, nossa compreensão e as estratégias de atuação para o enfrentamento desse fenômeno.

O tráfico em si será melhor abordado por outros atores, mas, como é a primeira fala, acho importante trazer alguns pontos básicos sobre o fenômeno do tráfico de pessoas. O que é tráfico de pessoas? É importante definir alguns elementos básicos que o tipificam. A ação do tráfico de pessoas envolve três elementos: um ato, um meio e uma finalidade. O ato pode ser o recrutamento, o transporte, a transferência de pessoas, o alojamento, o acolhimento. O autor do tráfico não tem necessariamente que executar todos esses atos, basta apenas um para tipificá-lo. Para além do ato, é preciso dar atenção também à forma como esse ato acontece. Pode ser por ameaça, força, coação, rapto, fraude, engano, abuso de autoridade; pode ser aproveitando-se de uma situação de vulnerabilidade da vítima; por pagamento de benefícios para obter o consentimento. É fundamental destacar que o consentimento da vítima é irrelevante, justamente por esses meios. Independe se a vítima aceitou ser transportada, se estava consciente de que estava indo para outro país no exercício legal da migração, pois, quando chega a esse outro local e é enganada, explorada laboral ou sexualmente, o seu consentimento é irrelevante para a definição do tráfico de pessoas. E a finalidade é a exploração. Esses três elementos compõem o tráfico de pessoas.

A modalidade que mais presenciamos e que desejo destacar é a exploração da prostituição. Nesse aspecto, a temática do tráfico de pessoas tem alguns desafios e dilemas e também requer alguns cuidados. É fundamental diferenciar o exercício da prostituição do da exploração laboral da prostituição e da exploração sexual. O exercício da prostituição não é um crime, uma atividade ilegal. Assim sendo, sob a ótica e a perspectiva do enfrentamento ao tráfico de pessoas, precisamos ter cuidado de não criminalizar ou limitar direitos inerentes ao exercício da prostituição. Esse é um desafio da política de enfrentamento ao tráfico de pessoas.

O nosso dever é conseguir proteger direitos, e não infringir direitos. Esse é um grande desafio. A modalidade do tráfico de pessoas para fins de exploração sexual e laboral da prostituição é uma realidade. A exploração desse tipo de trabalho é considerada tráfico análogo ao tráfico de pessoas para escravidão. Aliás, o deputado Durval Ângelo citou uma série de exemplos para demonstrar isso. Hoje existe o tráfico de pessoas para fins de exploração laboral, que muitas vezes se configura numa jornada exaustiva ou no desrespeito às leis trabalhistas. Essa é uma pauta que será melhor trabalhada e mais aprofundada pelo Marcelo, do Ministério do Trabalho e Emprego, no período da tarde.

As pautas abordadas serão as seguintes: remoção de órgãos, adoção ilegal, casamento servil, práticas de atividades criminosas, mendicância e servidão doméstica. Para cada uma dessas modalidades, existe um perfil traçado de acordo com as vulnerabilidades sociais e com as diferentes violações de direitos que precisam ser protegidos e restaurados.

Diante de toda essa complexidade, desde o segundo semestre de 2011, Minas Gerais, por meio da Seds e da Coordenadoria Especial de Prevenção à Criminalidade, que já desenvolve outras ações de prevenção à criminalidade, e a partir de um convênio federal com a Secretaria Nacional de Justiça, inicia, de forma institucional, a Política Estadual de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas. Até então havia em Minas uma série de ações ricas e importantes, que eram desenvolvidas pelas instituições, porém de forma isolada, fragmentada e às vezes até sobreposta, sem sinergia para atuação. Antes de iniciarmos essa política, visitamos as instituições. Aliás, a Polícia Rodoviária Federal possui trabalhos belíssimos de enfrentamento ao tráfico de pessoas, assim como o Tribunal de Justiça, os Ministérios Públicos estadual e federal, a Polícia Federal, a Polícia Civil, principalmente no âmbito da delegacia de desaparecidos, a



Polícia Militar e outras secretarias de Estado, no âmbito das políticas de proteção. Essa série de instituições, de alguma forma, enfrenta as modalidades do tráfico de pessoas, mas sem a necessária sinergia, isto é, sem alinhamento conceitual e sem compartilhamento eficiente de informações. Concluindo, é preciso que haja uma política que consiga trazer sistematicidade ao enfrentamento desse fenômeno. Esse é o grande desafio que se iniciou de forma mais consistente a partir de 2011, no âmbito da Seds.

Agora gostaria de falar um pouco sobre as ações que estão sendo realizadas a partir da institucionalização dessa política de enfrentamento do tráfico de pessoas, e essa metodologia também é desenvolvida em outros estados, já que o governo federal instituiu uma política nacional, que busca fomentar o enfrentamento ao tráfico de pessoas em outros estados. Foi fundamental que Minas comprasse essa agenda porque é um fenômeno que não respeita fronteiras, muito pelo contrário. Temos vivenciado casos tanto internacionais quanto interestaduais e intermunicipais. Então é fundamental que seja feito um diálogo entre todos os estados para fortalecer as estratégias de enfrentamento, porque a discussão desse problema faz parte de uma política de âmbito nacional.

Entrando nessa metodologia - lógico que, quando começamos a desenvolvê-la, já há um norte -, resalto que começamos a assimilar as especificidades do modelo de Minas. Hoje em dia, o que já é realidade? Na Seds, existe uma diretoria que abriga o Programa de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas. Por meio dela, implantamos o Núcleo de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas, que está sediado no Edifício Bemge, na Praça Sete, no 12º andar, e conta com uma equipe multidisciplinar. Essa equipe é competente para realizar ações de atendimento às vítimas e aos familiares e capacitações. Já capacitamos em torno de 4.500 pessoas em uma rede de proteção social e no sistema de defesa social também. Houve a capacitação de conselheiros tutelares, dos que trabalham com políticas de enfrentamento da violência contra a mulher, em parceria com a Coordenadoria Especial de Políticas para Mulheres, de sargentos da Polícia Militar, de peritos e médicos-legistas da Polícia Civil; enfim, há várias ações sendo realizadas para capacitar as pessoas envolvidas. Há também divulgação de material de informação, que é fundamental para esse processo. Temos também um Comitê Interinstitucional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas. Esse é um eixo estratégico da política de enfrentamento do tráfico de pessoas, que se tem consolidado cada vez mais no Estado. Atualmente 23 instituições compõem esse comitê. São instituições do sistema de justiça criminal, do sistema de defesa social e também das secretarias estaduais.

Aqui quero fazer um destaque e pedir a colaboração de todos, porque finalizamos um decreto, que será publicado ainda no final do mês de maio, para o início de participação da sociedade civil no âmbito do Comitê de Enfrentamento ao Tráfico de pessoas. Serão cinco integrantes da sociedade civil, um representante de órgãos de classe e um representante de universidades que passarão a compor esse comitê. Esse edital será divulgado no *site* da Seds. O próprio deputado João Leite, em uma das suas últimas participações no comitê, também se comprometeu a divulgar esse edital no *site* da Assembleia. Então, é muito importante que haja a divulgação desse edital para que entidades que participam dessa temática, de alguma forma, possam integrar esse comitê e ampliar a participação, os olhares e a descentralização de ações no âmbito do Estado de Minas Gerais. Conto com a participação de todos na divulgação desse edital.

Temos ainda, como um dos eixos de atuação que está em fase de planejamento a implantação, um posto avançado de atendimento humanizado ao migrante no Aeroporto Internacional Tancredo Neves. São três eixos de atuação fundamentais da política de enfrentamento do tráfico de pessoas. É fundamental dizer que, ao longo dos últimos anos, essas ações têm se fortalecido e que, de alguma forma, vão qualificar essa política, não só pensando na Copa do Mundo, mas também em uma violência que ultrapassa grandes eventos. É importante consolidarmos políticas não pensando em eventos especiais, mas em políticas que fiquem, enraizem e se tornem uma prática cotidiana no âmbito de atuação de todas essas instituições.

Trago alguns números. Desde o ano passado, o Núcleo de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas acompanhou 42 casos. Há indícios de tráfico de pessoas. Tivemos 12 casos estaduais. Esses 42 casos envolveram 374 pessoas. Em alguns casos, especialmente de exploração laboral, identificamos um número maior de pessoas. Tivemos casos de adoção ilegal, exploração sexual, casamento servil, denúncia de venda de crianças, enfim, são todos casos que demandam peculiaridades no acolhimento dessas pessoas.

Resalto a importância do Núcleo de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas. Quando essas vítimas ou familiares acessam essa política, algum direito foi, de alguma forma, violado. Não basta a repressão do crime, é preciso evitar uma revitimização, uma propagação daquela violência. As vítimas trazem diferentes demandas.

É preciso escutar e acolher essas demandas, compreender os direitos violados e buscar a articulação de uma rede de proteção, seja da saúde, seja da assistência social. Às vezes a pessoa precisa retirar um documento ou acessar o sistema de justiça criminal, a Polícia Federal e a Polícia Civil. Para isso, a vítima precisa ser acolhida. O núcleo faz esse acolhimento e articulação para que a vítima, ou seus familiares, acesse os seus direitos. Muitas vezes a demanda será atendida por uma outra instituição da rede. O núcleo faz essa articulação da rede e contribui para que as vítimas acessem os seus direitos. É importante destacar esse papel de articulação de rede.

É também importante essa sensibilização da rede para que, quando for atender casos de pessoas vítimas de tráfico, faça esse encaminhamento ao Núcleo de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas. O núcleo também tem como grande papel a congregação dessas informações, para que o Ministério Público, o Tribunal de Justiça, o Ministério do Trabalho e Emprego e as instituições que compõem essa rede tenham um olhar sistêmico sobre essa violência no Estado de Minas Gerais. É importante saber se aquela intervenção administrativa do Ministério do Trabalho e Emprego virou inquérito policial, se os inquéritos policiais geraram denúncia, se, com essas denúncias, houve condenação e em quais tipos penais essa condenação foi enquadrada.

Enquanto rede, precisamos contar com uma leitura sistêmica do fenômeno do tráfico de pessoas. Para isso, de alguma forma, temos de compartilhar e fazer com que circulem essas informações sobre as modalidades e casos atendidos. Quais foram as principais vulnerabilidades e violações de direitos encontrados? Qual é a rede de proteção mais importante e mais necessária, que precisamos fortalecer e das quais precisamos estar mais próximos? A partir dos casos e da circulação de informações, conseguiremos ter uma leitura mais consistente do fenômeno, principalmente em Minas Gerais. Também enfrentamos dificuldades em relação à tipificação penal, que é ainda frágil e dispersa. As concepções conceituais e o entendimento ainda não são muito consolidados, e, muitas vezes, dispomos de números fantasiosos sobre tráfico de pessoas.



Li algumas reportagens, estudos e pesquisas, que informavam, tanto na Copa do Mundo na África quanto na Copa do Mundo da Alemanha e nas Olimpíadas do Canadá, os mesmos números de expectativa de pessoas traficadas, mas, depois, as autoridades competentes não identificaram e validaram aqueles números. É preciso realizar uma política consistente, séria, sem alarme e não pautada em cogitações e em números sensacionalistas. Temos de tomar esse cuidado. As ações de enfrentamento e de conscientização são fundamentais para esse processo e para que possamos atuar em rede.

Há importantes portas de entrada: o Ministério do Trabalho, a Polícia Civil, a Polícia Federal, a Defensoria Pública, o Cras e os centros de prevenção à criminalidade, onde são executados os programas Fica Vivo, de mediação de conflitos, de penas alternativas e de egressos do sistema prisional. Trabalhamos em aglomerados sociais, onde, muitas vezes, os técnicos capacitados identificam situações que podem conter indícios de tráfico de pessoas. Eles comunicam essas situações ao Núcleo de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas. A própria Jucum já fez um encaminhamento ao núcleo, que passa a agregar essas informações para fazer com que a rede tenha uma leitura sistêmica do fenômeno do tráfico de pessoas.

Para finalizar, gostaria de elencar algumas ações que já estão sendo realizadas, além dessas que já mencionei, que, de alguma forma, contribuirão com o enfrentamento do tráfico de pessoas não apenas em um grande evento, como a Copa do Mundo, mas também no decorrer da atuação dessa política: capacitações de sensibilização de redes especializadas de enfrentamento da violência contra a mulher e de proteção da criança e do adolescente, especialmente por meio do Comitê Mineiro de Proteção Integral à Criança e ao Adolescente nos Grandes Eventos. Há um comitê que pensa na proteção de crianças e adolescentes em grandes eventos.

Compomos esse comitê e levamos a temática do tráfico de pessoas para dentro dele, assim como compomos o Comitê de Enfrentamento à Violência Contra a Mulher e também levamos essa temática a ele. Temos parcerias com a Polícia Militar e com a Polícia Civil para capacitação de sargentos, médicos-legistas, e também compomos espaços colegiados. Um outro comitê importante que compomos é o Comitê Gestor Estadual de Políticas de Erradicação do Sub-Registro Civil de Nascimento e ampliação do acesso à documentação básica. Participamos de oficinas de promoção de trabalho decente nos grandes eventos, participamos da Conferência Municipal de Imigração e Refúgio, que, aliás, foi coordenada pela Prefeitura Municipal de Belo Horizonte, fazendo um *link* à comissão nacional.

Quero destacar o início de uma pesquisa que está sendo realizada em parceria com a Secretaria Nacional de Justiça, cuja licitação foi vencida pela Universidade Federal de Uberlândia. Não sei se a professora e pesquisadora Flávia Teixeira está presente, mas será a nossa parceira na realização dessa pesquisa. Ela vai fazer uma série de visitas, de entrevistas às instituições do sistema de justiça criminal, às secretarias estaduais, aos sistemas de defesa, enfim, vai fazer uma pesquisa aprofundada sobre mídias, trabalhos, sobre como o fenômeno do tráfico de pessoas acontece em Minas Gerais. Tenho certeza de que essa pesquisa vai contribuir muito para nortear essa política estadual de enfrentamento do tráfico de pessoas, para que tenhamos um diagnóstico mais qualificado que pautar não só a atuação do programa de enfrentamento do tráfico, mas também de todas as instituições, ou seja, quais são os locais, as principais modalidades, as regiões mais afetadas, as vulnerabilidades sociais. A partir dessa pesquisa, teremos uma leitura mais qualificada.

De uma forma breve, deixo aqui as contribuições e as ações que já estão em andamento. É importante deixar claro que muitos esforços têm sido feitos. Por meio desse programa, esperamos integrar e contribuir para a consolidação de uma rede de enfrentamento do tráfico de pessoas no Estado de Minas Gerais. Obrigado, deputado.

O presidente - Obrigado, Talles, por sua participação. Antes de ouvir o relator da CPI, vamos passar a palavra para algumas autoridades da Mesa fazerem uma breve saudação. Assim, elas terão a liberdade de ficar na Mesa ou de sair, caso tenham outro compromisso. Somos muito gratos por essa presença. Dentro daquela lógica que disse no início, essa é uma luta da sociedade. É muito importante a presença dos representantes dos poderes públicos.

Palavras da Sra. Evangelina Castilho Duarte

Bom dia a todos. Cumprimento o deputado Durval Ângelo e o deputado João Leite pela realização deste evento. Considero de extrema importância a discussão de tráfico de pessoas num momento tão crítico para o mundo. Como disse o deputado, na Nigéria, está acontecendo um sequestro coletivo de 200 crianças com finalidades desconhecidas. É um tema de estudo sociológico com o objetivo de descobrir a razão desse sequestro, que não pode ser apenas para chocar o mundo, deve ter uma finalidade oculta.

Acho de extrema importância a presença do Tribunal de Justiça neste evento. Existe no tribunal o Comitê de Combate à Violência Doméstica, que estou superintendendo, e que deve, com muita força e vontade, interagir no combate ao tráfico de pessoas. As duas questões são muito ligadas, são violências contra pessoas e violação de direitos humanos. Então, o Tribunal de Justiça agradece profundamente o convite e nos colocamos à disposição da Assembleia para discussões a respeito desses temas. Obrigada.

Palavras da Sra. Andréa Abritta Garzon

Bom dia a todos e a todas. Parabêniso a Assembleia nas pessoas dos queridos deputados Durval Ângelo e João Leite, de quem tenho a honra de ser amiga, porque sempre trazem a esta Casa, que é a Casa do povo, debates frutíferos, instigantes e atuais, envolvendo questões relativas à violência contra a mulher, às drogas e aos direitos humanos. Muito se debate nesta Casa sobre as populações invisíveis, como a população carcerária, e agora, sobre o tráfico de pessoas.

Enquanto ouvia a belíssima exposição do colega Dr. Talles, refletia sobre a atualidade de um tema tão antigo. Recentemente, recebi o Oscar o filme *12 anos de escravidão*. As pessoas assistem a esse filme e pensam: “Meu Deus, século XIX, que horror! Como se pode pegar um homem livre, subtrai-lo da própria história e reduzi-lo à escravidão?”. As pessoas saem do cinema absolutamente emocionadas e chocadas com aquela história. Se pararmos para fazer uma reflexão e buscar nas locadoras um filme não tão conhecido, que trata de uma história real, denominado *Tráfico humano*, vamos ver ali a história que acontece hoje: mulheres sendo aliciadas, enganadas. Algumas, conforme disse o Talles, aceitam convites em busca de uma vida melhor, exatamente como aconteceu em *12 anos de escravidão*. A pessoa é enganada, iludida, acha que vai encontrar uma vida melhor.



Alguns pontos me impressionam nesse tema. O cartaz colocado aqui é absolutamente chocante, ou seja, uma criança amarrada, com a fisionomia visivelmente apavorada. Se vocês assistirem ao filme *Tráfico humano*, vão ver toda a estrutura que envolve esse tipo de delito, com o sequestro de uma menininha.

E os pontos que me causam perplexidade são a invisibilidade das vítimas, a cifra negra que esse tipo de crime propicia para as estatísticas, porque, assim como o estupro, o aborto e a violência doméstica, muitas vezes, como no filme *Doze anos de escravidão*, a vítima se submete a uma escravidão tão severa que não é ouvida. Isto é, ainda que elas falem, as pessoas que estão ao redor não se importam. Isso é absolutamente instigante. O filme, em que pese relatar uma história do século passado, é absolutamente atual e deixa isso muito claro. As pessoas ficam tão invisíveis que não são ouvidas ou não são colocadas frente a instrumentos que disponibilizem a denúncia e acabam sendo mortas pela própria estrutura do crime ainda em cativeiro. As estatísticas demonstram que, em regra, são crianças e jovens na faixa de 10 a 29 anos, e a grande concentração é entre 10 e 19 anos.

O absolutamente chocante é que, de repente, nós, brasileiros, latinos, dos países que ficam abaixo dos Estados Unidos, olhamos para a Suíça, para a Holanda, e pensamos “nossa, que espetáculo, que beleza, que limpeza, que cultura, que povo avançado”. E é para esses países, com alto índice de desenvolvimento e uma miséria que não se vê, que vão esses brasileiros. A Suíça e a Holanda, por exemplo, que são, para nós, exemplos de civilidade, de avanço e de riqueza, também são locais para onde, em regra, vão as vítimas. Em geral, são aliciadas por mulheres. Segundo informações do Ministério Público e da Polícia Federal, são aliciadas por pessoas acima de qualquer suspeita. São pessoas bonitas, cheirosas, que chegam com um discurso de sedução para as vítimas, que passam a ser absolutamente invisíveis.

Na condição de defensora pública, só tenho a agradecer e a elogiar a oportunidade deste debate. Que nós, do sistema de justiça, incluindo o Executivo, o Legislativo e o Judiciário, polícias e Defensoria Pública, possamos, no século XXI, encontrar uma forma de descortinar, de dar visibilidade a esse crime que, em regra, é invisível e silencioso. Deixo meu agradecimento à Assembleia. Obrigada.

O presidente - Com a palavra, o juiz Luiz Carlos Rezende e Santos, nosso companheiro e amigo na luta das Apacs.

Palavras do Sr. Luiz Carlos Rezende e Santos

Muito obrigado, deputado Durval Ângelo, senhoras e senhores. Bom dia a todos. A minha palavra inicial é apenas de saudação, de gratidão por estar aqui compartilhando esta Mesa com V. Exas. e com tantas pessoas comprometidas com uma causa que, outrora, ficava entregue à invisibilidade.

À tarde, às 14 horas, terei a oportunidade de desenvolver algum raciocínio em relação ao tema no Conselho Nacional de Justiça, compartilhar algumas das nossas angústias e alguns dos nossos desejos, a fim de construirmos algo ainda maior em termos de aparelhamento da Justiça e identificarmos esses casos, sobretudo as soluções apontadas e os riscos que corremos.

Gostaria que todos se sentissem felizes por estar aqui, como eu, e que durante os trabalhos seja proveitosa a nossa troca de informações para a construção dessas ideias, nosso objetivo maior deste encontro nesta Assembleia. Muito obrigado.

O presidente - Com a palavra, o deputado federal Arnaldo Jordy. Deputado, muito obrigado pela presença.

Palavras do Deputado Federal Arnaldo Jordy

Bom dia a todas e a todos. Gostaria de cumprimentar os membros da Mesa e as autoridades por intermédio dos deputados Durval Ângelo e João Leite e das deputadas Liza Prado e Luzia Ferreira. Sinto-me muito honrado de poder participar deste debate e dividir com vocês algumas reflexões sobre esse tema. Cumprimento ainda todas as instituições aqui representadas, juizes, desembargadores, defensores públicos e agentes do Estado.

Como estou absolutamente contemplado pelo que ouvi dos meus antecessores, queria apenas dividir algumas reflexões que têm incomodado a Câmara dos Deputados, pelo menos os membros que trabalham nessa CPI, que daqui a 15 ou 20 dias vai concluir os seus trabalhos. Será elaborado um relatório que reputo bastante expressivo do ponto de vista de tudo o que recolhemos em um ano e meio de trabalho. A CPI percorreu o Brasil de ponta a ponta, de Porto Velho a Porto Alegre, da fronteira do Amapá, no Oiapoque, à fronteira com o Uruguai, no extremo sul de Uruguaiana, debatendo e ouvindo a sociedade, recolhendo denúncias e depoimentos, conversando com várias instituições, organizações e estudiosos do assunto. Com todas essas experiências e reflexões, acho que vai ser elaborado um relatório bastante rico.

Tarei algumas provocações para o debate. Primeiro, essa questão do tráfico de pessoas não está dissociada do modelo de sociedade em que vivemos. Estava aqui ouvindo e refletindo que, semana passada, no meu Estado do Pará, houve o julgamento de um empresário rural, o Delsão, condenado a 12 anos de prisão por ter sido mandante do crime de execução de um trabalhador rural, o Dezinho, ocorrido há 14 anos. Esse cidadão se sentou no banco dos réus em julgamento ocorrido na semana passada, 14 anos depois do crime. O Dezinho foi assassinado, como tantos outros também o foram, porque denunciou o trabalho escravo em uma das fazendas desse cidadão. Trabalhadores sequestrados no Maranhão e em outras regiões do interior do Pará foram levados para trabalhar na fazenda desse empresário rural.

Segundo o último relatório da CPPT, nos últimos 20 anos ocorreram 1.636 mortes com a mesma característica, e apenas 22 mandantes se sentaram no banco dos réus. Essa questão do trabalho escravo envolve pessoas que foram sequestradas, pelo grau de vulnerabilidade em que vivem, e atraídas por uma promessa simples: uma oportunidade de trabalho por um salário vil. E acabam sendo resgatadas por uma diligência do Ministério Público do Trabalho, por conta de outra denúncia qualquer sobre estarem sendo aviltados os seus direitos fundamentais. Isso é algo recorrente, banalizado na sociedade em que vivemos.

O que aconteceu a essas meninas na Nigéria - e ainda bem que está escandalizando o mundo - é o mesmo que ocorre a milhares de outras que padecem da mesma realidade, no mais absoluto anonimato. Ninguém, absolutamente ninguém se importa, porque são coisas tidas como normais. É evidente que isso não tem nada de normal, pode até ser comum em algumas regiões, em algumas situações, mas não pode ser aceito como algo normal. Felizmente o caso dessas meninas da Nigéria está tendo a repercussão que todos sabem. Mas ainda é uma exceção à regra, como no caso do trabalho análogo a escravo praticado no Brasil, em especial, na Amazônia.

Gostaria de repetir a questão relativa aos direitos fundamentais da pessoa. Os direitos humanos no Brasil ainda são subvalorizados. A sociedade, o Estado brasileiro mobiliza-se muito mais para combater os crimes de natureza material do que para combater aqueles



que atentam contra o bem jurídico mais valioso da sociedade, pelo menos no conceito, que é a vida humana. Portanto, esse debate envolve uma natureza ideológica que não será resolvida de hoje para amanhã. É preciso que todos nós entendamos que esse é um processo difícil porque atenta contra um dos pilares do modelo de sociedade estabelecida, que é valorizar o crime, valorizar o patrimônio, o bem material em detrimento dos direitos humanos. É muito mais fácil mobilizar um agente do Estado para recuperar um carro importado de alguém que foi roubado que atender uma mãe pobre, desesperada, com uma criança de 13 anos nos braços que foi estuprada, que está grávida, muitas vezes, até de um familiar. Infelizmente. Há delegado de polícia, no meu estado - e claro que é exceção -, que considera que esse não é um problema de polícia e deve ser resolvido com o rapaz, e pode ser que até ele ajude de alguma forma. É por isso que, em pleno século XXI, neste ano de 2014, ainda não há estatística, ainda não existe um sistema nacional que quantifique esses crimes, porque isso nunca foi aferido, isso nunca teve importância, essas coisas banalizaram-se de tal forma que são consideradas normais, comuns. As pessoas me perguntam quais são as estatísticas, ao que respondo: não sei, não as tenho, os números são muito variados. Há uma estatística da ONU mais geral, global, que aponta uma movimentação de mais de US\$30.000.000.000,00 por ano, vitimando aproximadamente 10 milhões de pessoas no referido período no mundo inteiro. Mas, no Brasil, nós não temos isso. Agora é que os núcleos de enfrentamento do tráfico de pessoas estão se consolidando nos estados. Acho que quase todos os estados já os têm hoje; há quatro anos, existiam apenas sete.

Hoje praticamente todos os estados já contam com uma mobilização da sociedade de forma um pouco mais contundente em relação a isso. É o que se verifica é a coisificação da dignidade humana; tudo vira mercadoria; tudo tem um preço e atende a um mercado. E esse mercado é composto por mulheres vítimas de tráfico para fins de prostituição, por crianças e jovens que recebem a proposta sedutora e quase irresistível de serem contratados como modelos no Brasil ou no exterior, a partir de um concurso de *miss* de colégio. Isso ocorre inclusive aqui, no Estado de Minas Gerais, e no interior de São Paulo. Há meninas que ganharam concurso no colégio - coisa muito comum - e foram terminar em Durban, na prostituição de luxo. E aparece uma agência que não tem personalidade jurídica nenhuma, que promete contratos milionários, fama, empoderamento, sucesso, dinheiro... E não existe nada disso.

Muitas vezes, essa proposta se apresenta para a família como o bilhete premiado, a salvação da lavoura. Da mesma forma, nas escolinhas de futebol. Aliás, a Portuguesa santista foi condenada no ano passado pela Justiça paulista, porque o terceiro olheiro conseguiu capturar meninos nos Estados do Pará e Maranhão, para irem a São Paulo tornarem-se, quem sabe, um convocado pelo Felipão um dia, um astro do futebol, também com contratos milionários, Ferrari na porta, em capa de jornal. De novo essa proposta se apresenta como algo sedutor, irrecusável, o bilhete premiado para um jovem que está quase passando fome com sua família. Acabam em São Paulo, fora da escola, longe da família, sem grupo social algum, comendo ração e sendo vítima de estupro, de abuso sexual. E 1 ou 2 desses 12 estão desaparecidos até hoje, talvez traficados para fora, sacrificados para fins do mercado de órgãos ou outra situação qualquer.

Um traço comum em tudo isso: de tudo que vimos na CPI nesse ano e meio, 100% dos casos são pessoas absolutamente vulneráveis do ponto de vista econômico e de outras vulnerabilidades. Não há uma exceção à regra. Quase todas são pessoas absolutamente pobres, vulneráveis, com desajuste familiar, baixa escolaridade, sem renda; enfim, esse desenho é comum. As vítimas, portanto, de tráfico de pessoas no Brasil têm endereço, perfil, nome, digital. Não é uma coisa não identificada. O perfil é absolutamente simétrico em quase todos os casos. É a menina de Salvador que foi vítima da Operação Salamanca, na Espanha. Foi resgatada em trabalho da Polícia Federal brasileira com a Interpol. É o enredo clássico: desempregada, um filho para criar, pais dependentes. Moça bonita, recebe proposta de trabalho honesto na Espanha, ganhando de 2.000 a 2.500 Euros. É só fazer a conta, em dois anos ela está com o pé-de-meia feito para cuidar do seu filho, dos pais. Ela arrecada em torno de R\$80.000,00, que são suficientes para concretizar algum negócio no Brasil. Ela pensa, arrisca-se, tira o passaporte, tudo bancado. Quando chega lá, o emprego foi ocupado na semana anterior. Sempre é assim. “Por que você demorou?”. Estava tirando passaporte, não havia vaga no avião, compramos na promoção, etc. “Infelizmente, o emprego já foi preenchido”. E aí essa mulher está fora do seu país, sem família, sem amigos, devendo passagem, hospedagem, passaporte e tudo mais. Então, uma alma caridosa se apresenta para arranjar um lugar para ela dormir e comer. Ela já não quer voltar, porque saiu dizendo que seria vitoriosa na sua empreitada. Ela não voltaria pior do que saiu, é uma questão de autoestima.

E daí a pouco tempo ela não tem outra alternativa senão se prostituir. E todos conhecem a história daí para a frente.

O Estado tem uma responsabilidade total em relação à questão do tráfico de pessoas, mas as chances de enfrentamento real não serão exitosas se não houver a concorrência de todos, da sociedade como um todo. Por quê? Porque aqui já foi dito: esse é um crime quase invisível. É um crime praticado na intimidade, na cumplicidade, sempre apresentado como uma boa ação, sempre como alguém que quer dar uma ajuda, como quem quer superar um problema. Não existe um perfil de criminoso do tráfico de pessoas, essas pessoas estão sempre querendo ajudar de alguma forma. O alibi delas é perfeito.

Temos uma legislação que segue a Convenção de Palermo, da qual o Brasil é signatário. Nossa legislação ainda é muito frágil. Alguns tipos penais sequer existem no Código Penal, no Código de Processo, no Estatuto da Criança e do Adolescente, na Lei de Imigrações, na Lei dos Estrangeiros ou na Lei Pelé. Essa é uma contribuição que esperamos oferecer ao Congresso. Já existe um projeto de lei tramitando na Câmara, que é o relatório parcial dessa CPI, que oferece um capítulo sobre a questão do tráfico de pessoas no ordenamento jurídico brasileiro, com mais ou menos 24 ou 25 artigos que pretendem corrigir ou superar alguns desses hiatos. Isso foi feito a dezenas de mãos por estudiosos, com contribuições do CNJ, da Secretaria Nacional de Direitos Humanos e do Ministério da Justiça. Vários desembargadores, juízes e promotores de Justiça nos ajudaram, portanto, essa autoria é coletiva. A partir dessa contribuição, criamos um grupo de trabalho específico para discutir o assunto. Acho que a proposta está razoavelmente pertinente aos seus objetivos. Esperamos que haja um entendimento com o presidente Henrique Alves e com os líderes partidários, porque todas as propostas da comissão, inclusive essa da contribuição legislativa, foram construídas com unanimidade. A comissão é extremamente plural, com representação de praticamente todos os partidos. Esperamos que seja uma tramitação célere, dada a sua urgência, e que isso seja aprovado ainda neste ano. A comissão especial já está constituída para que possamos suprir essa questão.



Por outro lado, temos que cobrar o aparelhamento do Estado. Não há nenhuma política clara e consistente de amparo, de assistência e de proteção para essas vítimas. Essa menina de Salvador, por exemplo, objeto da denúncia que gerou a Operação Salamanca, que resgatou as mulheres que estavam numa boate na Espanha, está lá em Salvador e a qualquer momento pode ser vítima de um ajuste de contas. Quero fazer justiça ao secretário de Justiça da Bahia, que, embora dissesse que não tinha um programa estadual, fazia isso na boa vontade, embora não tivesse como sustentar aquilo.

Então, essas pessoas que são vítimas não têm o amparo devido, não só para se protegerem das ameaças que porventura possam ocorrer, mas também para receberem um acompanhamento jurídico, psicológico etc.

Essa questão da impunidade é importante, pois é muito raro conhecer alguém que tenha sido condenado por tráfico de pessoas, apesar da recorrência dos casos. Talvez, o mais importante de tudo seja o que a Assembleia Legislativa está fazendo aqui: debater, esgarçar esse debate, torná-lo mais recorrente na sociedade, pois, sem essa visão sistêmica, como já foi dito, sem essa conjugação em rede do enfrentamento, parece-me que as chances são muito pequenas, devido às características e à disputa ideológica de valores na sociedade brasileira. E lembro que isso não se faz apenas com o aparelho do Estado. Se a sociedade como um todo, as instituições, as organizações, os cidadãos, as cidadãs, as igrejas, os professores, enfim, se cada um não se envolver nessa discussão, parece-me que nossas chances são muito remotas. Era o que tinha a dividir com os senhores. Muito obrigado pela atenção, deputado.

O presidente - Obrigado, deputado Arnaldo Jordy. Já provocando para os debates, falamos aqui no início sobre a PEC que destina à reforma agrária as terras que usam trabalho escravo e sobre a PEC que considera crime hediondo submeter alguém a essa situação. Agradecemos as perguntas recebidas até agora. O telespectador da TV Assembleia que deseja participar e ainda não enviou sua contribuição pode acessar o *site* www.almg.gov.br, abrir o *link* do ciclo de debates e acessar o formulário disponível.

Palavras da Sra. Fernanda Alves dos Anjos

Muito bom dia, deputado Durval Ângelo. Gostaria de, na sua pessoa, cumprimentar toda a Mesa, extremamente representativa em termos de composição da sociedade civil, das distintas agências e esferas do Estado brasileiro em âmbito federal e estadual. Primeiro, queria pedir desculpas pelo atraso, que se deu devido ao deslocamento do aeroporto. Para nós, é uma extrema alegria ver a capacidade de mobilização deste seminário. O deputado Arnaldo Jordy falava, há pouco, da relevância de distintos atores se mobilizarem para essa causa, e temos visto, em especial ao longo dos últimos anos, uma mobilização muito importante ocorrer aqui em Minas Gerais, a exemplo da provocação que vem acontecendo no âmbito desta Assembleia Legislativa. E este não é o primeiro debate, mas, sim, um dos muitos que a Casa vem acumulando em torno dessa temática, gerando resultados efetivos, como a possibilidade do apoio à estruturação de um novo equipamento de atendimento ao combate ao tráfico de pessoas no Aeroporto de Confins, o que consideramos extremamente relevante. Queria ainda agradecer e cumprimentar os nossos colegas do governo de Minas Gerais, na pessoa do Talles, da Flávia, que coordena o programa, e da Letícia, que se soma à equipe. Essa rede e capacidade de articulação federativa, de fato, têm sido capazes de mobilizar a atenção da sociedade para essa temática e de produzir algumas respostas mínimas a esse fenômeno que tanto nos assusta, a partir da perspectiva de violação de direitos que é capaz de produzir.

Gostaria também de dizer da mobilização da sociedade civil deste Estado. Nós também temos ficado muito impressionados com a capacidade de mobilização da sociedade civil do Estado de Minas Gerais pela constituição do comitê social. Não estou vendo o Betinho, mas sei que ele está presente. Aproveito para saudar a Marília, que foi pioneira no Estado do Rio de Janeiro quanto a essa atitude de mobilizar a sociedade civil com relação à temática do tráfico de pessoas.

Tive muita sorte de ser antecedida pelo Talles e pelo deputado Arnaldo Jordy: agora a tarefa ficou muito mais fácil. Quando desmitificamos o conceito de tráfico de pessoas, fica mais fácil entrar na temática mais específica do seminário. O tema do tráfico é constituído de inúmeros mitos que, muitas vezes, dificultam a compreensão, a capacidade de reconhecimento, a capacidade de escuta das pessoas que passaram por uma situação de violência como essa e até mesmo a identificação das causas e dos motivos que ensejam o fato de o tráfico de pessoas estar ocorrendo no mundo inteiro. Em todos os países do mundo, essa realidade do tráfico continua a se reproduzir como uma das formas mais graves de violação dos direitos humanos.

Com relação aos motivos que levam ao tráfico de pessoas, o deputado nos trouxe um elemento muito importante. Sempre ouvimos a seguinte pergunta: como resolvemos e lidamos com a situação do tráfico? Quando o Brasil vai acabar com o tráfico de pessoas? Não tão cedo; não em uma realidade em que os motivos que favorecem a sua ocorrência são múltiplos. Esses motivos estão atrelados a distintas vulnerabilidades, sejam elas em função de uma lógica de iniquidade de gêneros, que ainda existe; de uma lógica de iniquidade etnoracial; de situações de abuso e de violência que ainda reproduzimos nas nossas próprias famílias - é como se essa prática de reprodução de violência fosse a ordem natural da nossa sociedade ou da nossa forma de convívio: violência doméstica, homofobia, transfobia e hoje, mais recentemente, práticas de ódio e xenofobia contra migrantes - uma nova leva de migração no Brasil já começou a vivenciar isso.

Claro que entendemos que não são apenas as vulnerabilidades que geram essa ambiência para a reprodução do tráfico de pessoas; existem outros fatores que o favorecem. Um deles é a própria ausência de capacidade do Estado em produzir um reconhecimento e uma resposta. Estamos no contexto de uma política que é recente. Devemos pensar que este é um protocolo internacional de 2001, travado no meio de uma convenção de combate ao crime e que traz, portanto, no bojo da sua formatação, alguns desafios sobre como o país tratará a perspectiva da abordagem de gênero, da recepção e do contexto da migração; sobre como os países responderão à estratégia de violação de direitos humanos num contexto de combate ao crime. Isso significa que os estados, ao construir as suas narrativas, podem fazê-lo a partir de distintas perspectivas.

No nosso contexto, a lógica com que constituímos a política de Estado brasileira nos garantiu que o discurso e a perspectiva dos direitos humanos estivessem por trás da formatação da linha dessa política. Temos uma política desde 2006, construída a várias mãos, por distintos atores públicos e pela sociedade civil extremamente engajada nessa temática. Aliás, a sociedade civil brasileira é a primeira a fazer a denúncia de que, no Estado brasileiro, temos o fenômeno do tráfico de pessoas. Este é um tema que demorou muito para ser reconhecido de fato como um problema que precisava ser tratado. Muitos falaram aqui de um crime que é histórico, mas há



quanto tempo ouvimos falar, de fato, do conceito do tráfico de pessoas? Ele é recente; essa mobilização é recente, mas tem conseguido trazer algumas respostas importantes.

Há uma mobilização dada pelo Estado brasileiro, por meio de seus distintos atores, seja no Executivo, no Legislativo, no Poder Judiciário, no Ministério Público. Quando encontramos na sociedade civil uma capacidade de eco, criamos uma ambiência para nos mobilizarmos para esse tema. Em especial, apesar de ser um conceito tão sofisticado, que, como o Talles falou, envolve esses três elementos, esse processo de deslocamento, um exercício de poder sobre o outro, em que se busca, a partir do mecanismo de exploração, obter lucro sobre outro ser humano, ainda é um processo muito recente para nós.

A maioria das pessoas que passaram por uma situação de tráfico sequer se compreendiam numa situação de violação. Elas enxergavam-se muitas vezes como responsáveis por uma falta de sorte, como se tivessem dado causa àquela situação de violação, porque acreditaram naquela proposta. Acreditaram que, de fato, ao mudarem-se de estado, de cidade e de país, em busca de melhor condição de vida, teriam ambiência para transformar a sua realidade e a realidade dos seus que ficaram para trás. Então, quando ela se vê numa condição de exploração, a percepção que tem é que ela própria deu causa àquela situação de violação.

Agora imaginem o conceito que tão recentemente passamos a discutir de forma mais contundente na sociedade. Nos últimos anos, as pessoas que caíram no tráfico de pessoas passaram a procurar as autoridades públicas e a esperar delas uma capacidade de reconhecimento da violação que sofreram. Muitas vezes, o que ouviam dessas autoridades públicas era: “Mas foi você quem procurou isso e não se cuidou”. Elas sequer reconheciam na condição de vulnerabilidade um crime, uma violação, uma forma de exploração. Então, os desafios que estão postos para mudar a realidade do tráfico de pessoas ainda são muitos, e a desconstrução de mitos é um desses elementos.

Os fatores de vulnerabilidade, sejam eles oriundos da própria condição econômica ou das distintas formas de violações existentes na sociedade, geram, sim, ambiência para a reprodução desse crime. Entretanto, outros fatores também contribuem para isso, por exemplo, a ausência de articulação do Estado ou de capacidade de reconhecimento. Fatores que muitas vezes são socioculturais e econômicos, bem como lógicas do modelo de consumo que produzimos. Quem é que busca compreender, na sua lógica de consumo, como é a cadeia, ou como se produziu aquele determinado produto?

O impacto dos modelos de desenvolvimento social também gera grandes deslocamentos populacionais, às vezes com pouca capacidade de estrutura e de atenção a esses grandes contingentes de pessoas. Em relação aos modelos de políticas migratórias restritivas, ainda temos o enorme desafio, no contexto nacional, de transformar a nossa política e o nosso modelo de legislação migratória, construído sob a égide da ditadura, para um contexto democrático. Isso também gera uma ambiência para um novo fenômeno no nosso país. Estou falando dos estrangeiros que vieram para cá buscar o seu sonho de vida e que se encontram em situação de exploração pelo tráfico humano dentro do Estado brasileiro. Também temos o desafio histórico de lidar com os brasileiros que são explorados dentro do fenômeno do tráfico interno, que é um grande desafio, e ainda precisamos lidar com os brasileiros que deixaram o País ao longo dos últimos anos, em especial nas últimas décadas, para realizar seus sonhos na Europa ou nos Estados Unidos. Hoje, em função da economia, os brasileiros têm ido buscar seus sonhos em lugares muito mais distintos, na Ásia e nos países africanos, e vêm sendo vítimas do tráfico. Ainda assim, hoje, no Brasil, estamos reproduzindo esses modelos de violência com aqueles que aqui vieram realizar o sonho de sua vida.

Todos esses fatores, esse mitos precisam ser desconstruídos. Aliás, em torno de grandes eventos, também se construíram grandes mitos históricos. Nesse aspecto, quero contar um pouco da realidade e da montagem do nosso plano. A nossa política nacional vem de 2006. Conseguimos, ao longo do primeiro plano nacional, até 2010, 2011, grandes conquistas, e uma grande conquista foi a rede nacional que estruturamos, com os núcleos e com os postos que passaram, a partir da realidade de cada um dos estados brasileiros, a construir o seu próprio diagnóstico e a sua própria capacidade de ação local. O tráfico de pessoas é muito distinto, isto é, ele depende do ponto geográfico em que a pessoa se encontra no Brasil. No extremo Norte do Brasil, a realidade do tráfico é uma; na região central, é outra, e o mesmo raciocínio vale para o litoral. Essas distintas formas de violação e de violência estão se reproduzindo também a partir da realidade socioeconômica dos nossos estados.

Essa capacidade de cada estado identificar sua realidade e produzir uma incidência sobre ela tem sido uma grande conquista desde o primeiro plano nacional.

No processo de construção do nosso segundo plano, que está em vigor e vai até 2016, passamos a nos preocupar com o que seria a chegada desses grandes eventos; como o País poderia aproveitar essa oportunidade, que é de desenvolvimento, e ao mesmo tempo garantir proteção para que as formas de violação de direitos humanos não ocorressem no entorno desses grandes eventos internacionais.

É importante deixar claro que, como eu disse, muitos mitos se constroem. O mito dos dados é um: são inúmeras pessoas, grandes contingentes. Bom, este é um problema. O tráfico de pessoas, por distintos fatores, não se identifica facilmente. Faltou preparo das nossas autoridades para reconhecê-lo; há problemas na legislação, como foi bem abordado: ela não nos cria uma ambiência para que o sistema de justiça e segurança possa repreender esse tipo de crime; e muitas vezes falta confiança. O crime de violação da dignidade sexual demanda de uma pessoa que sofreu um abuso nesse nível que ela passe pelo menos por uns oito depoimentos, tendo de relatar aquele tipo de violência sexual que sofreu. Imaginem: esta ainda é a lógica da nossa estrutura. Este é um desafio que temos para um crime de violação da dignidade sexual. Pense em uma pessoa que passou por uma situação de engano, que terá, quando chegar a uma autoridade pública, muitas vezes a resposta: “Foi você quem causou essa situação”. E, quando ela tiver da autoridade pública uma sensibilidade mínima de reconhecimento dessa situação, ela ainda terá de reproduzir a história distintas vezes para que o sistema de segurança e justiça possa processar aquele tipo de condenação. Estes são desafios que ainda são postos para o Estado brasileiro. Esse tipo de desafio tende a colocar o tráfico de pessoas em uma situação que é de invisibilidade, que é de baixa denúncia, com instrumentos que não nos permitem perseguir esse crime, condená-lo. Temos um tipo penal que é completamente inadequado, que ainda demanda atualização e capacidade de reconhecimento das várias formas de exploração pelo tráfico. Olhem o tamanho do desafio que ainda não está colocado.



Então, há o mito de que são inúmeros os dados, mas não são. Este ainda permanece um crime oculto e invisível. Precisamos celebrar, como foi celebrado este ano, o fato de o número de denúncias estar aumentando. Isso não significa que esteja aumentando o tráfico, só significa que finalmente estamos conseguindo que ele tenha mínima capacidade de reconhecimento. Então, o mito de que há aumento significativo do tráfico humano precisa ser desconstruído. O que ele precisa neste momento é do olhar sensível, atento para ser reconhecido como uma forma brutal de violação de direitos. Portanto, esses desafios e mitos estão ainda postos.

Em torno de grandes eventos, alguns mitos se construíram. Um deles - isso foi muito propagado em distintas mídias internacionais - é que um grande evento é uma grande ambiência para a ocorrência do tráfico de pessoas. Que milhões de mulheres seriam levadas para os grandes eventos internacionais e que ali seriam vítimas do tráfico. O que esse mito nos traz? Ressalto a importância de ele ser desconstruído. Fiquei muito feliz quando vi a programação do seminário hoje, porque acho que ele gera uma ambiência muito importante para essas distintas desconstruções que precisam ser feitas e para os cuidados que precisam ser tomados em um momento como este.

Estudos internacionais foram feitos pelos próprios países organizadores de grandes eventos, que passaram a apresentar seus relatórios, e por organizações da sociedade civil que passaram a monitorar este grande falso discurso que por muitas vezes foi construído pela mídia sobre a ocorrência de tráfico de pessoas para fins de exploração sexual em contexto de grandes eventos. Eles revelam a produção de grandes investimentos de recursos públicos. Só em um grande evento recente, houve cinco campanhas diferentes para o tráfico de pessoas, buscando prevenir a sua ocorrência. Na realidade, o que aconteceu? As políticas de segurança buscaram criar uma ambiência de limpeza urbana.

Por exemplo, as profissionais do sexo que trabalhavam nas ruas e os moradores de rua foram retirados desse ambiente em nome do discurso de prevenção ao tráfico. Na verdade, colocamos ainda mais na marginalidade aqueles que muitas vezes já se encontravam nesse contexto. Esses discursos precisam ser muito cuidados, mas isso não significa que não haja tráfico de pessoas e que o Estado não tenha de estar preparado para as distintas formas de violação que ocorrem quando há grande mobilização de pessoas. A Copa do Mundo não gerará mais mobilização que o Carnaval e as festas de São João. A preparação do Estado brasileiro não tem de se dar somente em função de um grande evento internacional. Ele precisa estar preparado em função dos distintos grandes eventos, com as distintas formas de vulnerabilidade desses contextos.

Essas desconstruções dos mitos precisam ser feitas, pois temos de saber o que é importante e por que esses discursos foram construídos. Às vezes o discurso é uma estratégia até para o financiamento de projetos. Podem dizer: "Ah, o tráfico aumentará. O evento é grande e trará isso. Precisamos de financiamento para projetos de prevenção". Por que é importante nos basearmos em evidências? O que os outros grandes eventos do mundo nos ensinaram? Eles nos ensinaram que mitos foram construídos e que a realidade não se consolidou. Disseram que 40 mil pessoas seriam traficadas na Copa do Mundo da África, mas somente 15 casos foram identificados. Há tráfico? Sim, mas não nessa proporção; não é condizente com esse receio que se cria. Com esses discursos, é criado um ambiente que chama a atenção da mídia, e isso é relevante. É claro que criamos uma forma fácil de dizer que o tráfico de pessoas é relevante e que, em um contexto de grandes eventos, é preciso chamar a atenção para esse tema. O ambiente é ótimo para chamarmos a atenção para um tema que nos é muito caro, mas é preciso que essa atenção seja dada a partir dos elementos centrais dessa forma de violação, e não, a partir dessas falsas premissas que se formam. Senão, voltaremos a colocar, no discurso da marginalidade e em uma falsa percepção de um grande contexto de insegurança que um grande evento pode trazer, esses elementos que não contribuem, na realidade, para o debate sobre tráfico de pessoas. Essa pauta de como construir um debate sobre tráfico de pessoas em grandes eventos precisa contar com esses elementos de desconstrução.

Por que há elementos que são muito fáceis? Primeiro, não é factível, estatisticamente, que 40 mil pessoas sejam traficadas. No último relatório que lançamos, o qual, na verdade, é o primeiro que trabalhou com as estatísticas existentes, demos conta de que 460 brasileiros foram explorados ao longo de sete anos fora do país. Como 40 mil pessoas seriam traficadas? Temos de tomar cuidado com essas estatísticas, pois este é mais um elemento não factível.

Eventos como o da Copa não têm um longo período de duração. Eles não são lucrativos nem para as cadeias que exploram. Se ocorrerá somente um jogo em uma cidade, qual é o lucro que haverá em apenas um dia? Não há mulher que dê conta de atender a um público gigante. Se há um processo de objetificação da vida, temos de trabalhar com um dado real. Qual é a capacidade e o lucro que isso gera? A primeira coisa importante a entender em relação a tráfico de pessoas é que há um mercado que o demanda. Precisamos focar esse olhar sobre o que demanda esse tipo de violação. Será que são as nossas próprias práticas culturais? Será que é o nosso modelo de consumo ou será que são, de fato, os modelos que se sustentam em torno dessa forma de violação?

Há outro fato que ajuda a desconstruir esse mito. Quem participa de grandes eventos, muitas vezes, são famílias que se mobilizam para um processo de confraternização. O esporte é um ambiente de confraternização, e, muitas vezes, os recursos são investidos no turismo, ou seja, no processo de ir para outro país e comprar ingressos. Não há muito dinheiro envolvido nisso. Essas desconstruções são relevantes, e é importante estarmos atentos a elas.

Outros grandes mitos se formaram, mas acredito que a Maia terá condições de falar sobre esses elementos. Gostaria apenas de informar uma recomendação dada pelo nosso Comitê Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas, que é a nossa primeira manifestação, exatamente em torno dessa desconstrução, que se dá também pela necessidade de focarmos a atenção em alguns elementos, como a agenda relativa à proteção da criança e do adolescente.

Aí estou falando do aspecto da proteção integral. Este é um elemento fundamental. Hoje há uma mobilização importante na agenda de convergência, e comitês sociais estão sendo instalados nas 12 cidades sedes. Minas Gerais tem um comitê estruturado, preparando-se para essa ambiência. Na Copa das Confederações do ano passado, conseguimos identificar uma forma de violação, que é a exploração do trabalho infantil. Este é um elemento com que precisamos ter cuidado. Precisamos estar atentos para que outras e inúmeras formas de violação que podem ocorrer numa ambiência de grande movimentação de pessoas não ocorram no nosso evento.

Também temos que deixar a lição do Brasil para os próximos grandes eventos que virão. Alguns grandes eventos deixaram uma lição para nós. Que lição vamos deixar para os outros? A agenda de convergência é uma agenda estratégica. O pacto pela promoção do



trabalho decente, que busca também enfrentar todas as formas de exploração infantil, seja pelo trabalho, seja pela exploração sexual de crianças e adolescentes, também é um legado que vamos deixar. Portanto, precisamos tratar esse tema com cuidado, e este seminário cria uma ambiência para esse debate em torno desses mitos.

O Estado brasileiro tem que estar preparado para as distintas formas de violação que ocorrem em um processo em que grandes agrupamentos populacionais se reúnem, tem de estar atento seja à proteção de crianças e adolescentes, seja à proteção das mulheres contra as distintas formas de exploração e violência a que muitas vezes elas se submetem quando há álcool envolvido, quando há potenciais formas de violação de direito, especialmente no ambiente de trabalho. No trabalho formal, muitas vezes há uma fiscalização incisiva, mas, a um ambiente de informalidade, o Estado brasileiro nem sempre consegue chegar; aí pode haver algumas formas de produção e reprodução de violência pelo trabalho escravo. Teremos grandes deslocamentos, e esperamos que o Brasil possa deixar boas lições nesse ambiente de proteção.

A política de enfrentamento ao tráfico participa dessa agenda de convergência por meio da sua rede de núcleos e postos, que está à disposição tanto para as ações de prevenção quanto para as campanhas que estão sendo montadas, mas também alerta para qualquer situação que possa ocorrer. Portanto, ela será a rede acionada para atender a alguma situação que, eventualmente, seja identificada. Esperamos que as lições do Brasil possam, especialmente, ajudar nas desconstruções dos falsos mitos e colocar uma agenda real que ocorre de fato numa ambiência de grandes eventos, construindo uma estratégia de parceria para os distintos setores entre Estado e Município para mudar essa realidade durante um contexto de grandes eventos. Obrigada.

Palavras do Sr. Johan Lukasse

Bom dia a todos. Agradeço a oportunidade de poder estar aqui. Se estiverem duros, é só esticar um pouquinho. Peguem a sua mão direita, apertem a orelha esquerda; depois, peguem a mão esquerda e apertem a orelha direita.

Meu nome é Johan Lukasse, sou holandês e casado com esta mulher radiante que está aqui, a Jeannette. Somos os fundadores da Jocum em Belo Horizonte. A Jeannette escreveu o livro *Um grito das ruas*. Se entrarem no nosso site, vão poder vê-lo. Moramos no Brasil há 30 anos; esta é a nossa segunda pátria. Estamos muito felizes de estar aqui; somos fundadores e pioneiros de várias coisas que estão sendo feitas nessa área de criança e adolescente e de pessoas que realmente estão vivendo uma situação de exploração e de grande risco.

O tema escolhido para eu e a Vanessa falarmos é “Tráfico de pessoas na Copa do Mundo”. O que precisamos saber?

Então, quero pincelar rapidinho algumas coisas, voltando um pouquinho àquilo que aconteceu nas últimas Copas do Mundo e que, possivelmente, poderia acontecer aqui. Vou dar algumas dicas, ou seja, como podemos enfrentar a questão de tráfico de pessoas. O que podemos, como sociedade civil, como pessoas, realmente fazer em termos práticos? O que precisamos saber? Durante a Copa do Mundo de 2014 estamos esperando que cerca de 600 mil estrangeiros venham para o Brasil. Além disso, provavelmente, de 3 a 6 milhões de brasileiros vão se deslocar pelas sedes da Copa. Conforme as estatísticas, 80% de turistas, de pessoas que virão assistir aos jogos, são homens desacompanhados, não necessariamente solteiros, mas homens desacompanhados. Vocês sabem o que homens desacompanhados procuram nesses grandes eventos? Como foi citado, não é diferente no Carnaval, não é diferente em outros eventos de grande escala. Eles procuram jogos de futebol, bebidas e mulheres.

Vou citar o depoimento de uma menina albanesa que foi traficada aos 17 anos para Londres: “Muitas vezes vi torcedores passando após um jogo. Tinha de trabalhar turnos de 14 horas, não fui bem tratada por eles, especialmente por aqueles que queriam sexo em grupo”. Essa é uma realidade que está acontecendo todos os dias, que vai acontecer de uma maneira mais forte e aguda durante a Copa. Precisamos, então, nos armar para acabar com esse tipo de prática.

Também devemos ficar alertas para outro problema: de onde virão, possivelmente, crianças, adolescentes e mulheres? Certamente vão vir de bolsões de pobreza, pessoas que vivem em situações de vulnerabilidade. Existe uma entidade denominada Fundo Cristão para Crianças - ChildFund -, que está em alerta há vários anos. Estão de parabéns, porque estão trabalhando nos maiores bolsões de pobreza às margens da BR-116, principalmente no Vale do Jequitinhonha. São 2 mil voluntários fazendo um programa de prevenção, para que crianças e adolescentes não sejam aliciados e levados para os grandes centros, para as sedes da Copa. Precisamos, realmente, trabalhar nisso.

Devemos entender que pessoas acabam na prostituição, especialmente falando da ligação existente entre tráfico humano e prostituição. Vou citar uma estatística bastante assustadora que refere-se aos Estados Unidos, mas no Brasil a situação é muito semelhante. Nos Estados Unidos, 30% de todas as meninas sofrem abuso sexual durante a sua infância. Quando mulheres que trabalham na área de sexo são entrevistadas, conclui-se que 96% delas foram vítimas de abuso sexual na infância. O Brasil é um país continental, possui fronteiras demais. Os aliciadores e traficantes vão encontrar grande facilidade para trazer crianças de países como Bolívia, Peru e Colômbia. Devemos ficar muito alerta e alertar as pessoas em volta, temos de fazer alguma coisa séria sobre isso.

Considerações sobre Copas do Mundo anteriores. A Fernanda falou sobre o fato de que 40 mil mulheres foram levadas, supostamente, para a Alemanha; e depois, para a África do Sul.

O que aconteceu de bom? A sociedade se levantou e disse que era um absurdo, que isso não poderia acontecer. Houve divulgação e ações contra o tráfico humano e contra a exploração sexual. Foi criado um ambiente desfavorável ao tráfico de pessoas, o que deve ser feito no Brasil. Vocês estão com medo? Vamos fazer do Brasil, durante e depois da Copa, durante e depois das Olimpíadas, um lugar em que traficantes encontrarão um ambiente desfavorável por conta da política imposta.

Países em que a prostituição foi legalizada, conforme mencionado pela defensora pública, entre eles Holanda e Suíça, hoje são destino de tráfico humano. Por quê? O que houve especialmente na Holanda e na Alemanha? Legalizou-se a prostituição como trabalho a fim de proteger as meninas que atuam na área, o que é louvável. Entretanto, o que aconteceu? Os traficantes falaram “muito obrigado, temos um ambiente favorável”. E começaram a buscar meninas da Europa Oriental - Ucrânia, Moldávia, Romênia, Hungria, Albânia. Alegam que são trabalhadoras legais e que escolheram estar na prostituição. Não é verdade. Muitas vezes, essas meninas que dizem trabalhar voluntariamente com sexo são domadas física e emocionalmente para serem trabalhadoras do sexo. Em muitos casos,



nem reconhecem que são vítimas de tráfico. Elas passam por uma lavagem cerebral, sofrem grande pressão física e emocional. Elas são dependentes emocionais dos traficantes e cafetões, o que deve ser levado em consideração.

Na Europa, há um grande debate sobre prostituição. Espera-se que os companheiros, principalmente os políticos, estejam conscientes disso. A Holanda e a Alemanha legalizaram a prostituição, o que, na verdade, abriu um grande precedente para o tráfico. A Suécia, porém, decidiu criminalizar parcialmente a prostituição de tal forma que os clientes sejam punidos e não as mulheres que atuam na área. É proibido comprar sexo lá. Isso é bom? O resultado foi que a Suécia se tornou um país desfavorável ao tráfico de mulheres para exploração sexual, para prostituição. Hoje, a Suécia é o país com a menor taxa de tráfico humano.

Há algumas coisas que ocorrem no Brasil e das quais gostaria de falar com vocês. É preciso haver algumas ações práticas para combater o tráfico de pessoas e a exploração sexual, como conscientização e sensibilização, por meio de palestras, filmes e ações públicas.

Criamos na Jocum um pequeno programa chamado Libertodos, que levamos às escolas, voltado especialmente aos adolescentes, ao público mais vulnerável ao tráfico humano. Estamos fazendo esse trabalho há um mês, e foi interessante vermos as pessoas dizendo assim: “isso está ocorrendo comigo; estão me oferecendo tudo isso; agora entendo que não devo cair nessa cilada”. Estamos indo para as ruas, para o meio das manifestações. Aproximamo-nos de um grupo e dissemos: cartão vermelho para vocês. As pessoas assustam e perguntam o que fizeram para merecer cartão vermelho. Dissemos: esperamos que não tenham feito nada, apenas queremos alertá-los para a campanha que estamos fazendo contra a exploração sexual, pois nos grandes eventos isso ocorre demais; por favor, nos ajudem para que isso não ocorra no País. Obrigado.

Ações de combate. Dispomos de vários canais de denúncia, como o Disque 100 e o Disque 180. Estamos trabalhando com organizações nos Estados Unidos que possuem um aplicativo chamado Freedom. Acessem esse aplicativo, compartilhem isso e comecem a trabalhar. Os jovens, os adolescentes ainda não sabem nada sobre tráfico humano. Há excelentes filmes internacionais, como *Desaparecidos*, *A informante* e *Busca implacável*. *Anjos do sol* é um excelente filme nacional que denuncia a exploração sexual, especialmente de crianças. No ano passado, foi exibida a novela *Salve Jorge*, muito boa. Há um documentário evangélico chamado *Nefarious*, que mostra estatísticas do tráfico humano e da exploração sexual nos Estados Unidos e na Europa. Infelizmente não dá para mostrá-lo aqui, chama-se *Nefarious*. Durante a Copa do Mundo, um grupo deles estará aqui trabalhando especialmente no combate ao tráfico humano.

Ontem, 7 de maio, a *Folha de S.Paulo* publicou um artigo, uma denúncia. Vocês viram? Num *outdoor*, foi retratada a cena terrível de uma pessoa seminua assentada sobre uma bola tirando a roupa de uma criança, propaganda do Bahamas Hotel Club. Temos de denunciar isso e pedir aos nossos governantes para tomar as atitudes devidas. Ontem recebi ainda um artigo do jornalista Breiller Pires, do *Placar*, que também faz denúncias sobre o tema.

Vanessa, venha para cá. Já vou terminar a minha fala. Última questão. Gostaria de alertá-los de que, para combatermos o tráfico de pessoas e a exploração sexual, precisamos de um sistema de valores. Pergunto: de onde tirar esses valores? O deputado Durval Ângelo abriu esta reunião em nome de Deus. A Bíblia, a palavra de Deus nos dá uma base de valores e de maneiras de falar.

Quero citar aqui o que disse o apóstolo Paulo em Gálatas 3:28, e talvez seja a melhor maneira de falar sobre respeito, dignidade e igualdade entre todos os seres humanos: “Já não há nenhum judeu nem grego...” Não podemos achar que há diferença entre grupos étnicos e religiosos. “...não há escravo nem livre, homem nem mulher; pois todos são um em Cristo Jesus.” Cristo diz: “Sou o caminho, a verdade e a vida.” Cristo também diz: “Conhecereis a verdade e a verdade vos libertará.” A campanha da fraternidade da Igreja Católica traz: “É para liberdade que Cristo nos libertou.”

Quero deixar essas minhas palavras com vocês, e a Vanessa disporá de mais alguns minutinhos para terminar o que comecei a dizer. Muito obrigado.

Palavras da Sra. Vanessa do Carmo

Bom dia a todas e a todos. Na pessoa do deputado Durval Ângelo, cumprimento a Mesa. No painel da tarde, falaremos sobre a Rede de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas, a articulação entre os profissionais e a mobilização da sociedade.

Falarei um pouco, no contexto do Jovens com uma Missão, em Belo Horizonte, e o Johan já comentou algo a respeito. Queria mostrar como chegamos a essa temática. O Johan e a Jeannette participaram de uma Conferência Internacional, em 2009, e ouviram sobre o tráfico de pessoas. Como sabemos, não é um fato novo, mas o olhar sobre ele é.

Em 2011, como Jocum, realizamos nosso primeiro seminário na área e celebramos nossos 25 anos em Belo Horizonte. Só para falar um pouco sobre esse contexto de rede, mostrando como o Brasil se situa nessa área. O Brasil abrigava escravos africanos no século XVI, trazidos pelos portugueses, e foi um dos últimos países a abolir a escravatura. Após o fim da escravidão, os ex-escravos foram abandonados à própria sorte. Digo isso, porque, diferentemente dos Estados Unidos, onde os escravos foram emancipados e amparados por uma lei que lhes possibilitava certa assistência, no Brasil não ocorreu isso. O resultado foi um processo de marginalização dessas pessoas que eram libertas, mas que não tinham assistência. Digo isso, para que isso não ocorra também com as vítimas do tráfico de pessoas.

Pelo contexto no qual a agenda chega ao governo, geralmente as políticas públicas são demandadas pela população, mas não foi isso que aconteceu, mesmo com a atuação da sociedade civil, como da Asbrad, em São Paulo, que iniciou um trabalho no aeroporto de Guarulhos, alertando sobre o tráfico de pessoas, e não ocorreu isso.

Houve uma pesquisa, a Pestraf, em 2001, se não me engano, que detectou o tráfico de pessoas em todo o território brasileiro. O Brasil assinou o Protocolo de Palermo em 2001, e o ratificou em 2004.

Alguns países não atuam de forma comunitária, mas de forma política. Os Estados Unidos classificam os países de acordo com a sua atuação contra o tráfico de pessoas. Aos olhos dos Estados Unidos, os países que não criam um plano contra o tráfico de pessoas podem receber voto contrário quando solicitam empréstimo do FMI e do Banco Mundial. O que isso pode causar? Vejo que isso não tem se tornado realidade pela atuação do Ministério da Justiça, pela criação da política, e pode se tornar uma lei para inglês ver, como



foi no início da abolição. Espero que isso não aconteça aqui. Tenho visto que não tem acontecido, mas como toda política descentralizada depende da vontade de seus governantes para ser implementada.

Também complemento que o programa de enfrentamento do Estado de Minas, pelas iniciativas que tem tomado, não tem sido assim. Várias pessoas falaram aqui sobre como ele é realizado.

Como disse, em 2004, houve a ratificação do Protocolo de Palermo, que já havia sido assinado pelo Brasil.

Em 2006, houve a política; em 2008, o primeiro plano, e, em 2010, foi realizado o I Encontro Nacional da Rede de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas, em Belo Horizonte. Alguém ficou sabendo desse encontro? Até o ano de 2010, não havia sido criada nenhuma política nessa área no Estado de Minas. O encontro foi realizado aqui justamente para cobrar dos nossos governantes uma atitude. Que bom que a partir daí deu-se início ao Programa de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas. Em 2011, houve o II Encontro Nacional da Rede de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas para a discussão de propostas para o segundo plano. Em 2011, tivemos a possibilidade de realizar o nosso primeiro seminário, com uma plenária, quando também recebemos sugestões para o segundo plano. E fomos convidados a participar do segundo encontro, que ocorreu em novembro de 2011, em Recife. Desde então, temos atuado na realização de seminários e na sensibilização da sociedade civil sobre o tema.

Relativamente à efetivação de políticas ligadas a redes, elas nascem a partir da ampliação da visibilidade que a sociedade tem sobre ela mesma. Muitas diretrizes, sejam preventivas, de repressão ou de responsabilização dos agressores, não estão sendo implementadas de forma satisfatória, devido à falta do conhecimento, por parte dos gestores, de áreas específicas, ou à sua incredulidade na correlação de suas áreas com o tráfico de pessoas.

No ano passado, houve um seminário com o Dr. Rinaldo Barros que, há dois anos, tentava fazer contato com o Secretário de Educação para levar o tema à agenda das escolas. Muitas vezes, o gestor não percebe que a área que coordena é importante na prevenção e enfrentamento ao tráfico de pessoas, fazendo com que o fortalecimento não ocorra nessa área.

O fortalecimento da rede passa pela vontade política do governo. Participei da primeira capacitação para a rede socioassistencial em Belo Horizonte, de que também participaram vários técnicos do Cras e do Cress. Houve uma mudança, no início deste ano, e esperamos um novo treinamento para que esta rede seja bem capacitada para identificar e atender a possíveis vítimas do tráfico.

Participamos de encontros, simpósios, debates e pesquisas sobre o tema. Sou bacharel em serviço social, fiz meu trabalho de conclusão de curso na área de intersectorialidade e enfrentamento ao tráfico de pessoas nas Regiões Sudeste e Centro-Oeste. Participei, como estagiária, de um grupo de pesquisa sobre migração internacional, onde haviam sido reconhecidas vítimas do tráfico. Essa pesquisa também tratou da imigração haitiana. Temos atuado no fortalecimento da Rede de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas por meio da sensibilização de pessoas que atuam direta ou indiretamente com o público vulnerável a esse crime. Em uma das palestras que realizamos, uma pessoa que trabalhava em um abrigo procurou-me dizendo que havia um adolescente vítima de tráfico, e pudemos fazer o seu encaminhamento, o que não havia sido feito até então. Desde 2011, realizamos seminários na área, trocando ideias e promovendo debates por meio de experiências entre estados, como Goiás e São Paulo.

Foi criado o programa Libertodos, que é um conjunto de ações na área de educação para a prevenção ao tráfico de pessoas. Foram treinadas 94 pessoas e cerca de 1.300 adolescentes, sensibilizados quanto ao tema nas escolas de Belo Horizonte e de Recife. Enquanto lhes falo, está sendo feita uma capacitação em Curitiba, no nosso grupo Jocum - Michele é coordenadora do programa e está capacitando multiplicadores dele.

Cerca de 400 pessoas participam desse seminário desde 2011, e estamos planejando o próximo para setembro deste ano.

Quero encerrar com a fala do secretário executivo do projeto Resgate Brasil, que diz: "O fortalecimento de qualquer rede passa pelo entendimento das partes envolvidas sobre a necessidade e importância que sua organização tem dentro do processo. Fazer parte de uma rede, sem entender que se é útil ou importante nela, não motiva nem a permanência nem o interesse em estar nela". Espero que, a partir daqui, possamos construir e fortalecer a Rede de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas. Obrigado.

O presidente - Obrigado, Vanessa. Neste momento, passarei a palavra aos parlamentares. O deputado Rogério Correia não pôde esperar, mas pediu para informar que o Projeto de Lei nº 4.948/2014, de sua autoria, que dispõe sobre a divulgação da campanha "Coração azul", contra o tráfico de pessoas em Minas Gerais, será votado em 1º turno na terça-feira da próxima semana.

Convido para presidir a Mesa e os debates o deputado João Leite. Aproveito para registrar que estamos recebendo várias manifestações de aplauso pela internet, entre elas a de Emerson Clésio de Moraes, de Carmo do Paranaíba. Obrigado pelas manifestações.

O presidente (deputado João Leite) - Obrigado.

Palavras do Presidente

Bom dia. Estou acompanhando a reunião com vocês desde o início. Quero agradecer a presença e o interesse de todos por esse tema tão importante para todos nós. Nosso sonho à tarde é fortalecer uma rede do Estado de Minas Gerais em defesa das nossas crianças, adolescentes, mulheres e trabalhadores. Estou muito empolgado com as falas da parte da manhã e com o debate que se iniciará agora.

Agradeço a presença do deputado federal Arnaldo Jordy. Li muito sobre a tarefa que realizou com a CPI. Sem dúvida, é um documento histórico esse trabalho de campo da Câmara dos Deputados. Estamos num momento no Brasil em que fica parecendo que deputado não faz nada, que os deputados federais não fazem nada. Pela sua fala, percebemos como você tem se doado a esse tema tão importante, especialmente no seu estado, onde há relatos graves. Quando presidia a Comissão de Direitos Humanos da Assembleia, fomos a vários fóruns nacionais e lembro-me de que os relatos do Pará, sobretudo acerca do tráfico de órgãos, eram dramáticos. Que bom termos um representante desse estado querido, um representante tão comprometido como o deputado Arnaldo! Sabemos que é um esforço estar aqui hoje, depois das votações lá ocorridas. Imagino que as pessoas estão esperando-o em seu estado, e você nos concede esse tempo em Minas Gerais, sem a possibilidade de obter nenhum voto aqui, não é mesmo? Quem sabe! Nós lhe agradecemos muito. Agradecemos também à Fernanda, que está atendendo à imprensa, e ao Talles, que sempre está conosco. Agradeço ainda à nossa defensora pública, que é comprometida nessa luta e se faz presente. Ressalto ainda a minha admiração e gratidão pela Jocum.



Conheci Johan cuidando de crianças nas ruas de Belo Horizonte, carregando crianças, alimentando e cuidando de crianças junto com sua esposa. Eu o conheci na casa de crianças aidéticas da Jocum, onde ele cuidava das crianças que tinham aids. Agora vemos a Jocum no mundo inteiro totalmente comprometida com a luta contra o tráfico humano e vivendo isso nas ruas.

Sinto-me muito feliz porque vejo aqui vereadores do interior. Estão presentes o vereador Reginaldo Tristão, de Varginha; a vereadora Racibe; a Sra. Eliane Quaresma, tão comprometida com as nossas crianças; e a Dra. Santa Gema, promotora da Infância e da Juventude, que não perde uma. Gostaria de citar todos os presentes, porque são todos importantes. Estamos sonhando com os conselhos de defesa da criança e do adolescente, com os conselhos tutelares e com os conselhos da mulher espalhados pelo Estado inteiro cuidando das nossas crianças, vigiando.

Ouvi a fala da Fernanda, que nos trouxe muitas informações. Fernanda, estamos com muito medo. No Aeroporto de Confins, há quatro policiais federais, e a análise de documentos de estrangeiros é feita por terceirizados. Fico imaginando, nos turnos, o que representam quatro policiais federais. Minas Gerais tem 25% da malha rodoviária federal. A Jocum está dizendo que o Fundo Cristão tem 2 mil pessoas trabalhando, cuidando da BR-116. Temos a BR-116, a BR-135, a BR-040 e a BR-381. A ligação do Mercosul com o Norte e o Nordeste brasileiros passa dentro de Minas Gerais. Sonho com o dia em que poderemos ter uma segurança pública integrada. Estou vendo nossas guardas municipais presentes, que poderiam perfeitamente cuidar disso, mas não têm atribuição para entrar numa rodovia federal. Além disso, há somente um patrulheiro rodoviário federal para cada trecho de 700km em Minas Gerais. Minas Gerais faz divisa com seis Estados.

A BR-262 vai daqui até quase a divisa com o Mato Grosso, que faz fronteira com a Bolívia e com o Paraguai. Estamos com muito medo do que pode acontecer. A ideia é todos nós, no Estado de Minas Gerais, nos unirmos, porque o Estado brasileiro, infelizmente, não está preparado para o que vem aqui e para o que a Jocum nos mostrou. Nossas crianças e nossos jovens correm risco. Vemos muitas crianças perambulando pelas ruas durante a madrugada. Outro dia eu estava num restaurante e vi uma criança de 10 anos na rua. É uma situação de vulnerabilidade total. Faço essa reflexão e peço à Fernanda que leve ao governo brasileiro nossa solicitação de mais policiais.

Devo informar a todos que a Polícia Federal não está presente, embora seu representante tenha vindo à Assembleia. A Polícia Legislativa, da Assembleia Legislativa, não permite a entrada de pessoas armadas dentro desta Casa, e o policial federal que veio não aceitou ser desarmado. A Polícia Militar, a Polícia Civil do Estado de Minas Gerais e os nossos bombeiros, quando entram na Assembleia Legislativa, respeitam a Casa e não entram armados, mas o policial federal que veio representar a Polícia Federal não aceitou ser desarmado pela Polícia Legislativa. Por isso, infelizmente ele não participa desta Mesa, pois não aceitou entrar na Casa do povo de Minas Gerais sem a sua arma.

Esclarecimentos sobre os Debates

O presidente - Neste instante, daremos início aos debates. Solicitamos àqueles que fizerem uso do microfone que se identifiquem, sejam objetivos e sucintos, dispensem as saudações pessoais. Cada participante disporá de até 2 minutos para fazer sua intervenção. Lembramos que a leitura e a apresentação oral de perguntas serão feitas de acordo com o volume de sugestões recebidas. Primeiramente, ouviremos todas as perguntas orais. Ao final, passaremos a palavra a cada expositor para que responda, em bloco, todas as perguntas a ele dirigidas.

Debates

O presidente - Com a palavra, Cléverson Lobo Buim, da Nova Central Sindical e do Sindetpol-MG. Dirija-se por favor ao microfone para fazer sua pergunta.

O Sr. Cléverson Lobo Buim - Como representante da classe dos investigadores da Polícia Civil e também da Nova Central Sindical, dirijo-me ao Dr. Talles, por ser representante da Secretaria de Estado de Defesa Social de Minas Gerais. Na verdade, como o deputado falou em provocação, essa não é uma pergunta, mas sim uma provocação, uma reflexão para o senhor levar para a secretaria. Temos realmente o enfrentamento real e problemas de ajustes de contas.

Primeiro, gostaria de fazer aqui um elogio a um deputado do século passado, de 1989: Sérgio Alvim, de Governador Valadares, que, em Resplendor, derrubou uma quadrilha - desculpem-me os juizes e maçons - de maçons, juizes, promotores e advogados. Ele pagou um preço altíssimo justamente por combater o tráfico de pessoas na época. Crianças eram encaminhadas para a Europa e também para o estado dos meus ancestrais e parentes: Israel, para minha tristeza. Ele foi transferido pelo delegado de Governador Valadares; pagou um preço altíssimo. No final da investigação, correu o Espírito Santo, com sua própria gasolina e seu próprio carro, e conseguiu pegar uma criança que já seria encaminhada para a Europa. Isso não é a hipocrisia policial que temos. Ele correu para o sul do Espírito Santo, passou por Juiz de Fora, Belo Horizonte e veio desmascarar esses juizes, que foram transferidos, assim como os promotores, etc. Então, está de parabéns o Dr. Sérgio José Alvim, que hoje está na região de Carangola e Laranjeiras, pelo lado de Muriaé. Esse é um exemplo.

Também existe um outro lado ruim. Temos aqui instituições que, em tese, são de mentirinha, como o Deoesp, de onde saiu, pela porta da frente, um traficante: o Fernandinho Beira-Mar, e também um indivíduo que, nessa área de tráfico de pessoas, é chamado Antônio Agostinho Cunha da Silva. Esse português montou uma boate em um condomínio fechado para dificultar investigações, no Rio de Janeiro, na Tijuca, especificamente o Condomínio Pedras de Itaúna. Ele foi preso em Itabira por estelionato. Em vez de ser investigado a fundo por tráfico de pessoas, considerando-se o trabalho que fazia - talvez seu sócio continue levando pessoas para Portugal e, de lá, para a Europa -, simplesmente pagou R\$50.000,00 para ficar, durante o dia, do lado de fora. Falo isso porque existem provas materiais, pois, do contrário, não faria tais afirmações.

É importante o senhor levar para a Seds essas questões, pois precisamos tanto elogiar quanto também nos policiarmos, na instituição, já que temos profissionais de várias classes, até delegados, e a lei é também para eles. Esse indivíduo que se locupletou desse dinheiro e de outros hoje é político na cidade. Tenho provas. Esse português está preso na Nelson Hungria por medidas de proteção, pela denúncia que fez, sabendo que a investigação poderia ter sido levada mais a fundo por essa vergonhosa Polícia Civil nossa, que também tem seus louros. Muitos casos poderiam ter sido evitados. Obrigado.



O presidente - Muito obrigado. Com a palavra, Uendes Lima de Souza, da Associação dos Povos Indígenas de Belo Horizonte e Região Metropolitana.

O Sr. Uendes Lima de Souza - Eu queria falar sobre a discriminação dos índios aqui em Belo Horizonte. No domingo passado estávamos trabalhando no parque municipal. Como meu irmão não conhece a lei da cidade, pensou que o parque municipal era como a nossa aldeia e foi fazer uma necessidade em uma árvore. Os guardas municipais chegaram até ele com ignorância e falaram que não podia fazer aquilo, chamando-o de vagabundo e de bandido. Gostaria que fosse feita justiça. Antes disso nós dois fomos discriminados no ônibus. A esposa dele desmaiou no Ministério Público Federal e minha esposa chegou chorando. O guarda o pegou pelo pescoço e saiu arrastando-o como bandido na frente de todo mundo. Nesse dia havia mais de 20 guardas. Colocaram ele com as mãos para trás, como um criminoso. Colocaram meu primo, que é menor, com as mãos para trás também e deram um pescoção na cabeça dele. Guardas municipais tomaram essa atitude. Gostaria de saber como está a lei aqui em Belo Horizonte. Estamos no Jardim Vitória e não temos o apoio de ninguém, nem da Polícia Federal. Por que não querem nos apoiar?

O presidente - Qual é a sua nação indígena?

O Sr. Uendes Lima de Souza - Pataxó. Viemos de Coroa Vermelha e tenho muito orgulho de falar. Todos nos veem puxando carrinho no meio da rua. Viemos atrás do nosso suor.

O presidente - Uendes, Coroa Vermelha entre Porto Seguro e Cabralia. Você poderia subir até a mesa para que pudéssemos anotar a sua denúncia e encaminhá-la à Comissão de Segurança Pública e à Comissão de Direitos Humanos da Assembleia? Podem subir os dois.

Tenho aqui uma pergunta para toda a Mesa feita pelo Eclébio Alves Moreira, conselheiro tutelar. Gostaria que se lembrassem de responder também a essa pergunta: “Qual é a proposta de combate ao tráfico humano, uma vez que a vítima é seduzida e por si própria decide se aventurar e somente mais tarde descobre que está sendo enganada?”.

Vamos começar pelo deputado federal Arnaldo Jordy, presidente da CPI do Tráfico de Pessoas na Câmara dos Deputados, que honra muito a Assembleia Legislativa de Minas Gerais com sua presença. Ele tem um conjunto de perguntas. Com a palavra, para respondê-las.

O deputado federal Arnaldo Jordy - Obrigado, deputado João Leite. Vou tentar responder rapidamente. Se for malsucedido, por favor, me corrijam. Pergunta da Rafaela do Núcleo de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas: “Qual é a modalidade de tráfico mais recorrente nas investigações da CPI?”. O mais recorrente é o fim de exploração sexual de mulheres e adolescentes. Esse é o caso mais recorrente no Brasil inteiro, mas há vários outros. A adoção ilegal de crianças e bebês também cresceu muito. Como eu disse, ainda não temos uma estatística sólida, mas, sem dúvida alguma, os casos mais recorrentes se relacionam a exploração sexual.

A outra pergunta é da Natália Soares, da universidade: “Como o projeto do Legislativo de regularização de casas de prostituição pode impactar o tráfico de pessoas no Brasil e o que tem sido feito para a derrubada de tais leis?”. Esse é um debate extremamente polêmico e controverso não só aqui, mas também em outros lugares do mundo. No Brasil, pelo que temos acompanhado, existem diversos projetos, e sei que não é fácil criminalizar a prostituição. Hoje a legislação brasileira criminaliza o agenciamento para a prostituição, mas a atividade em si não é considerada crime. Aliás, acho muito difícil que isso seja alterado, isto é, que se criminalize a atividade da prostituição. Essa é a minha opinião em relação ao que tenho assistido nos debates. Se isso vier a acontecer, não significa, seguramente, que se vai resolver qualquer tipo de problema. Na verdade, essa criminalização não me parece ser o caminho mais fértil para se reduzir o tráfico para esses fins. Essa é a minha opinião.

Também há uma pergunta da Associação Batista de Assistência Social - Abas -, de Betim: “Como é que se pode fazer as denúncias à sociedade civil, a exemplo do que aconteceu com o Cel. Malhães, da Comissão da Verdade, sem risco?”. Existem hoje diversas possibilidades de denunciar com segurança - Disque 100, Disque 180 ou o próprio Disque-Denúncia. São instrumentos que, no início de sua existência, geraram certa desconfiança na sociedade em relação à sua segurança, mas hoje esse já é um ponto praticamente pacífico. A maioria dos casos ou uma boa parte deles tem vindo através destes instrumentos: Disque 100 e Disque-Denúncia. Além disso, há o Ministério Público, os conselhos tutelares, a OAB e a sua Comissão de Direitos Humanos, as câmaras de vereadores e as assembleias legislativas, a Promotoria de Justiça e o Poder Judiciário. São inúmeras possibilidades; há pessoas comprometidas e confiáveis que fazem uma acolhida confiável. Sem se expor, é possível denunciar essas situações e acompanhar os resultados a partir das denúncias feitas.

A outra pergunta é da Associação dos Povos Indígenas de Belo Horizonte e Região Metropolitana, que pede informações sobre a possibilidade de denúncia de tráfico humano em casas de prostituição. Acho que é isso.

O presidente - Diga seu nome completo, por favor. Pode dirigir-se ao microfone.

A Sra. Marinalva Maria de Jesus - Bom dia a todos. Para quem não me conhece, sou Marinalva, da etnia pataxó hã-hã-hãe, e estou representando a Associação dos Povos Indígenas de Belo Horizonte e Região Metropolitana. A nossa associação faz o acompanhamento dos índios não aldeados e dos indígenas que chegam de toda parte do Brasil, desde 2004.

Quando recebi o convite para participar deste seminário, nem fiz a minha inscrição pela internet porque achei que poucas pessoas viriam dar a sua contribuição. Depois, com o desenrolar das falas, vi que 60% dos assuntos discutidos têm afetado a nossa comunidade. Muitas vezes, nos encaminhamentos que fazemos, falamos mais sobre os meninos; em momento algum, falamos sobre as meninas. Nos últimos anos, tenho trabalhado muito para desconstruir as quadrilhas, o suicídio e o tráfico. A falta de oportunidade tem afetado muito a nossa comunidade. As nossas jovens hoje, para sobreviver, estão sendo obrigadas a manter relacionamento com certos indivíduos que não fazem parte da nossa comunidade. Esse relacionamento, por várias vezes, tem se transformado em violência e dado frutos. Elas ganham filhos de pessoas que têm influência no tráfico, e, muitas vezes, essa criança já cresce com a tendência de fazer o que o pai faz.

Estamos muito sem visibilidade. Percebemos que a questão indígena tem sido vista de forma cruel e desumana. A situação é drástica. Vocês ouviram os artesões falar sobre os problemas que vêm vivenciando na rua, de muita violência e discriminação. A gente nem sabe mais o que fazer. É muito desumano o que a nossa população vem vivenciando na cidade de Belo Horizonte. Fico feliz em



estar aqui e poder apresentar, pela primeira vez, o que as nossas jovens têm sofrido. Para nós, tudo é muito pesado. Às vezes, conseguimos desconstruir o tráfico, mas não temos nada a oferecer àquela pessoa que está sendo vítima. Por diversas vezes, ela se prende dentro de casa, fica no quarto, comendo o que tem. Atualmente 100% do nosso povo está vivendo em uma linha abaixo da pobreza; a maioria está desempregada. Estamos de pés e mãos atados, porque não temos o que fazer. Vários encaminhamentos já foram dados. Já temos quatro anos de luta, mas não sabemos o porquê de as nossas demandas estarem travadas. Não conseguimos chegar a lugar algum. Quero ver se, depois deste evento, temos como marcar uma reunião com o deputado João Leite e o deputado Durval Ângelo, para apresentar os nossos problemas e ver de que maneira eles poderão nos apoiar. Obrigada.

O deputado federal Arnaldo Jordy - Querida, primeiro, quero me associar integralmente às suas preocupações e às denúncias que trouxe aqui. Essa situação, na minha opinião, tem um agravante, porque as populações indígenas são tuteladas pelo Estado brasileiro e, portanto, há violações de direitos na questão de exploração, de abuso e violência contra a dignidade sexual dessas populações. Quero receber suas denúncias não apenas pela CPI, pois pode até não haver caso específico de tráfico, mas há violações de direitos, como você está dizendo. Pela Comissão de Direitos Humanos que também integro na Câmara Federal, quero deixar meu contato para receber as suas denúncias.

Nesta mesa estão deputados e deputadas absolutamente comprometidos com essa causa, promotores, defensores, juízes, procuradores, enfim, todo mundo, de certa forma, abriga sua lágrima aqui. Tenho certeza de que o seu pedido será acolhido e, depois, marcada uma reunião específica para tratar das violações de direitos da população indígena que você representa aqui.

Bom, presidente, era o que eu tinha a dizer.

O presidente - Obrigado, deputado. A Assembleia Legislativa tem agora mais uma ferramenta para que o cidadão participe de suas atividades: Dê Sua Opinião sobre Projetos em Tramitação. Por meio dela, todo cidadão pode acessar o portal da Assembleia e opinar sobre os projetos que estiverem em discussão. É muito fácil.

Você pode opinar sobre o projeto, mostrar se é a favor ou contra e ainda escrever seus comentários. Você pode também mostrar-se favorável ou contrário aos comentários feitos por outros cidadãos. Para dar a sua opinião, acesse o portal www.almg.gov.br, clique em "Participe" e envie a sua opinião sobre o projeto em tramitação. Acesse, participe e comente.

Estamos atentos. Já recebi a representante das diversas nações indígenas, que esteve aqui para expor as dificuldades por que passam as aldeias espalhadas pelo Brasil. Infelizmente os indígenas são vítimas dessa discriminação. Já nos envolvemos na questão das empresas de transporte. Como eles têm a sua maneira de vestir, muitas vezes as empresas de ônibus e de metrô impedem a entrada de indígenas em seus veículos. A CBTU já impediu a entrada de indígenas em seus vagões. Intervimos nessas questões, mas ainda permanece um preconceito e uma discriminação muito fortes contra os verdadeiros donos do Brasil. Em Minas Gerais há praticamente oito nações indígenas reconhecidas. A maior é a pancararu. Os pataxós estão presentes, assim como os maxacalis e os crenaques. A população indígena resistiu muito em aceitar uma fazenda oferecida aos crenaques. Quando os europeus chegaram ao Brasil, eles eram donos das terras de Governador Valadares a Porto Seguro, mas ficaram com uma fazenda entre Conselheiro Pena e Galileia.

Está presente o deputado federal Isaías Silvestre, que está atento a essa discussão. Seja bem-vindo. Estamos à disposição. Está presente também a Cláudia Rocha, da Coordenadoria da Mulher da Prefeitura de Belo Horizonte. Estão também presentes a defensora pública Andréa, chefe da Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais, e a promotora de justiça Santa Gema, que também está atenta. Como o Arnaldo Jordy disse, há muitas pessoas aqui para recepcionar as suas lágrimas. Você pode começar assentando-se ao lado da Cláudia, para que já encaminhe algo e a ajude. Depois, suba aqui e se assente ao lado da defensora pública Andréa, para despachar com ela. A Eliane Quaresma também está aqui para ajudá-la. Há muita gente para ajudá-la. Todos estão abraçando-a. Ouviremos agora a Sra. Fernanda Alves dos Anjos, que responderá às perguntas. Muito obrigado pela presença. Como diretora de Justiça, Qualificação, Títulos e Qualificação da Secretaria Nacional de Justiça do Ministério da Justiça, ela também pode ajudá-la.

A Sra. Fernanda Alves dos Anjos - Muita obrigada, deputado João Leite. De fato, a agenda do departamento é grande. Cuidamos de uma pauta diversificada, que vai desde a política de enfrentamento ao tráfico de pessoas até a política de classificação indicativa, que é um mecanismo de proteção dos direitos da criança e do adolescente, e mais todo o sistema de acreditação das ONGs no Brasil pelos títulos federais, que são concedidos. Fazemos também mais algumas coisas. Tudo isso faz parte da agenda do departamento.

Penso que duas perguntas se assemelham bastante: a da Marina e a da Dalila. A Marina é da Casa Alma Livre, e a Dalila é da Secretaria de Administração Regional Municipal Oeste. Essas perguntas tratam daquele aspecto que mencionei há pouco, da morosidade e, às vezes, da revitimização, que ocorre no processo de escuta pelo sistema de justiça e segurança, de pessoas que passaram por violações de direitos, em especial em crimes bárbaros, que é o tema que a Dalila usa aqui.

É importante saber se esse não é um momento importante e como poderemos trabalhar a reforma do sistema de justiça. Acho que esse é um tema que envolve inúmeros atores. O deputado falou da necessidade de melhoria dos nossos códigos. No âmbito do Poder Judiciário, houve grandes inovações desde a reforma que ocorreu anos atrás, mas ainda temos o grande desafio da morosidade.

Vou contar um caso que acompanhamos de perto - aliás, foi um dos casos que mais me chocaram: uma adolescente de 14 anos era explorada sexualmente dentro de uma rede de casas de prostituição do Nordeste brasileiro. A mãe dela, que era uma das prostitutas dessa rede, faleceu, e o dono dessas casas praticamente a adotou. Ela era vista como uma pessoa cuja proteção era feita por aquela rede, mas, na verdade, era explorada sexualmente; o seu corpo era utilizado como instrumento de magia negra, de opressão, de medo, para que não fugisse de lá. Depois de alguns anos ela conseguiu fugir. O caso era tão dramático que precisávamos evitar que ela fosse revitimizada nesse processo. É claro que temos um sistema muito complicado e complexo, mas as autoridades públicas daquele Estado se mostraram sensíveis e entenderam que aquele caso precisaria de um cuidado muito especial no momento de ser ouvido. Conseguimos que a polícia e o Ministério Público a ouvissem conjuntamente, para evitar que ela contasse esse caso várias vezes. Foi uma inovação.

Hoje temos um sistema processual que dificulta e tem pouca capacidade de resposta, mas, quando encontramos a sensibilidade dos agentes de segurança e justiça, conseguimos construir outros caminhos. Estão sendo testadas no Brasil metodologias de depoimentos sem dano para se ouvirem crianças e adolescentes que passaram por situação de exploração sexual. É preciso que, nesse tipo de crime



que envolve distintas formas de violação, especialmente a violação da dignidade sexual, haja inovação. Precisamos de respostas e, principalmente, de sensibilidade. Só isso pode garantir que não haja revitimização nesses processos.

Pergunta de Euclébio, do conselho tutelar: “O que acontece quando a vítima só descobre depois? O que a política garante de proteção para essa pessoa?”. No momento de desenho da política, foi debatido profundamente o que significava esse processo de consentimento. Às vezes, a pessoa até sabia que ia para alguma forma de exploração sexual, mas consentiu; ou não sabia, foi enganada e consentiu. Para fins da política brasileira, o consentimento é considerado irrelevante em qualquer situação. Mesmo que a pessoa tenha autorizado, tenha concordado com essa oportunidade, do ponto de vista das políticas públicas, é-lhe garantido que ela continue sendo atendida e percebida como uma pessoa que passou por uma situação de exploração e de violação de direitos e que, portanto, merece todos os mecanismos de proteção do Estado. Essa tem sido a linha de construção com os distintos atores - e são muitos - que participam da política, que estão nessa rede nacional, para que esse discurso seja cada vez mais colocado. O consentimento é irrelevante. Portanto, é importante que tenhamos conhecimento disso. Mesmo tendo consentido e ido, a pessoa tem o mecanismo de proteção, o direito de ter um atendimento ou às vezes até mesmo a proteção do Estado. Às vezes, essas pessoas voltam em condição de ameaça.

Outra questão diz respeito ao papel dos centros de referência. O Emerson, de Carmo do Paranaíba, apresentou uma questão: “Como as equipes dos Centros de Referências Especializados da Assistência Social - Creas - podem participar desse processo?”. Esse tem sido o nosso grande desafio, Emerson. Criamos uma política nacional, uma rede especializada, a Rede de Núcleos e Postos Avançados, que fica nos aeroportos, portos e rodoviárias, com uma tarefa. Também fazemos isso no âmbito do governo federal. Fizemos isso com o objetivo de mobilizar as políticas públicas de educação, saúde, assistência social, turismo, relações exteriores e segurança pública, para que sejam capazes de reconhecer e prestar a devida atenção. Infelizmente, muitas vezes a Rede de Núcleos e Postos Avançados está na capital, não tem pernas para cobrir todos os estados. Precisamos da assistência social preparada para produzir esse reconhecimento e essa atenção. Percebemos que dados do Sistema Único da Assistência Social - Suas - estão conseguindo cada vez mais reconhecer esse fenômeno. A Rede de Núcleos e Postos Avançados busca nos territórios, em Minas Gerais, construir as parcerias com a assistência, com a saúde, com as Defensorias Públicas, que, muitas vezes, vão assegurar o atendimento jurídico às pessoas que passam por uma situação de violação. Essa temática, que está transversal dentro das políticas públicas, é o nosso desafio. Queremos muito que os profissionais da assistência pública estejam conosco nessa luta. Contamos com você, Emerson, nesse sentido.

O deputado nos fez uma provocação importante sobre a segurança pública, sobre o preparo ou o despreparo de todos os profissionais. Creio que ainda temos muito pouco preparo. O desafio ainda é grande no campo da segurança pública. No próprio processo de tentar coletar informações, verificar o número de registros, concluímos que esse tema ainda está na invisibilidade das forças de segurança pública estaduais. Para a Polícia Federal isso se dá muito no contexto internacional, mas existe um desafio gigante, ou seja, o tráfico interno. Esse desafio está posto de forma especial para a segurança pública. Precisamos do apoio dos setores nesse processo de sensibilização, capacitação e na própria instrumentalização, isto é, melhores mecanismos legais que apoiem também esse processo de reconhecimento.

Temos ferramentas suficientes. Às vezes nos apegamos a falsos discursos, segundo os quais não existe legislação suficiente para reprimir. Temos legislação suficiente para reprimir as formas de exploração. O que ela nos dificulta muitas vezes é o reconhecimento específico das situações de tráfico. Então, temos de tomar cuidado, porque há mecanismos para a repressão do tráfico de pessoas nas suas distintas formas de exploração.

Gostaria de lembrar que existe o discurso de que temos de ter medo, essa tem de ser uma oportunidade de alertar a sociedade. Nem sempre o discurso do medo traz a melhor resposta. O discurso consciente traz a melhor resposta, o discurso que lida com as diferentes formas de vulnerabilidade, e não construindo falsos mitos. Alerto para a necessidade de fazermos a discussão sobre a Copa do Mundo, sobre grandes eventos, como as festas de São João em Minas Gerais. É uma tradição muito importante, não como a do Nordeste, mas há grandes mobilizações. Grandes eventos estão acontecendo no País o tempo inteiro. Não podemos usar o discurso de colocar no estrangeiro, naquele que vem de fora, a responsabilidade pelo aumento da exploração sexual em nosso país. O problema da exploração sexual existe em função da nossa realidade, da nossa forma de construção, do nosso modo de sociabilidade. Essas desconstruções precisam ser feitas, porque senão vamos colocar no estranho que vem de fora a responsabilidade por um problema que é da sociedade brasileira, que ocorre na nossa realidade cotidiana.

Temos pela frente o 18 de maio. Quero convocar a sociedade mineira a fazer uma grande mobilização no dia 18 de maio. A Assembleia Geral das Nações Unidas convocou todos os países para uma primeira mobilização. Temos o 18 de maio para combater a exploração sexual, ganhamos o 30 de julho para combater o tráfico de pessoas. No ano passado a assembleia definiu, e neste ano teremos pela primeira vez um dia internacional de luta contra o tráfico de pessoas.

A nossa rede de núcleos e postos está construindo uma grande mobilização, uma semana de mobilização para este tema, no dia 30 de julho. Os comitês sociais - Marília e Betinho estão presentes - estão construindo uma grande agenda de mobilização para a data. Queremos que essas datas sejam símbolo de uma grande tarefa que ainda está colocada. Contamos com a Assembleia e com este público para alertar que a exploração sexual gera uma forma de violação primeira e cria uma perpetuação do ciclo de exploração no futuro. Cuidemos sim dessa agenda e de nos preparar para todos os momentos e eventos que geram mobilização da sociedade, construindo um discurso que ajude a trazer consciência, que ajude a divulgar os mecanismos de denúncia e não nos coloque numa situação de paralisia. Obrigada.

O presidente - Insisto na falta de estrutura. Não é possível combater isso com quatro policiais em Confins. Não é possível com servidores terceirizados identificando pessoas. Neste Plenário, está presente uma mãe que teve seus três filhos levados, tirados dela, foram embora para fora do Brasil; três crianças, e tudo aconteceu com a maior facilidade. Às vezes, pensamos que Minas não faz fronteira com outros países, mas, repito, temos 25% da malha rodoviária federal e apenas um policial rodoviário federal para cada



700km. Quando começa uma perseguição que entra na rodovia federal, não temos atribuição para entrar nela e enfrentar isso. Isso é vulnerabilidade.

A Sra. Margareth Costa Branco, diretora de Assuntos da Mulher do Sindicato da Polícia Civil, sugere que seja elaborada uma cartilha com linguagem simples, direcionada à população, a fim de que vítimas do tráfico ou familiares identifiquem, se preparem e denunciem. A Dra. Andrea já se colocou à disposição para fazer a cartilha junto com a Assembleia. Nós aceitamos outros parceiros para fazer esse trabalho. A Prefeitura de Belo Horizonte também deseja participar. É uma excelente ideia. Muito obrigado pela sugestão. Ouviremos o Talles Andrade de Souza, coordenador especial de Prevenção à Criminalidade da Secretaria de Estado de Defesa Social de Minas Gerais.

O Sr. Talles Andrade de Souza - Deputado, obrigado. A primeira pergunta é do Rogério Rêgo, conselheiro tutelar. Ela indaga por que a situação do tráfico de pessoas não é discutida diretamente com os conselhos tutelares de Belo Horizonte. Houve uma ação importante em parceria com a Sedese. Foi uma capacitação por meio de tecnologia à distância com aproximadamente mil conselheiros tutelares, e havia integrantes de Belo Horizonte. Os conselhos tutelares têm sido uma porta de entrada, de encaminhamento de casos para o Núcleo de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas. Em Minas, são mais de 800 municípios, o que deixa nosso desafio maior. Não vamos parar na primeira capacitação, outras virão. Da mesma forma, outros serviços e políticas de proteção social estão sendo alcançados. Por meio dessas capacitações, mostra-se a complexidade da temática do tráfico de pessoas, toda essa complexidade que temos discutido, desde o início da manhã, para maior conhecimento técnico a fim de que todas essas instituições consigam colocar a lente do tráfico de pessoas em seus olhos.

A Ivone Luíza M. Silva, do Conselho Estadual do Idoso, indaga se a pessoa idosa está ou não vulnerável ao tráfico de pessoas. Houve alguns casos em relação à modalidade de exploração laboral, mas não foram muitos. O Ministério Público do Trabalho identificou homens idosos, muitas vezes acompanhados pelos próprios filhos, em mineração e na construção civil.

Não são muitos casos, mas é possível que o idoso seja vítima. Não podemos dizer necessariamente, de imediato, que houve tráfico de pessoas. O trabalho da política estadual de enfrentamento ao tráfico tem sido muito fortalecido. O Ministério Público do Trabalho atua na perspectiva da regularização trabalhista. É preciso que outras instituições, como bem citou o representante da Polícia Civil, aprofundem os olhares sobre os casos concretos, porque muitas vezes o tráfico de pessoas pode estar atrás da violação de outros direitos, como o direito trabalhista. Pode ser que, nesse caso, haja uma rota de tráfico de pessoas, a figura de um aliciador que, de alguma forma, favorece, ludibria, engana, trazendo pessoas de outros municípios, de outros estados para serem exploradas laboralmente em Minas Gerais. Colocaremos o Conselho Estadual do Idoso na nossa agenda de visitas de capacitação, para termos um diálogo mais próximo com ele.

A Dalila, da Prefeitura de Belo Horizonte, indaga se há levantamento de números de casos resolvidos, das pessoas resgatadas. Esses levantamentos ainda são frágeis. Temos vivenciado casos muito bem sucedidos. Quando há exploração laboral, o Ministério Público do Trabalho e o Ministério do Trabalho e Emprego trabalham com o resgate, o ressarcimento financeiro, a regularização trabalhista. Muitas vezes essas pessoas voltam aos seus municípios, aos seus estados de origem. Já houve casos em que foi possível fazer o atendimento dessas pessoas. Quando as pessoas são oriundas de outros países, como no caso dos haitianos que atendemos, ou falam outras línguas, elas têm compreensão muito fragilizada dos seus direitos, não conhecem a legislação brasileira. Então articulamos a participação de um tradutor, para facilitar o diálogo e identificarmos as demandas daquelas pessoas. Às vezes, há demanda para se processar serviço de assistência social ou de saúde. É fundamental, no momento, o trabalho de articulação dessa rede, para que as pessoas possam acessá-la. Há também o caso específico de trabalhadores da Bahia, com um núcleo de enfrentamento ao tráfico de pessoas. Quando chegam ao estado de origem, é preciso acolhê-los, até para não serem revitimizados e explorados novamente. Houve então um diálogo com a Polícia Federal para que acompanhassem o ônibus em que estavam durante o deslocamento de Minas à Bahia, para serem parados nos postos da Polícia Federal, a fim de se garantir a volta daquelas pessoas com o dinheiro oriundo da regularização trabalhista, do FGTS, do dinheiro que lhes era devido. Houve ainda o caso de uma menina indígena traficada de Goiás e identificada em um município de Minas, que contou com a participação do Conselho Tutelar, do Cras daquele município, da Polícia Civil, do promotor de justiça.

Portanto, a partir de casos concretos, é possível identificarmos as boas práticas, as lacunas de atuação, tanto da rede de proteção social quanto do Sistema de Justiça Criminal e Segurança Pública. A partir desses olhares, dessas experiências, é possível criar fluxos e protocolos de atuação. Esse é o grande desafio.

Como disse a Fernanda, a legislação penal ainda é insuficiente, pode ser melhorada. Mas não estamos tão imóveis e, de alguma forma, passivos. Temos aprendido e avançado bastante. Esse é o caminho. Deputado, mais do que nunca temos percebido que discutir tráfico de pessoas com todas essas instituições tem sido o melhor caminho.

Acho que o caminho é a política de prevenção, a política de enfrentamento ao tráfico de pessoas, desenvolvida no âmbito da defesa social, que tem priorizado não somente ações de repressão, mas principalmente ações de proteção e de prevenção à criminalidade. Não é à toa que ela está nessa pasta. Temos de cuidar da garantia dos direitos para que as pessoas não sejam revitimizadas. A proposta de via da criminalização do direito penal não necessariamente trará proteção a essas pessoas; elas correm o risco de uma revitimização. É preciso que cheguemos com proteção social. Essa é a perspectiva, não uma aposta. É a realidade; é a política que temos desenvolvido e em que temos avançado bastante.

Agradeço a oportunidade deste espaço. Peço licença só para agradecer e registrar a presença da Flávia Gotelip, da Letícia, dos gestores do Centro de Prevenção à Criminalidade e do Núcleo de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas, que integram, com muita competência, essa rede de enfrentamento ao tráfico de pessoas e de prevenção à criminalidade no Estado de Minas. Agradeço a oportunidade.

O presidente - Além da Flávia, o Talles nos fez lembrar de todos, pois realizamos pelo menos 15 reuniões preparatórias. A Cláudia, a Flávia, a Letícia, enfim, todos participaram, construíram e nos ajudaram a chegar a este dia.



Ainda há duas pessoas inscritas, mas já estão encerradas as inscrições, até porque precisamos chegar ao final desta reunião. Depois, ouviremos o representante da Jocom. Com a palavra, o Sr. Pedro Henrique Costa, da PUC de Contagem. Há um microfone perto de você, Pedro. Obrigado pela presença.

O Sr. Pedro Henrique Costa - Deputado, nós é que agradecemos.

Bom dia a todos que estão aqui. Viemos em nome da universidade. Direciono a minha fala ao Talles e ao Johan. Johan, é impressionante a maneira como você trata o tema.

Pessoal, estamos desenvolvendo em Contagem um projeto de iniciação acerca do tráfico de pessoas. Somos do curso de direito. Nossa participação aqui, Talles, é para nos aproximarmos de vocês. Johan, com você e junto ao governo do Estado - se a deputada Luzia Ferreira também puder nos ajudar em Contagem -, pretendemos potencializar o nosso trabalho de iniciação científica lá. Queremos ministrar palestras; passar pelas escolas e mostrar o nosso trabalho; mostrar que é crime e é um tema que precisa ser bem-tratado.

Nós, estudantes de Direito, o pessoal do curso de Serviço Social, o pessoal da engenharia e muitas outras pessoas estamos mobilizados e desenvolvemos esse projeto de iniciação científica. Então quero me aproximar do governo do Estado, do Johan e desta Casa para desenvolver e potencializar o trabalho em Contagem.

Sucintamente, era isso. Agradeço demais a presença de todos e parabéns esta Casa por esta iniciativa. A PUC de Contagem está muito feliz em poder contribuir e aprender mais com a Assembleia Legislativa. Obrigado

O presidente - Muito bem. Pedro, você e seus colegas da PUC-Contagem nos animaram; deram-nos uma palavra de ânimo mesmo. Muito obrigado.

Vamos ter o prazer de ouvir a Dra. Maria de Lurdes Santa Gema, meio mãe dessa criançada toda, promotora de justiça da Infância e Juventude.

A Sra. Maria de Lurdes Santa Gema - Bom dia! Deputado, obrigada pelas palavras. Primeiro, informo à Fernanda que o Fórum Interinstitucional de Enfrentamento à Violência Doméstica, Abuso e Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes de Minas Gerais - Fevcamg - já tem 10 anos de existência. O Ministério Público participa de todas as reuniões, que são realizadas às terceiras sextas-feiras de cada mês e contam com a participação de mais de 60 instituições. Temos enfrentado muito a questão da violência sexual contra crianças, adolescentes e também mulheres. Aliás, acredito que o protocolo de humanização para atendimento a essas vítimas se iniciou em Minas Gerais, por meio do fórum, e há várias ações para o dia 18 de maio: uma das duas mais importantes reuniões será realizada em Belo Horizonte, com a participação da prefeitura de Belo Horizonte, no parque municipal, no dia 20; e, no dia 26, será realizado um grande seminário com a presença de representantes do Hospital da Polícia Militar.

Estamos debatendo também o trabalho dos policiais e dos médicos integrantes da rede de saúde do Hospital Militar, que realiza um trabalho muito importante em Belo Horizonte. Queremos debater uma proposta para a parte de cirurgia de reparação, em que o Hospital Militar de Belo Horizonte tem *know-how*. Queremos que esse trabalho seja destinado às vítimas de violência sexual.

Quero fazer uma pergunta ao deputado federal: quais são os recursos destinados pelo governo federal para a questão do enfrentamento do tráfico de pessoas? Entre eles, também há destinação para os estados fomentarem o debate junto aos comitês?

Uma pergunta para o Dr. Talles: em Minas Gerais, no orçamento deste ano, na área da defesa social, há a destinação de R\$100.000,00 para aquisição de equipamentos para o enfrentamento do tráfico de pessoas. Foi aprovada uma emenda popular, no último PPA, no valor de R\$450.000,00 para o comitê. Gostaria de saber como está sendo feita essa execução orçamentária, uma vez que percebemos a necessidade de uma maior integração, de debater a questão, nela envolvendo não só a sociedade civil, mas também todos os órgãos de segurança e de atendimento. E o comitê tem um papel fundamental nessa questão. Muito obrigada.

O presidente - A Natália Soares, da Universidade Federal de Uberlândia, do coletivo feminista Flor de Cacto, gostaria de fazer uma pergunta. Eu entendi que o deputado respondeu à sua questão, mas, como você acha que não foi respondida, venha ao microfone, por favor.

A Sra. Natália Soares - Acho que houve um erro de interpretação. Eu não questionava a criminalização da prostituição, e sim a sua regulamentação. O Projeto de Lei Federal nº 4.211, do deputado Jean Wyllys, que regulariza a casa de prostituição e a atividade de prostituição, mesmo dizendo que combate a exploração sexual, está, no mesmo projeto, garantindo a mesma coisa, porque não há medidas efetivas de fiscalização. Gostaria de saber como isso aumentaria o número do tráfico de pessoas no Brasil

O presidente - Obrigado, Natália, pela participação. Passarei a palavra ao deputado Arnaldo Jordy, que responderá à Natália, da Universidade Federal de Uberlândia - e ela está realmente interessada no assunto, uma vez que viajou 560km para estar aqui -, e à nossa promotora Dra. Santa Gema.

O deputado federal Arnaldo Jordy - Há vários projetos tramitando na Casa e que regulamentam a questão, como você disse. Um deles é do deputado Jean Wyllys. Foi criada uma comissão especial, e o debate está sendo feito. Não é um debate fácil, nem é apenas nosso; o assunto tem sido discutido na ONU e em outros ambientes.

Acho que não há uma relação direta entre essas duas coisas. Não creio que o problema da regulamentação da atividade da prostituição vá determinar o crescimento do tráfico de pessoas para esse fim. São duas coisas que têm nitidez própria, e não há estatística que demonstre sua ligação. Há algumas experiências de países ditos mais desenvolvidos em que essa relação direta não foi comprovada.

Não acho que esse projeto de lei do deputado Jean Wyllys obtenha aprovação do jeito como foi concebido, porque a polêmica é muito grande, e toda vez que isso ocorre a tendência da casa é fazer as mediações possíveis. A sociedade brasileira precisa esgarçar melhor essa discussão, até para que o parlamento tenha uma ideia um pouco mais nítida da questão. Como eu disse, temos um grande problema: não há estatísticas suficientes atualmente para chegarmos a uma conclusão.

Com relação à dotação, também padecemos desse mal. Não há uma dotação orçamentária específica para o enfrentamento do tráfico de pessoas. O recurso está diluído em outros orçamentos. Existem programas, como o II Plano Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas, que foi finalmente formalizado em 2013, depois de muito tempo de discussão pela sociedade civil, em conferências e



audiências em todos os estados. Houve um debate fértil, mas só ano passado é que ele foi consumado. Quer dizer, os recursos estão diluídos em outras rubricas orçamentárias tanto nos governos estaduais, ao que se sabe - no Pará há uma briga muito grande para evoluirmos no sentido de que os núcleos tenham dotação específica -, quanto em nível do orçamento federal. É mais uma expressão dessa subvalorização do conteúdo da discussão na sociedade e no governo. As instituições do Estado brasileiro não são distintas do acúmulo de opiniões que a sociedade tem sobre determinado tema. Estamos processando essa ultrapassagem quase que clandestina, digamos, do enfrentamento do tráfico humano no Brasil para uma política pública mais definida, com objetivos, com monitoramento, com acompanhamento estatístico e aferição de resultados. Estamos numa fase de gestação desse desenho mais nítido da política de enfrentamento do tráfico humano. Isso envolve, repito, um debate de valores, uma discussão ideológica na sociedade, e precisamos nos posicionar claramente, porque isso enfrenta a lógica do mercado, que é intrínseca ao modelo de sociedade que vivemos. Espero que o orçamento de 2015, que será votado no Congresso em 2014 e, conseqüentemente, nas assembleias legislativas e câmaras de vereadores, consiga avançar, fazendo uma destinação orçamentária mais específica de recursos para esses programas de enfrentamento do tráfico de pessoas no Brasil.

O presidente - O Talles responderá à Dra. Santa Gema sobre a execução, e estou me lembrando de um recurso para o posto do migrante.

O Sr. Talles Andrade de Souza - Até agradeço à promotora a pergunta. É fundamental destacar que a emenda parlamentar está sendo um fôlego importante. São R\$100.000,00 para a estruturação do posto avançado, a contratação da equipe, a infraestrutura. Já estão bem adiantados os procedimentos para a operacionalização desse recurso, no diálogo com a Seplag e com a própria Seds. Já dialogamos muito com a Infraero, e agora um novo ator, que é a empresa privada que será responsável pela gestão do aeroporto, já participa da discussão. Contamos também com o apoio da Secretaria Nacional de Justiça nesse diálogo. A expectativa é a implantação desse posto avançado ainda em 2014. Temos ainda parcerias, como o espaço da Secopa. As ações de enfrentamento, de publicidade, de informação vão acontecer ainda que anteriormente à implantação da infraestrutura do posto avançado. Já estamos atentos para essas necessidades.

O Sr. Talles Andrade de Souza - Grande parte do recurso é voltada para ações com o objetivo de subsidiar a atuação do comitê e campanhas de conscientização e informação sobre o tráfico de pessoas. Realizaremos campanhas de mídia, de materiais informativos, de cartilhas, de *folders*. Já iniciamos a construção dos processos licitatórios para a construção desses materiais. É importante destacar que é uma construção coletiva. Isso tem sido levado para discussão no âmbito do comitê porque é necessário que o material seja útil e efetivo para toda a rede que compõe o comitê, e não somente para o Programa Estadual de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas. Então, essa tem sido uma construção compartilhada.

A emenda alcança o próximo ano e temos uma grande expectativa sobre a construção de um banco de dados compartilhado, que será fundamental e estratégico para que tenhamos uma leitura mais sistêmica sobre como o fenômeno do tráfico de pessoas chega a cada uma das instituições. Cada instituição poderá ter um olhar sobre o deslocamento desse fenômeno a partir de todas as instituições, desde o inquérito policial da Polícia Civil e da Polícia Federal até uma denúncia do Ministério Público, o processo penal e as possíveis sentenças em crimes correlatos ou do próprio tráfico de pessoas. Precisamos de um banco de dados que nos permita esse olhar sistêmico.

Entrando um pouco na questão dos investimentos, temos um convênio federal que ainda está em vigência, no valor de 400 mil, que contribuiu para a estruturação do Núcleo de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas, para uma pesquisa que está sendo realizada pela Universidade Federal de Uberlândia, que já citei e também para um seminário que acontecerá ainda neste ano. Houve uma contrapartida também importante do Estado de Minas, que entra com toda a equipe técnica, tanto por meio de um termo de parceria com o Instituto Elo, que é nosso parceiro na política de prevenção, quanto com uma equipe técnica no âmbito da Coordenadoria Especial de Prevenção à Criminalidade. Como o deputado Arnaldo bem salientou, vamos institucionalizar essa pauta gradativamente. A conscientização social dos atores é fundamental. A sensibilização é fundamental, como bem disse a Fernanda, mas é preciso haver políticas públicas e profissionais para que as ações concretas aconteçam. Esse é o caminho que temos percorrido.

O presidente - Vamos ouvir a Vanessa do Carmo, coordenadora do Departamento de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas de Jovens com uma Missão em Belo Horizonte.

A Sra. Vanessa do Carmo - Não pude abordar esse assunto na minha fala, mas fazemos parte também da Rede Evangélica do Terceiro Setor em Minas Gerais e estamos apoiando uma campanha chamada Bola na Rede, uma campanha da Renas - Rede Evangélica Nacional de Ação Social - sobre o enfrentamento à exploração sexual. Ela vai para além das 12 cidades-sedes que vão receber os jogos da Copa. Os treinamentos e a capacitação estão sendo feitos nas cidades ao redor. No próximo dia 17 de maio teremos o segundo seminário: A Rede em Ação por uma Infância Protegida, que será realizado na Igreja Batista da Lagoinha durante o dia inteiro. Contamos com a participação de todos.

A respeito do recurso financeiro para o fundo específico para o enfrentamento ao tráfico, pude participar do segundo encontro da rede, em Recife, para a priorização das propostas. Recordo-me que uma das propostas foi a criação de um fundo. Tivemos ali um momento de votação para a priorização dessas propostas. E pensávamos: como faremos tudo isso sem ter um fundo? Foi dito que geralmente se faz um estudo para depois fazer um plano, mas nós fizemos o contrário: fizemos um plano para, depois, darmos importância aos estudos. Como é que vamos subsidiar isso? O que precisa ser feito e quanto precisa ser feito? Os estudos são fundamentais nesse sentido.

O presidente - Vamos ouvir, por último, Johan Lukasse, fundador de Jovens com Uma Missão em Belo Horizonte.

O Sr. Johan Lukasse - Obrigado. Tenho ainda uma pergunta, mas, antes disso, queria responder aos nossos companheiros da PUC que estamos a disposição para vocês compartilharem conosco. Peguem meu cartão, nosso telefone, nossos contatos para trabalharmos juntos.

É exatamente sobre isso a pergunta do Hélio, do Abas, em Betim: "Como integrar os trabalhos e as ações de enfrentamento ao tráfico de pessoas entre as diversas religiões, bem como os programas dos poderes públicos federal, estadual e municipal, além dos



programas das empresas?”. Precisamos nos levantar realmente como uma sociedade só; precisamos levar a opinião pública a dizer “não” ao tráfico humano, “não” à exploração sexual. Obviamente, precisaremos encontrar um denominador comum, pois, em alguns pontos, temos divergências. Mas creio que podemos concordar sobre algo: ninguém pode ser dono de ninguém; não podemos ter escravidão em nossa nação, nem exploração sexual, nem outros males; precisamos dizer “não” a isso. Então, quando estamos juntos, precisamos levantar a opinião pública e realmente dizer que, como brasileiros, não queremos isto nem aquilo. Podemos trabalhar juntos. Por favor, juntem-se a todas essas iniciativas em favor de enfrentar o tráfico de pessoas da maneira mais abrangente possível.

Sobre as cartilhas, dentro da Jocum, começamos a ver que estávamos com muita conversa e, muitas vezes, não tínhamos nada sólido em nossas mãos. Exatamente por isso, um de nossos missionários sugeriu criarmos uma cartilha, um livreto de 60 páginas, onde tratamos o tema de maneira muito fácil, com o acompanhamento de teatros, também muito fáceis, para apresentar ao público-alvo dos aliciadores: os adolescentes, de maneira clara, o que está acontecendo. Se estiver acontecendo com você, denuncie, saia fora, fuja.

Então, quero convidá-lo a participar. Estamos à inteira disposição para compartilhar nossos recursos com você na medida do possível. Muito obrigado.

O presidente - Neste final, queria também lembrar que, segundo os dados da Interpol, o país que mais recebeu brasileiros foi o Suriname, tão próximo de nós. Precisamos, de alguma forma, divulgar que, em grande parte, esse país é muçulmano. Os surinameses vêm ao Brasil e propõem casamento à brasileira, mas, quando chega lá, ela fica sabendo que é a quarta esposa daquele homem. E a saída do Suriname é traumática, pois o governo brasileiro o reconhece e não pode intervir no seu modo de viver. Então, é importante orientarmos as famílias brasileiras sobre a questão.

Lembro-me de um relato do representante da Interpol sobre casos ocorridos no Suriname. Mulheres brasileiras o procuraram para pedirem que interviesse junto ao governo brasileiro, e sua resposta era que não podia fazer nada. Ela estava casada mesmo, só que era a quarta esposa, fazendo parte de um harém, algo que vai longe do sonho de nossas filhas. Pois, não, deputado Arnaldo Jordy.

O deputado federal Arnaldo Jordy - Realmente, o Suriname é o destino para onde mais se exporta, vamos dizer assim, mulheres brasileiras.

Lamentavelmente, nós, da CPI, passamos um ano negociando com o Itamarati a ida ao Suriname para tentar estabelecer uma relação de cooperação para o enfrentamento dessa situação, que é dramática. Uma das últimas brasileiras que foi resgatada lá simplesmente se jogou do 2o andar de uma casa de prostituição. Ela estava em cárcere privado. Seu resgate só foi possível porque no hospital ela foi atendida por um médico paraense, que estava lá. Ela pediu socorro, e esse médico conseguiu acionar as autoridades brasileiras para fazer o resgate dessa moça brasileira, que teve fratura nas duas pernas.

A situação é grave. A fronteira do Suriname tem uma fiscalização muito precária. Passamos um ano tentando negociar a ida, presumindo interesses do governo surinamês em superar isso, o que na verdade se revelou o contrário. O governo do Suriname não tem interesse nisso, e digo isso com absoluta convicção. Existe um mercado paralelo que interessa ao governo. O presidente do Suriname, aliás, foi denunciado internacionalmente por tráfico de drogas. Então, é uma situação extremamente delicada, em que as mulheres brasileiras, especialmente do Pará, do Amazonas, do Amapá, são presas fáceis porque existe uma série de promessas.

A moeda circulante no Suriname é o euro, e isso é um grande atrativo. Existem também essas promessas de casamento, que, como foi muito bem dito aqui, são uma ilusão, porque é o quarto ou quinto casamento, que pode se desfazer com muita facilidade. Esse é um ponto que precisa ser enfrentado. Conseguimos fazer ouvir alguns relatos no Oiapoque, mas não conseguimos realmente ter nenhum tipo de diálogo com o governo Surinamês para coibir o tráfico.

O presidente - Muito obrigado. Vocês podem ver como esse homem trabalha. Foi até o Suriname e conseguiu voltar.

Não poderia encerrar esta reunião sem ouvir esta deputada competente e participativa, Luzia Ferreira, que representa tão bem as mulheres nesta Casa. Deputada trabalhadeira, que está aqui atenta e interessada em tudo.

A deputada Luzia Ferreira - Obrigada, deputado João Leite. Estendo meu abraço a todos que estão aqui neste importante debate e cumprimento toda a Mesa, cada um com sua contribuição. Vou participar mais efetivamente na parte da tarde, mas queria aproveitar para agradecer especialmente ao deputado federal Arnaldo Jordy. Ele veio de muito longe e, apesar de ter uma atividade política muito intensa em Brasília, aceitou o nosso convite para vir aqui participar deste debate e trouxe informações importantes. Gostaria de agradecer sua disponibilidade. O Arnaldo Jordy é um amigo de longa data. Somos do mesmo partido, o PPS, temos uma militância comum a favor de nosso país, das causas sociais e da democracia. Lá no Pará ele é um campeão de votos por sua atuação tão dedicada. Temos a certeza de que sua dedicação e sua luta pelos direitos humanos e por um Brasil mais justo têm sido reconhecidas cada vez mais no seu estado.

Como foi dito aqui, estamos descobrindo que essa luta é quase invisível na sociedade e também na atuação pública. Talvez agora um dos legados da Copa seja também ter trazido à tona um assunto dessa gravidade, que é o tráfico de pessoas.

Estatísticas sérias ou até falsas e fantasiosas indicam que um evento dessa proporção favorece muito as ações de pessoas que se organizam no mundo, como é o caso dos traficantes, para levar pessoas do Brasil. Já vimos que as vítimas são pessoas pobres, vulneráveis, especialmente as mulheres jovens e adolescentes. Acho que este debate é importante. Como todos disseram, o Estado brasileiro, em todas as suas dimensões, tem de se aparelhar para dar a devida dimensão a esse problema.

Quero dizer que nos surpreende que a própria Fifa, que está organizando a Copa do Mundo, divulgue internacionalmente uma imagem do Brasil que favoreça o turismo sexual. Já realizamos esse debate aqui na Assembleia. No *site* da Fifa, estão manifestas diversas orientações aos turistas que vêm acompanhar a copa, mas na foto de capa estão mulheres seminuas, de biquíni na praia, o que sugere um convite, como se aqui fosse um paraíso do turismo sexual; as camisetas da Adidas também estavam reforçando esse lado. Lamentamos isso. Acho que a Fifa, com o histórico das estatísticas, deveria ajudar a prevenir essa questão com campanhas educativas, para que não ocorresse. Então, lamento que isso não ocorra e que a própria Fifa insinue que o Brasil é propício para o turismo sexual. Isso está na sua divulgação oficial da Copa no Brasil.



Acredito que este debate é uma contribuição ao assunto. Esperamos que as sugestões feitas possam contribuir para prevenir esses crimes não só em Minas Gerais, que será uma das cidades-sede da Copa do Mundo. Este estado é quase um país, geograficamente muito bem-situado, portanto, muitos turistas deverão desembarcar aqui. Esperamos também contribuir para a Política Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas. Muito obrigada.

O presidente - Agradeço à nossa consultoria; ao grupo de trabalho da GPI - Hugo, Dalton, Paula e Renata, que já saiu; à nossa taquigrafia; ao Antônio Marcondes e sua equipe, que traduzem o evento em Libras; e à Polícia do Legislativo, que não deixou ninguém entrar armado aqui, para a nossa segurança.

Encerramento

O presidente - A presidência manifesta a todos os agradecimentos pela honrosa presença e, cumprido o objetivo da convocação, encerra a reunião, convocando as deputadas e os deputados para a ordinária de logo mais, às 14 horas, com a ordem do dia já publicada, e para a especial também de hoje, às 20 horas, nos termos do edital de convocação. Levanta-se a reunião.

ATA DO EVENTO REALIZADO NA 35ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 8/5/2014

Presidência do Deputado João Leite e da Deputada Luzia Ferreira

Sumário: Destinação da Interrupção dos Trabalhos Ordinários - 1º Painei: Composição da Mesa - Esclarecimentos sobre a Dinâmica dos Trabalhos - Palavras do Sr. Luiz Carlos Rezende e Santos - Palavras da Sra. Márcia Anita Sprandel - Palavras do Sr. Marcelo Gonçalves Campos - Palavras do Sr. Wellerson Eduardo da Silva Corrêa - Palavras da Presidente - 2º Painei: Composição da Mesa - Palavras da Sra. Marília Carvalho Guimarães - Palavras da Sra. Cristina Coeli Cicarelli - Palavras da Sra. Eliane Quaresma Caldeira de Araújo - Palavras da Sra. Kelly Cristina Gomes de Oliveira - Palavras da Sra. Maria Aparecida Menezes Vieira - Palavras do Sr. Pascal Jean André Roger Peuzé - Esclarecimentos sobre os Debates - Debates.

Destinação da Interrupção dos Trabalhos Ordinários

O presidente (deputado João Leite) - Destina-se esta parte da reunião à realização do ciclo de debates Enfrentamento do Tráfico de Pessoas em Minas Gerais, que tem os seguintes objetivos: propiciar o entendimento do tráfico de pessoas como uma violação dos direitos humanos em suas diversas modalidades, com destaque para a exploração sexual, o trabalho escravo e a adoção ilegal; compartilhar os dados relativos ao tráfico de pessoas, com vistas ao dimensionamento do fenômeno e à identificação de públicos vulneráveis e de possíveis rotas de operação de delito; refletir sobre a temática a partir dos desafios decorrentes da realização de grandes eventos no Brasil, particularmente a Copa do Mundo e as Olimpíadas de 2016 - e também as Paralimpíadas de 2016; discutir estratégias e ações de enfrentamento do tráfico de pessoas, priorizando a mobilização e a sensibilização do poder público e da sociedade para articulação de uma rede que atue no enfrentamento desse fenômeno em Minas Gerais.

1º Painei

Composição da Mesa

O presidente - Convidamos a compor a Mesa para o 1º Painei a Exma. Sra. Márcia Anita Sprandel, assessora técnica do Senado Federal e do Comitê de Deslocamentos e Migrações Internacionais da Associação Brasileira de Antropologia; e os Exmos. Srs. Luiz Carlos Rezende e Santos, juiz auxiliar da presidência do Conselho Nacional de Justiça; Marcelo Gonçalves Campos, coordenador do Projeto de Combate ao Trabalho Análogo ao de Escravo da Superintendência Regional do Trabalho e Emprego em Minas Gerais; Wellerson Eduardo da Silva Corrêa, coordenador da Defensoria Especializada da Infância e Juventude Cível; e deputado federal Arnaldo Jordy, presidente da CPI do Tráfico de Pessoas na Câmara dos Deputados.

Esclarecimentos sobre a Dinâmica dos Trabalhos

O presidente - Esclarecemos que, após as exposições, abriremos espaço para apresentação de perguntas aos participantes da Mesa por escrito ou oralmente e de outras enviadas pelo formulário disponível pela internet no portal da Assembleia Legislativa. Para melhor organizarmos o debate, os participantes poderão encaminhar suas perguntas por escrito no formulário próprio que está sendo distribuído pela equipe de apoio. Aqueles que desejarem fazer sua intervenção oralmente deverão especificar isso no formulário e, para efeito de registro, entregar o conteúdo da intervenção também por escrito. Informamos que os telespectadores da TV Assembleia também poderão participar. Basta acessar o portal da Assembleia - www.almg.gov.br -, abrir o *link* com o formulário de participação e enviar a sua contribuição.

A presidência informa que a publicação das atas deste ciclo de debates estará disponível na versão eletrônica do *Diário do Legislativo*, na edição do dia 17 de maio, e poderá ser acessada pelo portal da Assembleia Legislativa: www.almg.gov.br.

Iniciaremos o painel “Tráfico de pessoas e algumas de suas modalidades: exploração sexual, trabalho escravo e adoção ilegal”. Com a palavra, o Sr. Luiz Carlos Rezende e Santos.

Palavras do Sr. Luiz Carlos Rezende e Santos

Boa tarde, deputado João Leite. Como todos viram, ele é meu bom amigo, conhecido de tantas lutas em penitenciárias - inclusive, quase cumprimos pena lá. Conseguimos já uma progressão de regime. Muito obrigado, deputado. É um prazer estar aqui ao lado do senhor e dos colegas que compõem a Mesa. É uma satisfação e um orgulho voltar à Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, meu estado.

Sou juiz criminal aqui em Belo Horizonte; sou juiz em Minas Gerais há 16 anos. Aproximadamente há um ano estou afastado do Estado servindo ao Conselho Nacional de Justiça, desenvolvendo algumas políticas públicas de âmbito nacional. Daí a oportunidade que tenho de estar aqui, na Assembleia representando o conselho para tratar desse assunto. Eu e o deputado João Leite estivemos juntos cuidando das questões carcerárias e tínhamos certeza de que em alguns casos se tratava de coisas invisíveis. O tráfico de pessoas não é diferente. Para mim é curioso, e vou trazer algumas informações. Gostaria de me permitir uma explanação muito



coloquial, muito à vontade com todos, porque quero que vocês se sintam à vontade também. Vamos falar um pouco de experiências pessoais e também da doutrina do direito, um pouco da legislação. Espero não cansá-los para interagirmos o máximo possível.

Gostaria de fazer uma pequena reflexão sobre essas condutas consideradas crime, que envolvem o tráfico de pessoas, mas antes gostaria de expor um caso. Existiu uma pessoa de nome Manoel José dos Santos, que nasceu na cidade do Porto em 1845. Essa pessoa deixou a cidade do Porto aos 11 anos de idade com destino ao Rio de Janeiro. Durante 10 anos, após sua chegada ao Rio de Janeiro, ele foi submetido ao trabalho não remunerado em proveito dos proprietários do navio que o trouxeram, ao argumento de que estaria pagando a sua passagem para o Brasil. O garoto ficou dos 11 ou 12 anos até 21 ou 22 anos trabalhando sem remuneração. Essa pessoa, no ano de 1872, seguiu destino para a nossa região do Centro-Oeste mineiro e lá constituiu família e teve uma prole numerosa. É bom que se diga que nunca mais retornou ao seu país e nunca mais teve contato com qualquer familiar seu. Essa pessoa - para nós, que já ouvimos casos desses, de imigrantes que vieram para o Brasil - era uma espécie de herói, um herói vencedor, um desbravador. E, de algum tempo para cá, já pensando na situação do tráfico de pessoas, na verdade esse moço, que era meu antepassado, antepassado do Jaiminho Martins, foi vítima também da miséria em que deveria viver na cidade do Porto, da única esperança que teve que era essa. E veio, e abraçou a oportunidade, e lutou. Isso se passou aos meus olhos como algo invisível, impossível de se enxergar completamente. Como vamos imaginar isso, já que sempre pensamos isso do ponto de vista heroico, jamais de forma absurda a que uma pessoa era submetida?

Diante dessa reflexão primeira que gostaria de compartilhar, a discussão do tráfico de pessoas começou com o Tratado de Paris em 1814, tratado entre Inglaterra e França, e que dizia respeito exclusivamente ao tráfico de negros.

As pessoas submetidas a esse constrangimento são sempre vulneráveis e com uma situação econômica terrível, de necessidade. Primeiramente, no mundo, o primeiro tratado foi o que diz respeito à escravatura, aos negros; depois surgiu um novo tratado internacional para proteger as mulheres brancas. E assim foi evoluindo com o tempo: tratados que diziam respeito às mulheres; tratados que diziam respeito às mulheres e às crianças, esse com um especial cuidado que ainda persiste; até que chegamos, bem recente, para tratar isso como cuidado para seres humanos.

Essas pessoas vítimas desse tipo de violação sempre foram olhadas com uma certa ambiguidade. As pessoas as olhavam achando que eram meio criminosas, meio aproveitadoras, pessoas que queriam se prostituir, pessoas que queriam se beneficiar com alguma coisa. Então era aquele ser menor. Por isso eles se tornavam invisíveis. Muitos os levavam para dentro de casa e falavam: olhem como sou bom, estou até cuidando de um. Às vezes, é delicado enfrentar esse assunto, é delicado tocar o dedo na ferida.

Até há muito pouco tempo, quando se falava em prostituição, todos achavam engraçado quando uma pessoa mais velha era flagrada com uma criança de 12 anos de idade. Falavam: “Como ele é danado”. Que coisa pífia e ridícula, vergonhosa! Mas nós, com olhares machistas, imaginávamos que aquela menina não era nada, ficávamos mais preocupados com uma atitude de um boçal, daquele que vivia aproveitando a miserabilidade da criança. Até há pouco tempo isso era motivo de risada.

Já estou chegando ao nosso tema, mas antes é importante fazer esse pequeno pano de fundo para chegar, é claro, ao Protocolo de Palermo, que já foi citado hoje pela manhã, com muita propriedade, pelo Talles. O Brasil é signatário do Protocolo de Palermo, que reconhece a existência do tráfico de pessoas, apesar de estar meio truncada sua redação. A sensação que temos é que, na verdade, o consentimento estava excluindo qualquer responsabilidade em relação à vítima, embora o Brasil não tenha essa interpretação - é bom que se diga isso. Mas o Protocolo de Palermo define algumas ações, meios e finalidades para se reconhecer o tráfico de pessoas: recrutamento, mediante ameaça, para prostituição de outra pessoa; transporte com uso de força para a exploração de outras formas de prostituição; alojamento mediante engano para trabalhos ou serviços forçados. Então são ações, meios e finalidades, o que é um bom conceito para os estudiosos. Compartilhamos essa tabela, que é muito boa para conseguirmos identificar os casos de tráficos de pessoas.

Bom, mas o Brasil define como crimes algumas condutas relacionadas ao tráfico de pessoas, e não é de hoje. O Código Penal - o deputado federal hoje de manhã lembrou -, que tem uma feição protecionista ao patrimônio, na década de 40 já contemplava uma conduta típica que previa pena para o tráfico de pessoas, de mulheres. Muitas condutas correlatas ao tráfico já são conceituadas, estão dentro do nosso Código Penal e são aplicadas para esses casos.

Destacamos então que o Código Penal de 1840 previa pena para quem praticasse o tráfico de mulheres, promovesse ou facilitasse a entrada no território nacional de mulher que viesse a exercer a prostituição ou a saída de mulher que viesse exercê-la no estrangeiro. Havia a previsão de reclusão de três a oito anos. Depois do Protocolo de Palermo propôs-se um novo texto: “Promover, intermediar ou facilitar a entrada no território nacional de pessoa que venha exercer a prostituição ou a saída de pessoa para exercê-la no estrangeiro.” Também previa a mesma pena.

Não satisfeito, o legislador fez uma nova proposta. Deputado João Leite, ao final, quero ter a oportunidade de falar aqui sobre o projeto de lei que foi aprovado no Senado esta semana e encaminhado à Câmara dos Deputados. Retomando, o legislador brasileiro continua não satisfeito com isso e então editou uma nova norma, um novo texto para o art. 231 do Código Penal, para agora contemplar o tráfico internacional de pessoa para fins de exploração sexual: “Promover ou facilitar a entrada em território nacional de alguém que nele venha exercer a prostituição ou outra forma de exploração sexual ou a saída de alguém que vai exercê-la no estrangeiro.” Propôs então uma nova pena.

Essa é a norma mais conhecida. Vamos falar daqui a pouquinho sobre as condutas semelhantes ao trabalho escravo. Mas gostaria de dizer que o Código Penal antes dispunha, no art. 129, das modalidades de lesão corporal, como lesão corporal leve, qualificada, qualificada em razão do resultado, pelo resultado morte. Há ali as penas. Havia também um crime conhecido como vilipêndio de cadáver. Na década de 1940 era isso que se conhecia e se imaginava.

Veio a lei de remoção de órgãos, tecidos, no ano de 1997. Começou-se então a tipificar de outra maneira condutas que outrora eram enquadradas no Código Penal, por exemplo, remover tecidos, órgãos ou parte do corpo de pessoa ou de cadáver. Outrora isso seria lesão corporal. Desde 1997, há um tipo específico: ou lesão corporal, ou, se retirasse do cadáver, vilipêndio de cadáver. Há um tipo penal próprio que trata desse assunto.



Precisamos lembrar que essa é aquela lei que permite a retirada de órgãos das pessoas. Poucas pessoas sabem que para parentes é possível a doação de órgãos, desde que sejam órgãos duplos, como os rins. Isso é possível para parentes até o quarto grau, é possível entre primos. Do contrário, há necessidade de autorização de um juiz. Não se fala nisso com relação à medula óssea. Quanto a isso existem os bancos.

Essa lei, de alguma forma, veio, deputado, proteger o tráfico de pessoas, ainda que não tenha tido essa inspiração. Há também a questão de comprar ou vender tecidos ou órgãos do corpo humano. São penas altas. Continua: realizar transplantes de órgãos ou partes do corpo humano. Podemos citar como exemplo o cirurgião que praticou esse tipo de transplante sabendo que os órgãos eram de origem não permitida. Vai além: transportar, guardar ou distribuir as partes do corpo humano. Tipifica da mesma forma, porque a pessoa sabia da origem ilícita, ilegal. E a lei continua tipificando até enxerto, transplante, etc. É bom que saibam disso.

As pessoas têm ido para o território estrangeiro fazer esse tipo de negociação. Essa lei proíbe anúncio assim: “Estou vendendo um rim”. Isso é vedado. Essa lei traz uma série de vedações. Com isso, as pessoas seguem para o território estrangeiro - daí a importância da cooperação internacional - para realizar esse tipo de barbárie.

Queria lembrar o Estatuto da Criança e do Adolescente. O estatuto sofreu algumas modificações, em especial no ano de 2008, na proteção da criança e do adolescente. Isso foi feito para evitar sua exposição em vídeos ou fotografias que contenham cenas de sexo explícito ou que envolvam pornografia. O estatuto tentou acompanhar a evolução tecnológica para trazer uma tipificação mais perfeita desses casos. Pelo meu raciocínio, isso previne o tráfico, pois diminui o fomento por meio dessa conduta inibidora: a criação dessa norma penal. Também podemos dizer que o estatuto tornou crime submeter criança ou adolescente à prostituição ou à exploração sexual. Esse crime tem uma tipificação importante: pena de 4 a 10 anos. É uma sanção importante. Penso que isso protege a criança que é levada para essa finalidade. Vimos no Protocolo de Palermo que condutas como essas podem ser enquadradas: corromper e facilitar à criança e ao adolescente a prática sexual, a exploração sexual. Existe vedação no próprio transporte regular de crianças e de adolescentes. Sabemos os casos que as pessoas podem ou não ser transportadas.

Ainda poderia me lembrar de diversas condutas incriminadoras que estão no Código Penal, relacionadas ao tráfico de pessoas: estupro, corrupção de menores, favorecimento à prostituição, casos de prostituição, etc. e crimes conexos, como de extorsão e de estelionato. E especialmente quanto à adoção ilegal, deputado João Leite, onde vamos enquadrá-la? Por vezes no sequestro, na falsificação de documentos, na falsidade ideológica e no uso de documentos falsos. Recentemente tivemos um caso, parece-me que foi em Betim, e a mídia trouxe bastante luz sobre ele: a pessoa se declarava mãe, mas não era. Há um projeto e uma discussão quanto à adoção ilegal, em casos em que não se observe o procedimento, para que seja punido até mesmo o magistrado, que, de alguma forma, foi desidioso com o caso - justiceiro, para não dizer outra coisa.

Hoje de manhã, o deputado Durval Ângelo lembrou que nós, do interior do Estado, sabemos quando é a apanha de café, o corte de cana-de-açúcar e a sustação dos direitos trabalhistas. Há pouco tempo atrás, em cidade bem conhecida, havia uma moeda própria. A pessoa recebia e só podia comprar nos armazéns e nas farmácias daquele senhor, com a moeda recebida, o boró.

Já partindo para o final, deputado, queria fazer uma pequena lembrança do projeto de lei que teve origem no Senado e foi encaminhado à Câmara. Quero dizer que esse projeto de lei traz grandes avanços, e nos parece que ele caminha bem. Ele busca proteger as vítimas em território nacional e a vítima brasileira no exterior. É o desejo, é o desejo do protocolo. Ele traz diretrizes principalmente no fortalecimento do pacto federativo e na articulação com organizações governamentais e não governamentais. Sem elas é impossível. Por isso eu vi aqui tantas organizações governamentais e não governamentais que nos prestigiam. A gente aprende tanto nessa troca.

O projeto traz ainda um incentivo às campanhas socioeducativas e de conscientização. É algo que temos desenvolvido, o Ministério da Justiça tem feito bem e aqui a Secretaria de Estado da Defesa Social, já há alguns anos, tem esse cuidado, saiu na frente. Minas Gerais sempre esteve, junto com o Rio de Janeiro, no 2o lugar de casos de tráfico de pessoas no País.

A cooperação entre os órgãos de sistema de Justiça é algo muito importante. Hoje, dentro do pacto federativo, é difícil às vezes a comunicação por meio de cartas precatórias entre um tribunal e outro, entre um juiz e outro. É preciso otimizar esse sistema de cooperação judicial, mas, fundamentalmente, a atenção à vítima. Então, o projeto que aqui destaco, deputado João Leite, que é a proteção e o atendimento à vítima, direta ou indiretamente ligados ao tráfico de pessoas, está muito bem direcionado. É numa boa intenção que o legislador brasileiro está caminhando, a nosso ver.

Ele busca a assistência jurídica, social e a saúde da vítima, o acolhimento em abrigo provisório, a atenção às suas necessidades específicas, a preservação de sua intimidade e de sua identidade - sobretudo isso -, a prevenção e a revitalização no atendimento e nos procedimentos investigatórios e judiciais.

E aí, curiosamente, nós falamos de diversas modalidades de crimes que são tratados nos sistema brasileiro, há muitos e muitos anos, mas o projeto traz uma norma penal que contempla muito daquelas que falamos aqui há pouco. Ele diz assim - e é uma mudança muito apropriada no Código Penal Brasileiro: (- Lê:) “Agenciar, aliciar, recrutar, transportar, transferir, comprar, alojar ou acolher pessoa mediante grave ameaça, violência, coação, fraude ou abuso com a finalidade de remover-lhe órgãos, tecidos ou parte do corpo; submeter a trabalho em condições análogas a de escravos; submeter a qualquer tipo de servidão; adoção ilegal; ou exploração sexual - reclusão de quatro a oito anos e multa”.

E aí tem as condições de aumento e de diminuição de pena. Mas me pareceu que fica algo muito sintético e bom, não fica tão esparso, como vimos aqui. Nós navegamos em tantas coisas aqui, e isso fica até um pouco confuso, sem falar que fica chato.

O projeto de lei também cria alguma situação nova para a vítima de tráfico de pessoas no Brasil, aquela que está no Brasil, inclusive com possibilidade de obter visto permanente, uma vez identificada nessa situação.

Deputado, eu quero enfatizar que essa invisibilidade é que nos choca. É pensar, como eu disse há pouco, que nunca imaginávamos que essas vítimas estavam tão próximas de nós. Eu quero compartilhar a experiência que tive. Há 16 anos, quando ingressei na magistratura, visitei uma prisão, na cidade de Prados, onde fui juiz por quatro anos, perto de São João del-Rei.



Senti aquele cheiro e custei muitos anos para entender que aquilo era cheiro de gente apodrecendo. E fui ver aquela latrina horrível, aquelas coisas estranhas, aquelas paredes escuras, o negócio estranho que é aquilo. Todas as pessoas que estavam lá comigo, inclusive o promotor, a promotora, o delegado, o carcereiro, conversavam comigo, e parece que só eu, nem os presos, achava que aquilo estava um absurdo. Não porque era melhor, mas porque foi o meu primeiro impacto. Todas aquelas pessoas, inclusive quem cumpria pena, achavam normal aquilo. Parece que essa indignação, que veio do sistema carcerário já há alguns anos, deputado João Leite, trouxe luzes e cor àquelas pessoas que estão no sistema prisional brasileiro. Aqui o tráfico de pessoas está fazendo a mesma coisa. Estamos colorindo, identificando aquelas pessoas, mudando nossos paradigmas e o nosso raciocínio para algo que outrora nos parecia absolutamente normal. Essa é uma grande conquista.

Estou muito honrado em poder compartilhar dessas modestas experiências, e quero dizer que, no Conselho Nacional de Justiça, temos a pretensão de editar um ato normativo, uma resolução, para que, a partir de agora, toda ação ajuizada e que tenha a conotação de tráfico de pessoas, de qualquer uma de suas espécies, deve movimentar toda a rede integrada para que seja acionada, a fim de verificar se há outros casos naquela região e fazer a prevenção. Eu disse ação ajuizada, não disse sentença. É antes mesmo. Não podemos esperar. Essa é uma prevenção que se faz, e acho que é uma contribuição que o Conselho Nacional de Justiça pode fazer.

Uma última coisa é que o Conselho Nacional de Justiça pede que seja feito o convite a todos para o Simpósio Internacional sobre Tráfico de Pessoas, o qual ocorrerá no Rio de Janeiro, nos próximos dias 29 e 30 de maio, no Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região. Informações maiores estão no *site* do Conselho Nacional de Justiça.

Então era isso; uma forma de matar a saudade da minha terra e da minha gente. É um prazer e um privilégio estar aqui. Muito obrigado.

O presidente - Agradecemos ao ilustre expositor, Dr. Luiz Carlos. O Conselho Nacional de Justiça tem dado grande contribuição à fiscalização do sistema penitenciário, iniciada com a presidência do ministro Gilmar Mendes. Lembro-me do seu relato, de que se assustou com a chegada de uma delegação da ONU, no Conselho Nacional de Justiça, para cobrar-lhe que uma mulher tinha ficado dentro de uma cela de homens por 25 dias, no Pará. Falou que isso nunca mais aconteceria com ele, passar a vergonha de uma delegação internacional vir ao Brasil e cobrar, naquele momento, do juiz, que ele deveria, de alguma forma, fiscalizar todos os outros; e que tivesse acontecido isso no nosso país. Mas aconteceu, gente.

Registro, com o maior prazer, a presença conosco do deputado André Quintão, presidente da Comissão de Participação Popular da Assembleia Legislativa, que é uma bandeira em defesa da criança e do adolescente, e tem um trabalho maravilhoso. É também uma bandeira em defesa do povo do Jequitinhonha. Se tirarem alguém de lá, ele vai atrás, brigando contra o tráfico de trabalhadores. É a maior honra tê-lo aqui, porque realmente é um deputado notável. E é com ele também a revisão do PPAG. Passa pela comissão dele, e ele tem o maior carinho e mobiliza todo o mundo para apresentar as emendas. Está próxima a revisão do PPAG, deputado André Quintão; está sempre próxima, com as emendas importantes. Posso reconhecer muitos aqui que participam desse trabalho que o deputado André Quintão realiza. É uma honra tê-lo aqui acompanhando. Faz parte da sua vida.

Ouviremos agora, com muito prazer, a Sra. Márcia Anita Sprandel.

Palavras da Sra. Márcia Anita Sprandel

Obrigada, deputado. Boa tarde a todos. Agradeço o convite. Foi um desafio muito grande escolher o que falar em 20 minutos sobre um assunto que estudo há tantos anos e tem muitos aspectos a serem levados em consideração. Em razão da programação, considerei interessante trazer para este evento o resultado de algumas pesquisas no que se refere à prevenção e ao tráfico de pessoas, no contexto da realização de grandes eventos. Preparei uma apresentação no PowerPoint que traz muitos dados e quadros. Infelizmente não poderei utilizá-la, mas a organização me disse que vocês terão acesso ao meu trabalho. Então, gostaria que, de fato, o consultassem. Aliás, há o *link* para os documentos que citarei aqui.

Vocês se lembram de que, hoje pela manhã, a Fernanda dos Anjos falou algo sobre mitos que precisam ser enfrentados no enfrentamento ao tráfico de pessoas. Falarei aqui de dois mitos que precisam ser enfrentados quando se fala sobre o tráfico de pessoas no contexto de grandes eventos. Primeiro mito: grandes eventos levam a um aumento no tráfico de pessoas para exploração sexual. Segundo mito: grandes eventos, por serem altamente fiscalizados, não levarão ao aumento de tráfico de pessoas para o trabalho, construção civil, etc.

Para basear essas minhas informações, trarei alguns estudos internacionais. Por que são internacionais? Porque foram realizados após a realização de Copas do Mundo e Jogos Olímpicos que aconteceram em outros países. Certamente produziremos os nossos próprios estudos nos anos seguintes à Copa do Mundo e às Olimpíadas que se realizarão no Brasil.

Não sei se vocês já ouviram falar sobre a Aliança Global Contra o Tráfico de Mulheres - GAATW -, que é uma organização que reúne 106 ONGs da África, Ásia, Europa, América Latina e Caribe. Ela tem uma representatividade muito grande e quase todas as ONGs são feministas. Em 2011, ela lançou um relatório chamado *Qual o custo do rumor? - Um guia para esclarecer os mitos e fatos sobre eventos esportivos e tráfico de pessoas*. Então o *link* para esse documento está na apresentação que vocês receberão. O que elas dirão? Ora, tráfico de pessoas é uma violação muito séria de direitos humanos. Para o seu enfrentamento é fundamental que tenhamos certeza de que as denúncias são baseadas em evidências. Por quê? Se isso não acontece, se as denúncias são baseadas em pânico moral ou em qualquer tipo de fanatismo, esse tipo de *approach* e entendimento da realidade vai se sobrepor às evidências. O que acontece? Qual é um dos resultados disso? Isso interessa muito a nós que trabalhamos no Legislativo. Recursos públicos valiosos acabam sendo desperdiçados por um falso *link* entre grandes eventos e tráfico de pessoas. Recursos, num país como o nosso, ainda escassos para a área social, poderiam estar sendo utilizados para a política de proteção a migrantes, à criança e ao adolescente, ao trabalhador escravizado e fortalecer a rede de atendimento a mulheres e travestis vítimas de violência, etc.

Nesse guia, há um título muito interessante: "Olhando para as evidências - I". Vamos olhar para as evidências. O tráfico de pessoas não é a mesma coisa que prostituição ou trabalho sexual. Há diferenças fundamentais entre pessoas traficadas para a prostituição e trabalhadores sexuais que migram para outros países para exercerem a sua atividade sexual e, em razão, sobretudo, da sua situação migratória irregular, são superexplorados durante a realização de suas atividades. Se confundirmos essas duas situações, seria uma



análise não só desonesta mas também que acaba causando um desserviço para todo o esforço de enfrentamento do tráfico de pessoas. Tantas pessoas e entidades - e muitas estão aqui - procuram desenvolver esse trabalho de forma séria.

Vamos falar então de medições. Problemas de método. Ouvimos muito falar de números, números globais, porcentagens aparentemente irretocáveis. Aí vou ter de falar um pouco de mim. Sou especialista nesse tema há 15 anos. Sou consultora da Organização Internacional do Trabalho, da Organização Internacional para as Migrações e da União Europeia. Como assessora técnica do Senado Federal, acompanhei a CPI do Tráfico de Pessoas e participei do grupo de trabalho que formulou o projeto de lei que o meu colega de Mesa acabou de analisar com muito rigor. Quando falo de problemas de método, falo em cima de muita pesquisa e muito conhecimento. Então digo que medições sobre tráfico de pessoas são superdíficeis de serem realizadas e são contaminadas, muitas vezes por vieses ideológicos em função da confusão que se faz entre prostituição e tráfico de pessoas para exploração sexual. Posso afirmar que hoje não existe um corpo de pesquisas que possa medir de verdade quantas pessoas são traficadas globalmente e quantas são mulheres, homens, travestis, transgêneros, crianças ou adolescentes. Precisamos levar isso muito em consideração. Mesmo quando pegamos um dado da OIT - instituição da qual sou consultora -, que é muito citada, trabalhamos com ele, mas são dados produzidos pelos governos.

Como o governo brasileiro produz um dado? Ele busca a informação nas ocorrências, nos processos. No que se refere ao tráfico de pessoas, os inquéritos e as condenações são baixíssimos. Então se começa a aumentar esses dados com outras informações, e elas, muitas vezes, são absurdamente subjetivas ou impressionísticas, mas conformam os relatórios dos governos. Infelizmente essa é uma realidade que precisamos levar em consideração. Muitas vezes, inflam-se os dados no intuito de proteger, mas, às vezes, isso prejudica, porque você tira o foco exatamente de onde você precisa atuar para enfrentar o tráfico de pessoas.

“Olhando para as evidências - II”. Os grupos abolicionistas, grupos de mulheres e homens contrários à prostituição e que lutam pela sua abolição, dizem que eventos esportivos de um lado e muitos homens de outro levam a um aumento na demanda por sexo comercial, e essa demanda será atendida por meio do tráfico. Já as organizações anti-tráfico, como a GAATW, organizações que lutam pelo direito das trabalhadoras e dos trabalhadores sexuais e seus apoiadores, discordam desse posicionamento. Por quê? Pensando de novo na Aliança Global contra o Tráfico de Mulheres... Disse que são 106 organizações. Nem todas pensam igual, mas há um nível de concordância, o qual acho muito sério e muito importante. Todas concordam que trabalhadoras sexuais têm, sim, o direito de se organizar; trabalhadoras sexuais têm o direito de trabalhar em condições seguras; violência contra mulheres no trabalho sexual é uma grave violação dos direitos humanos; tráfico de pessoas é diferente de trabalho sexual; e políticas anti-tráfico devem levar em consideração interesses e conhecimentos das trabalhadoras sexuais - isso é fundamental, mas muitas vezes se esquecem disso. Se queremos enfrentar o tráfico de pessoas para exploração sexual, vamos conversar com as profissionais e os profissionais do sexo.

“Olhando para as evidências - III”. Existe uma enorme discrepância entre o que se dizia antes da realização dos grandes eventos esportivos e o número de casos de tráfico realmente encontrado. Aí lamento muito não ter o PowerPoint, porque tenho um quadro que mostra a Copa do Mundo de 2010, na África do Sul; os Jogos Olímpicos de Inverno de 2010, no Canadá; a Copa do Mundo de 2006, na Alemanha; os Jogos Olímpicos de 2004, na Grécia; a Super Bowl, nos Estados Unidos, de 2011, 2009 e 2008. Vou citar alguns: Copa da Alemanha, em 2006: o que se falava? Serão traficadas 40 mil mulheres estrangeiras. Foram registrados cinco casos de tráfico de pessoas ligados ao evento, todas mulheres adultas.

A impressão que se tem é que são sempre 40 mulheres girando sobre o mundo, mulheres que serão traficadas e provavelmente, nessa lógica, virão para o Brasil. Copa de 2010, na África do Sul: 40 mil mulheres estrangeiras seriam traficadas. Resultado: o Departamento de Justiça e Desenvolvimento Constitucional da África do Sul não encontrou nenhum caso de tráfico de pessoas. Jogos Olímpicos de 2010, no Canadá: o que se dizia? Haverá uma explosão de tráfico de pessoas. Nenhum caso foi registrado pelas autoridades.

Temos um estudo mais detalhado sobre a Copa de 2006 da Alemanha, porque esse rumor das 40 mil prostitutas forçadas apareceu na mídia, após uma conferência de cidades em abril de 2005. Nunca se explicou a origem desses números, não houve aumento de casos de tráfico de mulheres na Alemanha nem nos países vizinhos. Dos 33 casos de instruções criminais, na época, somente 5 casos, como eu falei, tiveram uma ligação com a Copa. Também não houve o aumento de prostituição legal. Ao contrário, em alguns locais houve uma tendência de diminuição. Por exemplo, em Hamburgo, onde alguns bordéis fecharam. Tentando analisar o caso da Alemanha, houve uma campanha muito exitosa que se chamou Aktion Freiersein. Foi organizada pela Context, uma organização não governamental. Ela foi direcionada aos usuários, ao cliente do trabalhador ou da trabalhadora sexual com o decálogo de regras de ouro de como respeitar o trabalhador sexual para que não houvesse violação de direitos nem violência nem tráfico. Na minha exposição, também esse decálogo está colocado.

Rapidamente falarei sobre outro estudo que foi realizado no final do campeonato europeu de futebol de 2012, por Martina Schuster, Almut Sülzle e Agnieszka Zimowska. É interessante que sempre são mulheres que estão analisando isso. Acho esse um dado bem importante. O trabalho chama-se *Discurso sobre a prostituição e o tráfico humano no contexto do campeonato europeu de futebol de 2012*. Quando chegamos às conclusões, o que elas dizem? (- Lê:): “Relatos e reportagens sobre prostituição e tráfico de seres humanos devem ser baseados em fatos, e não em estereótipos sexuais. A consciência baseada em fatos pode tanto permitir melhores condições de trabalho e vida para trabalhadores sexuais quanto representar uma importante peça no quebra-cabeças da prevenção do tráfico de pessoas.” Então, de novo, para enfrentar o tráfico de pessoas, temos de nos evidenciar em fatos, em realidades localizadas e observáveis.

Finalmente o relatório final da Copa do Mundo da África do Sul chega a uma conclusão muito parecida. (- Lê:)

“Futuras campanhas e programas focalizados em trabalho sexual, tráfico e eventos esportivos devem se baseados em pesquisa sistemática - não em sensacionalismos, que levam a maior estigmatização e discriminação contra trabalhadores sexuais, ao mesmo tempo em que aumentam sua vulnerabilidade para a violência.”

Vejam que inversão. Você cria uma campanha, a princípio, para proteger um grupo de mulheres ou homens trabalhadores sexuais, e ela pode aumentar ainda mais sua exploração e vulnerabilidade. Por que, então, se continua com essa ideia de que grandes eventos



causarão mais tráfico? É um argumento que tem grande apelo para os grupos antiprostituição e anti-imigração e para muitos políticos e jornalistas. Por quê? Em primeiro lugar, é um argumento muito útil para financiamento de projetos. Sabemos que o governo norte-americano e a União Europeia têm uma linha de financiamento muito grande para projetos de enfrentamento ao tráfico de pessoas. Esse tema - o tema de tráfico de pessoas, mulheres encaixotadas, esse tipo de situação - chama a atenção da mídia e faz brilhar seus olhos. Também é uma forma rápida e fácil de ser visto fazendo algo contra o tráfico. Se estou fazendo uma campanha, estou fazendo alguma coisa. Ocorre que, muitas vezes - e isso no Brasil é muito real -, fazer claramente uma campanha anti-imigrante, uma campanha antiprostituição pode não ser bem visto por toda a sociedade, mas, se se realiza uma campanha antitráfico, todos concordam com ela. Todos nós somos contra o tráfico de pessoas; contudo, por trás dessas campanhas, podem estar embutidas outras faltas, e precisamos saber se queremos ou não embarcar nelas. O que as instituições internacionais concluíram? Que campanhas errôneas levam a danos colaterais.

Há aumento na repressão e na violação dos direitos humanos de trabalhadores sexuais, deslocamento de trabalhadores sexuais e outros grupos marginalizados em um esforço de limpeza da cidade, quando se poderia agir de outra forma, agir com maior eficiência. Como seria lidar com maior eficiência na questão do tráfico nos eventos internacionais? Uma das questões fundamentais é: precisamos identificar quais são os outros grupos envolvidos, quais são os grupos que podem eventualmente estar tendo seus direitos violados no contexto dos grandes eventos. Vamos pensar nos imigrantes que estão vindo para a construção civil, imigrantes internos, não só os bolivianos em São Paulo, e também nos imigrantes externos, que estão vindo para a construção civil, para a indústria de confecções de roupas e equipamentos esportivos, e o recrutamento de atletas menores de 18 anos. Essa é uma questão que também precisa ser enfrentada, como os trabalhadores domésticos menores de idade na casa de tantas pessoas. Isso é tráfico de pessoas e precisa ser enfrentado.

Então o que seria agir com eficiência? Primeiro, consultar sempre e colaborar de perto com grupos diretamente afetados pelo tráfico, incluindo trabalhadores sexuais e imigrantes. De novo, se queremos enfrentar o problema, vamos dialogar com quem mais pode nos ajudar. Ainda, agindo com eficiência: conscientizar a população sobre os direitos e as opções das pessoas, em vez de só estimular o medo ou a pena. É sempre uma vítima, sempre um marginal. Vamos ouvir as pessoas. Agindo com eficiência ainda mais: estimular análises mais cuidadosas nas discussões públicas sobre tráfico de pessoas; oferecer opções de trabalho legal e sem exploração para trabalhadores e trabalhadoras migrantes; chamar a atenção, que é uma coisa que quase não se fala, para o medo das trabalhadoras sexuais em relação à violência policial e à exploração, que muitas vezes as impedem de falar; e, sobretudo, basear os nossos esforços, de novo, em evidências, e não em sensacionalismo.

Vou falar rapidamente do Mito 2, pois, com certeza, o nosso colega de Mesa, representante da Secretaria de Trabalho, falará muito melhor que eu sobre a questão da fiscalização das grandes obras. O governo criou, para fiscalizar as grandes obras, na estrutura do Ministério do Trabalho e Emprego - MTE -, a Secretaria de Inspeção do Trabalho - SIT -, e, na SIT, o Grupo Móvel de Auditoria de Condições de Trabalho em Obras de Infraestrutura - Gmai. O Ministério Público do Trabalho, por meio da Coordenadoria Nacional de Defesa do Meio Ambiente do Trabalho - Codemat -, criou o Programa Nacional de Acompanhamento de Obras na Construção Civil Pesada. No ambiente sindical, há a Confederação Sindical das Américas, filiada à Confederação Sindical Internacional, que tem a campanha "Jogue limpo", que vocês já devem ter visto. No Brasil, ela tem representação da CUT, da União Geral dos Trabalhadores - UGT - e do sindicato internacional de trabalhadores da construção e madeira, etc., que estão de olho nas grandes obras. De fato, podemos dizer que dificilmente, mesmo com as greves e as campanhas salariais, a indústria não encontrou uma situação análoga à dos escravos ou do tráfico de pessoas.

Aí pergunto o que está acontecendo nas pequenas obras de construção civil, que se multiplicam em vista desses grandes eventos. O que está acontecendo nas empresas terceirizadas e em toda a cadeia produtiva que atua na construção civil brasileira? Onde estão sendo recrutados trabalhadores e trabalhadoras para essas obras menores? O que está acontecendo nas empresas de confecção de roupas e equipamentos esportivos, que se multiplicam em vista dos grandes eventos? O que está acontecendo nas empresas terceirizadas e em toda a cadeia produtiva que atua na indústria da confecção? Onde estão sendo recrutados operários e operárias, costureiros e costureiras?

Para terminar, gostaria de dizer que, diante desses dois mitos apresentados, é muito importante que nós, da sociedade civil brasileira, nos informemos para que possamos nos posicionar corretamente em relação ao tema. Residual poderá ser o tráfico de pessoas para exploração sexual, e real e preocupante já é o aliciamento de trabalhadores e trabalhadoras para obras e oficinas menores e menos fiscalizadas. Enfim, é preciso conhecer a realidade para enfrentá-la. Repito que precisamos, sobretudo, ter muito cuidado para que a agenda antitráfico não seja utilizada como uma agenda anti-imigração. Isso iria na contramão de todo o posicionamento internacional do governo brasileiro, que aliás realizará no final deste mês a primeira conferência nacional de imigração e refúgio, que vai construir as políticas públicas de imigração. Estou convencida de que o foco no enfrentamento ao tráfico de pessoas passa pela proteção ao trabalhador migrante, porque ele é o aspecto menor das migrações. Migrantes buscam trabalho. Se houver políticas migratórias que defendam os direitos dos trabalhadores migrantes e facilitem sua irregularidade migratória, teremos um instrumento supereficaz de enfrentamento ao tráfico de pessoas. Obrigada.

O presidente - A nossa querida Profa. Márcia Anita Sprandel já me provocou, e vou deixando a minha pergunta. Fiquei com o sentimento de que não precisávamos do Protocolo de Palermo nem dessa manifestação toda, porque em eventos não acontecerá isso com que estamos preocupados, essa rede que queremos criar. Temos um comitê de enfrentamento ao tráfico de pessoas em Minas Gerais, mas parece que não há necessidade nenhuma. Já deixo a minha questão, o nosso problema está nas obras, e a questão que estamos vivendo no Suriname em relação ao tráfico de mulheres não seria um problema. Então deixo já o meu questionamento para os debates.

Com a palavra o Sr. Marcelo Gonçalves Campos.



Palavras do Sr. Marcelo Gonçalves Campos

Obrigado. Boa tarde. Na pessoa do deputado João Leite parablenizo a organização do evento, e em nome do Ministério do Trabalho e Emprego agradeço o convite para nos posicionarmos sobre esse importante tema.

Inicialmente, gostaria de me remeter à fala da Dra. Márcia, quando trata de mitos e criações muito distantes da realidade, que acabamos reproduzindo no dia a dia em relação a esse tema. Essas abordagens míticas acabam por nos impedir de combater esses comportamentos, esses crimes de forma eficaz. Inegavelmente, do ponto de vista internacional temos como referência normativa o Protocolo de Palermo. Na realidade brasileira, já veremos como essa questão dos mitos e das realidades nacionais acabam por influenciar e, às vezes, enviesar a questão dos temas.

Como tem sido observado ao longo de todo o dia e já nesta tarde, não é difícil perceber que a questão do tráfico de pessoas no Brasil tem sido observada e entendida a partir de um forte componente de gênero - mulheres - e comportamental, da exploração sexual. Talvez por razões históricas que devemos avaliar, mas isso tem impacto em como enfrentarmos essa situação.

Quando a exploração econômica de homens e mulheres - a exploração sexual não se refere apenas a mulheres - ocorre sobre um profissional do sexo, obrigando-o a se prostituir para ser explorado economicamente, tem-se a dimensão de crime, que pode estar inserida no contexto do tráfico de pessoas. Mas é importante reafirmar, apesar de não ser minha a área do trabalho, que homens e mulheres que se prostituem livremente não estão cometendo crime, e a Copa do Mundo é uma boa oportunidade de aumentar o seu faturamento. Nada há de ilegal em relação a isso. Pode haver, do ponto de vista moral de cada um de nós, uma condenação, mas isso deve ser afastado, ou não compreenderemos adequadamente como enfrentar o tema.

Dizendo que essa questão tem sido impregnada no Brasil pelo gênero e pela sexualidade, é importante dizer que a legislação mais atual dentro do contexto do Protocolo de Palermo é aquela que se refere à exploração da prostituição feminina. Especialmente feminina, e, se não me engano, o artigo nem trata da exploração da prostituição masculina.

De pessoa, é verdade, foi atualizado. Mas, de qualquer forma, o artigo só trata disso. Quando vamos tratar das outras modalidades, elas estão em outros artigos do Código Penal. Especialmente no que se refere a nós, do mundo do trabalho, já há uma pequena questão que temos de colocar. Toda legislação referente ao mundo do trabalho, seja protetiva, seja na dimensão de uma conduta que resvala para uma prática criminosa, refere-se a práticas legais. Por exemplo, o menino que fica traficando drogas, o "aviãozinho", não tem proteção da legislação laboral, e está trabalhando. Não é verdade? Aquela profissional ou aquele profissional do sexo, que vende seu corpo, que não está cometendo um crime, já que pode vender seu corpo, não tem proteção da legislação laboral. Desses, infelizmente, não nos ocupamos. Por que digo "infelizmente"? Porque são exatamente aqueles seres humanos que estão numa situação de maior dificuldade e maior vulnerabilidade. A sociedade, infelizmente, assim o quer. Por razões às vezes morais, impede o Estado de ter uma atuação em defesa dessas vítimas.

A legislação laboral existente, aquela com a qual lidamos, refere-se a fenômenos do mundo do trabalho que são, a princípio, legais. O trabalhador poderia estar fazendo aquela atividade. Vou citar os artigos do Código Penal que criminalizam algumas situações que caracterizam ou dão suporte a esse enfrentamento ao tráfico de pessoas: os arts. 206 e 207 referem-se ao aliciamento de trabalhadores, que tanto pode ser do ponto de vista internacional quanto do ponto de vista interno.

Cito também alguns exemplos para esclarecer os senhores e as senhoras: em novembro passado constatamos, em uma grande empresa no interior de Minas, 100 haitianos vítimas de trabalho análogo ao de escravo. Eles foram libertados pela equipe de fiscalização. Esses haitianos, além de estarem sendo vítimas do trabalho escravo, eram vítimas também do tráfico. Não que tenham vindo para o Brasil intermediados por coiotes, mas, quando chegaram a Brasileia, no Acre, e foram colocados naqueles depósitos de seres humanos, sem qualquer proteção, os gatos foram lá para fazer promessas enganosas. Eles os trouxeram para laborar aqui em Minas, em condições degradantes. Nesse caso, capitulamos a conduta do empregador tanto no art. 149 do Código Penal - trabalho análogo ao de escravo, na hipótese de trabalho degradante - quanto na supressão de direito trabalhista, art. 203 do Código Penal, e ainda no artigo que trata de aliciamento de trabalhadores oriundos de outro país.

No caso do tráfico internacional de trabalhadores para serem explorados em atividades lícitas aqui no Brasil, temos encontrados não só haitianos como também bolivianos, nas confecções, e peruanos. Com esse crescimento da economia observado na última década, o País está necessitando mais de mão de obra e, obviamente, torna-se mais atrativo do ponto de vista de vinda de pessoas de outros países que podem ser exploradas. Algumas vêm pela oportunidade de trabalho lícito, e todos têm de ter oportunidades, no entanto muitos vão acabar sendo submetidos às espertezas e às artimanhas de intermediadores de mão de obra.

Vejam bem, no Brasil, quando falamos em tráfico internacional de pessoas, a nossa mente está mais acostumada a perceber o tráfico internacional de pessoas que vão do Brasil para o exterior. Por exemplo, pessoal do interior de Minas que vai trabalhar nos Estados Unidos, com os coiotes fazendo intermediação. Muitas dessas pessoas não estão sendo vítimas de tráfico, mas de imigração ilegal. Todavia, parte delas é vítima do tráfico.

Com o crescimento econômico do País, essa equação está-se invertendo. Muitos trabalhadores estão vindo do exterior para laborar aqui, e é importante que venham, mas é preciso que o País os acolha com dignidade, com trabalho decente. Temos enfrentado casos em que tem havido tráfico de pessoas e submissão a trabalho análogo ao de escravo. Isso é um pequeno detalhe em relação ao quantitativo de trabalhadores que são submetidos ao tráfico de pessoas e ao trabalho análogo ao de escravo no País.

A maioria das vítimas são trabalhadores brasileiros. E quais trabalhadores são esses? Quem são as vítimas? Quem são os criminosos?

Também temos o hábito de construir em nossas mentes que trabalho análogo ao do escravo é encontrar uma pessoa negra acorrentada e sendo chicoteada. Isso é um mito, não existe. Nem na Colônia e no Império, época da escravidão clássica, o sistema sobreviveria por mais de 300 anos com os escravos acorrentados e apanhando todos os dias. Aquilo era um episódio para garantir o controle da mão de obra, mas, no dia a dia, no cotidiano, as pessoas estavam sendo exploradas no seu trabalho, e é assim que ocorre no trabalho escravo contemporâneo. Só que o trabalho escravo contemporâneo já não se refere apenas a negros. O trabalho escravo contemporâneo refere-se a pessoas pobres, a pessoas em situação de vulnerabilidade. São pessoas que precisam sobreviver. Todos nós,



seres humanos, temos família, temos de dar comida a nossos filhos, temos de nos sustentar e, muitas vezes, quem está em situação de vulnerabilidade está tão premido que precisa, de alguma forma, levar o sustento a sua família. Assim vira presa fácil para os bandidos.

E como são os bandidos aqui no Brasil? Faço outro parêntese. Também tendemos a imaginar que trabalho escravo seja coisa de um fazendeiro lá no interior, no Norte de Minas; alguma coisa lá no interior do Pará, de um fazendeiro ignorante que não conhece a legislação. Não é nada disso. Quer dizer, é isso, mas é muito mais do que isso. Por exemplo, o trabalho escravo corre aqui dentro de Belo Horizonte, no Buritis, em obras da construção civil; em grandes redes de supermercado, onde vamos comprar produtos *gourmet* - e achamos tudo lindo e maravilhoso -; em grandes empresas de mineração no interior de Minas. Então, é algo que, à princípio, nos parece invisível. Por quê? Talvez porque o nosso olhar não esteja preparado para ver, mas um pouco por causa da nossa vontade de não enxergar também. Afinal, enxergar situações de exploração do ser humano, em princípio, exigiria de nós uma reação, um repúdio por isso. Mas às vezes, por conveniência, não queremos enxergar.

Para entendermos essa problemática, preciso dizer a vocês rapidamente como é que o art. 149 do Código Penal conceitua o que é o trabalho escravo contemporâneo. São quatro hipóteses. O artigo foi atualizado em 2003, porque a antiga redação era muito imprecisa e não possibilitava realmente a condenação dos criminosos. Hoje existem quatro hipóteses em que você pode encontrar uma vítima sendo submetida a trabalho análogo ao de escravo. Todas independentemente uma da outra, não são cumulativas. Basta uma para caracterizar o crime. A primeira: trabalho forçado. O que é isso? É quando alguém, pela força das armas ou por uma forte coação física e psicológica, é preso ao trabalho. Isso é muito comum no interior quando o trabalhador é colocado lá em uma fazenda. Ele não tem como fugir e, se tenta fazer isso, o capataz, o gato irá bater nele. Muitos trabalhadores têm sido mortos nessa hipótese de trabalho análogo ao de escravo. A segunda: servidão por dívida. Como é que se opera a captura, o processo de enganar a vítima aqui no Brasil com os trabalhadores brasileiros? É porque aqui no Brasil não tem coioite. Aqui temos uma coisa diferente, é o gato, uma coisa mais sofisticada.

O gato, o que é? É um trabalhador melhorado, é um trabalhador que progrediu, vamos dizer assim, que se profissionalizou. E se profissionalizou em quê? Em recrutar mão de obra para os empreendedores econômicos. Normalmente um empreendedor econômico, seja um fazendeiro, seja um empresário da construção civil, seja qualquer outro, não quer sujar a mão, não vai cuidar de recrutar mão de obra, principalmente se não quer pagar dignamente ao trabalhador. Assim, ele arruma o gato. O gato é aquele indivíduo com experiência, que aprendeu com o pai, com o avô, provavelmente o bisavô foi capitão-do-mato na Colônia, no Império. E ele tem toda uma estratégia de sedução. Se um empresário da construção civil de Belo Horizonte está precisando de trabalhador, o que faz? Ele já tem o contato, ele liga para o gato em Sergipe, em Pernambuco. E o gato vai a Jardim de Piranhas, vai àquelas cidades do interior onde as bicicletas têm alto-falante e circulam pela cidade anunciando: "Excelente oportunidade em Minas, em Belo Horizonte, ótimo salário, carteira assinada, tíquete-refeição, alojamento". Eles recrutam as pessoas com promessas boas, prometendo bons salários. Então o gato reúne os trabalhadores, dá um adiantamentozinho em dinheiro para o trabalhador, dá uns R\$200,00 para ele deixar com a família. E o trabalhador vem para cá. Vem como? Vem por estradas vicinais, não vem por rodovias normais, vem em ônibus clandestinos. Por quê? Para fugir da fiscalização. E, durante a viagem, dão cachaça para os trabalhadores. Para quê? Assim eles ficam felizes e não vão se lembrar por onde passaram. Quando essas pessoas chegam aqui, elas são jogadas em barracos pútridos - e não estou me referindo a fazendas, estou me referindo a subterrâneos de prédios em construção aqui dentro da cidade. Essas pessoas foram vítimas de quê? De uma fraude. Elas foram recrutadas de forma fraudulenta, com o objetivo de explorá-las economicamente. É isso que temos encontrado e combatido.

Falei sobre a primeira hipótese, o trabalho forçado, a servidão por dívida. Por quê? Porque, quando uma pessoa protesta e diz que foi enganada e quer voltar para Sergipe, o gato vai dizer que ela não pode voltar porque tem de pagar a dívida: "Os R\$200,00 que deixei com sua família, o que você comeu na viagem, a cachaça que bebeu, o equipamento de trabalho que lhe dei para trabalhar, você está todo endividado e vai ter que pagar". Muitos ignorantes, por uma falsa visão de honestidade, acham que têm de trabalhar mesmo, não enxergam que foram vítimas de um crime. Outros que têm alguma noção de cidadania, que protestam e dizem que não vão trabalhar, vão apanhar, vão ser vítimas de violência. Normalmente essas duas primeiras hipóteses estão juntas.

Há uma terceira, que é o trabalho degradante. O que é o trabalho degradante? É quando se suprime do trabalhador todo o conjunto de direitos laborais que garantem a dignidade do ser humano no trabalho. Por quê? Porque o direito do trabalho é uma conquista civilizatória, que garante ao trabalhador - todos somos trabalhadores - distinção em relação àquele trabalhador escravo da Colônia e do Império, que nenhum direito tinha, que era uma mercadoria. Hoje somos protegidos por um código laboral. Esse código laboral é o que nos diferencia do trabalhador escravo da Colônia e do Império, desde que a lei não seja para inglês ver. Se, em um ambiente de trabalho, todos os direitos laborais foram suprimidos, desde o salário até a formalização na carteira, o alojamento, a comida, os equipamentos de segurança, se tudo isso foi suprimido, o trabalhador está laborando em condição análoga à do escravo, em condição degradante. Essa é a outra hipótese.

E por fim, uma última hipótese, muito comum principalmente no meio urbano, é a jornada exaustiva, que pode ocorrer em duas dimensões: quando o trabalhador, mesmo dentro da jornada normal, é obrigado a trabalhar com um grau de intensidade e produtividade tal que ele se esgota, acaba-se; e quando a jornada é excessiva. Estamos terminando agora, no Ministério do Trabalho, uma ação fiscal aceita a pedido da Assembleia Legislativa referente a uma grande mineradora aqui, em Minas. Encontramos lá trabalhador trabalhando há 90 dias sem um único dia de descanso, sem um único dia de intervalo de 11 horas para dormir. O que é isso? Um trabalho escravo. E quem são esses trabalhadores? Trabalhadores recrutados em locais distantes, trabalhadores em situação social de maior vulnerabilidade. Essas são as vítimas.

Gostaria ainda de falar - não deixou de ser uma provocação positiva da Dra. Márcia - sobre a questão das estatísticas e dos "chutômetros". E é verdade. Todas essas questões têm muito de chute em relação a estimativas das vítimas. Especialmente em relação a nós, há quem diga que eram 50 mil vítimas. Como já libertamos 50 mil, não era para haver mais. Mas estamos libertando cada dia mais. Hoje falam em 300 mil vítimas. Mas como é crime, nunca trabalhamos com estimativas em relação a vítimas. Os dados que



temos - estes, sim, são confiáveis, não são "chutômetros" - são os que identificamos como vítimas e libertamos. São aproximadamente 50 mil vítimas em cerca de 15 anos de trabalho nessa área.

É claro que nem toda vítima de trabalho análogo a escravo foi vítima de tráfico de pessoas. Às vezes, uma pessoa está sendo vítima de trabalho escravo dentro da nossa cidade e é daqui mesmo, pode morar aqui. Quer dizer, não houve o tráfico de pessoas. Mas normalmente a maioria das vítimas de trabalho escravo são vítimas de tráfico por uma razão.

Isso porque submeter uma pessoa ao trabalho análogo escravo é roubar dela toda sua condição de ser humano, é roubar-lhe a dignidade. E, para roubar a dignidade de alguém, quanto mais vulnerável e distante do socorro ela estiver, mais fácil será. Então o criminoso, para fazer isso, busca uma vítima longe, pobre, sem comunicação, que vai se submeter mais facilmente. Não é verdade? Entendo que há uma grande necessidade, e talvez seja uma oportunidade, realmente a discussão do ordenamento jurídico para aglutinar, como está no Anteprojeto nº 479, esses crimes ligados ao tráfico de pessoas, em um ou dois artigos que se dialoguem e que permitam o combate do crime com maior eficácia.

Apenas como reflexão final, digo aos senhores e às senhoras que a questão do tráfico de pessoas e do trabalho análogo ao escravo, para nós, do Ministério do Trabalho, não ganha maior evidência ou maior importância com grandes eventos. A crueldade a que são submetidas as vítimas do trabalho escravo e do tráfico de pessoas está no cotidiano das relações laborais brasileiras, não é preciso grandes eventos para que elas aconteçam. Talvez até, nos grandes eventos, dada a sua visibilidade, quem queira perpetrar o crime tenha mais cuidado em fazê-lo. Agradeço muito, estou à disposição.

O presidente - Muito obrigado, Marcelo. Recentemente o ministério deu uma grande contribuição à Assembleia Legislativa, na CPI da Telefonia, de que fui relator. No relatório final, indicamos como trabalho análogo os *call centers*, em que os empregados têm de ficar quase um dia inteiro trabalhando, sem ir ao banheiro, sem fazer absolutamente nada.

Com a palavra, o Sr. Wellerson Eduardo da Silva Corrêa.

Palavras do Sr. Wellerson Eduardo da Silva Corrêa

Deputado João Leite, na sua pessoa, saúdo os demais companheiros da Mesa, as senhoras e os senhores presentes, e os companheiros do Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente. Foi-me confiado falar sobre o tema "Tráfico de pessoas e adoção ilegal".

De acordo com as falas que me antecederam, é importante fazer uma diferenciação entre as expressões "tráfico de pessoas" e "contrabando de pessoas". O contrabando implica a passagem ilegal de pessoas além de fronteiras, sem que haja aparentemente uma intenção ou conduta exploratória; ao passo que o tráfico não só ocorre extrafronteira como também pode ocorrer no território do país. O Protocolo de Palermo faz essa distinção.

O tráfico ilegal de crianças com fins de adoção tem uma particularidade em relação ao tráfico em sentido amplo. Daqui para a frente, vou referir-me sempre à criança usando a definição da convenção da ONU sobre os direitos da criança, que diz que toda pessoa menor de 18 anos é considerada criança. Vou evitar ficar fazendo essa dicotomia: criança, adolescente.

O tráfico de crianças e também de mulheres para fins de casamento, a sua finalidade, muitas vezes, para o receptor não tem o cunho de obtenção de vantagem financeira, mas a satisfação de um sentimento egoístico, seja a satisfação da lascívia, seja o casamento para servidão. Estamos testemunhando o que está acontecendo no nordeste da Nigéria: o sequestro de jovens estudantes que estão, presumivelmente, traficadas para casamento e servidão.

Por fim, temos o tráfico internacional e até mesmo nacional para adoção, para atender a um desejo de um casal, de um pessoa, de ter um filho e que se abstém dos trâmites legais e regulares para a satisfação desse seu desejo.

As formas de exploração de crianças através do tráfico: em primeiro lugar, é para exploração sexual, considerada pela OIT como uma das piores formas de exploração do trabalho infantil; em segundo lugar, para tráfico de órgãos. Já tivemos conhecimento de que se utiliza da adoção internacional para retirar essa criança do País e extrair órgãos. É uma questão que precisa ser muito bem investigada; em terceiro lugar, o casamento para servidão, sobretudo no continente africano e nos países do Oriente Médio, de cultura islâmica; em quarto lugar, vem a adoção.

Temos, ainda, a exploração do trabalho infantil, seja para escravidão, seja para trabalho doméstico, seja para mendicância. Isso é muito utilizado na Índia. Quem assiste ao filme *Quem quer ser um milionário?* vê ali uma ilustração da exploração, até se cegam crianças para serem exploradas na mendicância.

Em último lugar, temos a utilização de crianças para a prática de delitos, seja de autoria imediata de crimes contra o patrimônio e de outras espécies de crimes, seja para servir à logística do tráfico de entorpecentes, os conhecidos "aviõezinhos" do tráfico, ou os que servem como vigias e soldados do tráfico de entorpecentes.

A maior parte das estatísticas sobre o tráfico de crianças se refere ao tráfico além de fronteiras, e elas são imprecisas, como a Dra. Márcia Anita, que me antecedeu, disse. Só tenho dados de 2003. A senhora me corrija se eu estiver errado, mas, segundo a OIT, em 2003 estimou-se que 1.200.000 crianças foram vítimas de tráfico. De acordo com a Secretaria de Direitos da Presidência da República, com base nos dados do Disque Direitos Humanos Nacional - Disque 100, o número de denúncias de tráfico de crianças no Brasil, entre 2012 e 2013, aumentou. Em 2012 foram 100 denúncias e, em 2013, 186, portanto um aumento de 86%, afora os casos de subnotificação ou não notificação. Acredito que a Dra. Cristina Coeli, que vai falar na próxima mesa, vá tocar nesse tema.

Entrando propriamente no tema, vamos falar sobre adoção ilegal. Primeiramente, temos de ter noção do que é adoção legal para saber o que é a ilegal. Segundo o Cadastro Nacional de Adoção - CNA -, gerido pelo CNJ, com dados de outubro de 2013, há 5.400 crianças aptas para adoção no Brasil. Há um dilema, principalmente entre nós que atuamos no sistema de Justiça da criança e do adolescente, sobre o que é criança apta. Sei que o CNJ - o Dr. Luiz que me corrija - editou recentemente a Resolução nº 196, revogando a Resolução nº 54, no intuito de, mais uma vez, centralizar e padronizar a gestão do cadastro e também como ingerência nos cadastros locais, que são verdadeiras caixas-pretas. Acredito agora, para nosso alívio, que, com essa resolução, todo o controle será centralizado em Brasília.



Apesar disso tudo - do controle de cadastro e de leis repressoras -, ainda há grande incidência de tráfico. O maior indicador nas Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste é o turismo sexual, sobretudo nas grandes capitais localizadas no litoral com grande fluxo turístico: Recife, Fortaleza, Natal e Salvador, e não poderia ser diferente. No Sudeste também existe indicador de turismo sexual concentrado na malha rodoviária. E Minas Gerais é o estado que possui a maior malha rodoviária do País, com grande incidência de exploração sexual de crianças.

Há também uma grande incidência de gênero. A exploração nesse caso é maior no gênero feminino, mas há exploração sexual de meninos. Obviamente, o que facilita essa grande incidência de tráfico de crianças são as dimensões gigantescas das nossas fronteiras. Isso facilita não só o tráfico, como falei no início, mas o contrabando de pessoas. O contrabando é a imigração ilegal. Há dificuldade no controle efetivo nas fronteiras. A grande preocupação do Unicef para o ano de 2014 é a imigração ilegal, sobretudo de crianças, e na fronteira da região amazônica - como o deputado João Leite disse - com o Suriname, com as Guianas, principalmente a Francesa, com a Colômbia e com a Venezuela. Há uma dificuldade muito grande de controle da situação.

Outro fator que favorece o tráfico é a corrupção, e não só no sistema em que atuo, o CNJ. Essa é uma das finalidades do CNJ, do sistema de Justiça, mas não só dele como da corregedoria nacional, das corregedorias dos tribunais, e não só delas, mas do Conselho Nacional do Ministério Público e das corregedorias dos ministérios públicos estaduais. A defensoria ainda não tem um conselho nacional de defensoria pública, um colegiado de defensores-gerais. Mas existe um colégio nacional de corregedores, no intuito de estabelecer um código de ética de atuação. Não estamos livres disso. Há também as entidades de acolhimento, as entidades ligadas à assistência social; é importante que se diga, pois isso tem favorecido.

Outro ponto é a situação de vulnerabilidade, de extrema pobreza e de isolamento das famílias envolvidas. Principalmente nas comunidades indígenas, há incidência de entrega voluntária de crianças para estrangeiros. Na região amazônica, no Mato Grosso do Sul, na região do Pantanal, onde ainda há comunidades indígenas, eles entregam as crianças, devido à situação de vulnerabilidade ou para obtenção de alguma vantagem. Entregam as crianças até para pessoas ligadas a missões religiosas. Algumas dessas missões ingressam em território nacional à revelia do governo brasileiro. Houve um caso que gerou até um incidente diplomático há alguns anos. Um soberano, monarca de um país da Europa - não vou citar o nome -, foi ao Xingu à revelia do governo brasileiro, em viagem internacional. Isso gerou um grande problema diplomático.

Este é um dos principais fatores - a Dra. Cristina vai participar do nosso debate - envolvendo desaparecimento de crianças no Brasil: não temos legislação rigorosa. Eu desconhecia o anteprojeto que está no Senado. A nossa legislação é branda nesse sentido. Em boa parte dos casos, o destino dessas crianças é a Europa Ocidental e os Estados Unidos. Aqui faço parênteses, pois os Estados Unidos é um dos dois países que não são signatários da convenção sobre os direitos das crianças. O outro país é a Somália. Os Estados Unidos não são signatários da Convenção de Haia, que trata da adoção internacional, mas é um dos grandes destinatários das crianças traficadas para adoção ilegal. O outro país é Israel e por uma questão cultural. Quem conhece a cultura judaica, a religião judaica, sabe que é vexatório para uma mãe não poder conceber um filho.

Então, quando uma mãe judia não pode ter um filho, ela se valerá do artifício da adoção. Em alguns casos, se ela não puder fazer pelas vias regulares, ela satisfará essa pretensão e dará essa satisfação à sociedade local, por meio da obtenção de uma criança pelo tráfico.

E o Japão. Eu havia trazido uma apresentação para PowerPoint, por isso estou meio perdido aqui. Espero que a minha fala, ao final, seja, deputado João Leite, como o último vinho servido nas bodas de Caná, que foi deixado por último por algum motivo. Pouca pretensão.

Os requisitos para adoção legal, primeiro, é que haja uma diferença de 16 anos entre adotantes e adotados. Se for adotada por duas pessoas, mesmo por pessoas do mesmo sexo, é preciso que haja comprovação de estabilidade de união. É preciso provar que a união é estável. O Supremo já reconheceu a possibilidade de adoção homoafetiva, mas tem de comprovar. É condição que a pessoa solteira ou um dos parceiros tenha mais de 18 anos. Admite-se a adoção póstuma desde que se prove que, no início do procedimento, o adotante póstumo tenha manifestado essa intenção de adotar, tenha obtido a guarda provisória ou tenha tido uma relação afetiva.

As modalidades de adoção. Adoção consentida, como está no art. 45, do ECA, é aquela em que a mãe manifesta o seu consentimento. Não havia uma regulação antes da Lei 12.010, que alterou o ECA. A Lei 12.010 é considerada como a Lei da Adoção. Para nós, ela é a lei da convivência familiar e comunitária, mas ganhou essa denominação. Não havia um rigor. A mãe era ouvida pela assistente social da maternidade e falava que estava consentindo a adoção, mas ninguém sabia se ela estava em estado puerperal, se ela era deficiente intelectual. A Lei 12.010 coibiu certos encaminhamentos, como encaminhamento irregular de criação ou uma intermediação ilegal de adoções, e impôs, agora com a nova redação do § 1 do art. 13, o encaminhamento obrigatório da mãe, da nutriz, imediatamente, assim que ela manifeste a serviço social do hospital sua intenção de entregar o filho para adoção, que ela seja encaminhada ao juiz, à autoridade competente, e ratifique seu consentimento em juízo. Aí, sim, a criança estará autorizada a ser encaminhada para adoção. Esse consentimento é retratável; também não havia uma disposição expressa, e agora há. Ela tem o direito de se retratar até antes da sentença de adoção, garantindo-lhe a defesa e o contraditório, assistência social e psicológica.

A discussão que se tem é sobre a adoção *intuitu personae*, a adoção dirigida, dentro dos procedimentos. Sobre se a mãe pode escolher para quem entregar o filho, assim que ela se manifestar ao juiz - "Eu quero, sim, concordo com a adoção desde que seja para o meu amigo, desde que seja para fulano" -, há discussões doutrinárias e jurisprudenciais. Há doutrinadores que entendem que não, que isso seria uma espécie de fomento à intermediação de adoção e obtenção de vantagens ilícitas. Outros entendem que sim, inclusive a desembargadora Maria Berenice Dias, dizendo que, se a mãe tem o direito de escolher o pai biológico do seu filho, ela também tem o direito de escolher o pai e a mãe adotivos de seus filhos.

A adoção direta é aquela que não precisa ser cadastral e se limita às hipóteses do § 13 do art. 50 do ECA, que é a adoção unilateral, do padrasto ou da madrasta, do filho do seu esposo ou companheiro, a adoção feita por parente da criança, que tem preferência em adotar, e a adoção do guardião da criança maior de 3 anos ou de um adolescente.



A adoção cadastral, aquela prevista no art. 50 do ECA, e seus parágrafos, agora contemplada pela Resolução nº 196, do CNJ, que revogou a Resolução nº 50. Primeiro, ela tem como requisito a disponibilidade da criança. A grande discussão doutrinária e na nossa prática é: o que é disponibilidade? A defensoria pública, por meio do seu Fórum Nacional dos Defensores Coordenadores de Direitos da Infância e da Comissão da Infância e da Juventude do Condege, entende que disponibilidade é aquela que está no art. 1º da Resolução nº 196. É aquela em que já houve o trânsito em julgado da sentença de destituição do poder familiar. Entendemos que só assim uma criança pode ser inscrita no cadastro de criança disponível para adoção.

Ela pode até ser encaminhada sob guarda provisória para um casal pretendente, mas o processo de adoção só poderá ter ingresso após o trânsito em julgado da sentença de destituição do poder familiar.

No que tange à adoção ilegal, a mais conhecida da nossa realidade cultural é a adoção à brasileira, que é aquela que se dá pela entrega espontânea e pelo compadrio, mas também pelos furtos de bebês, pela intermediação ilegal, muitas vezes até de profissionais da área da saúde, de maternidade, e pela falsificação de documentos. O Código Penal tem dispositivos punindo especificamente o que popularmente chamamos de adoção à brasileira no art. 242, que é o parto suposto ou a supressão ou alteração de estado civil de recém-nascido. Só que ele tem uma norma permissiva que permite que o juiz não aplique a pena se comprovada notória e reconhecida nobreza do autor do delito.

Há também uma punição para os genitores pela entrega do filho menor a pessoa inidônea no art. 245. O ECA também prevê uma sanção para a destinação de criança ao envio para o exterior com inobservantes formalidades legais. No art. 239, não sei se há um conflito de normas, Dr. Luiz. Acredito que sim; aliás, creio que também, no § 2º do art. 245, houve uma derrogação pelo art. 239, em conflito com outros dispositivos. Isso terá de ser dirimido.

Falei sobre a adoção à brasileira como modalidade de adoção ilegal. Além da adoção legal, há aquela que chamamos de adoção aparentemente legal. É aquela em que o processo é regular, ou seja, tem toda a regularidade. O que acontece é um encaminhamento irregular da criança e uma falta de transparência no cadastramento da criança. Esse encaminhamento se dá em procedimentos judiciais informes anômalos onde há a produção unilateral de provas e de relatórios técnicos desfavoráveis aos pais, em que sequer são citados para se defenderem e onde não há o contraditório e a ampla defesa, nem mesmo se garante a manifestação da família extensa.

No que se refere à adoção internacional também ilegal, na década de 1980 tivemos um grande fluxo de encaminhamento de crianças sulistas ilegalmente para o exterior; certamente em razão da compleição física delas - loiras, brancas, olhos azuis - havia esse interesse.

Antes de finalizar, outra questão para a qual gostaria de chamar a atenção é a situação pós-adoção ilegal. Sabemos de casos, por exemplo, em que, passado certo período, por alguma incompatibilidade, os pais adotivos pretendem a denegação desse estado de filiação, ou o próprio filho quer investigar a sua verdade biológica - ele tem direito à verdade biológica, pois é um direito fundamental da criança, conforme está no ECA. O que têm entendido as cortes superiores no Brasil? No caso da denegação partida de um casal que adotou ilegalmente, de má-fé - aí é o entendimento da ministra Nancy Andrighi -, prevalece a parentalidade socioafetiva estabelecida durante esse período e denega-se o pedido de revogação desse estado de filiação em benefício do adotado. É a norma mais favorável. A situação favorável deve prevalecer. E quando a criança atingir a maioridade, ou mesmo menor, com assistência jurídica específica - ela também tem esse direito -, e quiser investigar a sua verdade biológica? Aí, no caso, admite-se a denegação, se assim ela o quiser, da parentalidade estabelecida por uma adoção ilegal e o restabelecimento da parentalidade biológica, para que também prevaleça a situação e o superior interesse do autor da ação.

Infelizmente, não pude exibir o PowerPoint.

Como medidas de enfrentamento à adoção ilegal, sugere-se:

1 - Maior rigor no controle do cadastro de crianças recém-nascidas e abrigadas. Uma sugestão de quem está envolvido no tema é que haja um banco de DNA de crianças recém-nascidas que estejam abrigadas. Se uma criança está em companhia de um casal que não tem parentesco biológico com ela, como vamos investigar a identidade dessa criança? Você vai comparar o material genético dela com o do casal que a furtou? Não, você tem de comparar com o material genético da sua mãe biológica. Então, há necessidade de um banco de DNA dessas crianças recém-nascidas encaminhadas a abrigos.

2 - O devido processo legal no afastamento judicial de crianças e adolescentes da família natural com observância da ampla defesa e do contraditório. O Dr. Luiz está presente, fazemos parte da Comissão Nacional de Execução da Carta de Constituição de Estratégias. O devido processo legal no afastamento judicial de crianças e adolescentes nos processos administrativos de providências ou verificatórios instalados na vara têm natureza administrativa. Alguns juristas, pasmem, entendem que ele não tem de ter o contraditório. O inciso LV do art. 5º da Constituição determina o contraditório em qualquer espécie de processo, seja judicial, seja administrativo. Transparência na produção dos relatórios técnicos nesses processos, inclusive com o contraditório, possibilitando a defesa, a quesitação e a apresentação de assistente técnico.

3 - Intervenção precoce. É um princípio da aplicação das medidas protetivas do ECA. Há necessidade da atuação célere das polícias, até com a integração operacional internacional das polícias de fronteiras e das especializadas em investigação de casos de crianças desaparecidas.

4 - Repatriamento voluntário e devidamente acompanhado por autoridade legal. A não revitimização dessas crianças. Em alguns casos, quando é capturada no exterior, a vítima é tratada como bandido e repatriada *sponte sua*. Nem é ouvida, simplesmente a colocam em um avião e a mandam de volta para o país de origem. Então, há necessidade dessa não revitimização.

5 - Assistência jurídica - o Dr. Luiz falou sobre isso - especializada individualizada às crianças abrigadas e às repatriadas. É o que na França chamam de *avocat* ou *défenseur des enfants*. O art. 12, item II, da Convenção sobre os Direitos da Criança da ONU trata disso, da representação judicial de crianças nos procedimentos que lhe são afetos, através de um órgão próprio, estatal, especializado, para essa representação. Na França isso já é realidade.

6 - Elidir o sub-registro ou ausência de registro de nascimento de crianças, sobretudo nas comunidades indígenas, com grande incidência no Mato Grosso do Sul, na região do Pantanal.



7 - Aplicação das diretrizes contra o tráfico de crianças estabelecidas pelo ministério. Essas diretrizes foram estabelecidas para a aplicação no tráfico ocorrido durante o conflito da Bósnia e da Croácia, onde houve um grande de tráfico de crianças. Finalizando, vou citá-las, serei breve, deputado: 1. procedimento padronizado para identificar as crianças vítimas do tráfico, um protocolo internacional; 2. designação de um tutor para cada vítima; 3. forma de conduzir o interrogatório pelas autoridades, oitiva especial, que o CNJ já está tratando para criança vítima de violência sexual; 4. orientação dos casos para os serviços competentes, a correta sistematização e articulação em rede dos órgãos envolvidos; 5. acolhida preliminar, adequada e protegida da vítima; 6. regulamentação da situação legal das crianças em um país que não é o seu, o direito de estada, a não revitimização. Que se proceda nem que seja a um visto temporário da criança, quando ela é capturada, até que se decida o seu recambiamento ou se a situação favorável é que vai prevalecer; 7. avaliação dos casos e identificação da situação favorável que mencionei; 8. aplicação de uma solução favorável que envolva o retorno eventual da criança ao seu país de origem ou a sua família ou não, se essa for a situação favorável que prevalecer; 9. acesso à Justiça, por meio do *avocat/défenseur des enfants*; 10. proteção de vítima e testemunha potencial. No Brasil temos o Programa de Proteção a Crianças e Adolescentes Ameaçados de Morte - PPCAAM -, em que não há necessidade de que a criança sirva como testemunha de um processo criminal, basta que ela esteja ameaçada de morte para que seja incluída nesse programa. Nós também temos o Programa de Proteção a Vítimas e Testemunhas - Provita -, mas esse programa tem como requisito que a vítima ou a testemunha colabore com a instrução criminal, mas temos equipamentos. Finalizando: 11. formação continuada dos agentes que se ocupam de combater a vítimas de tráfico por adoção ilegal. Desculpe-me por ter ultrapassado o tempo, deputado João Leite. Agradeço a atenção de todos. Muito obrigado.

O presidente - Muito obrigado, Dr. Wellerson. Chamo a atenção do vereador Reginaldo Tristão e da vereadora Racibe, de Varginha, para a fala do café. Cuidem bem daquele nosso café de Varginha e dos trabalhadores. Fiquem atentos na Câmara Municipal de Varginha.

Passaremos agora ao painel “Rede de enfrentamento ao tráfico de pessoas: articulação interinstitucional e mobilização da sociedade”. A Mesa melhorará muito, porque sua presidência ficará com a deputada Luzia Ferreira, que se sairá muito melhor que eu.

A presidente (deputada Luzia Ferreira) - Obrigada, deputado João Leite, brilhante deputado desta Casa, muito atento aos interesses de todos, mas especialmente das crianças e dos adolescentes, os direitos difusos de cidadania. O deputado, portanto, faz história nesta Casa.

Palavras da Presidente

Quero desejar um boa tarde a todos e cumprimentá-los por estarem aqui, tão atentos. Com certeza, um dos motivos de estarmos aqui é estarmos tratando daquilo que diz respeito muito de perto a todos nós que no dia a dia lutamos para melhorar o País.

Antes de compor a Mesa para iniciar o painel, quero aproveitar a sequência dessa fala e dizer que o Conselho Nacional de Justiça - CNJ - baixou uma instrução determinando que juizes que demorem mais de um ano para analisar processo de adoção ou destituição do poder familiar sejam investigados. Determinou também que os processos de adoção tenham prioridade, para que não demorem tanto tempo. Às vezes, a demora inviabiliza até o processo de adoção. Sabemos que no Brasil há muitos pais cadastrados para serem pais adotivos, em torno de 30 mil pais, e apenas cerca de 5 a 6 mil crianças disponíveis para o processo de adoção, crianças que já cumpriram as formalidades que o Dr. Wellerson explicou tão bem.

Às vezes, a demora é de quatro, cinco, seis anos. Há casos em que a demora é de oito anos. Foi o que aconteceu com uma criança cujo processo de adoção começou quando ela tinha 2 anos, e foi concluído quando ela já estava com 10 anos. Por isso, algumas famílias que querem adotar uma criança pequena desistem do processo adotivo.

Em relação a essa questão, é bom dizer que nesta Casa há a Frente Parlamentar de Apoio à Adoção, da qual sou presidente. Em Minas, como no Brasil, há várias leis de incentivo, apoio e acompanhamento da adoção, como manda a legislação. Fazemos debates periódicos sobre esse assunto. Há inclusive um projeto de lei tramitando nesta Casa que trata dessa prioridade, especialmente se o processo adotivo envolver uma criança que está fora da faixa etária mais procurada, ou seja, até os 3 anos de idade. Os processos adotivos dessa faixa etária têm prioridade absoluta na tramitação. Em primeiro lugar, para viabilizar o processo a fim de que a criança encontre rapidamente um lar; em segundo lugar, para retirá-la do abrigo, pois é uma situação constrangedora quanto aos aspectos afetivo e de atenção.

Queria dizer que o assunto deste debate é importante, mesmo internamente. Sabemos também que as crianças são vítimas desse tráfico, exatamente em razão dessa adoção ilegal e talvez até da demora e da burocracia que esse processo enseja no Brasil. Calcula-se que, no Brasil, 200 mil pessoas desaparecem todo ano. É um número muito grande, considerado-se a nossa população. De 200 mil pessoas, 40 mil, segundo as estatísticas, são crianças e adolescentes. Então nos perguntamos por que há esse número tão absurdo de desaparecidos todo ano. Obviamente, quando se trata de criança, é muito difícil que ela saia de casa voluntariamente. Isso tem muito a ver com o que estamos tratando, ou seja, com o tráfico por algum motivo: exploração infantil, adoção ilegal, exploração sexual ou outros motivos que já foram abordados aqui.

Este debate e essas reflexões que estamos fazendo com certeza implicarão não só melhoria, aprimoramento da legislação, mas também atuação mais efetiva, mais integrada em rede dos órgãos públicos com a sociedade civil, sobre o que vamos falar agora nesta Mesa. Como está previsto, em seguida, trataremos do painel “Rede de enfrentamento do tráfico de pessoas: articulação interinstitucional e mobilização da sociedade”. O Betinho está clamando pelo debate, pois ele também tem muito a contribuir. Entretanto, apesar de os assuntos serem muito instigantes, Betinho, o tempo não é grande. Se abirmos o debate antes das falas das pessoas da Mesa, talvez o inviabilizaremos, porque ele atrai muitas demandas.

2º Painel

Composição da Mesa

A presidente - Convidamos a compor a Mesa para o 2º Painel as Exmas. Sras. Marília Carvalho Guimarães, presidente do Comitê Social Campanha Coração Azul do Rio de Janeiro; Cristina Coeli Cicarelli, delegada de Polícia Civil especializada em pessoas desaparecidas e representante do Comitê Interinstitucional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas; Eliane Quaresma Caldeira de



Araújo, coordenadora da Política Pró-Criança e Adolescente da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social, representando o Comitê Local de Proteção Integral à Criança e ao Adolescente; Maria Aparecida Menezes Vieira, coordenadora geral da Associação das Prostitutas de Minas Gerais e representante titular da sociedade civil junto ao Conselho Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas; e Kelly Cristina Gomes de Oliveira, coordenadora da Agenda Mineira do Trabalho Decente; o Exmo. Sr. Pascal Jean André Roger Peuzè, coordenador do Centro Zanmi; a Exma. Sra. Márcia Anita Sprandel e os Exmos. Srs. Luiz Carlos Rezende e Santos, Marcelo Gonçalves Campos e Wellerson Eduardo da Silva Corrêa.

Com a palavra, a Sra. Marília Carvalho Guimarães.

Palavras da Sra. Marília Carvalho Guimarães

Boa tarde. Cumprimento a Mesa, a deputada, todos que compareceram durante esta manhã e agradeço a Assembleia de Minas Gerais por essa iniciativa, hoje tão necessária e indispensável para o Brasil. Vou me apresentar, porque sou a única do Rio de Janeiro. Sou Marília Guimarães, ex-exilada, militante há mais de 40 anos, presidente da rede de intelectuais, artistas e movimentos sociais em defesa da humanidade, fundadora do comitê contra o terrorismo de Estado e presidente, nomeada pelo ministro da Justiça, do Comitê Coração Azul Rio.

Quando a Glória Peres colocou no ar a novela *Salve Jorge* foi um susto grande para a família brasileira. É bem verdade que o Brasil, há 10 anos, assinou o Protocolo de Palermo, e, há 10 anos, vem trabalhando nessa área com muito afinco. Mas o tráfico de mulheres, de homens, de bebês, a escravidão humana data de 200 mil anos. Ela não é nova, não é jovem, é um problema antigo e muito grande, que ceifou muitas famílias, muitos lares e denegriu a imagem de muitos povos. A abolição da escravidão humana, em muitos casos, aconteceu por decreto, como o caso da nossa Lei Áurea - mas a escravidão continuou; em outros casos, aconteceu pela luta dos próprios povos. Contudo, o que foi mudando no decorrer dos anos foi a roupagem para esse tipo de tráfico: primeiro, o tráfico negreiro, depois o tráfico de crianças, o tráfico de mulheres, e por aí foi. Encontramos hoje em dia um grave problema, que é exatamente a migração, que antes seria para trabalho convencional, mas descobrimos que existem muitos lugares com imigrantes trabalhando sem documento, encarcerados. Eles são também pessoas traficadas.

O tráfico diminui a espécie humana, levando-a aos mais escusos e podres desvios de conduta. Propicia a hipocrisia, a mentira, a corrupção, a falta de ética, o desamor, transformando os valores essenciais do homem.

Uma menina que fica trancada durante meses num quarto, trabalhando à noite numa boate, fora de seu país, sem falar a língua local, não comendo direito, sendo espancada e levada às drogas - muitas chegam mesmo a morrer -, vai perdendo o vínculo total com a sociedade. A reintegração dessas pessoas à sociedade posteriormente é extremamente difícil. Muitas famílias sabem que a filha foi traficada, mas não têm coragem de admitir que esse fato aconteceu em seu núcleo.

Muitos temas foram aqui muito bem abordados e explicados, mas um detalhe deve ser bastante e fortemente frisado: temos de nos lembrar que a ditadura militar, durante 30 anos, desmobilizou a sociedade civil brasileira. Daí a dificuldade hoje de se reorganizá-la, hajam vista todos esses males que prejudicam o nosso desenvolvimento. Todavia, todo o mundo está trabalhando com muita vontade. Pelo que tenho visto em Minas e em outros estados, é muito grande a preocupação em atender principalmente vítimas do tráfico de pessoas humanas, da imigração e de outros problemas.

Ouvi algumas perguntas hoje, na parte da manhã. Alguns pensam que o processo está lento. Não, o processo não está lento. Durante 10 anos o Ministério Público, o Ministério da Justiça, o governo e algumas entidades de classe têm trabalhado ferreamente para equacionar um problema que existe e que foi boicotado, escondido debaixo do tapete durante 30 anos. Após desmobilizarem sindicatos, após desmobilizarem o povo brasileiro, fica muito difícil hoje, de um dia para o outro, aparecerem trabalhos que grandes companheiros têm feito durante anos. Para eles estarem colocando o caso da adoção neste Plenário, muitas pesquisas e estudos foram feitos, muitas pessoas foram entrevistadas. Esses trabalhos apresentam sempre muita dificuldade. Não é fácil, pois o povo aprendeu a se calar. Hoje estamos aprendendo a falar de novo. Somos como bebês aprendendo o bê-á-bá.

No Rio de Janeiro, quando estive com Paulo Abrão, vi que o esquema contra o tráfico de pessoas, adoção e imigração está todo bem-estruturado. Claro que ainda existem falhas e detalhes que precisam ser ajustados, mas entramos numa segunda etapa, a da União, Estado e sociedade civil. O Estado cumpre seu papel, mas ele não pode caminhar sozinho se nós, sociedade civil, não dermos as mãos a ele.

Daí a necessidade de criação de comitês, como é o caso do Coração Azul, de Minas, e do Coração Azul Rio. Antes da Copa, teremos 12 comitês nas cidades onde acontecerão os jogos. Temos de ter bastante cuidado e estar muito atentos porque, com certeza, da mesma forma que aconteceu no Rock in Rio e em grandes eventos, a Copa será um momento propício para as infiltrações, seja do nosso inimigo principal, seja de traficantes, roda de tráfico, mudança de roda de tráfico, penetração de traficantes novos e troca, porque eles já estão mapeados pela Polícia Federal e pelo Ministério Público. Então será um momento excelente para que possam fazer uma mudança de cartel.

Na parte da manhã, a Fernanda dos Anjos teve uma fala bastante elucidativa. Disse que acabou de ter uma reunião em Salvador, onde tomaram algumas decisões. O comitê Coração azul já existe no Rio de Janeiro desde novembro, e a Glória Perez é a presidente de honra. Ela fez um trabalho grande e muito forte, com o Ministério Público, a Polícia Federal e o Ministério da Justiça, de levantamento para a novela, a fim de ter elementos reais. Todas as cenas daquela novela eram reais, só os nomes mudaram, tanto em relação ao tráfico de bebês quanto à forma de exterminar as pessoas que conseguem fugir. E por aí segue.

Como o Rio conseguiu chamar a sociedade civil para trabalhar voluntariamente? Somos um comitê totalmente voluntário. Chamamos todas as entidades de classes, as organizações reguladoras de profissão, os artistas, as universidades, os acadêmicos e conseguimos uma lei para que todos os meios de transporte, desde táxi até ônibus, metrô, etc., colocassem cartazes com o número de telefones para denúncia. Da mesma forma que aconteceu com o Disque-Denúncia, nos anos 90, quando as pessoas tinham medo de ligar por achar que seriam descobertas e o traficante correria para pegá-las, o novo sempre dá medo, por isso é normal que aconteça um pouco mais devagar.



Hoje o tráfico de pessoas tem dois números essenciais: o 100 e o 180. É indispensável que esses telefones sejam usados, e não é certo que eles não estão controlados. Sim, eles são controlados. Quando falo isso, quero dizer que eles são seguros. De todas as formas, sabendo que estamos em um mundo globalizado, com internet, aviões, etc., com toda a tecnologia, é possível vazarem informações dentro de qualquer sistema. É verdade que isso acontece na minha casa, na sua e nas grandes instituições. Não estamos isentos de sofrer invasão.

Eu já tive muitas vezes o meu computador invadido, até pela CIA. Quando o Obama veio ao Brasil, no meu computador apareceu um sinal, e ficou bloqueado. Levei um susto e pensei no que estava acontecendo. Por que isso? Para que eu não entrasse na rede social e falasse alguma coisa sobre não estar gostando absolutamente nada de ele atacar o Irã, por exemplo. Tenho direitos, sou cidadã brasileira, e ele não é meu presidente. Da mesma maneira que ele entrou na minha casa, ele pode entrar no Ministério Público, aqui na Assembleia. A tecnologia do Brasil é extremamente avançada, mas a dos outros países também. E existem *hackers* para todas as áreas. De qualquer maneira, a Polícia Federal está muito bem-preparada e as polícias estão muito bem-preparadas para evitar essas invasões.

Só estou falando isso porque ouvi de algumas pessoas o receio e o medo muito grandes do 100 e do 180. Não tenham medo de falar, não tenham medo de denunciar. Denunciem. Só denunciando é que vamos conseguir ajudar. Nosso papel é divulgar e dar visibilidade a essa campanha. E, ao dar visibilidade, as pessoas vão, sim, denunciar. E, com as denúncias, eles podem trabalhar com muito mais agilidade do que hoje, que é uma situação de mais dificuldade. Se a população ajuda, é fácil, é muito mais fácil. Sempre foi mais fácil de mãos dadas.

Para a Copa, no Rio de Janeiro temos algumas ações. Fora os aeroportos, vamos colocar um grande bloco na cidade. Todas as pessoas estarão vestindo camisa azul. Vamos levar 100 mil às ruas para denunciar o tráfico. Gostaríamos de pedir a vocês - é uma campanha que também estamos fazendo no Rio - que a Copa seja não só um chamado contra o racismo, mas também um olhar bem-direcionado contra o tráfico de pessoas. Muito obrigada.

A presidente - Agradecemos à Sra. Marília Carvalho. Vamos passar a palavra à Sra. Cristina Coeli.

Palavras da Sra. Cristina Coeli Cicarelli

Boa tarde, deputada, em cuja pessoa cumprimento os demais membros da Mesa. Boa tarde a todos. Estou aqui representando o Comitê Interinstitucional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas, vinculado à Secretaria de Defesa Social. Vou fazer um breve histórico do nascimento do programa estadual de enfrentamento ao tráfico de pessoas, que surge como uma demanda do governo federal, quando se apontou que o Estado de Minas Gerais ocupava o 3º lugar no *ranking* nacional do tráfico de pessoas.

A Secretaria de Defesa Social iniciou uma implementação de gestões no intuito de construir um programa estadual de enfrentamento ao tráfico, seguindo as diretrizes do programa nacional de enfrentando ao tráfico, surgindo, então, o Núcleo de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas do Estado de Minas Gerais. Dentro desse núcleo foi criado o Comitê Interinstitucional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas, que teve sua primeira reunião em abril de 2013. Quero ressaltar que anteriormente ocorreram diversas reuniões até que acontecesse realmente a primeira reunião, ainda não com a publicação do decreto instituindo o comitê.

Houve essa primeira reunião em 13 de abril de 2013, mas somente em fevereiro de 2014 o decreto que institucionalizou o comitê foi publicado em diário oficial. Esse comitê compõe-se de 23 instituições públicas. Já estamos para abrir para a participação da sociedade civil, que ocorrerá mediante edital. Essa etapa será posterior, para que a sociedade civil também faça parte desse comitê.

O comitê foi instituído com os objetivos de implementação e articulação de ações promovidas pelo poder público junto à sociedade civil; de enfrentamento ao tráfico de pessoas humanas do Estado de Minas Gerais; de implementar, executar, monitorar e avaliar as políticas públicas, no que diz respeito à prevenção do fenômeno e à atenção das vítimas e dos seus familiares; de repressão e responsabilização dos autores. Esses são os principais objetivos do comitê, além de outras 16 atribuições.

O comitê é um órgão deliberativo, um colegiado, um órgão consultivo vinculado à Secretaria de Estado de Defesa Social. Devido ao tempo resumido, não tenho condições de relacionar todos os membros, mas diria que o comitê é formado pela Polícia Federal, pela Polícia Militar, pelo Ministério do Trabalho e Empresa - que é um parceiro e está sentado do meu lado direito -, pela Assembleia Legislativa, pela Secretaria de Educação, pela Secretaria de Saúde, pela Secretaria de Turismo, pela Infraero, pela Secretaria de Desenvolvimento Social, pelo Ministério Público, pela Justiça Estadual e Federal. São diversas as instituições e constantes os desafios. O comitê bem representa o terceiro painel, que diz respeito a essa articulação interinstitucional e à mobilização da sociedade.

Vou dizer os principais avanços e desafios desse comitê ao longo desses anos, mas, como disse inicialmente, ele foi construído por causa de uma demanda do governo federal. Nessa época, lembro-me de ter oficiado ao Ministério da Justiça, solicitando qual amostragem que teria classificado Minas Gerais em 3º lugar. Quais foram os dados? Por que Minas Gerais ficou em 3º lugar, uma vez que eu estava na titularidade da Delegacia de Pessoas Desaparecidas, que entendia ser uma porta aberta para o registro para esse tipo de modalidade criminosa, e as minhas estatísticas não demonstravam essa classificação? Perguntei também quais seriam as rotas dentro do Estado de Minas Gerais, em que pese saber hoje que elas são rotas não permanentes, justamente para facilitar a prática dessa modalidade criminosa. No entanto, até hoje, não recebi a resposta do ofício. No decorrer da minha leitura, vou explicar o porquê disso. Vou falar sobre os principais avanços e desafios. Diria que os desafios são muito maiores do que pensamos, principalmente quando passamos a conversar de forma interinstitucional, como conversamos hoje entre as 23 instituições governamentais, com a probabilidade, agora, de se abrir para a sociedade civil.

O primeiro foi fomentar, articular essa agenda de enfrentamento ao tráfico, o que é o fenômeno pelo olhar das 23 instituições. Creio que o que percebi, representando a Polícia Civil como membro, os meus parceiros, meus companheiros também perceberam: que éramos ilhas isoladas trabalhando com a mesma problemática e, de repente, estávamos todos juntos lutando em prol de um único objetivo, que era o enfrentamento do problema. Eu expunha a minha realidade, o meu colega, a dele, e víamos quão ampla é a questão, quão amplos eram os conceitos, bem como o entendimento e o conhecimento acerca da matéria. Diria que tanto os conceitos como os entendimentos são muito variáveis. Cada instituição, cada comitê tem um olhar diferenciado. Não temos ainda um conceito seguro do fenômeno. Cada instituição possui uma parcela, um pedacinho daquele conjunto de fatores.

Tentamos fazer esse alinhamento conceitual e ainda estamos tentando elaborá-lo. Esse é um desafio em andamento. Os casos que foram sendo recebidos pelo núcleo foram uma experiência muito produtiva, porque passaram a ser olhados por todos os técnicos que pertencem ao comitê, que era composto por 23 instituições. E, muitas vezes, quando o Ministério do Trabalho e Emprego abordava e repassava o caso para o núcleo, víamos, então, que não era só o problema do tráfico. Ali precisavam ser acionadas outras instituições, como a Secretaria de Saúde, a Secretaria de Desenvolvimento Social, porque um único fenômeno revelava diversas facetas com relação àquele empregado. O próprio deslocamento dele, da região onde foi localizado, abordado, para o seu local de origem, para o seu estado de origem necessitava de uma ação articulada com outro órgão. Então, víamos que precisávamos estar todos bem juntos, falando a mesma linguagem e, naquele momento, estávamos bem separados. Então, o comitê veio resgatar e mobilizar para essa articulação. Realmente, precisamos trabalhar em rede, não somente o comitê, mas todos nós em Minas Gerais, em outros estados e em nível internacional.

Essa sistematização integrada de dados foi terrível. Precisávamos traçar as nossas estatísticas, os nossos dados e não conseguíamos porque cada instituição tinha um olhar. Hoje ainda estamos tentando coletar esses dados. Não é somente coletar números, é coletá-los e conceituá-los, entendê-los voltados para a temática “Enfrentamento ao tráfico de pessoas”.

Com relação à cooperação técnica entre essas diversas instituições, como já falei, os desafios são constantes.

Vamos falar agora das principais pautas debatidas ao longo desses anos. Levamos ao comitê a temática de como era fácil o registro tardio de nascimento. Foi assustador ver como era fácil legalizar um falso parentesco. Como era fácil sequestrar uma criança, registrá-la na modalidade de registro tardio de nascimento e, então, fazer o seu deslocamento para outro país. Vimos essa fragilidade porque tivemos um caso concreto de uma criança sequestrada em Contagem. Ele foi sequestrada na Feira da Cuco, na frente de todas as pessoas presentes, porque a aliciadora, a sequestradora teria alcançado a confiança da cuidadora. Quando a cuidadora se distraiu, ela ofereceu uma boneca à criança, que a acompanhou com tranquilidade sem nenhuma forma de violência.

Por isso é fenômeno invisível, entretanto visível se quisermos enxergá-lo - conforme disse o nosso colega -, porque está acontecendo ao nosso lado. Em três dias aquela criança estava registrada em nome dos sequestradores. Como manda a Política Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas, a polícia agiu imediatamente e a ação foi fragmentada. Quando a ação é fragmentada não podemos afirmar que houve tráfico de pessoa. Podemos comprovar apenas sequestro e cárcere privado, que foram meios utilizados até aquele momento. Na verdade, se aquela criança ia ser traficada, não restou comprovado. Era necessário fragmentar. A política nacional manda fragmentar para preservar a vida. Por isso há problemas na nossa estatística. Na grande maioria das vezes, a polícia vai fragmentar para preservar a vida. Na condição de fragmentar, não vamos esperar para ver o que poderá acontecer com a criança. Graças ao fato de ter fragmentado, como foi fragmentada também a adoção ilegal do último bebê em Betim... Quanto a esse caso, também não foi comprovado que seria para o tráfico. O delegado tentou. Não vou dizer que não se comprovou, pois está havendo uma discussão. Até o momento, o que restou comprovado foi uma tentativa de adoção ilegal para fins humanitários. Por causa da ação que foi fragmentada, não podemos afirmar que houve tráfico de pessoa. Não podemos afirmar, porque não há comprovação. Só podemos dizer isso quando houver comprovação. Esses são os desafios e as dificuldades.

Falei do registro tardio. Outra pauta debatida é a falta de harmonização da legislação brasileira com o Protocolo de Palermo. Já ficou bem claro, em palestras anteriores, que há deficiência nas nossas leis atuais, pois não conseguem acompanhar a evolução do crime, da modalidade criminosa, que avança, creio eu, de forma bem rápida. A adoção para fins ilegais... Infelizmente não vou conseguir findar. O art. 238 do ECA prevê que o tráfico seria a entrega do filho mediante paga ou recompensa. No caso de Betim, o delegado estava em uma situação de angústia terrível. Por ele ter fragmentado a ação - e ele fez o correto -, não conseguiu comprovar que houve pagamento. Isso dificultava a comprovação da modalidade de tráfico de pessoas.

Outras pautas debatidas já foram motivo de exposição no encontro. Nem todo trabalho análogo ao de escravo é resultante de tráfico; nem toda migração é tráfico; nem toda adoção ilegal é tráfico; nem toda saída para a pessoa se prostituir é tráfico. Devemos tomar muito cuidado com esses conceitos. Lamento o tempo curto. Acredito, e queira Deus que eu tenha alcançado meu objetivo. Muito obrigada.

A presidente - Obrigada, Dra. Cristina Coeli, pelas palavras e pela contribuição. Convidamos para fazer uso da palavra a Sra. Eliane Quaresma Caldeira de Araújo.

Palavras da Sra. Eliane Quaresma Caldeira de Araújo

Boa tarde a todos. Gostaria de cumprimentar os componentes da Mesa, na pessoa da deputada que coordena esses trabalhos e, de pronto, agradecer pelo convite e parabenizar a Casa pela organização do debate, que foi principalmente criteriosa, chamou a rede para discutir essa construção de um tema tão importante, estando próximo um grande evento como a Copa do Mundo. É com esse objetivo que o nosso comitê foi convidado para falar um pouco com vocês das ações que organizamos.

É um comitê de proteção integral a crianças e adolescentes nos grandes eventos. Esse comitê foi instalado em março de 2013, quando nos organizamos para proteger as crianças e adolescentes durante a Copa das Confederações. Organizamo-nos enquanto rede. Fizemos um plano de ação, um documento orientador, organizamos alguns serviços de proteção. No final, fizemos a avaliação que resultou, então, em um plano de ação e uma organização para enfrentarmos os desafios da Copa do Mundo.

Esse comitê tem aproximadamente 32 membros. Então, temos uma grande representação, principalmente do sistema de garantia de direitos, que tem assento nesse comitê. Quanto a sua coordenação, julgamos importante ser uma coordenação compartilhada. Então, ela é compartilhada entre a Sedese e a Secretaria Municipal de Políticas Sociais, por entender que Belo Horizonte é um município sede, portanto é quem organiza os serviços, e o Estado é articulador e apoiador nessas ações.

Foi importante para a gente se debruçar, então, sobre o evento Copa do Mundo. Houve também uma grande discussão em nível nacional. Temos uma agenda de convergência nacional coordenada pela Secretaria de Direitos Humanos da Presidência, que trabalha com os 12 Estados sedes da Copa, onde traçou diretrizes, matrizes, para que trabalhássemos, minimamente orientadas sobre uma forma articulada, em rede, nos três níveis de governo.



É importante para nós falarmos um pouco da Copa do Mundo, que foi o que permeou algumas ações do plano de ação, o que justificou pensarmos em trabalhar alguns temas, fazer algumas capacitações e organizar serviços. São 12 cidades sedes, 32 seleções, 64 jogos, mais de 700 jogadores, mais de 3 milhões de expectadores nos estádios. A projeção de turistas para o Brasil é, de estrangeiros, 600 mil; de brasileiros, 3 milhões. A projeção de turistas estrangeiros em Belo Horizonte é de 140 mil. Qual é o perfil desse turista? São 85% homens, 60% solteiros, 45% têm entre 25 e 34 anos, 48% viajam com amigos, 83% fazem outros passeios além dos jogos; gastam, em média, R\$11.000,00; eles têm renda familiar mensal de 23 mil, e 54% têm ensino superior completo.

Por que foi importante quando nos debruçamos sobre esses dados? Os turistas - não só os estrangeiros mas também os brasileiros - vêm ao nosso município, mas está previsto que façam outras visitas. E aí nós temos as nossas cidades históricas, a região metropolitana, que também vai atrair visitantes. Então, pensar isso foi necessário e de extrema importância para trabalharmos também atentos às ações, juntamente com 42 municípios que são da região metropolitana, e com aqueles indutores do turismo. O apontamento de quem poderia ter um maior fluxo foi feito pela nossa Secretaria de Estado de Turismo.

Recebemos um grande número de pessoas; é uma festa, sim. Futebol é uma festa, traz uma festa, no entanto, é necessário que seja uma festa e que nossas crianças e adolescentes participem dela de forma protegida e que não haja nenhuma violação de direitos. Já há alguns registros na vida cotidiana deles e, em grandes eventos, então, abre-se uma oportunidade para que esse número se amplie.

A Copa traz também a festa chamada Fan Fest, que, em Belo Horizonte, vai acontecer no Parque da Gameleira, com previsão de aproximadamente 20 dias de festas, de *shows*, *mega shows*, com grandes bandas. Essas festas são frequentadas pelo nosso público jovem, principalmente, com previsão diária de 20 mil pessoas.

Então, pensando nisso, o comitê local fará... Desenhamos um plano de ação com vários eixos: articulação, mobilização, capacitação, comunicação, protagonismo juvenil e atendimento. Eu me debruçarei em apenas três deles para... Esse plano de ação planejou a articulação, mobilização e capacitação, envolvendo esses 42 municípios e o Município de Belo Horizonte, que é parte integrante.

Quanto a esses membros do comitê, trabalhamos nessa construção e capacitamos conjuntamente. Além disso, trabalhamos com os municípios, chamando a rede de proteção. Na articulação, enviamos textos informativos aos prefeitos dizendo dos megaeventos, das possibilidades de violações e da necessidade de fortalecimento de capacitação da rede de proteção da criança e do adolescente nesse período.

Após essa mobilização, realizamos duas oficinas - aliás, vários parceiros que estão aqui participaram conosco. Essas oficinas foram para gestores, ou seja, secretário de Assistência, de Saúde. Tivemos também conselheiros tutelares e de direitos, profissionais de Cras e Creas e da abordagem social. Estiveram presentes todos aqueles que trabalham diuturnamente na proteção e prevenção de violações que possam atingir as nossas crianças e os nossos adolescentes. Foram dois dias de capacitação. Tivemos a presença de todos os 43 municípios.

Consideramos também importante dialogar com a segurança pública e dizer da forma de organização dos fluxos, dos serviços e das características das principais relações que poderiam acontecer. Daí o grande *link* com o tema hoje. Um dos temas que trabalhamos foi "O tráfico de pessoas". Ocorreram vários, principalmente o de trabalho infantil, abuso e exploração, tráfico de pessoas e pessoas desaparecidas. Falamos sobre o fenômeno que, quando ocorre, é crime e quais as características, as formas de atuação e os fluxos, assim como onde procurar e de que forma. Então, preparamos a rede dessa forma.

Além da rede, trabalhamos a segurança pública entendida por Polícias Militar e Civil, guarda municipal e comissariado. Essa discussão, ou seja, esse trabalho com a segurança pública ocorreu também juntamente com os conselheiros tutelares para falarmos sobre essa interlocução. Portanto, foram momentos ricos. Avaliamos no comitê, que foi muito importante, porque, além da questão de apresentarmos o tema, essas características e os fluxos, tivemos discussões de casos e de que forma encaminhá-los. Como já disse, foram para os municípios da região metropolitana.

Em relação ao eixo "Atendimento", conforme o desenho da agenda de convergência nacional, trabalhamos com dois serviços. Um é intitulado Espaços Temporários de Convivência. Normalmente ele se localiza próximo aos grande shows. Temos indicadores de onde aconteceram outras Copas e da nossa experiência, na Copa das Confederações. Esse Espaço Temporário de Convivência será instalado no Qualificarte Gameleira. Para quem não o conhece, é um espaço da Prefeitura de Belo Horizonte e fica em frente ao Parque da Gameleira. Teremos profissionais da área de humanas e que já trabalham com escuta qualificada e atendimento, para que a criança e o adolescente em situação de risco nas imediações dos shows sejam encaminhados para esse espaço. A finalidade é que sejam feitos atendimento e encaminhamento, a fim de fazermos uma ação mais acertada e com maior agilidade.

Teremos também um plantão integrado, na sede do juizado, na Avenida Olegário Maciel, nº 600. Os componentes desse plantão integrado são o Conselho Tutelar, a defensoria e comissariado. A Sedese estará também nesse plantão, garantindo a interlocução com a região metropolitana.

O que diferencia o plantão integrado é que, encontrando crianças ou adolescentes já com direitos violados, eles serão encaminhados para esse plantão para que sejam tomadas medidas de proteção, de forma ágil e rápida, e feito os encaminhamentos.

Além dos dois espaços, temos também equipes volantes, que são técnicos da abordagem social, comissariado, consultórios de rua ou o cidadão que identifica qualquer uma dessas situações, os quais poderão fazer o encaminhamento. Teremos uma equipe que chamamos de equipe volante que também estará nos *shows* e no entorno dos jogos, embora a experiência demonstre que não houve grandes ocorrências dentro dos estádios. O que registramos na Copa das Confederações, no *show*, foram questões de desaparecidos, uso de álcool e outras drogas, abandono, trabalho infantil e exploração sexual. Estamos trabalhando, desde janeiro, preventivamente, preparando a rede para identificar e fazer os encaminhamentos. Para isso pactuamos fluxos também.

Vamos lançar um documento, intitulado *Documento orientador*, em que há todo esse histórico que estou contando para vocês, o marco legal e todos os plantões. O município estará com o funcionamento normal e, após as 18 horas, teremos esses plantões. Durante 30 dias de Copa do Mundo, teremos um plantão integrado de 24 horas. O *Documento orientador* vai trazer todas as informações sobre saúde, área de educação, conselhos tutelares. Não apenas em Belo Horizonte vai haver o plantão 24 horas. Isso foi pactuado com as



secretarias municipais, que vão poder localizar e fazer o imediato retorno das crianças e adolescentes para suas casas. Haverá o lançamento desse documento, que vamos disponibilizar para a rede, divulgar e falar da importância de conhecê-lo para que estejamos preparados. Que as estatísticas não se confirmem. O recado é que criança e adolescente vão participar, sim, das festas de forma protegida. Nossas crianças e adolescentes não podem ser vítimas de abuso, exploração ou de qualquer outro tipo de violação de direito.

Encerrando, quero, mais uma vez, agradecer a oportunidade e dizer que também estamos trabalhando com as campanhas, respeitando as de cada município, do Estado e do governo federal. O material que trazemos traz todos os números de Disque-Denúncia, além do Disque 100 e do 0800, que é o Disque Defesa dos Direitos Humanos do governo do Estado. Estamos aí com a rede capacitada, preparada, para que possamos ter um grande evento.

Gostaria de prestar uma informação importante, uma decisão da Sedese. Pela experiência rica que é discutir o caso em rede, trabalhar e apoiar uns aos outros no entendimento e no melhor encaminhamento da criança e do adolescente, vamos manter esse fórum permanente com os municípios. Trata-se de um fórum articulado de proteção à criança e ao adolescente. Então, após a Copa - aliás, esse já é um legado -, vamos permanecer com esse fórum, reunindo-nos periodicamente. Obrigada a todos.

A presidente - Agradecemos à Sra. Eliane Quaresma pela contribuição. Com a palavra, a Sra. Kelly Cristina Gomes de Oliveira.

Palavras da Sra. Kelly Cristina Gomes de Oliveira

Boa tarde. Cumprimento toda a Mesa, na pessoa da deputada, e todos aqui presentes. Esta é mais uma possibilidade para o fortalecimento do diálogo social necessário para a construção da nossa política pública. Hoje estou coordenadora da Agenda Mineira do Trabalho Decente, pela Subsecretaria de Trabalho e Emprego da Secretaria de Trabalho e Desenvolvimento Social. Aqui está a Secretaria de Desenvolvimento Social, mas a Secretaria de Trabalho foi aglutinada à Secretaria de Desenvolvimento Social. Vemos isso, aliás, como uma possibilidade de realizar um trabalho conjunto.

Falarei um pouco sobre a agenda como uma oportunidade também de informar e conhecer melhor a respeito do fenômeno do tráfico de pessoas e da relação que tem com a promoção do trabalho decente. Quando conceituamos trabalho decente, estamos falando das formas de trabalho existentes. Então trabalho decente, conforme o conceito da OIT, é o trabalho produtivo exercido em condições de liberdade, equidade, segurança e dignidade. Então, quando falamos do tráfico de pessoas e a migração e exploração laboral, referimo-nos a situações análogas ao trabalho escravo.

É importante refletirmos sobre as situações de vulnerabilidades sociais que levam as pessoas a esse tipo de trabalho e situação. Entendemos também que o trabalho decente é um conceito multidimensional, que remete a aspectos quantitativos e qualitativos do emprego, pois se refere ao enfrentamento ao desemprego e à geração de postos de trabalho, mas também à superação das formas de trabalho que geram renda insuficiente para que os indivíduos e suas famílias superem a situação de pobreza e as situações que se baseiam em atividades insalubres, perigosas, inseguras e degradantes. São condições fundamentais para a superação da pobreza: o trabalho, a redução das desigualdades sociais, a garantia da governabilidade democrática e o desenvolvimento sustentável. O trabalho decente remete-se também aos quatro pilares da OIT: respeito às normas internacionais do trabalho, promoção de mais e melhores empregos, extensão da proteção social e fortalecimento do diálogo social. O trabalho decente também procura respeitar os direitos fundamentais do trabalho, como liberdade sindical, negociação coletiva, eliminação de todas as formas de trabalho forçado, abolição efetiva do trabalho infantil, eliminação de todas as formas de discriminação em matéria de emprego e ocupação (uma das razões que marginalizam as pessoas a se submeterem a situações de trabalho degradante) e garantia de proteção social.

A política de trabalho decente é global, é um esforço global. Já existe uma política global de trabalho decente e também uma política nacional que começou em 1999, com a definição do que é um trabalho decente. Em 2003, o governo brasileiro firmou um memorando de entendimento com a OIT para promoção do trabalho decente no País. Vou falar os marcos mais importantes. Em 2006, o Brasil lançou a Agenda Nacional do Trabalho Decente. Em 2010, lançou o Plano Nacional do Trabalho Decente e, em 2012, ocorreu a I Conferência Nacional do Trabalho Decente, em que houve também um esforço de Minas Gerais para promover esse diálogo com conferências municipais, regionais e estaduais, a fim de que os temas do Estado fossem dialogados para a revisão do plano nacional. Na Agenda Nacional do Trabalho Decente, o esforço de coordenar as políticas estão relacionadas em três prioridades.

Durante o debate, fui percebendo a relação disso com a promoção do trabalho decente, que é: gerar mais e melhores empregos com igualdade de oportunidades; erradicar o trabalho escravo e infantil, em especial em suas piores formas; fortalecer o diálogo social e o tripartismo, como instrumento de governabilidade democrática. Essa ambiência, esse diálogo é importante, porque não se discute uma política de trabalho que envolve várias facetas em um ambiente fechado, em uma caixinha isolada. Essa política realmente só vai ser efetiva quando todos os atores se reunirem para fazer essas propostas e propor linhas de ações.

Vi também a necessidade de explicar o que é uma agenda, quando se propõe a construí-la. De maneira geral, poderíamos dizer que uma agenda é um conjunto de diretrizes pactuadas entre diferentes grupos que orientam o percurso das ações a serem realizadas para se atingirem os objetivos desejados. Ou seja, organizar esse compromisso em formato de diretrizes, para que isso realmente seja efetivado. Ela expressa o compromisso dos grupos que estão envolvidos nessa intersectorialidade, nesse diálogo social, para superação dos problemas da nossa sociedade. Além disso, revela a percepção que cada grupo tem para contribuir para essa superação, devendo respeitar o princípio do diálogo social. Aliás, ele também é essencial para o tratamento desses problemas e desafios do mundo do trabalho. Creio que cada um dos presentes também seja um ator envolvido e possa dar sua contribuição.

Qual é o objetivo de criar uma Agenda Estadual do Trabalho Decente? Alguns estados já possuem essa agenda. Há a agenda nacional, a agenda da Bahia, que foi pioneira em 2007, data em que ocorreu o lançamento. Há várias ações advindas dela porque os atores envolvidos focam nas prioridades de agenda e agem todos juntos no combate àquelas situações consideradas prioritárias. Isso dá uma diretriz à política pública e ajuda na superação dos problemas. Há também as agendas do Mato Grosso e de Curitiba, além de outras que estão em construção, como a agenda do Estado de Minas Gerais.

Vou falar um pouco sobre a elaboração dessa agenda. Como ela está em fase de construção, ainda não temos nenhuma ação em andamento, só uma proposta. Inicialmente, na mobilização desses atores, desde 2011, quando foram realizadas conferências



nacionais, havia amplo debate a respeito das propostas de cada região, das ações para se chegar a um patamar de trabalho decente no Estado. Foram realizadas também palestras pela Organização Internacional do Trabalho. Inclusive firmamos, em julho de 2013, com o Estado de Minas Gerais e a Organização Internacional do Trabalho, um memorando para promoção e implementação dessa agenda.

Para a formalização dessa proposta, o governo do Estado de Minas Gerais constituiu um grupo de trabalho executivo, formado por seis membros de cada bancada. A participação social é importante; não é só o governo que vai tentar discutir o mundo do trabalho, ele envolve todos os atores. Seguindo a proposta nacional, há atores do governo - são seis membros titulares e seis suplentes. Da bancada dos trabalhadores, envolvemos as seis centrais sindicais, e dos empregadores, as principais federações patronais, separadas em grupo para dialogar sobre o mundo do trabalho.

Vou falar rapidamente quais são os órgãos envolvidos. Pelo governo os parceiros são a Sedese, Secretaria de Defesa Social - com a qual temos a possibilidade de discutir o tráfico de pessoas, talvez criar um grupo temático dentro da agenda para discutir as condições de trabalho e o tráfico de pessoas -, Secretaria de Saúde, Superintendência Regional do Trabalho e Secretaria de Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

As instituições empregadoras são: Faemg, AMS, Sicepot, Sinduscon, Fiemg, Fecomércio, Sebrae, Ocemg, Fetcemg e Siamig. As centrais sindicais são: CTB, Fetaemg, CUT, Força Sindical, UGT, NCST e CGTB. Temos também o apoio técnico da OIT, AAPPs, Secretaria da Casa Civil, Fundação João Pinheiro e IBGE. Precisamos focar, porque uma agenda é construída com base sólida, portanto necessitamos dos institutos de pesquisa para monitorar os indicadores desse trabalho decente.

Nessas etapas de elaboração, foi criado esse grupo tripartite paritário, e estamos na fase atual de elaboração do diagnóstico para definir em Minas Gerais quais são as situações mais críticas que se opõem ao trabalho decente e que precisam ser superadas. Estamos elaborando o diagnóstico junto com todas essas instituições. Vamos ter a presença, na próxima reunião, de um representante da OIT que nos auxiliará na pesquisa para essa definição. E, com base nessa pesquisa, serão orientadas as políticas públicas de trabalho e emprego.

Após essa pesquisa, vamos fazer o estabelecimento de prioridades, resultados e linhas de ação; elaboração do texto da agenda; implementação da agenda; monitoramento e acompanhamento; e institucionalização. A agenda será um instrumento, uma diretriz para as ações da política pública referente à promoção do trabalho e emprego decente no Estado de Minas Gerais.

Para implementar essa agenda, após elaboração e lançamento desse documento, ao qual será dada publicidade e acesso a todos, será criado um plano nacional. Sobre essas diretrizes vamos pactuar metas e inserir no PPA para ser monitorado periodicamente e avaliado em consulta às organizações de empregadores e trabalhadores.

Esse grupo de trabalho executivo, que hoje está preparando e elaborando esse documento e discutindo quais são as piores formas de trabalho em Minas Gerais, que devem ser abolidas, será transformado em comitê gestor para fazer esse monitoramento, essa atualização da agenda e elaborar esse plano estadual.

Em relação à Copa do Mundo, foi realizada no Estado de Minas Gerais, pelo Ministério do Trabalho e Emprego, que também é nosso parceiro, uma oficina de promoção do trabalho decente nos grandes eventos. Houve participação de cerca de cento e cinquenta atores, sob coordenação da Superintendência Regional do Trabalho, e já houve alguns desdobramentos, que estão sendo trabalhados por um grupo temático no âmbito da agenda mineira. Embora ainda não esteja em fase de implementação, já temos a possibilidade desse diálogo social para articular algumas ações.

Como desdobramento desse diálogo, foi possível o levantamento de propostas em uma oficina de trabalho, através das quais foi criado esse grupo temático no âmbito da agenda. Na ocasião também foi assinado o Protocolo de Intenções de Promoção do Trabalho Decente na Copa do Mundo, pelo Ministério do Trabalho e Emprego, pelo governo de Minas Gerais, pela prefeitura de Belo Horizonte, pelo TRT, pela OIT, pela OAB, pelo Ministério Público, pela sociedade civil e por trabalhadores. Entre os objetivos desse protocolo estão: assegurar o respeito aos direitos fundamentais do trabalho estabelecido pelas convenções da OIT, ratificado pelo Brasil, assim como pela legislação brasileira; prevenir e impedir o uso do trabalho forçado e do trabalho infantil, bem como o tráfico de pessoas para fins de exploração sexual e laboral na produção de bens e serviços relacionados direta ou indiretamente a esse megaevento esportivo.

Então, considerando o que foi apresentado aqui hoje sobre violação de direitos humanos, imigração e exploração laboral, vemos uma possibilidade de articulação muito grande para construção dessa agenda com os atores envolvidos. Estamos à disposição para promovermos esse diálogo. Além dessas três bancadas, existe a possibilidade de serem convidados também atores da sociedade civil, para que se somem, se agreguem a esse esforço de promoção do trabalho decente.

Quanto à criação dessa rede e à importância dessa articulação entre os atores envolvidos, destaquei que as políticas públicas de enfrentamento ao tráfico de pessoas devem fomentar o empoderamento dos indivíduos do ponto de vista tanto individual quanto coletivo, e o combate das causas estruturais que conduzem à vulnerabilidade. Uma de suas principais causas, que vou destacar e que está entre mulheres negras e outros grupos da população, como transsexuais e indígenas, é o fato de ter-se tornado meio de realizar seus projetos de vida. Nessa incapacidade de oportunidade e de igualdade no trabalho, eles se veem em condições vulneráveis a essa forma de exploração.

O enfrentamento do tráfico de pessoas demanda, portanto, uma ampla articulação entre órgãos estaduais, organização da sociedade civil e a comunidade brasileira.

Desculpem-me ter ultrapassado meu tempo. Obrigada.

A presidente - Obrigada, Kelly Cristina. Ouviremos agora Maria Aparecida Menezes Vieira.

Palavras da Sra. Maria Aparecida Menezes Vieira

Boa tarde a todas e a todos. Cumprimento os componentes desta Mesa e os deputados que nos fizeram o convite, como a deputada Luzia Ferreira, que aqui está. Se fosse há um tempo atrás, eu não estaria aqui, mas numa delegacia, principalmente ao lado de uma delegada. O movimento de prostitutas está avançando, assim como as ONGs organizadoras, com esse discurso. A Aproxmig trabalha com quem já está na ocupação da profissão. Desde 1897, época de fundação de Belo Horizonte, temos o movimento de prostitutas na



cidade. A associação está-se alavancando porque ela está em nível estadual. Em municípios elas também existem. Estamos lutando pela dignidade, pelo respeito e por políticas públicas para o movimento de prostitutas.

Não trabalhamos como prostitutas por falta de opção, mas porque gostamos da ocupação. Somos pessoas formadas. Tenho amor à profissão, na qual estou porque gosto. Ninguém me forçou a nada, ninguém força ninguém a nada. Se você não tiver vocação, vai buscar uma forma diversa.

Fiquei muito emocionada com a fala da Dra. Márcia quanto à separação. A Dra. Cristina, ao meu lado, também disse: “Cuidado com a questão da exploração sexual, nem tudo é igual ao que se vê”. Estou aqui para quebrar o mito. Todo o mundo, quando fala em megaevento, fala em exploração, o que não é verdade. Defendemos o turismo sexual porque somos turistas e vamos a qualquer estado e a qualquer município a trabalho. Defendemos a regulamentação. O CBO já reconhece a profissão, conforme a Lei nº 5198-05, do Ministério do Trabalho. Falta política pública, falta espaço de trabalho digno para todos, tanto para as mulheres profissionais quanto para o garoto e para o travesti. Quando legalizamos uma lei, não o fazemos para um gênero, mas para todos.

Quando se fala em megaevento, colocam fotos de quem são os explorados: as prostitutas. Não é verdade. Falam também que há exploração sexual de adolescentes e crianças, mas você não vê criança ali, somente mulheres prostitutas maiores de 18 anos. Prostituição é para pessoas acima de 18 anos.

Lutamos pelo turismo sexual porque entendemos que temos o direito de ir e vir, embora as culturas dos países sejam diferentes. Estamos interligados à Rede Brasileira de Prostitutas, a nível nacional e internacional. Existem, embora não sejam mencionadas, as organizações de prostitutas de cada país. Então, elas existem para defender aquelas mulheres que estão lutando em seus países pelos seus direitos e por espaços de trabalho.

Denunciamos a exploração sexual de adolescentes e de crianças aos órgãos competentes. Se você vai hoje à Avenida Afonso Pena, à zona boêmia ou à boate, não achará um menor, só maiores de idade. Devido ao movimento abolicionista, compara-se muito a questão da mulher prostituta ao preconceito. Mas você não vê um núcleo dentro de um órgão da SPM. Dentro da delegacia de mulheres não entra a prostituta violentada, mas, sim, a Lei Maria da Penha.

Nesta semana, numa discussão em Brasília, falamos sobre esse assunto com a delegada, e ela disse que isso era impossível, que não deveria existir uma delegacia especializada. E nós estamos lutando dentro da delegacia de mulheres. Ora, mulheres violentadas em trabalho, como prostitutas, têm de ser respeitadas, têm de ser ouvidas dentro dos órgãos de mulheres, e não só as outras. Somos dignas porque pagamos nossos impostos. Aqui, na zona boêmia, são 4 mil mulheres; em Belo Horizonte, 80 mil prostitutas; e, no Estado: 500 mil. Votamos, somos cidadãos e pagamos os impostos. Aí pergunto ao Estado: onde é que estão nossas leis? Onde é que se fala só de vitimação para nós? Não somos ninguém? E na hora de votar? Neste ano será que alguém ou alguma igreja irá nos pedir voto? Afinal, também temos religião. Mas não se fala nada. Será por vergonha? Nós somos assumidas.

Se vocês descerem a Rua Guaicurus, verão que não é mais como antes. Hoje em dia não terão essa visibilidade que vocês estavam acostumados a encontrar nas ruas. Agora são mulheres brigando pelos seus direitos. Somos um grupo organizado e, se não fôssemos assim, eu não estaria sentada aqui dentro de uma Assembleia ou de uma Câmara ou dentro de qualquer outro movimento discutindo. Então, hoje lutamos, sim, como mulheres, mães de família e trabalhadoras. Pagamos escola para filhos, lutamos pelos trabalhos. Também há mulheres casadas e noivas. Várias famílias sabem desse trabalho, mas o escondem devido ao preconceito até mesmo da igreja. Então, esse mito tem de acabar, e é para isso que o movimento está organizado; está cada vez mais forte para isto: debater essa questão muito polêmica que, às vezes, é visibilizada para uns, e para outros, não.

Não falarei muito aqui, mas gostaria de dizer: sou uma puta feliz e amo minha profissão. Larguei o direito, a área bancária, para exercer o que amo, por isso não tenho depressão e sou realista.

A presidente - Obrigada pelas suas palavras, Maria Aparecida, nossa Cida Vieira, como é conhecida. Antes de abirmos espaço aos debates, vamos ouvir o Sr. Pascal Jean André Roger.

Palavras do Sr. Pascal Jean André Roger Peuzé

Obrigado. Eu sou o Pascal. Acaba que fica muito difícil pronunciar. Sou mineiro de adoção, de coração, mas, de fato, estou represento aqui o Centro Zanmi, uma ONG que trabalha com migrantes estrangeiros.

Gostaria de agradecer esse dia de debates, parabenizar pela organização deste evento e expressar minha profunda satisfação e gratidão ao ver que debates sobre tráfico de pessoas, trabalho análogo ao de escravo, trabalho escravo de estrangeiros, tudo isso pode acontecer nesta Casa. Retomando ao *lobby* da Assembleia, “Poder e voz do cidadão”, realmente fico muito grato pela oportunidade que nos é dada de participar.

O Centro Zanmi é uma ONG que trabalha e caminha com migrantes estrangeiros, especialmente haitianos e haitianas, porque eles têm dificuldades econômicas e políticas no Haiti. Dizem aqui no Brasil que o Haiti é o país mais pobre das Américas. No entanto, seria mais correto dizer que é um país empobrecido pela colonização da França e pela multa que teve de pagar àquele país durante dezenas de anos, a fim de ser um país independente, o primeiro país independente negro do mundo em 1804.

Essa ligação entre o Brasil e o Haiti é devida também à presença do Exército Brasileiro lá, que participa da missão das Nações Unidas para estabilização do Haiti desde 2004; ao terremoto de 2010, que resultou na morte de 300 mil pessoas e milhares de feridos; e à decisão do governo brasileiro de conceder visto humanitário a haitianos e haitianas para que possam se estabelecer aqui no Brasil trabalhando. A respeito dessa situação é necessário entender como se pode obter esse visto. Haitianos chegam à fronteira do Brasil via Panamá, Equador e Peru. Em Brasileia, por exemplo, passam pela fronteira e vão à Polícia Federal. Leva um tempo até conseguirem um protocolo da Polícia Federal e a Carteira de Trabalho. Há hoje 2 mil pessoas num galpão em Brasileia - 1.200 haitianos e 700 senegaleses.

Outra via é ir à Embaixada Brasileira em Porto Príncipe. É impossível obter uma entrevista, então se pagam atravessadores que têm contato dentro da embaixada, a fim de obter o visto. O preço pago para obter seja a travessia pelo Peru ou Equador, seja a exploração por coites chega a US\$2.000,00, US\$2.500,00. E a população haitiana no Brasil pode chegar a 50 mil pessoas. Essas comissões explicam também por que os haitianos e haitianas e estrangeiros como peruanos podem ser mais facilmente vítimas de tráfico.



Temos o Centro Zanmi, um dos movimentos que pretendem mobilizar a sociedade civil. *Zanmi* significa “amigo” ou “amiga” em crioulo haitiano. Iniciamos com um grupo de voluntários há três anos e, desde novembro de 2013, somos mais organizados como ONG, com apoio financeiro e logístico dos jesuítas e da Congregação das Filhas de Jesus. Por isso pertencemos ao Serviço Jesuíta a Imigrantes e Refugiados. Temos um escritório na Avenida Amazonas, aqui em Belo Horizonte. Apoiamos estrangeiros com questões administrativas, com trabalho em cima de língua, na valorização da cultura e, sobretudo, ouvindo-os e ouvindo-as falar como estrangeiros, como imigrantes, o que é essencial após meses e meses geralmente de longo silêncio. Atuamos em BH, Contagem, Esmeraldas e em outros municípios da Região Metropolitana de Belo Horizonte.

A nossa contribuição hoje nesse debate é fruto da nossa experiência. Gostaria de citar a fala de algumas pessoas a respeito de suas experiências de trabalho aqui no Brasil, lembrando que passaram por atravessadores, coíotes ou têm uma dívida no Haiti, porque pegaram dinheiro para pagar as passagens. A primeira fala é de um senhor de 50 anos que chegou há pouco tempo no Brasil. Ele era mestre de obras no Haiti. Mantive o estilo oral das intervenções e falas, que aconteceram em crioulo: “Para mim, sobre o sistema de trabalho no Brasil, a coisa mais importante que eu vou dizer é isto: acredito que a escravidão está no mundo até agora. Como? Eu lembro que, quando estava estudando a história dos escravos - lembro-me muito bem da história -, quando caçavam os negros na África, colocavam eles nos navios negreiros para levar ao Haiti. E também outros casos de chefes que não queriam viver na miséria. Aceitavam voluntariamente ir para o Haiti, trabalhar alguns meses e depois ser livres. Eu começo a entender todos os haitianos que estão viajando para cá. Você chega aqui e, se você é negro, todos os serviços pesados são para você. Se você tem o cabelo liso, a pele branquinha, você não faz esse tipo de trabalho.” Essa é a visão que o haitiano tem do seu trabalho e do trabalho análogo ao trabalho escravo. Então, trabalho escravo é ligado ao racismo.

Estrangeiros haitianos falam abertamente do racismo que encontram no Brasil, esse racismo velado que corrói a sociedade brasileira. Os haitianos falam abertamente: isso é racismo. Então, qual foi a reflexão desse homem? Trabalho escravo é racismo.

Muitos apontam também o não cumprimento das promessas. (- Lê:) “Saí do Haiti com diploma de bombeiro, passei dois anos aprendendo essa profissão. Quando a empresa foi me buscar em Manaus, aceitaram-me com bombeiro. Mas trabalho como ajudante. Trabalhei durante um mês, e o chefe me descontou a comida, o dinheiro da casa onde colocam nossas coisas e me deu R\$119,00. Quando tomei o envelope e o abri, vi que eram R\$119,00. Tomei, dobrei e falei para ele: como você começou a tomar o que está me devendo, toma tudo. Devolvi os R\$119,00.”

Na terceira fala de uma haitiana, que trabalha num mata-frango, pertinho de BH, ela desabafou, literalmente, contando das desigualdades no tratamento entre brasileiros e haitianos no trabalho. Ela falou o seguinte (- Lê:) “O chefe falou para nós que haitianos não prestam.” Só que essa mulher não entendeu a expressão, ela conhecia somente o verbo emprestar o dinheiro e pedir emprestado. Só depois que ela entendeu o que significa “haitianos não prestam”. É claro que eles não prestam, porque na empresa, no mata-frango, eles não têm o direito de ir ao banheiro e receberam uma advertência porque estavam descansando no horário do intervalo, do descanso. Então, haitiano não presta mesmo. É trabalho análogo ao trabalho escravo e é humilhação.

É claro que apresentaram o Brasil como o eldorado. Isso está sendo feito no Haiti, com um salário de US\$1.000,00 por mês, salário mínimo. Isso deve ser explicado. Porém, todo o trabalho dos coíotes, dos atravessadores é de manter no Haiti essa imagem do Brasil eldorado. Então, é muito difícil lutar contra isso.

É claro que o salário mínimo... É o que acontece com milhões e milhões de brasileiros. Porém, devido às dívidas que esses imigrantes têm e devido ao fato de terem de enviar para o Haiti dinheiro para a família, a situação deles é das mais difíceis, sem contar com os bolivianos e peruanos, cuja dificuldade da língua torna sua situação também muito vulnerável.

No painel anterior, falou-se que as correntes físicas eram o mito da senzala e que a senzala funcionava. Mas, pergunto: trabalhar 14 horas por dia não é uma corrente? É uma corrente não física, mas é uma corrente muito pesada. Trabalhar horas-extras não pagas é corrente. Pessoas que sofreram acidente de trabalho e estão de licença médica estão sendo pressionadas a voltar a trabalhar. É a senzala, sim. Mulheres que estão numa situação ainda mais vulnerável, muitas vezes devem trabalhar na casa dos patrões. A senzala continua, sim.

Tentamos no Centro Zanmi incentivar as pessoas a denunciar, mas o medo é muito, muito forte. Muitas pessoas desistem de denunciar os empregadores.

Queria começar com as falas de pessoas que conhecemos, mas gostaria de voltar ao nome Centro Zanmi. Escolhemos o nome Zanmi, que em crioulo quer dizer “amigo”, “amiga”, como marco da nossa pequena associação. É um centro onde se encontram pessoas que podem tornar-se amigas.

O centro desse centro é a pessoa que se torna amiga, é o estrangeiro, o trabalhador, o empregado que se torna amigo, a pessoa que se torna amiga, numa amizade que tentamos partilhar, num caminho de reconhecimento e de crescimento mútuo, numa humanização recíproca.

Então, esperamos, nesta Assembleia, que tem como *slogan* “O poder e a voz do cidadão”, que este debate nos torne mais humanos. O exato oposto do reconhecimento humano, da amizade, é a extrema desumanização em que se encontra no trabalho escravo, que encontramos em condições de trabalho desumanizantes. Não temos mais sujeitos, pessoas, mas, sim, meios para lucrar ao máximo.

Propor aqui, nesta Assembleia, a palavra “amizade”, pode parecer um pouco ingênuo. Laços de amizade profunda, intensa, são da esfera do privado; porém, gostaríamos de propor o sentido cívico da amizade, uma amizade cívica que reconhece, que respeita as pessoas com as quais entramos em contato e um modo de se comportar, mesmo com as pessoas desconhecidas.

O fundamento dessa amizade cívica pode ser encontrado no primeiro artigo da Declaração Universal dos Direitos Humanos: “Todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e em direitos”. Todas as relações dentro da sociedade são submetidas a essa afirmação. Debatendo hoje o tráfico de pessoas, reafirmamos que acreditamos nisso e queremos realizar aquilo em que acreditamos, para que a sociedade brasileira, para que a sociedade mineira se torne mais humana.

Temos uma chance enorme sob a forma de desafio: a presença dos imigrantes que chegam aqui. Estrangeiros que chegam com a sua cultura, com a sua língua, com hábitos diferentes são um desafio para nós, porque nos obrigam a revisar os nossos comportamentos.



Imigrantes são uma chance, um desafio, um apelo para lutarmos contra os preconceitos, a discriminação, o tráfico de pessoas, o trabalho escravo.

O preconceito mais comum ouvido na esquina ou no barzinho ao lado é: "Eles vêm para pegar os nossos empregos". Na verdade, o Brasil precisa tanto da mão de obra qualificada quanto da não qualificada. Muitos imigrantes são extremamente qualificados.

Outra fala é: "Eles são pessoas de costumes ruins e de pouca cultura". Isso não é verdade. São pessoas com muita cultura, com estudos, formação, às vezes universitária. Pessoas que vêm da roça têm também uma tradição oral das mais ricas.

Vou terminar falando sobre estratégias e ações. Primeiramente, devemos obter informação com os próprios imigrantes e com a população brasileira sobre direitos trabalhistas. Fizemos, em colaboração com o Ministério do Trabalho, uma cartilha em português e crioulo sobre direitos trabalhistas. Contamos com a colaboração também de empresas. No dia 19 de maio, acontecerá em São Paulo uma reunião do Ministério do Trabalho com empresas para indicar melhor os deveres; não só para lutar pela denúncia e pelo controle, mas também para prever essas questões de trabalho análogo ao trabalho escravo.

Temos de ter também a informação de trabalhadores, de servidores públicos. Enfim, a formação de uma rede que já existe e que deve ser ampliada. O Centro Zanmi trabalha com a prefeitura, com a OAB, com o Núcleo de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas, com o Instituto Migrações e Direitos Humanos de Brasília e com o Ministério da Justiça.

Participaremos da primeira conferência sobre migração em São Paulo, que acontecerá no final de maio, início de junho. Que essa rede seja um lugar de expressão de bases e de lutas.

Os estrangeiros são uma chance para cultivarmos essa amizade cívica. Gostaria de indicar nosso *e-mail* e contatos para as pessoas que possam precisar. Nosso *e-mail* é centrozanmi@centrozanmi.org. Nosso telefone é 3212-4577. Celulares: 9210-3443, 9210-3434 e 9210-3435. Em prol dessa amizade cívica, agradeço.

A presidente - Agradecemos ao Pascal Jean.

Esclarecimentos sobre os Debates

A presidente - Neste instante, daremos início aos debates. Solicitamos àqueles que fizerem uso do microfone que se identifiquem, sejam objetivos e sucintos, dispensadas as saudações pessoais. Cada participante disporá de até dois minutos para fazer a sua intervenção. Lembramos que a leitura e apresentação oral de perguntas serão feitas de acordo com o volume de sugestões recebidas.

Debates

A presidente - O debate está englobando duas reuniões e um número considerável de pessoas. Vamos começar ouvindo as pessoas que se inscreveram para fazer perguntas oralmente. Depois voltarei à Mesa, pois há várias perguntas escritas, que já estão com os debatedores. Vamos começar ouvindo Betinho Duarte, presidente do Comitê Coração Azul contra o Tráfico de Pessoas de Minas Gerais.

O Sr. Betinho Duarte - Boa tarde a todos. Boa tarde, deputada Luzia, presidente desta Mesa. Quero fazer três elogios e quatro propostas. Quero elogiar agora a composição da Mesa. A grande maioria é de mulheres, refletindo o Plenário. A Mesa está de parabéns. Falam que homens e mulheres têm de caminhar juntos, mas nesta campanha as mulheres estão dando um *show*. Elas estão trabalhando dura e firmemente. Quero citar o nome de uma pessoa por quem tenho a maior consideração, o maior respeito e admiração: a Flávia Gotelip. Ela estava sentada ali, mas não sei para onde foi. Ela é tímida e meio caladinha. Mas eu ligo para ela e pergunto: "Flávia, onde você está?". "Estou na Bahia." "O que você está fazendo aí?" "Estou no encontro contra o tráfico de pessoas." Eu ligo, e ela está em Brasília. Eu ligo, e ela diz: "Betinho, estou na sua frente. Estamos nos reunindo para preparar um debate". Nesta tarde, estou honrando a Flávia, que é do Estado. Ela é do Programa de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas. Flávia, você está de parabéns. Obviamente, também parabenoza a Marília Guimarães, que é presidente do Comitê Social da Campanha Coração Azul do Rio de Janeiro. Vejam bem, a embaixadora do Brasil é Ivete Sangalo. A Glória Perez é a madrinha do Rio de Janeiro. Os homens estão indo embora, mas você está elogiado também.

Outro elogio que gostaria de fazer é à Assembleia Legislativa de Minas Gerais, que você está representando. A Assembleia tem dado vários exemplos, mas este de que você está fazendo parte é pioneiro e inédito no Brasil. É um projeto de lei que está pronto para ser votado em Plenário. É o Projeto de Lei nº 4.984/2014, do deputado Rogério Correia. Tenho certeza, porque já conversei com vários deputados, de que vai ser aprovado por unanimidade, pois todos os deputados são a favor desse projeto. Nele está, resumidamente, que todos os próprios públicos tenham cartazes com os dizeres: "Contra o tráfico de pessoas - Coração Azul - Disque 100 e Ligue 180". Na verdade, é porque esses dois números e mais o número do Estado, 0800-0311119, são decisivos nessa campanha. Porque, para qualquer pessoa que me procurar, no máximo eu poderei consolá-la, pois, para decidir a questão, mesmo se for boato, é preciso ligar para o Disque 100, o Ligue 180 ou o 0800. Ele pode procurar até o papa, que vai apenas consolá-lo, porque o que pode resolver são esses dois números. Sem eles, nada será encaminhado. Então, estes são dois elogios à Assembleia Legislativa, porque esse projeto já está pronto para ser votado em Plenário, numa iniciativa pioneira da Assembleia.

Das minhas propostas, esta primeira eu gostaria que você colocasse em votação no Plenário, porque, na verdade, essa proposta terá repercussão no mundo inteiro, e ela é muito interessante em relação à Copa do Mundo. Já está estabelecido que um dos temas da Copa do Mundo seja contra o racismo. Já está estabelecido, e eu sou a favor. Mas, se um outro tema da Copa do Mundo for contra o tráfico de pessoas, Coração Azul, que é a campanha da ONU, tenho certeza de que isso dará visibilidade e o Brasil vai ser exemplo para o mundo inteiro. Imaginem a Seleção Brasileira, como está no cartaz, entrando com uma faixa: "Contra o tráfico de pessoas - Coração Azul - Disque 100 ou Ligue 180". Ou então o Neymar entrar com uma camisa como esta.

- Mostra a camisa.

O Sr. Betinho Duarte - Ou então o Messi entrar com a camisa do Comitê Coração Azul contra o Tráfico de Pessoas, ou o Cristiano Ronaldo. Milhões de pessoas vão ver isso no mundo inteiro.

Portanto, gostaria que isso fosse colocado em votação, no Plenário, e, caso aprovado, enviássemos, imediatamente, uma carta ao papa, porque a Campanha da Fraternidade é contra o tráfico de pessoas; ao secretário-geral da ONU, porque essa campanha "Coração



Azul” é da ONU; à presidenta Dilma, à Fifa e à CBF. Se conquistarmos isso, será uma grande vitória, não para nós, que não estamos sendo traficados, mas para todas aquelas mulheres, homens e crianças que estão sendo traficadas.

A segunda proposta é que todos os municípios mineiros... Acabei de conversar com a Nizabeth, de Brumadinho, que é sua irmã, e ela disse que vai criar o Comitê Coração Azul em Brumadinho. Então, gostaria que todos os municípios mineiros, que são mais de 800, criassem um comitê Coração Azul contra o tráfico de pessoas, dando esse exemplo.

A última proposta, deputada Luzia Ferreira, refere-se ao dia 30 de julho, que é considerado, pela ONU, o Dia Internacional contra o Tráfico de Pessoas Coração Azul. Este é o dia mundial, internacional da ONU. Então, sugeri ao governador, com quem participamos hoje de uma audiência - levei todo o material que está aqui, na Assembleia Legislativa, e fiz esta proposta a ele - fazermos ações impactantes. Imaginem a Cidade Administrativa toda iluminada de azul, com o Coração Azul, o Disque 100 e o Ligue 180. Imaginem assim a Assembleia Legislativa, o Palácio da Liberdade, a Prefeitura Municipal de Belo Horizonte, o Cristo Redentor vestido com a camisa Coração Azul - Contra o tráfico de pessoas - Disque 100 ou Ligue 180. Estas são ações de impacto.

Por isso, Luzia, você está de parabéns, como vários deputados desta Casa.

Fizemos uma representação contra a Adidas, que fez duas camisas que ofenderam toda a nação brasileira. Isso é um absurdo. Na verdade, a Adidas não falou sobre a política sexual: ela fez uma coisa que eu considero daninha à população brasileira, maligna e daninha, que é vender as mulheres brasileiras. Então, fizemos essa representação, porque a Adidas pediu desculpas, mas para nós, do Brasil, não interessa pedir desculpas. Ela falou que recolherá as camisas; por isso, queremos saber quantas camisas ela fabricou e quantas ela vendeu. Queremos que todas elas sejam recolhidas e que uma indenização seja paga ao povo brasileiro, porque ela ofendeu toda a nação brasileira. Muito obrigado, Luzia.

A presidente - Betinho apresentou aqui várias propostas que estão registradas. Pelos aplausos aqui, tenho a impressão de que todas podem ser consideradas aprovadas, Betinho.

O nosso deputado João Leite está em Plenário. Quer nos fazer companhia?

O deputado João Leite - Contemplado.

A presidente - Está contemplado. Chamaremos, então, o Sr. Lucas Ribeiro, da PUC Minas.

O Sr. Lucas Ribeiro - Boa tarde! A minha pergunta é direcionada à Márcia Anita. Como dissemos hoje mais cedo, a PUC está desenvolvendo um projeto sobre o tráfico humano, e o nosso foco era a Copa do Mundo. Quando você apresenta aquelas estatísticas de que não há o crescimento do tráfico humano, refere-se também ao número de aliciamentos? Porque a ideia da palestra seria esta. Como a Copa do Mundo traz muitas pessoas, facilita o aliciamento. Aliás, não o transporte de pessoas de outros países para dentro do Brasil, mas o início do trabalho do tráfico humano com o aliciamento de brasileiros para fora. O Brasil é um dos maiores exportadores de mulheres e crianças para o tráfico humano. Então, a minha pergunta seria esta.

A presidente - Você está dirigindo essa pergunta a alguém específico?

O Sr. Lucas Ribeiro - Estou fazendo para a Márcia Anita.

A presidente - *O.k.* Estamos pedindo a vocês que anotem as perguntas apresentadas tanto oralmente quanto por escrito para depois respondê-las em bloco.

Com a palavra, o Sr. Ronaldo, da Faculdade Pitágoras. O Ronaldo se encontra? Desistiu. Com a palavra, a Sra. Flávia, da UFU.

A Sra. Flávia Teixeira - O meu nome é Flávia Teixeira, da Universidade Federal de Uberlândia - UFU. A minha pergunta é dirigida também à Márcia Anita. Gostaria que você nos apresentasse qual foi o resultado mais efetivo da CPI do Senado em relação ao tráfico de pessoas que envolve a prostituição.

A presidente - Com a palavra, a Sra. Vanessa do Carmo, do Jucum, que, pela manhã, foi nossa debatedora.

A Sra. Vanessa do Carmo - Boa tarde! A minha pergunta é dirigida ao Sr. Marcelo Campos. Pude participar, no ano passado, do Seminário de Combate ao Trabalho Escravo e ao Tráfico de Pessoas, organizado pelo MTE. Uma das discussões levantadas por vários auditores fiscais foi o levantamento de provas, porque muitos juizes não condenavam. Mesmo com as provas reunidas, não havia condenação por tráfico. A sugestão é que seja realizado um simpósio internacional para o enfrentamento do tráfico de pessoas. Como o juiz relatou aqui, nos próximos dias, em maio, será realizado no Rio de Janeiro. Gostaria de saber se há alguma provocação para que seja realizado em Minas Gerais.

A presidente - Por último, com a palavra, a Sra. Dalila.

A Sra. Dalila Magalhães Coimbra - Boa tarde a todos. Gostaria de parabenizar pelo evento a Assembleia e toda a Mesa e principalmente a plenária, que são grandes multiplicadores. Tudo o que tivemos aqui hoje, num momento de formação e de capacitação, foi muito rico. Só queria deixar uma reflexão e, com ela, já fazer um convite. Não nos lembramos do protagonismo infantojuvenil. Temos de aproveitar este momento da Copa para trabalhar isso. Escolas estiveram aqui e depois saíram. Com toda essa rede de proteção e mais o protagonismo infantojuvenil, a criança e o adolescente aprendendo já, desde cedo, a se defender de forma tranquila... Não é aquela história do bicho-papão que a gente conta, mas assim: “Seja bem-vindo, turista. Que bom. Temos belezas naturais aqui. A nossa cidade é linda. Somos bonitos, sim, inteligentes e espertos. Temos estatuto e orientações. Aqui há várias violências”. Todo tipo de violência contra criança e adolescente é crime.

Portanto, esta reflexão e motivação é um incentivo para que a criança e o adolescente já aprendam a se defender desde cedo. O que fazemos com as nossas famílias e os nossos filhos? Então, gostaria que pensássemos nisso, toda a Mesa, todos os presentes.

Nessa perspectiva de protagonismo infantojuvenil, convido todos a participar de um fórum da criança e do adolescente que estamos organizando, aliás, está sendo organizado por crianças e adolescentes. O tema da palestra a ser ministrada por crianças e adolescentes será “A Copa Mundial na perspectiva da defesa da criança e do adolescente”. Eles estão fazendo um trabalho muito bacana. A metodologia, a linguagem e todo o cerimonial vão ser deles. Acho que é de uma riqueza muito grande. São crianças do Centro Estudantil João Calvino. Isso é fantástico. Senti falta de criança e adolescente a partir dos 12 anos, que a gente já entende. Mas estamos falando aqui também das ações para essa defesa. A Bete Campos está presente, maravilhosa, e incentiva muita gente nesse protagonismo infantojuvenil. A Denise também está presente e incentiva muito. O fórum será dia 16 de maio, às 14 horas, na



Associação Mineira de Proteção à Criança, no Madre Gertrudes. Podem também ligar para a Regional Oeste que passamos esse contato. Muito obrigada.

A presidente - Muito obrigada, Dalila. Vamos voltar aos debatedores. Vou começar primeiramente com a Mesa, os que têm perguntas dirigidas oralmente ou escritas. Márcia Anita Sprandel, assessora técnica do Senado Federal.

A Sra. Márcia Anita Sprandel - Obrigada, deputada. A Agnes fez uma pergunta: “Qual a metodologia proposta para mensurar a realidade do tráfico de pessoas?”. Critiquei as metodologias existentes. Na verdade, Agnes, no meu ponto de vista, o problema do conceito de tráfico de pessoas é que é um conceito guarda-chuva, que, no mínimo, inclui todos os outros conceitos e atividades ligados à pauta da exploração sexual e de gênero, à pauta do trabalho escravo e das migrações. Essa necessidade de mensurar a realidade do tráfico de pessoas demonstra o quanto este é um conceito abstrato. Se você se ativer ao Código Penal, como tipificado hoje, verificará os inquéritos referentes ao 231 e 231-A, identificará os resultados da fiscalização do Ministério do Trabalho, verificará os resultados, os registros do Núcleo de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas. Estes são os dados concretos que temos hoje. Mas mais importante do que se preocupar em mensurar é ouvir os grupos organizados, as associações de prostitutas, de travestis e de transexuais, as entidades que defendem os direitos dos emigrantes, os direitos das vítimas de trabalho escravo e tentar resolver o trabalho nem tanto pela quantificação. Temos a ilusão de que quantificar vai ajudar a resolver. Temos de ouvir as pessoas, entender como o trabalho se dá na realidade e daí conseguir enfrentá-lo de forma mais concreta com a população.

Maria Aparecida, a Cida, pergunta: “Por que não há setores e núcleos de prostitutas nas secretarias e como fazer isso?”. Ouvi a sua fala, Cida, em que você fala da SPM. Acho que, infelizmente, no que se refere ao movimento feminista brasileiro, ainda há um predomínio abolicionista, que, penso, tem muito a ver com a falta de diálogo. Se o movimento feminista tivesse um diálogo franco com as associações de prostitutas, ele iria rever a sua posição e ver o quanto há de força e valor no trabalho e na luta de organização de vocês. Aí, sim, seria possível abrir espaço nas políticas públicas.

Lembro que, quando começamos a discutir a legislação que resultou em um projeto da CPI, chamamos as associações de prostitutas e travestis ao Ministério da Justiça. Tanto as travestis quanto as prostitutas estavam muito emocionadas, porque elas nunca tinham sido chamadas ao Ministério da Justiça, em Brasília, para discutir seus problemas. Então, acho que este é um processo de mobilização política, de convencimento e de reivindicação junto à Secretaria Nacional de Justiça para que vocês sejam ouvidas. Sei que, na discussão do primeiro e segundo planos, houve todo um diálogo, mas acho que precisa mais. Penso que a Secretaria Nacional de Justiça é o lugar onde vocês devem reivindicar maior visibilidade. Com isso responderei também à Flávia. O processo de assessorar a CPI foi muito dinâmico e, de certa forma, tenso, porque ela surge com uma proposta de denunciar o aumento do crime de tráfico de pessoas no Brasil. Tivemos todas as estatísticas. A CPI sai Brasil a fora procurando a vítima, procurando a vítima, e, assim, a vítima ideal, digamos, era uma prostituta. E a CPI não encontra. Ela encontra uma empregada doméstica, que foi o primeiro caso sério, uma moça da Bahia levada para Portugal, onde fica retida como empregada doméstica. A CPI encontrou muitas situações de tremendo desrespeito aos direitos das prostitutas e travestis. Às vezes eram colocadas em tal situação de vulnerabilidade que elas se aproximavam muito das situações de tráfico de pessoas.

Deputada, a senhora sabe bem. As deputadas e senadoras, no caso, queriam os números e a vítima, queriam uma realidade objetiva. No decorrer dos trabalhos, vimos que o mundo real não é uma coisa cartesiana que possa vir a ser revelada. É sempre uma coisa confusa, uma pessoa que migrou, que foi para Portugal ou Espanha. Ela vai por conta própria ou com a ajuda de amigos para exercer a prostituição, mas, em função da sua irregularidade migratória, passa a viver uma situação de superexploração do seu trabalho. Em determinado momento, essa situação pode levá-la a cair em uma rede de tráfico. Assim que conseguir apagar, ela volta, sai e volta a exercer a prostituição com liberdade. Então, a vida real é muito mais complicada do que os números e os conceitos de vítima podem demonstrar.

Quais foram as mais importantes recomendações da CPI, do meu ponto de vista, além do projeto de lei que já foi comentado? Ela sugeriu muito que houvesse uma nova lei de estrangeiros, uma lei que tornasse mais rápida e fácil a legalização migratória. Ela sugeriu também que se pensasse na possibilidade de regulamentação da profissão do trabalhador sexual como uma forma de proteger os direitos dessas pessoas da superexploração.

Respondendo ao Lucas, quero dizer que os estudos indicam que, como nesses eventos por mim citados não houve aumento de casos de tráfico de pessoas, também não houve aumento de casos de aliciamento. Podíamos até pensar: mas na Alemanha, nos Estados Unidos... Na África do Sul, não foi assim. Que bom que não foi assim. Que bom que parece que os turistas que vêm para os grandes eventos desejam ver os grandes eventos, que eles estão interessados em futebol. Então, parece que essa reunião de homens é mais para tomar cerveja e ver jogos que para qualquer outra coisa. É claro, Cida, que sempre o mercado do sexo está aí para quem demandá-lo, mas não é o que os estudos demonstram. Então, acho que não precisa haver essa preocupação tão grande. Acho, sim, que a preocupação é sempre, como a Cida falou, com a exploração sexual de crianças e adolescentes. Tanto é assim que o Ministério da Justiça decidiu que não fará uma campanha institucional contra o tráfico de pessoas e a exploração sexual nos grandes eventos, mas, sim, contra a exploração sexual de crianças e adolescentes. Acho que este é um bom caminho. Obrigada.

A presidente - Obrigada, Márcia. Na sequência, vamos ouvir as respostas do Dr. Luiz Carlos Rezende e Santos, juiz auxiliar da Presidência do Conselho Nacional de Justiça.

O juiz Luiz Carlos Rezende e Santos - Cara deputada, na verdade, são duas reflexões. A primeira diz respeito a uma pergunta bem geral: por que o preconceito contra as prostitutas e a violação de direitos sofrida por elas. Acredito que esta não é uma resposta simples, muito menos uma resposta que um juiz possa proferir. Entretanto, dentro da minha intuição, respondo que o preconceito vem da nossa cultura. Temos preconceito contra o que nos parece feio, o que não nos parece bonito, o que nos parece escondido. O preconceito vem disso. O preconceito existe contra a pobreza e as mazelas. Aí, é aquela velha discussão.

Como o meu negócio é prisão, deputada, digo que todo o mundo quer a prisão longe, pois ninguém quer ver o que é feio e inadmissível. Não é diferente em relação à prostituição e aos nossos preconceitos. Do preconceito às violações do direito, todos estão presentes. Por quê? Porque ainda não saímos do casulo para enfrentar de verdade essas questões.



Este ciclo de debates, embora tenha outra feição, talvez seja o que nos permitiu fazer essa reflexão e, quem sabe, abrir, escancarar, como a assessora do Senado acabou de pronunciar, que é preciso que elas sejam ouvidas na secretaria nacional. E torço por isso.

A outra reflexão, a outra pergunta é da Ângela Valentim: o conselho nacional identifica alguma relação entre pessoas desaparecidas e o tráfico de pessoas? Na minha maneira de responder, isso é um problema muito mais complexo do que se imagina. Isso é muito mais complexo. O desaparecimento de pessoas é muito maior do que vocês imaginam. Há pouco dizia à deputada Luzia, deputado João Leite, que acabei de receber uma mensagem com a informação de que o corpo de uma pessoa que era dada como desaparecida, um foragido de um presídio em Tocantins, foi encontrado enterrado dentro do presídio. Imaginem, se no Brasil há quase 200 mil mandados de prisão a serem cumpridos, quantas dessas pessoas estão verdadeiramente desaparecidas e mortas e nunca serão encontradas? Não penso efetivamente que tenham sido pessoas vítimas de tráfico. Não são. É uma correlação que o conselho nacional não pode interpretar dessa maneira. Precisamos definir melhor o desaparecimento de pessoas, combater isso de verdade e com coragem para que isso também não caia na malha da invisibilidade, como vimos diversas vezes aqui. Lembro apenas que essas coisas, às vezes, estão muito mais perto de nós do que imaginamos.

Posso me despedir? Queria agradecer a oportunidade, deputada. É um privilégio enorme estar aqui de volta ao meu estado, à Casa do meu povo. Queria dizer que, no CNJ, as práticas desenvolvidas buscam muitas vezes auxiliar o Legislativo na disposição de políticas de utilização do sistema de justiça. Agradecemos a oportunidade de compartilhar um pouco das nossas experiências. Queria que todos soubessem que, lá na antessala da Presidência do STF, há uma porta aberta, escancarada, um mineirinho esperando, com muita boa vontade, qualquer sugestão. Muito obrigado. É isso que queria falar.

A presidente - Obrigada, Dr. Luiz Carlos Rezende. Na sequência, vamos ouvir Marcelo Gonçalves Campos. Lembro-lhe que ficou uma pergunta de um telespectador, o deputado João Leite.

O Sr. Marcelo Gonçalves Campos - Vou começar pela pergunta mais recente, para terminar com a que o deputado João Leite nos trouxe.

Respondendo à colega do Plenário, considero excelente a ideia de um simpósio em Minas que discuta a questão do tráfico e do trabalho escravo, para que nós, das instituições públicas, que já lidamos com isso - destaco nós, Auditoria Fiscal do Trabalho, Polícia Federal, Polícia Rodoviária Federal, Ministério Público do Trabalho e Ministério Público Federal -, possamos dialogar com as ONGs e com a sociedade no sentido de nos orientar na coleta de provas, etc.

Queria dizer que todas as ações fiscais realizadas desde o ano passado no combate ao trabalho escravo investigam também o tráfico de pessoas em todas as suas dimensões e também a supressão do direito trabalhista e o aliciamento. Temos feito o trabalho dentro do esperado e desejado, mas é importante esse diálogo com a sociedade.

A Luana Henriques, do Pitágoras, indaga sobre a questão da invisibilidade do tema, da fragilidade das estatísticas, da incapacidade da fiscalização de atuar com mais eficácia e sobre o que fazer. Penso que o importante quanto à invisibilidade do tema, aos mitos é que as pessoas se interessem e estudem, discutam, busquem as informações e dialoguem. Às vezes, um conceito sobre um fato pode ter visões múltiplas dependendo da origem da pessoa, da formação cultural, da vinculação política ou até religiosa. O importante é o diálogo social. Duvidar sempre das estatísticas é a melhor recomendação.

Recebi também o que considero uma notícia-crime de uma pessoa ligada ao sindicato da Polícia Civil, mas não vou dizer o que é, porque é melhor apurar e manter sigilo.

Por fim, respondo à pergunta que foi feita pela internet, que parece ser de um médico, em que indaga se os médicos cubanos do Mais Médicos seriam escravos. O deputado João Leite disse que era um pênalti para que eu pudesse agarrar. Fui péssimo jogador e quebrei o nariz na adolescência numa tentativa de impedir um gol. Não fizeram o gol, mas eu quebrei o nariz. Certamente, não sou um goleiro como o João Leite ou o Raul, mas, em se tratando de uma cobrança de pênalti bola murcha, defendo. No caso, parece-me uma tentativa de gol bola murcha.

O programa Mais Médicos foi criado pelo governo federal e aprovado pelo Congresso Nacional. Portanto, resulta de uma legislação em vigor, democraticamente discutida e aprovada. Não consta que tenha havido algum questionamento judicial sobre a sua legalidade ou inconstitucionalidade, desconheço alguma decisão que o coloque na ilegalidade ou o declare inconstitucional. Portanto, ele está na ordem jurídica e assim deve ser respeitado. A título de exemplo, a lei trabalhista agasalha uma legislação genérica para o conjunto dos trabalhadores, mas há também exceções. O estagiário não tem praticamente nenhum direito trabalhista, mas nem por isso estamos gritando que seja um escravo. Ele está dentro da legalidade em um contexto. Assim também ocorre com o programa Mais Médicos, e, mais do que isso, alerta a esse médico que me endereçou a pergunta. Nós, da fiscalização, conhecemos a realidade em que trabalham os médicos no Brasil. É uma realidade cruel. A maioria dos médicos tem quatro, cinco trabalhos em hospitais distintos, grande parte sem vínculo empregatício. Predominam entre os hospitais e os tomadores de serviço e os médicos relações não trabalhistas, como cooperativas fraudulentas de médicos e trabalho autônomo, e os médicos pulam de um hospital para outro, quase morrendo nos plantões. Isso se traduz muito - e todos vivenciamos isso - no tipo de atendimento que temos na medicina no Brasil. Às vezes, entramos no consultório e o médico nem nos olha, faz um atendimento quase *the flash*. Entendo que essas questões devem ser objeto de reflexão, mas não entendo as condições dos médicos brasileiros, que são piores que as condições dos médicos cubanos, apesar das diferenças salariais. Tudo isso deve ser visto.

Nós, agentes públicos que lidamos com uma questão extremamente importante como essa do tráfico de pessoas e do trabalho escravo, temos de rechaçar provocações políticas, porque elas não nos ajudam a compreender o fenômeno e a combater as práticas criminosas. Vamos deixar a política no seu canto. Se alguém quiser questionar o Mais Médicos, que o faça no campo da Justiça. Agradeço a todos.

A presidente - O questionamento ao Mais Médicos foi exatamente em relação ao contrato de trabalho diferenciado. Sabemos que ninguém veio para o Brasil obrigado. O próprio governo federal, em função de denúncias e dificuldades, já mudou o contrato de trabalho existente. Ao Congresso Nacional, que aprovou o Mais Médicos, não foram dadas todas as informações sobre a realidade. O questionamento aqui, falo como deputada, é mais em razão da pouca transparência de como seria realizado esse contrato, conforme



foi apresentado à sociedade e ao próprio Congresso. Há a possibilidade de virem para o Brasil profissionais de qualquer área, como médicos, para trabalhar no Brasil. Todos serão muito bem-vindos, principalmente numa área tão dramática como a de saúde. O que se questiona é a forma como foi feito esse contrato, que gerou polêmica. O governo federal teve de se prevenir politicamente fazendo a alteração, já que o pagamento que era devido aos médicos que aqui ficam, moram, trabalham e fazem cursos era insuficiente para sua sobrevivência, mesmo considerando as ajudas de custo, direito que eventualmente teriam. Houve essa dificuldade.

Na sequência, vamos ouvir o Dr. Wellerson Eduardo da Silva Corrêa, coordenador da Defensoria Especializada da Infância e Juventude Cível.

O defensor público Wellerson Eduardo da Silva Corrêa - Serei o mais breve possível. A primeira pergunta é da Sirlene, do conselho tutelar: “Conforme o art. 39, § 1º, do ECA, a adoção é irrevogável. Há alguma possibilidade legal de que os pais adotantes possam abrir mão, depois de anos, do filho adotado?”. A adoção legal é irrevogável. A adoção ilegal é revogável. O próprio Código Civil tem uma disposição que determina que você poderá alegar estado contrário ao registro civil provando erro, ou seja, desvio de convicção ou falsidade do registro. A adoção legal é irrevogável, salvo se houver hipóteses ensejadoras de uma nova destituição do poder familiar, como maus-tratos, negligência, atos contrários à moral contra a criança e o adolescente. Cabe, nesse caso, ao Ministério Público ou a quem tiver o legítimo interesse entrar com uma nova ação de destituição do poder familiar. Mas, quanto a esses pais voluntariamente adotantes, não havendo nenhuma dessas causas, no caso de uma adoção legal e regular, não há como haver revogação.

A segunda pergunta é da Rafaela, do Núcleo de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas: “Quando se identifica adoção ilegal, qual a pena para aqueles que a praticaram ou favoreceram? Qual a chance de retorno à família biológica, ao Brasil?”. Ela se identifica quando não são atendidos todos aqueles pressupostos legais e pré-requisitos previstos no Código Civil e no ECA. Temos de considerar o consentimento da mãe obtido com coação, ameaça, sem a devida assistência do Poder Judiciário, o encaminhamento irregular de uma criança, uma intermediação ilegal. Nem toda hipótese de adoção é ilegal, repito, e não configurará tráfico.

As penas previstas no Código Penal são aquelas de registro de filho de outrem como seu, conforme consta no art. 242. Ocultação e substituição de recém-nascido varia de dois a seis anos. A nossa lei é muito tímida. Existe a questão do permissivo da reconhecida nobreza, quando o casal, por questão humanitária, adota um filho de outrem e a situação perdura por anos. O juiz reduz a pena de um a dois anos, o que hoje, pelo nosso sistema penal, é inócuo. Ele pode até suspender essa pena. A própria lei admite que ele não a aplique.

Os pais podem ser responsabilizados também pela entrega de filho a pessoa inidônea, com pena variando de um a dois anos. O próprio ECA prevê o encaminhamento de criança e adolescente para o exterior com duas finalidades: o simples favorecimento do encaminhamento sem as formalidades legais - adoção ilegal -, ou com a hipótese do fito de lucro. A pena prevista é de quatro a seis anos, havendo aí uma discussão se houve com esse art. 239 do ECA a derrogação dos §§ 1º e 2º do art. 245 do Código Penal. Há outros crimes previstos: registrar filho de outro como seu quase sempre está em concurso com a falsidade documental. Então, certamente os autores responderão em concurso, o que poderá ensejar o aumento da pena. A conduta a que se refere o art. 239 do ECA poderá ser praticada em concurso com outra. Além disso, há penalidade civil, que é a destituição do poder familiar dos pais biológicos, se comprovada a participação deles nesses delitos.

A última pergunta vem da Flávia Teixeira, da Universidade Federal de Uberlândia - UFU: “Quantos casos de adoção ilegal em Minas Gerais você acompanhou e para que fins eram?”. Comprovadamente um caso de adoção ilegal. Não conseguimos a comprovação do tráfico, como a Dra. Cristina mesma disse, porque houve a fragmentação da conduta. No entanto, conseguiu-se comprovar a falsidade de documento, ou seja, falsificaram passaporte. O casal era de nacionalidade espanhola. Eles foram extraditados, e a criança conseguiu retornar para a família. Isso é até objeto da última pergunta da Rafaela: “Qual é a chance de retorno à família biológica?”. Depende. É o que eu falei sobre uma das medidas a serem aplicadas. Há intervenção precoce das autoridades policiais do sistema de garantias para evitar que a conduta se consuma.

Há um caso que acompanhei, não como defensor do caso, mas por meio do núcleo de enfrentamento. Parece que aconteceu na década de 1980, na Comarca de Santos Dumont, onde uma criança foi encaminhada irregularmente para uma adoção internacional através do sistema do Poder Judiciário - parece que até com a intervenção da Dra. Cristina e com auxílio da Interpol. Hoje um homem foi encontrado na França e, se não me engano, já estão adotando providências para tentar reaproximá-lo da família biológica. Ele vai ter o direito de resgatar sua verdade biológica.

Agradeço a minha participação. Estou honrado com o convite, deputada Luzia Ferreira e deputado João Leite. Sempre me coloco à disposição desta Casa. Muito obrigado.

A presidente - Obrigado, Dr. Wellerson. Vamos passar às perguntas da segunda mesa da parte da tarde, começando pela Dra. Cristina Coelli.

A delegada Cristina Coelli Cicarelli - Vou finalizar apenas com uma pergunta, mas antes gostaria de complementar o comentário que sobre um trabalho do Núcleo de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas. Esse rapaz foi encontrado na França, em cooperação com a Interpol, o Núcleo de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas e a delegacia de desaparecidos. Como eu disse, houve mobilização. Essa rede precisa estar muito bem articulada para conseguir êxito. O rapaz já está em contato com a família em Santos Dumont. A Interpol já conseguiu localizá-lo através de uma ONG também internacional que tem parceira com o núcleo de enfrentamento.

A pergunta da Daniela, da Faculdade Pitágoras, é a seguinte: “Existe alguma proposta efetiva do aumento do efetivo da Polícia Federal no Aeroporto de Confins durante a Copa?”. Não tenho conhecimento dessa questão, porque se trata de outra instituição policial. A minha instituição é a Policial Civil. “Haverá alguma capacitação aos funcionários do aeroporto?”. Já está havendo e houve campanhas de divulgação feitas pelo Núcleo de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas, com apoio da Infraero, que é um órgão também que compõe o Comitê Interinstitucional de Enfrentamento ao Tráfico, do núcleo de enfrentamento.

Está também prevista para este ano a instalação de um posto avançado de atendimento às vítimas de tráfico de pessoas no Aeroporto de Confins. Haverá essa capacitação também em parceria com a Infraero, que, como disse, faz parte do comitê.



Gostaria de agradecer a todos em nome do Comitê Interinstitucional de Enfrentamento ao Tráfico da Seds. Estou à frente da delegacia de desaparecidos há 14 anos no Estado de Minas Gerais. Tanto o desaparecimento de pessoas quanto o tráfico delas são fenômenos complexos. A maior motivação do desaparecimento é o conflito intrafamiliar, enquanto o tráfico de pessoas se dá por causa da vulnerabilidade social. No início da minha fala disse que enviei um ofício ao governo federal para saber por que Minas estava em 3º lugar. Eu disse que não obtive resposta, mas o núcleo obteve, e o 3º lugar era em razão do grande número de trabalhadores escravos. Quando o MTE abordava essas ocorrências, o número de pessoas na condição de trabalhador escravo era muito grande, o que aumentava a estatística de Minas Gerais.

Então, digo que a maior causa é a vulnerabilidade social. Concordo também com a afirmação de que precisamos ter uma luta incessante para igualar os desiguais. E uma das formas, acredito, de se igualarem os desiguais é implantando duas disciplinas nos bancos das escolas: uma voltada para cidadania e direito político e a outra para os direitos humanos. Assim, a criança crescerá entendendo direito de igualdade, direito de liberdade, direito à vida e à dignidade. Muito obrigada.

A presidente - Obrigada pela pertinência da sua fala. Vamos ouvir Eliane Quaresma, coordenadora da Política Pró-Criança e Adolescente.

A Sra. Eliane Quaresma Caldeira de Araújo - Tenho uma pergunta de um técnico do Creas de Carmo do Paranaíba. Ele cumprimenta a Mesa pelo brilhante evento e pergunta: "Como o Creas e os centros POP podem promover a participação das equipes técnicas a fim de capacitar, discutir e difundir a temática central e as temáticas relacionadas, para informar e estruturar o trabalho em rede e proteger toda a população, principalmente aquela em situação de risco e vulnerabilidade?". Aqui ele não diz se se refere à temática da Copa ou à rotina do trabalho do Creas.

Em relação à Copa do Mundo, temos alguns textos que foram elaborados exatamente para serem disponibilizados aos municípios para fazerem a leitura das temáticas, da questão dos megaeventos, das possíveis violações. Ele deixou o telefone para disponibilizar esse material. Em relação à prática diária, já tinha dito anteriormente que vamos manter um fórum permanente de discussão da proteção da criança e do adolescente. Após a Copa ele vai continuar funcionando e será um prazer Carmo do Paranaíba enviar um representante para ser um multiplicador também em seu município. Na ordem, vou responder ao técnico, enviando os nossos endereços, e-mails e as informações, colocando o comitê à disposição para alguma dúvida que tenha. Pergunta também como essas articulações políticas discutidas neste ciclo de debate, diante das esferas federal e estadual, pretendem alcançar os governos municipais. É uma pergunta mais direcionada à organização do evento, mas ele está sendo transmitido e está chegando aos governos municipais. Também há uma gravação, se não me falha a memória, que também poderá ser disponibilizada.

No mais, agradeço a oportunidade de participação e de dialogar com a rede. Obrigada e boa noite.

A presidente - Quero dizer que todo o resultado deste trabalho é registrado em ata e fica disponível no *site* da Assembleia, para consulta dos debates e do documento final. Então, todos poderão, em qualquer época, ter acesso ao resultado deste debate.

Passo a palavra a Cida Vieira.

A Sra. Maria Aparecida Menezes Vieira - Vou responder a pergunta do Adriano. (- Lê:) "Na parte da manhã, foi dito que 96% das prostitutas sofreram abuso na infância. Esse é um dado que a Rede Brasileira de Prostitutas reconhece? É verdadeiro?". Não existem dados, não existe pesquisa. Isso é um preconceito e lhe garanto que, em qualquer outra profissão, existe uma mulher que já sofreu abuso. Dificilmente, essa mulher vai se entregar ao movimento de prostitutas. Ela não vai ser prostituta. Esse é um mito, porque é mais fácil jogar isso para as prostitutas. Então, dizem que somos coitadinhas, que estamos lá porque não temos opção. Na verdade não é isso.

Relativamente à questão do turismo sexual, o movimento defende o trabalho. Não somos modelos fotográficas que ficamos em página de revista ou estampadas em camisas. Por sinal não entendemos isso até hoje e queremos entender. Talvez eles queiram dizer que o Brasil é feito de mulheres bonitas, mas não apoiamos essa camiseta também, porque há profissionais de 18 anos a 70 anos que estão trabalhando ainda, ativas. São senhoras às quais pedimos respeito e que pegam o movimento em vários âmbitos de trabalho. Quanto a combater o preconceito, esse movimento já começou quando a Assembleia convidou uma prostituta para fazer parte da Mesa. Então, já é um passo avançado.

Quero dizer o seguinte: na novela de Glória Perez, Salve Jorge... O que vou dizer talvez ninguém saiba: o movimento na rede brasileira começou com Jean Wyllys, na Rede Globo. Então, agora, ela falou que daria uma resposta para a rede, e essa resposta foi justamente a personagem não morrer, porque ela iria morrer. Então, a Morena voltou, mostrando que as pessoas podem ir e lá, achando que é igual ao Brasil, onde tudo pode. Mas existem leis diferentes e culturas diferentes. Então, a novela retratou uma parte que corresponde à realidade: na imigração a gente pode ir e vir, o que condiz com o final que a Morena quis dizer.

A presidente - Obrigada, Maria Aparecida. Vamos ouvir, agora, para suas considerações e despedida, a Dra. Marília Carvalho Guimarães, presidente do Comitê Social Campanha Coração Azul Rio, que está nos visitando.

A Sra. Marília Carvalho Guimarães - Em primeiro lugar, quero agradecer à Assembleia e ao deputado João Leite por esta iniciativa. Espero que o resto do Brasil siga este exemplo, porque as discussões foram muito saudáveis. Acredito que, daqui para diante, vai adiantar bastante o trabalho de todas as instituições envolvidas contra o tráfico de pessoas, de bebês, envolvidas com a questão da imigração. Parabênzulo a todos os companheiros que ficaram até o final. Esta Assembleia Legislativa tem um grande privilégio: ela é muito combativa. Meus parabéns!

A presidente - Obrigada. Na sequência, vamos ouvir a Kelly Cristina.

A Sra. Kelly Cristina Gomes de Oliveira - Queria aproveitar a oportunidade e agradecer o convite para apresentarmos a proposta de construção da agenda e por termos todos aqui como parceiros. Obrigada.

A presidente - Para sua despedida, Pascal Jean.

O Sr. Pascal Jean André Roger Peuzé - Gostaria de agradecer de novo, reforçando a fala da amizade cívica, que garante e luta pela dignidade humana de todos e de todas. Obrigada.

A presidente - Com a palavra, o Sr. Betinho Duarte.

O Sr. Betinho Duarte - Quando fazemos propostas em debates e seminários, elas ficam voando ao léu. Então, no convite está bem claro que o presidente da Assembleia Legislativa fará o encaminhamento. Este é um evento da Assembleia Legislativa. Como as propostas foram aprovadas em Plenário, por unanimidade, obviamente, cabe ao presidente da Assembleia Legislativa encaminhá-las. Gostaria que fossem registradas essas minhas palavras, senão ficamos em dúvida sobre quem vai fazer o quê.

O ciclo de debates está terminando, somos parceiros, todos estão de parabéns. Vamos agora comemorar mais esta vitória deste encontro, mas a tarefa mais importante, a principal fica para o presidente da Assembleia Legislativa. Muito obrigado.

A presidente - Tudo bem. Como o senhor já foi parlamentar, conhece essas questões. Aproveite a oportunidade da presença do deputado João Leite, bem como do deputado Durval Ângelo, que já esteve conosco, para dizer que somos autores da proposta para a realização deste evento. A nossa sugestão é que as propostas de vocês dirigidas ao governo brasileiro ou à Fifa, para que na Copa seja feita campanha contra o tráfico de pessoas, sejam transformadas num requerimento. A sugestão do debate é fazer um requerimento, discutido e votado aqui na Assembleia, para ser encaminhado. Assim, nos comprometemos a apresentar esse requerimento para que tenha a tramitação normal. É bom que fique clara essa sua sugestão, que vamos encampar transformando-a em requerimento, para aprová-la na reunião de Plenário.

Informamos que as atas deste ciclo de debates estarão disponíveis na versão eletrônica.

Agradecemos a presença de todos os debatedores, de todos que estão aqui não só participando, mas também contribuindo com as suas intervenções, ideias e questionamentos. Este não é um debate conclusivo, mas, com certeza, soma no sentido de colocar esse tema na agenda, de criar mais possibilidades nessa relação interinstitucional dos órgãos governamentais com a sociedade na rede de enfrentamento; contribui para que tenhamos um melhor entendimento da abrangência e da complexidade desse problema sobre o qual, em diversos posicionamentos, ficou claro não ser fácil obter estatísticas, diagnósticos, uma visão clara de como enfrentá-lo. Temos, inclusive, iniciativas legislativas no plano federal, como foi dito aqui, mas, com certeza, este debate é um ponto importante para que este tema seja definitivamente uma agenda que tem de estar não só nas casas legislativas, mas também nos órgãos executivos e na sociedade.

A presidência manifesta a todos os agradecimentos pela honrosa presença.

ATA DA 3ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 14/5/2014

Presidência dos Deputados Dinis Pinheiro e Ivair Nogueira

Sumário: Comparecimento - Abertura - 1ª Parte: Ata - 2ª Parte (Ordem do Dia): 1ª Fase: Suspensão e Reabertura da Reunião - 2ª Fase: Questão de Ordem; chamada para a recomposição do número regimental; existência de quórum para votação - Registro de Presença - Discussão e Votação de Proposições: Requerimento do deputado Pompílio Canavez; aprovação - Questão de Ordem - Requerimento do deputado Gustavo Valadares; aprovação - Questões de Ordem - Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 5.075/2014; discurso do deputado Rogério Correia; Questão de Ordem; discurso do deputado Pompílio Canavez; votação nominal do projeto; aprovação - Questões de Ordem - Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 5.076/2014; discurso do deputado Rogério Correia; votação nominal do projeto, salvo emenda; aprovação; votação nominal da Emenda nº 1; aprovação - Votação, em turno único, do Projeto de Resolução nº 5.026/2010; discursos dos deputados Ulysses Gomes, Paulo Guedes e Pompílio Canavez; Prorrogação da Reunião; discurso do deputado Rogério Correia; votação nominal do projeto; aprovação - Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 3.924/2013; aprovação na forma do Substitutivo nº 2; prejudicialidade do Substitutivo nº 1 - Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 4.738/2013; discursos dos deputados André Quintão e Rogério Correia; votação nominal do projeto; aprovação - Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 4.552/2013; encerramento da discussão; votação nominal do projeto, salvo emenda; inexistência de quórum para votação; anulação da votação; renovação da votação nominal do projeto, salvo emenda; inexistência de número regimental para votação; anulação da votação - Questões de Ordem - Discussão, em 2º turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 59/2013; encerramento da discussão - Discussão, em turno único, do Projeto de Lei nº 5.078/2014; requerimento do deputado Sargento Rodrigues; prejudicialidade do requerimento - Questão de Ordem - Encerramento.

Comparecimento

- Comparecem os deputados e as deputadas:

Dinis Pinheiro - Ivair Nogueira - Hely Tarquínio - Adelmo Carneiro Leão - Dilzon Melo - Neider Moreira - Alencar da Silveira Jr. - Agostinho Patrus Filho - André Quintão - Arlen Santiago - Bonifácio Mourão - Bosco - Carlos Henrique - Carlos Mosconi - Cássio Soares - Celinho do Sinttrocel - Célio Moreira - Dalmo Ribeiro Silva - Deiró Marra - Doutor Wilson Batista - Duarte Bechir - Duílio de Castro - Elismar Prado - Fábio Cherem - Fred Costa - Gil Pereira - Gilberto Abramo - Gustavo Corrêa - Gustavo Valadares - Hélio Gomes - Jayro Lessa - João Leite - João Vítor Xavier - Lafayette de Andrada - Leonardo Moreira - Liza Prado - Luiz Humberto Carneiro - Luzia Ferreira - Maria Tereza Lara - Mário Henrique Caixa - Paulo Guedes - Paulo Lamac - Pinduca Ferreira - Pompílio Canavez - Rogério Correia - Rômulo Viegas - Sargento Rodrigues - Sebastião Costa - Tiago Ulisses - Ulysses Gomes - Wander Borges - Zé Maia.

Abertura

O presidente (deputado Ivair Nogueira) - Às 9h8min, a lista de comparecimento registra a existência de número regimental. Declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o 2º-secretário para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

1ª Parte

Ata

- O deputado Neider Moreira, 2º-secretário, procede à leitura da ata da reunião anterior, que é aprovada sem restrições.



2ª Parte (Ordem do Dia)

1ª Fase

O presidente - Nos termos do edital de convocação, a presidência vai passar à 2ª Parte da reunião, em sua 1ª Fase, com a apreciação de pareceres, requerimentos e indicações.

Suspensão da Reunião

O presidente - A presidência vai suspender a reunião por 1h40min para entendimentos entre as lideranças sobre a apreciação das matérias constantes na pauta. Estão suspensos os nossos trabalhos.

Reabertura da Reunião

O presidente - Estão reabertos os nossos trabalhos.

2ª Fase

O presidente - Esgotada a hora destinada a esta fase, a presidência passa à 2ª Fase da Ordem do Dia, com a discussão e a votação da matéria constante na pauta.

Questão de Ordem

O deputado Rômulo Viegas - Solicito recomposição de quórum, presidente.

O presidente - É regimental. A presidência solicita ao secretário que proceda à chamada dos deputados para recomposição de quórum.

O secretário (deputado Rômulo Viegas) - (- Faz a chamada.)

O presidente - Responderam à chamada 37 deputados, que, somados aos 2 em comissão, totalizam 39 parlamentares. Portanto, há quórum para votação.

Registro de Presença

O presidente - Com satisfação, gostaríamos de registrar a presença, nas galerias, de alunos do 8º ano do Colégio Sagrado Coração de Jesus, do Bairro Funcionários, nesta capital. Obrigado pela presença.

Discussão e Votação de Proposições

O presidente - Vem à Mesa requerimento do deputado Pompílio Canavez em que solicita a inversão da pauta desta reunião de modo a que os Projetos de Resolução nºs 2.914/2012 e 4.288/2013 sejam apreciados em último lugar, nessa ordem. Em votação, o requerimento. As deputadas e os deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado.

Questão de Ordem

O deputado Alencar da Silveira Jr. - Sr. Presidente, com essa inversão de pauta, vai haver posteriormente somente a votação dos projetos do governo. Teremos, em primeiro momento, o projeto de minha autoria? Não? Sr. Presidente, gostaria de saber, repito mais uma vez: invertendo a pauta, vamos jogar para trás somente os projetos do governo. O primeiro projeto a ser votado será de autoria do deputado Alencar da Silveira Jr. É o Projeto de Lei nº 4.552/2013.

O presidente - Vem à Mesa requerimento do deputado Gustavo Valadares em que solicita a inversão da pauta desta reunião de modo a que o Projeto de Lei nº 4.552/2013 seja apreciado em primeiro lugar entre as matérias em fase de discussão. Em votação, o requerimento. As deputadas e os deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado.

Questões de Ordem

O deputado Sargento Rodrigues - Sr. Presidente, gostaria de fazer um apelo a V. Exa. Na sexta-feira, vai ser realizado nesta Casa um debate público sobre a maioridade penal, que será coordenado pelo deputado João Leite. O requerimento é de autoria deste deputado, do deputado Célio Moreira e do deputado Duarte Bechir. Ocorre que o nosso painel não tem condições de exibir vídeos neste Plenário. Isso é algo inadmissível. Estou fazendo um apelo a V. Exa., como 1º-vice-presidente desta Casa, para que o nosso presidente Dinis Pinheiro possa solucionar uma questão que é de fundamental importância para o funcionamento deste Poder. Não podemos realizar um debate público - em que haverá a exibição de testemunhos e depoimentos importantíssimos - sem que o telão esteja funcionando. Isso é inadmissível. Faço um apelo a V. Exa.

O presidente - Pode ficar tranquilo, deputado Sargento Rodrigues, que serão tomadas as providências necessárias para que o debate não seja prejudicado.

O deputado Alencar da Silveira Jr. - Sr. Presidente, gostaria de comunicar a este Plenário que, no recesso parlamentar, a Visual fez a manutenção do painel. Seriam criadas duas telas, um painel moderno, com o custo de R\$400.000,00 para a Assembleia Legislativa. Nós teríamos o mesmo painel que a Assembleia do Acre, o mesmo painel que há no Maranhão, Roraima, São Paulo e Rio de Janeiro, cuja manutenção é feita pela Visual. A única assembleia do Brasil que, mesmo sendo a melhor do País, tem um painel antigo, obsoleto, é esta aqui. Temos um presidente muito seguro, que infelizmente está ausente. O nosso painel é analógico, não é digital. Nosso presidente não quis autorizar o novo painel. Peço, sem dúvidas, que continuemos com essa cara manutenção do equipamento analógico ainda existente nesse painel.

Recebo da cidade de Formiga algumas manifestações pela falta de seriedade da Polícia Civil, do Sr. Ricardo, salvo engano o delegado regional de lá, que não faz mais as carteiras de identidade. Não há mais condição de atender ali. A criminalidade está aumentando. O Sr. Ricardo é de lá, conhece a cidade, conhece a realidade, mas ele só apura os crimes pequenos. Os problemas de drogas, de roubo de carros... Peço ao Dr. Oliveira, chefe da Polícia Civil, uma atenção especial com a cidade de Formiga em razão de todas as reclamações que recebemos da câmara de vereadores, dos próprios agentes políticos da cidade. Sr. Presidente, na próxima semana, se isso não for resolvido, subirei à tribuna para fazer um relato do que está acontecendo com a segurança pública em Formiga. Muito obrigado.

O presidente - Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 5.075/2014, do governador do Estado, que altera a Lei nº 20.756, de 12/7/2013, que autoriza o Poder Executivo a contratar operações de crédito com o Citibank S. A., o Deutsche Bank S. A., o Banco do Brasil S. A., a Caixa Econômica Federal e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES - para os fins que

menciona e dá outras providências. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto. Com a palavra, para encaminhar a votação, o deputado Rogério Correia.

O deputado Rogério Correia - Presidente, o projeto do Poder Executivo se propõe a contratar operações de crédito com os bancos Citibank, Deutsche Bank, Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal e BNDES. Queria chamar a atenção dos deputados, das deputadas e dos telespectadores para o quadro de aperto financeiro e de falência do Estado, de modo que não podemos aprovar projetos de empréstimo sem o cálculo real da situação de Minas.

Há mais tempo estamos denunciando que o Estado está quebrado. Isso não é mera retórica. Vasculhando o *site* da Secretaria de Fazenda, que é público, vimos que, em 2013, ocorreu um fenômeno que não se observava desde 2004: estamos com déficit orçamentário de R\$948.000.000,00. Aqueles que enalteciam o déficit zero, dizendo que, em termos orçamentários, não havia déficit, não têm mais nem sequer esse discurso. Em 2013, há R\$948.000.000,00 de déficit orçamentário, ou seja, quase R\$1.000.000.000,00. Também podemos ver no *site* da Secretaria de Fazenda que há uma dívida consolidada de R\$79.700.000.000,00, ou seja, de quase R\$80.000.000.000,00, ressaltando que, de 2012 a 2013, o aumento da dívida foi de 13,1%.

Deputados e deputadas, temos de considerar que Minas Gerais, no ano passado, apresentou o 22º pior PIB entre os estados brasileiros. O PIB mineiro cresceu apenas 0,5%; o brasileiro, 2,3%. Refeitos os cálculos neste ano, 2,7% de crescimento do PIB do Brasil contra um crescimento de apenas 0,5% em Minas Gerais. Há, portanto, um quadro em que não é recomendável contrair mais empréstimos em Minas Gerais. É temerário esse tanto de empréstimos que estamos fazendo no Estado. Se acrescentarmos a isso outra dívida, que vai estar acumulada com os professores contratados pela Lei nº 100, que terão garantia de receber o recurso de aposentadoria acertado com o INSS, vamos aprofundar ainda mais essa dívida. Ou seja, está-se armando uma bomba-relógio, que vai estourar no próximo ano, no próximo governo. É uma atitude, portanto, de irresponsabilidade, de gestão temerária e eleitoreira o governo se propor a fazer empréstimos neste momento.

Presidente, a posição do Bloco Minas sem Censura - peço ao nosso líder Pompílio para divulgá-la - será contrária a que o Estado reivindique mais empréstimo a qualquer instituição financeira. Isso porque já não temos capacidade de investimento no Estado e estamos batendo o limite de empréstimo estabelecido pelo Senado. Estamos apenas 0,1% abaixo da possibilidade máxima de empréstimo, o que significa que o próximo governo está completamente amarrado, do ponto de vista de investimento e até de execução programática orçamentária. Esta é a situação de Minas Gerais, estado falido, quebrado e que só procura empréstimo e mais empréstimo, fazendo-nos lembrar do tempo amargo em que Fernando Henrique Cardoso quebrou três vezes o Brasil e se curvou diante do Fundo Monetário Internacional. Minas Gerais não pode cometer mais atos de irresponsabilidade por meio de uma ação que não resolve o problema do Estado, ou seja, se endividar, se endividar e se endividar.

Portanto, a nossa posição, incluindo-se o PMDB - conversei com o deputado Sávio Souza Cruz, que nos pediu para falar em nome do PMDB -, é contrária a que o Estado contraia irresponsavelmente mais empréstimos e se enlacre ainda mais no cenário político nacional e internacional. Muito obrigado.

Questão de Ordem

O deputado Lafayette de Andrada - Sr. Presidente, quero apenas me manifestar pela ordem, por 30 segundos, enquanto o deputado Pompílio Canavez sobe à tribuna. Informo que não se trata de um empréstimo novo, e, sim, da mudança do agente. Esta Casa já autorizou o empréstimo. Minas Gerais não está contraindo novo empréstimo, apenas mudando o agente financeiro que irá emprestar o recurso. É isso que estamos votando agora.

O presidente - Com a palavra, para encaminhar a votação, o deputado Pompílio Canavez.

O deputado Pompílio Canavez - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, o empréstimo foi aprovado, mas não foi contratado, deputado Lafayette de Andrada. É esta a nossa preocupação.

O deputado Rogério Correia, que me antecedeu, já informou que a situação do Estado - e todos aqui sabem disso - é complicada; é uma situação de alto endividamento, de capacidade de pagamento mais do que comprometida. Se ainda não foi contratado, é aconselhável que votemos contra, porque endividar ainda mais o Estado, trazer mais uma obrigação não é bom, pois ele não está dando conta do que já assumiu. Esta Casa aprovou esse empréstimo, mesmo com voto contrário da oposição, assim como já aprovou muitos empréstimos para o governo do Estado. É o famoso choque de gestão tocado a empréstimo. Mas agora a conta começa a chegar, os credores já estão batendo à porta, e vamos autorizar mais um empréstimo, complicando ainda mais a situação de verdadeira calamidade nas contas do governo? Por isso, como líder do Bloco Minas sem Censura, como líder da oposição nesta Casa, quero encaminhar contrariamente à aprovação desse empréstimo. É preciso que todos nós, que sabemos bem a situação complicada das contas do governo do Estado, tenhamos aqui a consciência e a responsabilidade de não endividarmos ainda mais um estado que se encontra em extrema dificuldade.

Temos visto a situação das nossas escolas, da segurança pública. Ontem, o deputado Cabo Júlio nos alertou que os policiais que farão a segurança do povo na Copa do Mundo não terão equipamentos de proteção individual, os famosos EPIs. Se estamos nessa situação de calamidade na segurança, como solicitar mais empréstimos? Há pouco, o deputado Alencar da Silveira Jr. falou sobre a insegurança na cidade de Formiga. Mas não é só em Formiga que isso ocorre, deputado Alencar da Silveira Jr., mas em todo o Estado. Se estamos nessa situação difícil, complicadíssima, de um estado com alto nível de endividamento e baixíssima capacidade de pagamento, era hora de termos prudência, responsabilidade, cautela e não aprovarmos mais esse empréstimo.

O deputado Lafayette de Andrada disse que o empréstimo já foi aprovado. Sim, mas não foi contratado ainda. Ainda está em tempo de darmos um sinal para o governo, dizendo-lhe que há limite, que é grande o endividamento do Estado e que não existe capacidade de pagamento. Tanto é que, no final do ano passado, o Estado precisou lançar mão dos recursos da Previdência do servidor público, numa clara demonstração de que sua situação financeira e econômica é complicada. Portanto, oriento meus pares e companheiros do Bloco Minas sem Censura e peço a todos os parlamentares que tenham juízo, consciência e evitem que o Estado se endivide ainda mais e que se complique ainda mais a gestão do governo, que já está pra lá de complicada. Assim, o nosso encaminhamento é



contrário à aprovação desse projeto. E, se ainda não foi contratado, há tempo para evitarmos que o Estado se endivide cada vez mais. Obrigado.

O presidente - A presidência vai submeter a matéria a votação pelo processo nominal, de conformidade com o parágrafo único do art. 55, c/c o art. 63, da Constituição do Estado. A fim de proceder à votação pelo processo eletrônico, a presidência solicita às deputadas e aos deputados que ainda não registraram sua presença no painel que façam o registro biométrico no terminal e, em seguida, registrem seu voto. Em votação, o projeto.

- Registram “sim”:

Agostinho Patrus Filho - Alencar da Silveira Jr. - Arlen Santiago - Bonifácio Mourão - Bosco - Carlos Mosconi - Cássio Soares - Dalmo Ribeiro Silva - Deiró Marra - Dilzon Melo - Doutor Wilson Batista - Duílio de Castro - Fábio Cherem - Fred Costa - Gil Pereira - Gustavo Corrêa - Jayro Lessa - João Leite - Lafayette de Andrada - Leonardo Moreira - Liza Prado - Luzia Ferreira - Neider Moreira - Pinduca Ferreira - Rômulo Viegas - Sargento Rodrigues - Sebastião Costa - Tiago Ulisses - Wander Borges - Zé Maia.

- Registram “não”:

André Quintão - Elismar Prado - Maria Tereza Lara - Paulo Lamac - Pompílio Canavez - Rogério Correia - Ulysses Gomes.

O deputado Duarte Bechir - Sr. Presidente, quero registrar meu voto “sim”.

O deputado Luiz Humberto Carneiro - Meu voto é “sim”, Sr. Presidente.

O deputado Célio Moreira - Meu voto é “sim”.

O deputado Gilberto Abramo - Meu voto é “não”, Sr. Presidente.

O presidente - Estão computados. Votaram “sim” 33 deputados. Votaram “não” 8 deputados, totalizando 41 votos. Está, portanto, aprovado, em 1º turno, o Projeto de Lei nº 5.075/2014. À Comissão de Fiscalização Financeira.

Questões de Ordem

O deputado Rogério Correia - Sr. Presidente, apresento a mesma questão de ordem que já foi feita, neste Plenário, pelo deputado Durval Ângelo, que é exatamente sobre a proclamação dos votos após o painel. Faço um apelo a V. Exa. para não validar esses votos que vêm após o painel. Temos um prazo estabelecido para votação por meio do painel. Portanto, não pode o deputado ficar esperando o procedimento de votação e complementar os votos. O voto deve ser dado no momento em que se faz a votação. O deputado Durval Ângelo levantou essa questão de ordem. Ela aguarda resposta, mas me parece óbvia. Não se pode ficar esperando o resultado da votação no painel para que, depois disso, ainda se conte prazo para a votação. Queria que V. Exa. esclarecesse aos deputados que o momento de votação é aquele do painel. Minha questão de ordem é para que não sejam validados os votos proferidos fora desse momento. Além do mais, solicitaria declaração de voto em relação a esse projeto, indagando se será feita agora ou ao final da votação.

O presidente - A questão de ordem levantada pelo deputado Rogério Correia é pertinente, e vamos encaminhá-la ao presidente, a fim de que tome as devidas providências para que o painel e os postos de votação funcionem bem. Com a palavra, pela ordem, o deputado Gilberto Abramo.

O deputado Gilberto Abramo - Acompanhei as palavras do deputado Rogério Correia e fui um dos que deixaram para depois, não porque quis. Até me dirigiria ao Alencar, porque esse terminal não está funcionando. Tentamos por várias vezes, e não houve como registrar o nosso voto. Solicitaria que a Mesa tomasse providências. São muitos os terminais que estão com problemas, o que dificulta ao próprio deputado registrar o seu voto.

O deputado Alencar da Silveira Jr. - Quero explicar aos deputados e aos telespectadores da TV Assembleia a fala do deputado Rogério Correia. Os deputados não estão votando. Alguns postos de votação estão com defeito, Sr. Presidente, e isso só acontece na hora da votação. Não há como testar antes. Eu pediria uma boa conduta de V. Exa., sabendo da votação importante que temos hoje. Por essa razão, o deputado Rogério Correia está equivocado em sua fala. Ninguém deixou para votar depois: o problema foi o painel. E, mais uma vez, lembro que foi economia do presidente Dinis Pinheiro, no início do ano. Obrigado.

O presidente - Solicitamos às deputadas e aos deputados compreensão para que estejam em seus lugares na hora da votação e, se houver algum problema na votação, dirijam-se a outro posto.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 5.076/2014, do governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a realizar operação de crédito com o Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID - e dá outras providências. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto com a Emenda nº 1, que apresenta. Com a palavra, para encaminhar a votação, o deputado Rogério Correia.

O deputado Rogério Correia - Sr. Presidente, deputados e deputadas, trata-se de outro empréstimo, agora de US\$50.000.000,00, R\$100.000.000,00, no fim do governo, para que o próximo governo comece a pagar mais uma dívida. É um empréstimo genérico: para atividades industriais que serão contratadas. É uma irresponsabilidade tratar a coisa pública dessa forma. O endividamento está insuportável em Minas Gerais.

Esqueci de passar um dado durante a discussão do projeto anterior, que tratava de empréstimo de 1,1 bilhão. O deputado Lafayette de Andrada disse que não era empréstimo novo, era para refazer o objeto para conseguir o empréstimo. Ora, é um empréstimo novo, não foi feito ainda. Só hoje, 1,1 bilhão. Com mais 100, totaliza 1,2 bilhão de empréstimos novos que o governo está solicitando, no fim do período. O governo está se encerrando e fazendo um empréstimo, sem uma discussão ampla com a população mineira sobre o seu significado e sobre como fazer esse pagamento.

Somos, deputados, o 2º estado mais endividado do País. Ano passado tivemos um déficit orçamentário de 948 milhões, Jayro Lessa. É quase 1 bilhão de déficit orçamentário, o que mostra a balela do déficit zero. E estamos pedindo empréstimo para a frente. Só até agora é 1,2 bilhão, mas vai vir mais na pauta. Ou seja, o governo só faz se endividar. Há a dívida com os professores, da Lei nº 100. Aliás, o governo não responde se vai ou não fazer acordo com o INSS ou se as professoras, as trabalhadoras da educação, que foram enganadas e ludibriadas, serão novamente enganadas. Elas estão sem saber se o governo vai fazer o acerto com o INSS para terem direito a uma aposentadoria miserável. O governo tem de fazer isso. Mas não sei se fará, porque não tem dinheiro. E não conversa com ninguém.



Maria Tereza, o governo não recebe o sindicato para dizer o que vai fazer com as professoras que ele enganou durante esse tempo inteiro. Olhem a irresponsabilidade a que estamos assistindo em Minas Gerais: 948 milhões são o déficit orçamentário do ano passado. O Estado acumula uma dívida de 79,7 bilhões, a 2ª maior dívida do País. É o Estado que mais se endivida. Aqui, em Minas Gerais, criou-se uma cerca neoliberal. O Brasil avança, mas Minas Gerais, não. Minas continua num processo atrasado de fazer empréstimos e ficar devendo ao capital internacional, como acontecia antigamente com o Fundo Monetário Internacional. Felizmente o presidente Lula resolveu esse problema. Mas aqui, não: o problema vai se agravando, o Estado se endivida cada vez mais. A bola da dívida é grande.

Isso não acontece no Brasil, acontece em Minas. Esta não é a realidade do Brasil, a realidade do Brasil é outra. O Brasil vai bem nas contas, tanto que não deve mais ao Fundo Monetário Internacional. Acabamos com aquilo. Mas aqui, em Minas, continua o mesmo modelo neoliberal. A cerca neoliberal em Minas Gerais é algo absurdo. Agora vamos aprovar novos empréstimos. A capacidade de investimento de Minas, Jayro Lessa - V. Exa. entende desse assunto -, sabe quanto é? Zero. Minas tem zero de capacidade de investimento. Zero! Agora vai ser menos ainda, porque já não tem capacidade para custear. Nem custeio Minas paga. No ano passado foi quase 1 bilhão de déficit orçamentário. Minas Gerais não tem dinheiro para custeio, por isso está investindo menos em educação e saúde do que manda a Constituição. E pior: com aval do Tribunal de Contas. É o chamado "aecismo", o pacto das elites para esconder a realidade do Estado. É triste a realidade. O próximo governador, que deverá ser de oposição a este governo, porque o povo já enjoou do projeto do PSDB, provavelmente será o Fernando Pimentel. Ele terá a tarefa hercúlea de recuperar Minas Gerais. Não será uma tarefa fácil, mas faremos isso. Lula fez; nós faremos. Mas é um absurdo fazer isso com mais esqueletos sendo apresentados a cada dia.

Pediria aos deputados que não permitissem esta irresponsabilidade do governo do Estado no último ano de mandato ao pedir empréstimo, empréstimo, empréstimo e empréstimo. E não há orçamento para cumprir com esses pagamentos posteriormente. Ainda terá de cumprir isso com as professoras, com o pessoal da saúde, com a segurança pública, apenas fazendo com que Minas fique endividada. O empréstimo agora será feito a outro banco, o BID. Depois virá outro de um banco alemão, cujo nome até entortamos a língua para pronunciar. E para pagar, vai entortar o bolso do brasileiro, do mineiro, que terá de pagar essa conta à custa do aumento da conta de luz para aumentar arrecadação de ICMS. É o que fazem, deputado Gilberto. Aumentam em 20% a conta de luz para aumentar a arrecadação de ICMS, estrangulando o povo. Ontem, foram concedidos mais 6,54% na conta da água para sustentar a Copasa. O governo vai fazendo tarifaço em cima do povo para justificar a quebradeira a que levou Minas Gerais. Esse é o maldito choque de gestão. A falácia e a mentira do déficit zero estão aqui nuas e cruas na reunião de hoje, na Assembleia Legislativa.

O governo está votando mais empréstimos de que não pagará um centavo, nem indica a fonte da sua irresponsabilidade. A capacidade de investimento é zero e a capacidade de pegar empréstimos no Senado se esgotou. É o caos estabelecido em Minas Gerais; é o fim trágico do maldito choque de gestão. Votamos contra, deputado. Nós, do Bloco Minas sem Censura, incluindo o PMDB - que hoje está em Brasília, numa missão que daqui a pouco terei oportunidade de dizer, missão importante que impediu que estivesse aqui hoje -, somos contra esse endividamento irresponsável, essa gestão temerária que está acontecendo e contra essa quebradeira a que o PSDB está levando Minas Gerais. Obrigado.

O presidente - A presidência vai submeter a matéria a votação pelo processo nominal, de conformidade com o parágrafo único do art. 55, c/c o art. 63, da Constituição do Estado. A fim de proceder à votação pelo processo eletrônico, a presidência solicita às deputadas e aos deputados que ainda não registraram sua presença no painel que façam o registro biométrico no terminal e, em seguida, registrem seu voto. Em votação, o projeto, salvo emenda.

- Registram "sim":

Agostinho Patrus Filho - Alencar da Silveira Jr. - Arlen Santiago - Bonifácio Mourão - Bosco - Carlos Mosconi - Cássio Soares - Célio Moreira - Dalmo Ribeiro Silva - Deiró Marra - Dilzon Melo - Doutor Wilson Batista - Duarte Bechir - Duílio de Castro - Fábio Cherem - Fred Costa - Gil Pereira - Gustavo Corrêa - Jayro Lessa - João Leite - Lafayette de Andrada - Leonardo Moreira - Liza Prado - Luiz Humberto Carneiro - Neider Moreira - Pinduca Ferreira - Rômulo Viegas - Sargento Rodrigues - Sebastião Costa - Tiago Ulisses - Wander Borges - Zé Maia.

- Registram "não":

André Quintão - Gilberto Abramo - Maria Tereza Lara - Paulo Lamac - Rogério Correia - Ulysses Gomes.

O presidente - Votaram "sim" 32 deputados. Votaram "não" 6 deputados, que, somados à presidência, totalizam 39 parlamentares. Está aprovado o projeto, salvo emenda. Em votação, a Emenda nº 1.

- Registram "sim":

Agostinho Patrus Filho - Alencar da Silveira Jr. - Arlen Santiago - Bonifácio Mourão - Bosco - Carlos Mosconi - Cássio Soares - Célio Moreira - Dalmo Ribeiro Silva - Deiró Marra - Dilzon Melo - Doutor Wilson Batista - Duarte Bechir - Duílio de Castro - Fábio Cherem - Fred Costa - Gil Pereira - Gustavo Corrêa - Jayro Lessa - João Leite - Lafayette de Andrada - Leonardo Moreira - Liza Prado - Luiz Humberto Carneiro - Neider Moreira - Pinduca Ferreira - Rômulo Viegas - Sargento Rodrigues - Sebastião Costa - Tiago Ulisses - Zé Maia.

- Registram "não":

André Quintão - Gilberto Abramo - Maria Tereza Lara - Paulo Lamac - Pompílio Canavez - Rogério Correia - Ulysses Gomes.

O presidente - Votaram "sim" 31 deputados. Votaram "não" 7 deputados, que, somados à presidência, totalizam 39 parlamentares. Está aprovada a Emenda nº 1. Está, portanto, aprovado, em 1º turno, o Projeto de Lei nº 5.076/2014 com a Emenda nº 1. À Comissão de Fiscalização Financeira.

Votação, em turno único, do Projeto de Resolução nº 5.026/2010, da Comissão de Fiscalização Financeira, que aprova as contas do governador do Estado de Minas Gerais referentes ao exercício de 2009. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto. Com a palavra, para encaminhar a votação, o deputado Ulysses Gomes.



O deputado Ulysses Gomes* - Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, telespectadores da TV Assembleia, é interessante: o coro aqui é grande, e a vontade de aprovação desse projeto parece que vem na mesma proporção, uma vez que discutimos as contas de 2009. Presidente, a única forma de sermos favoráveis a esse projeto é sermos favorável à sua rejeição.

Em nossa bancada, o Bloco Minas sem Censura, temos estudado e debatido esse assunto, e é inegável e lamentável, no que diz respeito à nossa população, ver que, ao longo dos últimos 12 anos, o Estado não foi capaz de dar uma resposta à sociedade mineira porque não cumpriu - e obviamente não cumpre até hoje - os investimentos mínimos necessários na saúde e na educação. A falta de investimentos na área da segurança pública tem levado o Estado ao caos. As duas votações anteriores mostram a capacidade de o Estado se endividar, endividar e endividar cada vez mais.

Paralelamente a isso e por meio do controle da mídia e dos investimentos que faz na cooptação de várias lideranças políticas, o Estado tem a capacidade de vender, de levar à sociedade mineira a imagem de que planeja e tem um projeto de desenvolvimento, deputada Maria Tereza Lara, mas, na prática, possui uma dívida gigantesca com a população mineira. O Estado tem uma dívida com ela em relação à saúde, não só por não investir o mínimo constitucional, mas também por levá-la ao sofrimento na grande maioria dos municípios, se não em todos, pois não cumpre o que deve na área da saúde. Na área da educação, podemos citar várias questões: a desvalorização dos nossos profissionais; o não pagamento do piso; o problema com relação aos profissionais de educação física, que até hoje não foi solucionado - e, mesmo assim, tira o direito de ele exercer a sua obrigação, como também tira o direito do aluno de ter uma aula exercida por um profissional habilitado; a falta de investimentos na área física para proporcionar uma estrutura melhor de atendimento aos alunos; a falta de investimentos em equipamentos; enfim, todos os recursos que faltam na educação poderiam ser levados para esse lado.

Sr. Presidente, trago aqui mais um dado. Ao discutirmos as contas do ex-governador Aécio Neves, é importante registrar a consequência do seu projeto e a forma como ele o vende à população. Há um projeto do governo do Estado chamado Programa de Educação Profissional - PEP - que, diga-se de passagem, é excelente em sua concepção, mas devemos pensar no seu objetivo, no que ele poderia levar aos jovens, à população de Minas Gerais, na prática, se fosse implementado.

E mais ainda: tem também aqueles que se propuseram a levar esse projeto à frente com as escolas privadas, as escolas profissionalizantes, que viram no Estado a oportunidade de levar à nossa população, aos nossos jovens mais uma chance na vida, assim como fez o governo federal, de forma muito diferenciada, com a maior competência e numa dimensão muito maior. Criou o Pronatec, espalhando escolas técnicas federais por Minas e pelo Brasil inteiro, fazendo com que os nossos jovens tivessem a oportunidade de capacitação, de profissionalização; fazendo com que os nossos institutos federais oferecessem isso em cada canto de cada município do nosso estado. Mas o Estado, de forma inteligente, pensou em uma alternativa também nessa área, criando o PEP. Mas como o Estado fez?

Para ampliação das vagas, fez convênios e contratos com escolas particulares. Obviamente as escolas aderiram a esse programa com a esperança de levar essa oportunidade aos nossos jovens e de ter mais recursos para investir e crescer, e assim o fizeram: investiram, cresceram, contrataram profissionais, construíram ou alugaram novos espaços para atender à demanda criada e oferecida pelo Estado. Mas, o que aconteceu, presidente, foi que, ao longo do ano passado e deste ano, as escolas que aderiram a esse programa não receberam nada do Estado. Investiram em novas estruturas, contrataram profissionais, e hoje o Estado deve milhões e milhões de reais para essas empresas que estão quebrando. Escolas importantes em cada canto do nosso estado que vinham, dentro da sua competência, da sua capacidade e da condição do seu pequeno negócio crescendo aos poucos, viram nessa proposta do Estado uma perspectiva de crescer e avançar mais. Sendo assim, aderiram a essa ideia e hoje estão quebrando. Para cumprir suas obrigações de pagar ao profissional, pagar o aluguel, o mobiliário e todo o material que tiveram que investir para oferecer esse serviço estão fazendo empréstimos porque não têm como pagar. E qual é a perspectiva de receber alguma coisa do Estado?

Eu queria, presidente, encaminhar contrariamente a esse projeto por “n” razões. Esse caso específico, o Estado ainda pode resolver; ele tem compromisso com essa classe de trabalhadores e com esses jovens que tiveram a oportunidade, em alguns casos, de aderir a esses cursos. O Estado tem que, no mínimo, cumprir as suas obrigações.

Nos poucos minutos que me restam, presidente, vou dar alguns exemplos de diversas manifestações que temos recebido de alunos, de profissionais e, principalmente, de investidores proprietários dessas escolas. Recebemos em nosso gabinete uma carta. Não vou mencionar o nome porque a pessoa comenta da sua preocupação em não aparecer, porque teme retaliação por parte do Estado. É uma carta do representante das instituições, um caso que merece atenção. (- Lê:)

“Estão chamando para uma manifestação às 10 horas da manhã desta semana, no dia tal, no Palácio Tiradentes da Cidade Administrativa, gabinete do governador. O representante X já se encontra no local. Muitas escolas já estão aderindo ao movimento e confirmando presença por via de telefone ou *e-mail*, querendo falar com o governo, que até então não tem dado resposta nenhuma a essas demandas e a essas cobranças de diversas manifestações de empresários, alunos e professores. Contamos com o apoio das escolas e de todas as lideranças que puderem ouvir-nos ou manifestar apoio a essa importante demanda a respeito de um importante projeto que, infelizmente, vem se afundando no Estado por falta de pagamento e reconhecimento do governo diante dessas instituições.”

Diz outra pessoa: (- Lê:)

“Estamos precisando de ajuda. Diretores estão fazendo contato e querem ir a Belo Horizonte pedir socorro. Não há como conseguir uma audiência pública. O governo não nos dá qualquer resposta. Sou diretora de uma escola técnica e hoje tive acesso a um vídeo do senhor” - ela disse isso em outra oportunidade, faz alguns meses. “A situação é desesperadora mesmo. Não temos a quem recorrer. Não somos ouvidos. Quando telefonamos para a Secretaria de Estado de Educação, eles nos dizem para aguardar, porque o Estado está em crise e que por isso não podem dar uma previsão. Atualmente tenho quatro notas fiscais que já enviei nas datas que se seguem”. Aqui está o número das notas e o valor. “Pelo contrato, elas seriam pagas dentro de 30 dias após a emissão das notas. A primeira nota devida é datada de setembro de 2013, mas até então não recebi nada. O atraso é absurdo. As contas a pagar já venceram há vários meses. O total dessas notas, só para essa instituição, soma mais de R\$141.000,00”. É um pedido de apelo ao Estado.



Diante de toda a situação econômica do Estado, vemos apelos para mais e mais empréstimos. Queremos que o Estado, de alguma forma, dê retorno, mesmo que seja a partir dos empréstimos. Que ele cumpra as suas obrigações e pague a essas instituições que acreditaram numa proposta do Estado e venderam àquele jovem a oportunidade de continuar estudando e se profissionalizando.

Sem dúvida nenhuma, Sr. Presidente, o programa, na sua concepção, é bom e interessante, mas para isso não pode ser pensado de uma forma e colocado nas costas de trabalhadores que tiveram essa oportunidade. Fica aqui o nosso registro e o nosso encaminhamento contrário a esse projeto, sobretudo o alerta que fazemos a essa importante demanda, isto é, ao compromisso que o Estado fez com a população. A verdade é que o Estado, na fase de implementação do programa, deu as costas àqueles que acreditaram nele.

O presidente - Com a palavra, para encaminhar a votação, o deputado Paulo Guedes.

O deputado Paulo Guedes* - Sr. Presidente, Srs. Deputados e Sras. Deputadas, público presente, mineiros que nos acompanham pela TV Assembleia, pedi para encaminhar esse projeto que chegou a esta Casa e que diz respeito à aprovação ou rejeição das contas do ex-governador Antonio Anastasia, referentes ao ano de 2009. Parte dessas contas de 2009 pertence ao Anastasia, parte pertence ao Aécio. O que mais me intriga, deputados, é a posição dos conselheiros do Tribunal de Contas, pois a equipe técnica do Tribunal de Contas foi bem clara e fechou o relatório recomendando a reprovação das contas.

Aliás, se dependesse dos técnicos desse tribunal, Aécio Neves e Anastasia não teriam nenhuma de suas contas aprovadas. É um absurdo o que esses dois senhores fizeram com o Estado de Minas, principalmente no que se refere à saúde e à educação. Só em 2009, eles deixaram de investir, na educação, R\$1.029.032.884,24.

Deixaram de investir na saúde R\$835.252.020,63. Só em um ano, a saúde e a educação deixaram de receber quase R\$2.000.000.000,00, deputado Pompílio Canavez. Foi cerca de R\$1.800.000.000,00. Quem conhece a verdadeira Minas Gerais, quem anda por este Estado inteiro, como eu, sabe a falta que esses recursos fazem nos hospitais, nas nossas escolas e na educação dos nossos filhos. Por isso, o Sind-UTE tem toda a razão em reclamar. Se o governo tivesse investido R\$1.000.000.000,00 a mais na educação, a mais não, mas tivesse cumprido o que determina a Constituição e investido na educação o que deve, Minas Gerais poderia pagar o piso salarial dos professores, mas não paga. Pelo contrário, está cortando tudo. O choque de gestão ou de enganação, o melhor nome para apelidar essa praga que endividou Minas Gerais, sucateou o Estado e perseguiu os servidores públicos. Esse é o saldo de 12 anos do choque de enganação liderado por Aécio e Anastasia, um querendo ser presidente da República e outro querendo ir para o Senado. Aliás, os senadores de Minas Gerais, nos últimos anos, não têm servido para nada. Alguns morreram, outros assumiram, a maioria não foi votada. Portanto, não têm compromisso nenhum com nosso Estado. Temos a representação mais pífia do País no que se refere ao Senado, porque os senadores foram praticamente indicados pelo Sr. Aécio Neves. Agora querem empurrar mais um goela abaixo.

Esses dois senhores, nos últimos oito anos, deixaram de investir na saúde e na educação R\$8.000.000.000,00. Pasmem, vocês, que nos acompanham agora pela TV Assembleia: apesar da recomendação dos técnicos e dos auditores do Tribunal de Contas, os conselheiros do Tribunal de Contas, os conselheiros amigos, amiguinhos do Aécio, aprovaram as contas mesmo com esses dois senhores retirando R\$8.000.000.000,00 da saúde e da educação. Para onde foi essa dinheirama toda? Grande parte para a propaganda enganosa.

Os artistas globais estão em festa com Aécio e Anastasia, porque nunca receberam tanto dinheiro para fazer propaganda e mentir para o povo mineiro. Pelo que passa na televisão, parece que estamos vivendo em um paraíso. Se você sintonizar a Rede Globo ou uma rádio ou qualquer emissora de TV, verá que, de cada 10 propagandas, 5 são do governo de Minas. Os artistas globais estão vendendo a mentira, porque a saúde está sucateada no Estado, a educação nem se fala. Falta até merenda, como ocorreu esses dias na Escola Normal, a maior escola de Montes Claros; como aconteceu com o Conservatório Lorenzo Fernandez, de Montes Claros, onde 60% dos servidores da limpeza foram cortados, fato que deixou a escola em situação caótica.

Deputado Pompílio Canavez, acima de tudo, baixaram a censura e a ditadura em Minas Gerais, ensinamentos que Aécio Neves e sua equipe tiveram na ditadura militar. Esse regime consegue ser pior do que a ditadura militar. Demitiram a diretora da Escola Lourenço Fernandes por ter dado uma entrevista na imprensa local, relatando as dificuldades do “choque de enganação”, que cortou 70% dos servidores da escola. Ela pagou com o seu cargo. Esse é o modelo que vem sucateando Minas Gerais há 12 anos.

Houve o “choque de enganação”. Eles disseram que herdaram um estado endividado, pois Itamar Franco entregou o governo com R\$13.000.000.000,00 de dívida, mas deixaram o Estado com quase R\$100.000.000.000,00 de endividamento. O pouco que fez foi com o endividamento do Estado. Aqui não se faz nada, nem estrada, nem escola, nem obra sem o dinheiro dos bancos internacionais. Isso virou uma bola de neve. Hoje Minas Gerais é o que era o Brasil há 12 anos, quando Lula assumiu. Nosso país vivia com o pires nas mãos, recorrendo ao FMI para tudo. Em 12 anos, pagamos a dívida externa, e o Brasil tem a maior reserva cambial do mundo, ou seja, R\$380.000.000.000,00. Ele deveria aprender com o torneiro mecânico Lula como se trata a economia. O “choque de enganação” quebrou Minas Gerais, sucateou a educação e está acabando com a saúde. Se fôssemos falar sobre segurança pública, ficaríamos aqui o dia inteiro, pois sucatearam esse setor. O medo e a insegurança tomaram conta de todas as cidades, e não apenas da região metropolitana. A insegurança atinge as pequenas cidades, distritos, reservas indígenas, quilombos e todo lugar. As drogas tomaram conta de Minas Gerais, pois aqui não se investe nada em segurança pública, somente nas propagandas da Rede Globo, do SBT, da Bandeirantes e de tantas outras emissoras. Para isso, não falta dinheiro. Se tem alguém satisfeito com Minas Gerais, esses são os artistas globais, que ganham uma dinheirama. Mas os professores, os policiais e os servidores da saúde, do Estado e da Emater estão comendo o pão que o Diabo amassou. Muito obrigado, Sr. presidente.

O presidente - Com a palavra, para encaminhar a votação, o deputado Pompílio Canavez.

O deputado Pompílio Canavez - Sr. presidente, Sras. deputadas, Srs. deputados e público que nos assiste pela TV Assembleia, também quero debater a aprovação dessas contas, baseando-me no próprio relatório dos técnicos do Tribunal de Contas, que apontaram várias incongruências e preocupações.



Finalmente, o Tribunal de Contas acabou aprovando as contas, apesar dos pareceres dos seus técnicos. É preciso esclarecer alguns itens, para que sejam apresentados ao povo que nos acompanha. Por exemplo, na avaliação do mérito e da constitucionalidade das contas do governador Aécio Neves, referentes ao exercício de 2009, os técnicos do Tribunal de Contas observaram que todas as empresas da Cemig, como a Cemig Geração e Transmissão e Cemig Distribuição, deixaram de observar o disposto na legislação pertinente e gastaram bem mais do que estavam autorizadas, sem a autorização desta Casa e sem recursos no orçamento, que é a principal peça do governo, tanto federal, quanto estadual e municipal.

A Epamig gastou muito além do que estava autorizada, muito além do que podia pelo orçamento. Os técnicos do Tribunal de Contas do Estado observaram isso não só na Epamig, mas também na Gasmig. Foram gastos R\$6.961.000,00 além da previsão orçamentária, ou seja, muito acima do que autorizamos. É preciso ressaltar que os técnicos do Tribunal de Contas são competentes e nos remeteram as advertências. Apesar disso, o Tribunal de Contas acabou aprovando a conta do governo do Estado. Mas não é o mesmo procedimento que ele tem tido com as prefeituras. Eu, que fui prefeito durante dois mandatos na minha querida Alfenas, sei quanto o Tribunal de Contas é rigoroso em relação aos municípios. Todos os prefeitos sabem disso. Muitos deles passam muitas agruras, muitos apertos para poder ter as suas contas aprovadas.

Já foi bem relatado pelos deputados que me antecederam, os deputados Ulysses Gomes e Paulo Guedes, que os técnicos do Tribunal de Contas observaram e apontaram que todos os gastos com educação atingiram 20%, deixaram de ser investidos na educação os 5% constitucionais do orçamento. Daí, a dificuldade das escolas e das diretoras de darem conta de administrar as escolas.

Quem anda pelo Estado - todos aqui andamos muito - sabe que nas escolas de qualquer município faz muito falta o cumprimento do preceito constitucional de aplicar os 25% do orçamento na educação. Temos visto as diretoras tendo de fazer verdadeiras acrobacias e malabarismo para dar conta de cuidar da merenda, de cuidar da escola, porque não há recurso, porque não há o cumprimento do piso e nenhuma negociação com o sindicato da categoria da educação. Não é uma denúncia da oposição, mas o próprio Tribunal de Contas do Estado observa que o governo do Estado não cumpriu a Constituição, não aplicou os 25% obrigatórios na educação. Isso é muito grave, senhores. Ao aprovarmos as contas assim, qual o balizamento que daremos aos prefeitos? Que podem não cumprir a Constituição e não aplicar na educação o percentual devido? É importante ressaltar que a Constituição prevê no mínimo 25%. O Estado deveria aplicar mais de 25% do orçamento na educação. Todo o mundo é pródigo em dizer que educação é prioridade, ainda mais agora neste período, mas, na prática, não aplicam o que é devido.

O Tribunal de Contas também observou que o governo não aplicou o limite constitucional mínimo para a saúde - e todos os mineiros que estão nos acompanhando sabem a situação da saúde no Estado -, aplicou apenas 7,48%.

É lamentável que tenhamos de aprovar as contas do governador quando não foram respeitados esses dois itens essenciais, esses dois itens que são fundamentos de qualquer governo, ou seja, a aplicação de recursos na saúde e na educação. Isso é fundamental. Todos sabemos que, se não forem aplicados mais recursos na saúde, ela vai continuar nesse estado lamentável. Como membro da Comissão de Saúde da Assembleia Legislativa, posso dizer que recebemos todos os dias queixas, reclamações, pedidos, apelos de hospitais do Estado e das prefeituras, porque falta dinheiro, falta investimento. Em nosso entendimento, falta responsabilidade. O Tribunal de Contas está dizendo que não foi aplicado o limite constitucional na saúde nem na educação, dois princípios fundamentais de qualquer administração pública, especialmente num estado como o nosso, que precisa desses investimentos públicos, que precisa do mínimo constitucional. Nós da oposição estamos pedindo que o governo do Estado aplique esse mínimo. Interessante seria que aplicasse mais, como os prefeitos têm de fazer. Como o governo do Estado não aplica o mínimo na educação e na saúde, os prefeitos são obrigados a extrapolar seus pobres orçamentos e aplicar nas áreas em que o governo do Estado deixa de investir.

Por isso a nossa orientação é que rejeitemos as contas, para que, de forma pedagógica e didática, balizemos para o resto do Estado, mostremos aos prefeitos que o mínimo constitucional tem de ser aplicado na saúde e na educação. Seria necessário que os compromissos assumidos em campanhas do passado tivessem sido respeitados.

Daqui a pouco vai iniciar-se uma campanha política. É preciso prestar bastante atenção nisto: os que vão prometer agora não cumpriram as promessas que fizeram no passado, deixaram de aplicar na educação, deixaram de aplicar na saúde. Por isso, Sr. Presidente, a nossa orientação é que sejam rejeitadas as contas de 2009. Obrigado.

Prorrogação da Reunião

O presidente (deputado Dinis Pinheiro) - A presidência, nos termos do art. 21 do Regimento Interno, prorroga esta reunião até as 13h59min. Com a palavra, para encaminhar a votação, o deputado Rogério Correia.

O deputado Rogério Correia - Sr. Presidente, deputados e deputadas, vou informar alguns números para que o povo mineiro tome conhecimento e, a partir desses dados, faça um juízo de valor sobre a aprovação ou não das contas do ex-governador Aécio Neves de 2009. Tenho certeza de que, com esses dados, os mineiros e as mineiras vão dar razão ao Bloco Minas sem Censura, ao PT, ao PMDB e ao PRB, por votarem pela reprovação das contas do ex-governador Aécio Neves. São dados e números impressionantes. Em 2013, ano passado, houve um déficit orçamentário de R\$948.000.000,00. Isso está no *site* da Secretaria da Fazenda. Foi sendo, portanto, acumulado, durante todo o período de má gestão dos governos do PSDB, desde 2003, um tamanho absurdo orçamentário que nos levou, repito, em 2013, a um déficit orçamentário de R\$948.000.000,00, o que joga por terra toda a falácia, toda a mentira do déficit zero.

Outro dado importante para que mineiras, mineiros, brasileiras e brasileiros saibam do que acontece é que a dívida consolidada, até o final de 2013, em Minas Gerais, é de 79,7 bilhões, portanto quase 80 bilhões, transformando-se no 2º estado mais endividado do país. O crescimento dessa dívida de 2012 para 2013 foi de 13,1%, o que mostra nitidamente o descontrole do chamado choque de gestão. Além disso, o nosso estado tem o 22º pior PIB do Brasil. O PIB brasileiro, ano passado, cresceu 2,3% com a correção agora para 2,7%; em Minas, o crescimento foi apenas de 0,5%, sendo portanto o 22º pior PIB do Brasil. Em 10 anos, o Estado de Minas Gerais foi o que menos emprego gerou. A campanha do PT, que chama atenção para o que era o passado do desemprego, tem toda a razão de ser. Minas Gerais, onde o PSDB governa desde 2003, foi o pior estado no que se refere a geração de emprego do País. Temos uma capacidade de investimento igual a zero, ou seja, Minas não tem um centavo para investir em coisa alguma. Pior, ao analisar as



contas, descobrimos que, somando o que o Estado de Minas Gerais deixou de investir na saúde pública, chega-se a R\$8.000.000.000,00, sem considerar os juros sobre juros como bem disse o deputado Paulo Guedes. Ao mesmo tempo, deixamos de investir na saúde outros R\$8.000.000.000,00. O custeio e o investimento, que são constitucionais, não foram feitos em Minas Gerais na saúde e na educação, o que é elementar para que qualquer governo tenha continuidade. Passamos, portanto, a ter uma dívida de R\$16.000.000.000,00 com dois setores fundamentais, educação e saúde, que têm na Constituição a exigência de 25% e 12%, respectivamente, em investimentos. Aqui, não houve isso.

Minas é tetracampeã em desmatamento da Mata Atlântica, ofendendo o meio ambiente e as questões sociais. Esses são os dados de Minas. É preciso dizer que, em 2009, ano em que infelizmente as contas eram aprovadas na Assembleia Legislativa pela maioria governista, o governador Aécio Neves deixou de fazer investimento obrigatório de 1,29 bilhão na educação e de R\$836.252.000,00 na saúde pública e, portanto, não poderia ter as contas aceitas. Aliás, esse foi o parecer do Tribunal de Contas de Minas Gerais por meio dos técnicos que disseram “expurgando-se os valores registrados indevidamente, os gastos com a educação alcançariam 20,15%, portanto abaixo do mínimo constitucional determinado pelos estados.” Essa é a conclusão dos técnicos do TCE.

Dizem que, se não fossem computadas equivocadamente as despesas da saúde, o mínimo constitucional de 12% não seria cumprido, visto que o índice apurado perfaz apenas 7,48%.

Os mineiros, mineiras, brasileiros e brasileiras devem estar se perguntando: como foi possível o governo emplacar tamanha disparidade e consolidar o maldito choque de gestão e essa gestão temerária? Deputado Ulysses Gomes, como foi possível implantar essa cerca neoliberal em Minas Gerais? Foi possível, em especial, com o controle dos órgãos de controle. O governador Aécio e, posteriormente, o governador Anastasia controlaram com mãos de ferro o Tribunal de Contas. Apesar da análise técnica desse tribunal, os seus conselheiros, politicamente, aprovaram as contas e, mais do que isso, fizeram um termo de ajustamento de gestão dizendo que o governo não precisava cumprir a Constituição em Minas Gerais. E o Ministério Público se quedou, calado, diante da figura do “Dr. Aeceu”, hoje secretário de governo tucano. Ou seja, o chefe, o procurador-geral do Estado, a quem caberia fiscalizar a má aplicação dos recursos públicos, hoje é secretário de Governo. É a raposa tomando conta do galinheiro.

A Assembleia Legislativa tudo aprova silenciosamente. Tudo o que aqui vier será aprovado. Amém é dito ao governador do Estado. E o Tribunal de Justiça perdoa tudo o que os tucanos fazem de malfeito e de desrespeito à Constituição do Estado. Assim se construiu em Minas Gerais a unidade das elites, que o senador Aécio Neves, agora candidato à presidência da República, diz que representará. Prometeu a uma meia dúzia de seletas autoridades, banqueiros e grandes capitalistas em São Paulo, que será o melhor governo do Brasil para eles, pois tomará as medidas impopulares, se possível, no primeiro dia de governo. As medidas impopulares são as de acabar com os benefícios, as garantias e as conquistas dos trabalhadores durante todo esse período, como fez em Minas Gerais, deixando de investir o mínimo constitucional em saúde e educação. Esse é o nosso estado, assim funciona Minas Gerais, do ponto de vista da unidade das elites, que chamam de “aecismo”, mas é a unidade das elites contra o povo. Assim funciona Minas Gerais, o maldito choque de gestão e a balela do déficit zero.

Presidente, deputados, mineiros e mineiras, essas contas do governador serão aqui aprovadas, mas será um escárnio, porque tiramos da boca do Tribunal de Contas e dos seus técnicos o que queríamos saber: que não foi cumprido o mínimo constitucional da saúde e da educação. Imaginem se teria as suas contas aprovadas pelo Tribunal de Contas um prefeito de Minas que deixasse de aplicar 0,5% ou 0,1% em educação. Não, as contas seriam rejeitadas, e o Ministério Público cassaria esse prefeito, como os deputados da base do governo querem cassar a minha palavra. Aqui em Minas Gerais funciona assim, e é exatamente por isso que o maldito choque de gestão foi implementado, calando as vozes daqueles que não concordam com os absurdos feitos no Tribunal de Contas, na Assembleia Legislativa, no Ministério Público e na imprensa, que silenciosamente a tudo acoberta, com raras exceções.

Tudo que os tucanos fazem, inclusive o fato de não investirem o mínimo constitucional, não tem a menor repercussão nos jornais e na imprensa mineira. Assim funciona Minas: sob o tacão da fálência e da contradição dos números e da aprovação das contas. E são elas, sabemos, incorretas e ilegais.

Voto contra, Sr. Presidente, a aprovação dessas contas porque aqui vivemos o único caso em que se permite que a educação e a saúde não tenham garantido o seu mínimo constitucional. Muito obrigado.

O presidente - a presidência vai submeter a matéria a votação pelo processo nominal, de conformidade com o parágrafo único do art. 55, combinado com o art. 63, da Constituição do Estado. A fim de proceder a votação pelo processo eletrônico, a presidência solicita às deputadas e aos deputados que ainda não registraram sua presença no painel que façam o registro biométrico no terminal e, em seguida, registrem seu voto. Em votação, o projeto.

- Registram “sim”:

Agostinho Patrus Filho - Alencar da Silveira Jr. - Arlen Santiago - Bonifácio Mourão - Bosco - Carlos Mosconi - Cássio Soares - Celinho do Sinttrocel - Célio Moreira - Dalmo Ribeiro Silva - Deiró Marra - Dilzon Melo - Doutor Wilson Batista - Duílio de Castro - Fred Costa - Gil Pereira - Gustavo Corrêa - Ivair Nogueira - Jayro Lessa - João Leite - João Vítor Xavier - Lafayette de Andrada - Leonardo Moreira - Liza Prado - Luiz Humberto Carneiro - Luzia Ferreira - Mário Henrique Caixa - Neider Moreira - Pinduca Ferreira - Rômulo Viegas - Sargento Rodrigues - Sebastião Costa - Tiago Ulisses - Wander Borges - Zé Maia.

- Registram “não”:

André Quintão - Carlos Henrique - Elismar Prado - Maria Tereza Lara - Paulo Lamac - Pompílio Canavez - Rogério Correia - Ulysses Gomes.

O deputado Duarte Bechir - Sr. Presidente, meu voto é “sim”.

O deputado Gilberto Abramo - Meu voto é “não”, Presidente.

O presidente - Estão computados. Votaram “sim” 36 deputados. Votaram “não” 9 deputados, totalizando 45 votos. Está, portanto, aprovado, em turno único, o Projeto de Resolução nº 5.026/2010. À Comissão de Redação.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 3.924/2013, da deputada Liza Prado e do deputado Alencar da Silveira Jr., que assegura ao aluno matriculado na rede pública estadual de ensino o direito de não se submeter a exame de avaliação curricular nas situações



que menciona. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Educação opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 2, que apresenta, e pela rejeição do Substitutivo nº 1 da Comissão de Justiça. A presidência vai submeter a matéria a votação pelo processo nominal, de conformidade com o parágrafo único do art. 55, combinado com o art. 63, da Constituição do Estado. A fim de proceder a votação pelo processo eletrônico, a presidência solicita às deputadas e aos deputados que ainda não registraram sua presença no painel que façam o registro biométrico no terminal e, em seguida, registrem seu voto. Em votação, o Substitutivo nº 2.

- Registram “sim”:

Agostinho Patrus Filho - Alencar da Silveira Jr. - André Quintão - Arlen Santiago - Bonifácio Mourão - Bosco - Carlos Mosconi - Cássio Soares - Celinho do Sinttrocel - Célio Moreira - Dalmo Ribeiro Silva - Dilzon Melo - Doutor Wilson Batista - Duarte Bechir - Duílio de Castro - Elismar Prado - Fred Costa - Gil Pereira - Gilberto Abramo - Gustavo Corrêa - Ivair Nogueira - Jayro Lessa - João Vítor Xavier - Lafayette de Andrada - Leonardo Moreira - Liza Prado - Luiz Humberto Carneiro - Luzia Ferreira - Maria Tereza Lara - Mário Henrique Caixa - Neider Moreira - Paulo Lamac - Pinduca Ferreira - Pompílio Canavez - Rogério Correia - Rômulo Viegas - Sargento Rodrigues - Sebastião Costa - Tiago Ulysses - Ulysses Gomes - Wander Borges - Zé Maia.

O deputado João Leite - Meu voto é “sim”, Sr. Presidente.

O deputado Carlos Henrique - Meu voto é “sim”.

O presidente - Estão computados. Votaram “sim” 44 deputados. Não houve voto contrário. Está aprovado o Substitutivo nº 2. Com a aprovação do Substitutivo nº 2, fica prejudicado o Substitutivo nº 1. Está, portanto, aprovado, em 1º turno, o Projeto de Lei nº 3.924/2013 na forma do Substitutivo nº 2. À Comissão de Educação.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 4.738/2013, do governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a prestar contragarantia à União em operação de crédito com a agência oficial alemã Kreditanstalt für Wiederaufbau - KfW - e dá outras providências. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto. Com a palavra, para encaminhar a votação, o deputado André Quintão.

O deputado André Quintão* - Presidente, o Projeto de Lei nº 4.738 autoriza o Poder Executivo a prestar contragarantia à União em operação de crédito com a agência oficial alemã KfW. O objetivo é obter garantias na operação de crédito a ser celebrada entre a Copasa e a agência KfW até o valor equivalente a €\$30.000.000,00. A contragarantia compreenderá direitos e créditos relativos à contas ou parcelas da participação do Estado na arrecadação da União. Os recursos da operação de crédito serão aplicados em atividades e projetos para a atualização tecnológica de sistemas de tratamento de esgoto e do aproveitamento energético do biogás.

Nos projetos anteriores, o nosso Bloco Minas sem Censura manifestou-se de maneira mais geral sobre o posicionamento em relação a autorizações de empréstimo e, nesse caso, de garantia. Entendemos que o Estado atualmente se encontra em uma situação muito comprometida devido a dívidas já contraídas e alguns passivos perigosos, como, por exemplo, os impactos previdenciários da declaração de inconstitucionalidade da Lei nº 100, a questão do Funpemp, o próprio dispêndio com a dívida contraída junto à União e as novas dívidas contraídas nos últimos anos. Portanto, até por uma questão de coerência, votaremos contrariamente a esse projeto.

Queria aproveitar esses poucos minutos que temos para discutir esse projeto de empréstimo, para abordar um tema correlato a essa autorização requerida pelo governo. Trata-se do momento grave por que a subsidiária da Copasa, a Copanor, está passando.

Não sei se os deputados sabem, mas, desde o dia 26 de março, os funcionários da Copanor estão em greve. A Copanor é a subsidiária da Copasa responsável pelo atendimento dos Vales do Norte, Jequitinhonha, Mucuri e São Mateus. Pasmem, Srs. Deputados, 90% dos funcionários da Copanor recebem menos que R\$750,00. O auxílio-alimentação dos trabalhadores da Copasa em Belo Horizonte - objeto de sua conquista - é superior ao salário de 90% dos trabalhadores da Copanor.

Os trabalhadores da Copanor estão tendo de comprar luvas, material de trabalho, ferramentas para manutenção, material de reposição, porque a empresa está sem crédito na praça. Os comerciantes dos municípios atendidos pela Copanor fazem o seguinte: se for para a Copanor, não vendem; “se for para você, assine na caderneta, que resolvo o seu problema”. Estão tendo de pagar para trabalhar, deputada Maria Tereza. A proposta da Copanor sobre esse salário de pouco mais de R\$700,00 é um reajuste de 5,5%. Os trabalhadores estão reivindicando um piso de R\$1.100,00, auxílio-alimentação de R\$400,00 e condições de trabalho.

Quando foi retirada a responsabilidade da Copasa sobre os municípios do semiárido, denunciei desta tribuna que estavam acabando com o subsídio cruzado. A parte rentável da Copasa vai para quem? Para os acionistas. E a parte em que a Copasa teria de gastar mais, para levar tratamento, coleta de esgoto e sistemas mais complexos de água a localidades mais distantes, não pode ser misturada à dos acionistas, fica com a Copanor. Infelizmente, a Copasa não transfere recursos para a Copanor. Infelizmente, os contratos e programas com os municípios atendidos pela Copanor não estão sendo cumpridos. Municípios como Novo Oriente de Minas ficaram sem água. Não estou falando das comunidades com menos de 200 habitantes, porque essas a Copanor, por canetada, ao arripio da lei que aprovamos na Assembleia, deliberou que não vai atender.

Eu pediria à base do governo: queremos uma audiência com o governador do Estado para, além da questão dos impactos da Lei nº 100, dos projetos da área ambiental que queremos aprovar neste semestre, entre outras coisas, iniciar uma negociação sincera e fraterna com os funcionários da Copanor. E 90% deles estão recebendo menos de R\$750,00, além de uma alta rotatividade, ausência de condições de trabalho. A Copasa querendo empréstimo de €\$30.000.000,00 para atualização tecnológica, deputado Rogério, e os funcionários da Copanor tendo de comprar ferramenta de manutenção com recurso do próprio bolso - isso é um escracho, uma vergonha!

A Copasa deveria vir aqui explicar por que os funcionários da Copanor não têm recursos nem para comprar material de manutenção. Estamos falando de manutenção de bomba de poço artesiano. O deputado Lamac e o deputado Rogério solicitaram a realização da audiência, nós aprovamos ontem e queremos até uma análise melhor. Já que estamos falando em qualidade, tratamento e atualização tecnológica, queremos saber da qualidade da água que hoje é resultado da ação da Copanor. Uma vez eu até trouxe a água aqui, amarelinha. Muitos ficaram em dúvida se era água ou outra coisa. Era água da Copanor, com barro, com lodo, água que em Belo Horizonte o pessoal não deve dar nem para animal beber, porque pode passar mal.



Qual é a lógica nessas regiões, deputado Pompílio? O pessoal lá não tem água mesmo, qualquer coisa que servir está bom; qualquer coisa que pagar está bom; R\$700,00 está bom; quando der, consertamos a bomba.

Ontem fiquei sensibilizado com o depoimento dos trabalhadores da Copanor, porque o pessoal que anda naquelas estradas precárias está sujeito a acidentes e é cobrado pela população. A comissão especial da Assembleia, com a participação dos deputados da base do governo, visitou localidades em que as crianças acordam às 3 horas da manhã, montam no lombo do burro e vão buscar água, com garrafa *pet*, para tomar banho. Isso acontece em Minas Gerais; não estou falando de um país de quinto mundo nem de municípios mais pobres do Nordeste: estou falando de Minas Gerais. E vem a Copasa querer dinheiro, €\$30.000.000,00, para atualização tecnológica.

A Copasa tinha que dar as mãos para a Copanor. Antes de pensar em euros, tinha que pensar em água para o morador do Jequitinhonha, do Mucuri, do Norte, do São Mateus. Não é possível a Copanor apresentar uma proposta de 5,5%. Os funcionários estão em greve desde o dia 26 de março, mas dizem: “Deixa de greve, aquele pessoal já não está mesmo com água disponibilizada”. Não estou nem falando em coleta e tratamento de esgoto, que é luxo, pela visão da Copasa. Para o Jequitinhonha, isso é luxo, porque eles não têm nem água para beber. Mas temos que inverter essa lógica. O cidadão do Norte, do Jequitinhonha, do Mucuri, do São Mateus, do Rio Doce é o mesmo cidadão de Belo Horizonte, do Sul de Minas, da região Central. A Copasa deveria dar as mãos à Copanor, garantir-lhe recursos para, no mínimo, executar o seu contrato-programa, já assinado e aprovado pelas câmaras municipais. Mas, nem isso a Copanor está realizando.

Vamos votar contra esse projeto. Se esse empréstimo fosse de €30.000.000,00 para a Copanor levar água a quem está passando sede, eu não só votaria a favor como o defenderia, mesmo com o risco dos empréstimos para o Estado. Mas um pedido genérico de €30.000.000,00 para atualização tecnológica, enquanto servidor da Copanor tem que comprar material de manutenção com dinheiro do próprio bolso, é uma incoerência. Voto contrário a esse projeto, que é a posição do Bloco Minas sem Censura. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O presidente - Com a palavra, para encaminhar a votação, o deputado Rogério Correia.

O deputado Rogério Correia - Sr. Presidente, serei breve.

O Fabrício Soares é um economista que diz que o governo de Minas tem algo que ele chama de contabilidade criativa. Já falei aqui sobre a criatividade criativa, que é aquela que diz que Minas tem déficit zero e choque de gestão. Ele chamou isso de contabilidade criativa. Estou fazendo propaganda do livro do Fabrício Soares sobre a contabilidade criativa. Mas o governo também tem criatividade para buscar empréstimos. O deputado André Quintão falou que o empréstimo era na agência oficial alemã Kreditanstalt für Wiederaufbau - KfW.

Deputado Celinho do Sinttrocel, o governo é criativo. Assim fica mais difícil para o criticarmos. O governo agora está pegando empréstimo em qual banco? O banco em que ele está pegando empréstimo, vou repetir, é o Kreditanstalt für Wiederaufbau. Chique demais. São R\$80.000.000,00 do Kreditanstalt für Wiederaufbau. Esse é o empréstimo que o governo está pegando lá. O governo está rapando o tacho. Aonde tiver empréstimo o governo vai. Eles não conseguem falar o nome do banco, mas pegam o empréstimo. Repito, são R\$80.000.000,00. Agora é para a Copasa, e pegam mais empréstimo também. Deixam para o próximo governo do jeito que estiver. Deus nos acuda! Pegam o empréstimo. Eles foram lá no Kreditanstalt für Wiederaufbau e pegaram R\$80.000.000,00. E assim vai o governo. Não importa de onde vem o dinheiro. O fundamental é rapar o tacho, acabar com o governo. Eles raparam o tacho do Funpemp, não foi, Elismar Prado? O Elismar não ficou contente com isso. Eles pegaram o dinheiro do fundo de aposentadoria do servidor e raparam o tacho. Tudo vai embora neste governo.

O próximo governador que assumir o governo não terá nada no caixa. Tudo será esvaziado. Acontecerá igual ao que aconteceu com o Lula quando pegou o Brasil. O Fernando Henrique tinha deixado a dívida com o FMI. Você se lembra dessa dívida, Ivair Nogueira? No Brasil, só se falava em FMI. Você se lembra, Celinho? Vinha o pessoal do FMI, com aquelas caras feias, e dizia: “Está devendo. Tem de pagar. Medida impopular. Tira dinheiro da previdência. Acaba com o 13º salário do trabalhador. Corta, corta”. O Fernando Henrique deixou o Brasil à mercê do Fundo Monetário Internacional. O Lula precisou de um governo inteiro para sanear as finanças, e as saneou.

O Lula não é fácil. Já no segundo governo do Lula, vieram os investimentos. Agora, o PSDB quer ganhar o governo no Brasil para voltar com o FMI. Dá dó do governador que vai assumir o governo aqui, pois vai ter de pagar para tudo quanto é banco. Já fica uma dívida com esse banco alemão, Kreditanstalt für Wiederaufbau, de R\$80.000.000,00. Infelizmente, esse é o quadro.

O deputado André Quintão tem toda razão. Se ao menos esse dinheiro fosse para colocar água limpa para o povo do Jequitinhonha e do Norte de Minas, mas não é. Provavelmente esse dinheiro é para ajudar alguma parceria público-privada do Rio Manso, que é outra forma de gastar dinheiro com empresário que já é rico, como foi o caso do Mineirão. A Minas Arena recebeu o Mineirão, e hoje ele é um negócio da China para os empresários. Eles têm a garantia de lucro. Fiquei sabendo, ao conversar com o Dr. Jarbas Lacerda, advogado especialista no assunto, que o recurso que se paga ao BNDES está sendo pago pelo governo do Estado no contrato feito com a Minas Arena. Estou até checando essa informação. O deputado Gustavo Corrêa está dizendo que não, mas o Dr. Jarbas disse que sim. Até na parte que foi feita com o empréstimo do BNDES o governo entrou na negociação do pagamento e já paga o lucro. Ano passado, só de lucro, foram R\$45.000.000,00, tirados da Cfem. A PPP do Rio Manso também é um negócio da China para as empresas.

Então, esse é o motivo de estarmos fazendo um encaminhamento contrário a esse projeto de lei. Fazemos mais uma denúncia desse empréstimo que está sendo feito agora. O empréstimo à Kreditanstalt für Wiederaufbau. Com isso, presidente, encaminho contrariamente à aprovação de mais um empréstimo do governo feito a esse banco alemão. Muito obrigado.

O presidente - A presidência vai submeter a matéria a votação pelo processo nominal, de conformidade com o parágrafo único do art. 55, combinado com o art. 63, da Constituição do Estado. A fim de proceder a votação pelo processo eletrônico, a presidência solicita às deputadas e aos deputados que ainda não registraram sua presença no painel que façam o registro biométrico no terminal e, em seguida, registrem seu voto. Em votação, o projeto.



- Registram “sim”:

Agostinho Patrus Filho - Alencar da Silveira Jr. - Arlen Santiago - Bonifácio Mourão - Bosco - Carlos Mosconi - Cássio Soares - Celinho do Sinttrocel - Dalmo Ribeiro Silva - Dilzon Melo - Doutor Wilson Batista - Duarte Bechir - Duílio de Castro - Fred Costa - Gil Pereira - Gustavo Corrêa - Ivair Nogueira - Lafayette de Andrada - Leonardo Moreira - Liza Prado - Luiz Humberto Carneiro - Luzia Ferreira - Mário Henrique Caixa - Pinduca Ferreira - Rômulo Viegas - Sargento Rodrigues - Sebastião Costa - Tiago Ulisses - Wander Borges - Zé Maia.

- Registram “não”:

André Quintão - Carlos Henrique - Elismar Prado - Maria Tereza Lara - Paulo Guedes - Paulo Lamac - Pompílio Canavez - Rogério Correia - Ulysses Gomes.

O presidente - Votaram “sim” 30 deputados. Votaram “não” 9 deputados, totalizando 39 votos. Está, portanto, aprovado, em 1º turno, o Projeto de Lei nº 4.738/2013. À Comissão de Fiscalização Financeira.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 4.552/2013, do deputado Alencar da Silveira Jr., que altera o art. 2º da Lei nº 6.074, de 17/4/1973, que altera o Decreto-Lei nº 1.627, de 12/1/1946. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto com a Emenda nº 1, que apresenta, ao vencido em 1º turno. Em discussão, o projeto. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão. A presidência vai submeter a matéria a votação pelo processo nominal, de conformidade com o parágrafo único do art. 55, combinado com o art. 63, da Constituição do Estado. A fim de proceder a votação pelo processo eletrônico, a presidência solicita às deputadas e aos deputados que ainda não registraram sua presença no painel que façam o registro biométrico no terminal e, em seguida, registrem seu voto. Em votação, o projeto, salvo emenda.

- Procede-se à votação por meio do painel eletrônico.

O presidente - Votaram apenas 33 deputados. Portanto, não há quórum para votação. A presidência torna a votação sem efeito e vai renová-la. Em votação, o projeto, salvo emenda.

- Procede-se à votação por meio do painel eletrônico.

O presidente - Votaram apenas 34 deputados. Portanto, não há quórum para votação, mas há para a discussão das demais matérias constantes na pauta. A presidência torna a votação sem efeito.

Questões de Ordem

O deputado Sargento Rodrigues - Presidente, há deputados no café, no Salão Vermelho, e gostaria de um tempo para chamá-los.

O deputado André Quintão - Pelo que me consta, a contagem de quórum deve ser feita dentro do Plenário. Os deputados que se encontram no café não são considerados presentes. Eles devem estar dentro do Plenário.

O presidente - Discussão, em 2º turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 59/2013, do governador do Estado, que altera o § 1º do art. 128 da Constituição do Estado. A Comissão Especial opina pela aprovação da proposta. Em discussão, a proposta. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão.

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei nº 5.078/2014, do governador do Estado, que autoriza a abertura de crédito suplementar ao Orçamento Fiscal do Estado em favor do Tribunal de Contas do Estado. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto e pela rejeição da Emenda nº 1. Vem à Mesa requerimento do deputado Sargento Rodrigues em que solicita o adiamento da discussão do Projeto de Lei nº 5.078/2014. Tendo em vista a inexistência de quórum para votação, a presidência declara prejudicado o requerimento.

Questão de Ordem

O deputado Paulo Guedes - Presidente, observando que não há quórum, solicito o encerramento de plano da reunião.

Encerramento

O presidente - A presidência verifica, de plano, a inexistência de quórum para a continuação dos trabalhos e encerra a reunião, desconvoando a extraordinária de hoje, às 20 horas, e convocando as deputadas e os deputados para a ordinária de logo mais, às 14 horas, com a ordem do dia já publicada. Levanta-se a reunião.

* - Sem revisão do orador.

ATA DA 1ª REUNIÃO ESPECIAL DA COMISSÃO ESPECIAL PARA EMITIR PARECER SOBRE A INDICAÇÃO DO NOME DE FRANCISCO ANTÔNIO TAVARES JÚNIOR PARA O CARGO DE PRESIDENTE DA FUNED, EM 19/3/2014

Às 10h15min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Pompílio Canavez, Doutor Wilson Batista e Carlos Mosconi (substituindo o deputado Luiz Henrique, por indicação da liderança do BTR), membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente *ad hoc*, deputado Pompílio Canavez, declara aberta a reunião e informa que não há ata a ser lida por se tratar da primeira reunião da comissão. A presidência informa que a reunião se destina a eleger o presidente e o vice-presidente. Registra-se a candidatura do deputado Doutor Wilson Batista para presidente e do deputado Pompílio Canavez para vice-presidente. Após votação realizada pelo processo nominal, foram eleitos, por unanimidade, o deputado Doutor Wilson Batista para presidente e o deputado Pompílio Canavez para vice-presidente. O presidente *ad hoc* proclama eleitos presidente e vice-presidente e declara empossado no cargo de presidente o deputado Doutor Wilson Batista, para quem passa a direção dos trabalhos. Ato contínuo, o presidente empossa o deputado Pompílio Canavez no cargo de vice-presidente e designa o deputado Luiz Henrique relator da indicação do nome de Francisco Antônio Tavares Júnior para o cargo de presidente da Fundação Ezequiel Dias. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da comissão para a próxima reunião extraordinária, conforme edital a ser publicado, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 14 de maio de 2014.

Doutor Wilson Batista, presidente - Pompílio Canavez - Cássio Soares.

**ATA DA 8ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 8/5/2014**

Às 13h45min, comparece na Câmara Municipal de Além Paraíba o deputado Bosco, membro da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Bosco, declara aberta a reunião e, nos termos do inciso III do art. 120 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata, considera-a aprovada e a subscreve. A presidência informa que a reunião se destina a debater o financiamento e as condições de funcionamento das Apaes na circunscrição do Conselho Regional Zona da Mata III, vinculado à Federação das Apaes-MG e a discutir e votar proposições da comissão. A presidência interrompe os trabalhos ordinários da reunião para ouvir a Sra. Livia Luz de Oliveira, conselheira regional das Apaes da Zona da Mata III e diretora pedagógica da Apae de Além Paraíba; e os Srs. Fernando Lúcio Ferreira Donzeles, prefeito municipal de Além Paraíba; Thiago Souza Sabino, presidente da Câmara Municipal de Além Paraíba; Carlos Eduardo Gomes Senra, diretor de Saúde da Apae de Além Paraíba; Fabrício José da Silva Faria, representante dos pais da Apae de Além Paraíba; e Carlos Henrique Lima Protta, representante dos alunos da Apae de Além Paraíba, que são convidados a tomar assento à mesa. A presidência tece suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. A presidência retoma os trabalhos ordinários da reunião. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 13 de maio de 2014.

Duarte Bechir, presidente - Elismar Prado.

ATA DA 14ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 13/5/2014

Às 9h8min, comparecem na Sala das Comissões os deputados João Leite, Sargento Rodrigues, Lafayette de Andrada e Leonardo Moreira, membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado João Leite, declara aberta a reunião, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a debater as medidas de segurança a serem adotadas por ocasião da Copa do Mundo no Estado. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições da comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os seguintes requerimentos:

nº 9.906/2014, do deputado Cabo Júlio, em que solicita seja encaminhado à Delegacia Regional da Polícia Civil de Pirapora pedido de providências para abertura urgente de inquérito policial com a finalidade de apurar denúncia do suposto desvio dos pranchões doados pela Ferrovia Centro-Atlântica ao Município de Buritizeiro para a manutenção da ponte que liga o município a Pirapora;

nº 9.907/2014, do deputado Cabo Júlio, em que solicita seja encaminhado à Controladoria Geral da União e ao Ministério Público Federal pedido de providências para a apuração das obras da creche do Bairro Bandeirantes, creche Vila Maria e Unidade Básica de Saúde do Bairro São Francisco, no Município de Buritizeiro, que estão inacabadas e abandonadas e que foram iniciadas com recursos da União, o que demonstra desperdício e desrespeito com o dinheiro público, além de servirem como local de permanência de marginais;

nº 9.908/2014, dos deputados João Leite, Cabo Júlio e Carlos Pimenta, em que solicitam seja encaminhado à Secretaria de Estado de Defesa Social, ao Comando-Geral da Polícia Militar e à Chefia da Polícia Civil pedido de providências para que seja ampliado o efetivo policial no Município de Buritizeiro;

nº 9.909/2014, dos deputados João Leite, Carlos Pimenta e Cabo Júlio, em que solicitam seja encaminhado ao Delegado de Polícia Civil em Buritizeiro pedido de informações sobre o resultado da investigação sobre os crimes praticados contra Antônio Carlos Soares Chaves, conhecido como Carlinhos Garapa, conforme depoimento do mesmo feito na 1ª Reunião Conjunta das Comissões de Segurança Pública e de Administração Pública, realizada em 12/5/2014, nos termos das notas taquigráficas;

nº 9.910/2014, dos deputados Cabo Júlio e João Leite, em que solicitam seja encaminhado à Prefeitura Municipal de Buritizeiro pedido de providências para realizar estudos visando a ampliação da Guarda Municipal;

nº 9.911/2014, dos deputados Cabo Júlio e João Leite, em que solicitam seja encaminhado à Polícia Rodoviária Federal pedido de providências para que seja reforçado o policiamento da malha rodoviária federal do Norte mineiro e Alto Médio São Francisco, sobretudo na BR- 040 e na BR- 365;

nº 9.912/2014, do deputado Cabo Júlio, em que solicita seja encaminhado à Ferrovia Centro Atlântica pedido de providências para realizar estudo objetivando a implantação de trem turístico entre os Municípios de Buritizeiro e Pirapora;

nº 9.913/2014, dos deputados Carlos Pimenta, João Leite e Cabo Júlio, em que solicitam seja encaminhado ao Ministério da Justiça e à Superintendência da Polícia Federal em Minas Gerais pedido de providências para a criação e instalação de um escritório da Polícia Federal na região de Pirapora e Buritizeiro, para coibir as ações de narcotraficantes que atuam livremente cooptando jovens para o tráfico;

nº 9.914/2014, dos deputados João Leite, Cabo Júlio e Carlos Pimenta, em que solicitam sejam encaminhados ao Ministério dos Transportes, ao Dnit, à Secretaria do Patrimônio Público da União, ao Iepha, à Ferrovia Centro-Atlântica e à Prefeitura Municipal de Buritizeiro as notas taquigráficas da 1ª Reunião Conjunta das Comissões de Segurança Pública e de Administração Pública e pedido de providências para que seja realizada a restauração completa e emergencial da Ponte Marechal Hermes, que liga Pirapora a Buritizeiro;

nº 9.915/2014, dos deputados João Leite, Cabo Júlio e Carlos Pimenta, em que solicitam sejam encaminhados à Promotoria Especializada de Defesa do Patrimônio Histórico, Cultural e Turístico de Minas Gerais as notas taquigráficas da 1ª Reunião Conjunta das Comissões de Segurança Pública e de Administração Pública e pedido de providências para priorizar a condução do Termo de



Ajustamento de Condutas no qual foram estabelecidos prazos e medidas para a recuperação da Ponte Marechal Hermes, entre Buritizeiro e Pirapora;

nº 9.916/2014, dos deputados João Leite, Cabo Júlio e Carlos Pimenta, em que solicitam seja encaminhado à Secretaria de Estado de Defesa Social e às Prefeituras Municipais de Pirapora e Buritizeiro pedido de providências para a criação de vagas de internação e de liberdade assistida destinadas ao atendimento de adolescentes autores de atos infracionais;

nº 9.917/2014, dos deputados João Leite, Cabo Júlio e Carlos Pimenta, em que solicitam seja encaminhado à Subsecretaria de Políticas sobre Drogas e às Prefeituras Municipais de Buritizeiro e Pirapora pedido de providências para a criação de vagas para o tratamento de dependentes químicos nesses municípios;

nº 9.918/2014, dos deputados João Leite, Lafayette de Andrada, Sargento Rodrigues e Leonardo Moreira, em que solicitam seja realizada reunião desta comissão para debater, em audiência pública, a criação de Juizados Especiais de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher em Minas Gerais;

nº 9.919/2014, do deputado Sargento Rodrigues, em que solicita seja encaminhado à Procuradoria Geral de Justiça pedido de providências para apuração de supostas irregularidades, a saber: aparelho celular que ingressa no sistema prisional teria o custo de R\$3.000,00, pagos a agentes públicos; agentes de segurança penitenciária contratados pelo Estado estariam utilizando arma de fogo sem o devido treinamento; a ocorrência de duas mortes de detentos no Ceresp Gameleira no mês de janeiro deste ano; e o cumprimento de norma da Secretaria da Administração Penitenciária que determina que todo presídio ou penitenciária deve ter um diretor de plantão nos finais de semana, o que não vem ocorrendo;

nº 9.920/2014, do deputado Sargento Rodrigues, em que solicita seja encaminhado à Subsecretaria de Administração Prisional do Estado de Minas Gerais pedido de providências para apuração de supostas irregularidades, a saber: aparelho celular que ingressa no sistema prisional teria o custo de R\$3.000,00, pagos a agentes públicos; agentes de segurança penitenciária contratados pelo Estado estariam utilizando arma de fogo sem o devido treinamento; a ocorrência de duas mortes de detentos no Ceresp Gameleira no mês de janeiro deste ano; e o cumprimento de norma da Secretaria da Administração Penitenciária que determina que todo presídio ou penitenciária deve ter um diretor de plantão nos finais de semana, o que não vem ocorrendo;

nº 9.921/2014, do deputado Sargento Rodrigues, em que solicita seja encaminhado ao Comando-Geral da PMMG pedido de providências para aumentar o efetivo policial, viaturas e equipamentos na 222ª Companhia, em Araçuaí; realizar convênios médico-odontológicos e reformar o quartel e casas da Fundação Tiradentes;

nº 9.922/2014, dos deputados João Leite e Lafayette de Andrada, em que solicitam seja encaminhado ao Delegado de Polícia Civil de Buritizeiro pedido de informações sobre o resultado das investigações do homicídio de Welson Bruno dos Santos Tameirão, conforme boletim de ocorrência anexo;

nº 9.923/2014, do deputado Sargento Rodrigues, em que solicita seja realizada visita desta comissão ao secretário de Estado de Defesa Social, com a presença do chefe da Polícia Civil e do comandante-geral da PMMG para debater questões relativas aos plantões regionalizados da Polícia Civil, tais como o deslocamento para ratificação de flagrantes; a ausência dos delegados de plantão; falha na comunicação do sistema virtual de plantão regionalizado; falta de despachos da autoridade policial causando insegurança jurídica no trabalho da PMMG; e a falta de infraestrutura para uso dos policiais militares; e requer ainda sejam visitadas as 18 Regiões Integradas de Segurança Pública para verificar a situação dos plantões regionalizados.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 13 de maio de 2014.

João Leite, presidente - Sargento Rodrigues - Lafayette de Andrada - Cabo Júlio.



EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Especial da Assembleia Legislativa

O presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, no uso da atribuição que lhe confere o art. 82, XVII, do Regimento Interno, convoca reunião especial da Assembleia para as 20 horas do dia 19 de maio de 2014, destinada à entrega do título de Cidadão Honorário do Estado de Minas Gerais ao Sr. Raffaele Peano.

Palácio da Inconfidência, 16 de maio de 2014.

Dinis Pinheiro, presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão de Transporte, Comunicação e Obras Públicas

Nos termos regimentais, convoco os deputados Celinho do Sinttrocel, Anselmo José Domingos, Gustavo Valadares e Paulo Guedes, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 19/5/2014, às 14 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de discutir e votar proposições da comissão.

Sala das Comissões, 16 de maio de 2014.

Adalclever Lopes, presidente.

**EDITAL DE CONVOCAÇÃO****Reunião Extraordinária da Comissão Especial para Emitir Parecer sobre a Indicação do Nome do Sr. Samir Carvalho Moysés para o Cargo de Diretor-Geral do Idene**

Nos termos regimentais, convoco os deputados Gil Pereira, Bonifácio Mourão, Carlos Pimenta e Paulo Guedes, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 20/5/2014, às 15 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de proceder à arguição pública do Sr. Samir Carvalho Moysés; de discutir e votar o Parecer sobre a Indicação nº 98/2014, do governador do Estado; e de discutir e votar proposições da comissão.

Sala das Comissões, 16 de maio de 2014.

Arlen Santiago, presidente.

**TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES****PARECER PARA TURNO ÚNICO DO PROJETO DE LEI Nº 3.478/2012****Comissão do Trabalho, da Previdência e da Ação Social****Relatório**

De autoria da deputada Liza Prado, o projeto de lei em epígrafe tem por objetivo declarar de utilidade pública a Associação Solidária Isabel Maria Werneck, com sede no Município de Belo Horizonte.

A Comissão de Constituição e Justiça examinou a matéria preliminarmente e concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade na forma apresentada.

Cabe agora a este órgão colegiado deliberar conclusivamente sobre a proposição, conforme preceitua o art. 103, I, "a", do Regimento Interno.

Fundamentação

O Projeto de Lei nº 3.478/2012 pretende declarar de utilidade pública a Associação Solidária Isabel Maria Werneck, com sede no Município de Belo Horizonte, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, de caráter beneficente, que tem como escopo a promoção de ações de desenvolvimento socioeconômico e educacional para crianças, adolescente e famílias.

Com esse propósito, a instituição promove assistência direta às crianças em situação de vulnerabilidade e risco social, proporcionando-lhes desenvolvimento físico, psicológico e emocional; e busca a proteção à família, à maternidade, à infância e à adolescência, por meio de atendimento social, cultural, educacional e da qualificação profissional em integração com órgãos competentes.

Tendo em vista o relevante trabalho desenvolvido pela referida associação com a comunidade, consideramos meritória a iniciativa de lhe outorgar o título de utilidade pública.

Conclusão

Pelo exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 3.478/2012, em turno único, na forma apresentada.

Sala das Comissões, 16 de maio de 2014.

Bosco, relator.

PARECER PARA TURNO ÚNICO DO PROJETO DE LEI Nº 4.418/2013**Comissão do Trabalho, da Previdência e da Ação Social****Relatório**

De autoria do deputado Leonídio Bouças, o projeto de lei em epígrafe tem por objetivo declarar de utilidade pública a Associação de Profissionais Aposentados de Santana da Vargem, com sede no Município de Santana da Vargem.

A Comissão de Constituição e Justiça examinou a matéria preliminarmente e concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade na forma apresentada.

Cabe agora a este órgão colegiado deliberar conclusivamente sobre a proposição, conforme preceitua o art. 103, I, "a", do Regimento Interno.

Fundamentação

O Projeto de Lei nº 4.418/2013 pretende declarar de utilidade pública a Associação de Profissionais Aposentados de Santana da Vargem, com sede no Município de Santana da Vargem, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, de caráter beneficente, que tem como escopo promover a união e a solidariedade entre os associados e sustentar e defender, perante os poderes públicos, os direitos, os interesses e as reivindicações dos aposentados.

Com esse propósito, a instituição promove pesquisas e estudos educacionais, culturais e de outras áreas, articula políticas que assegurem o pleno exercício dos direitos dos aposentados e realiza campanhas, programas, cursos e seminários de interesse da comunidade.

Tendo em vista o relevante trabalho desenvolvido pela referida associação na comunidade, consideramos meritória a iniciativa de lhe outorgar o título de utilidade pública.

Conclusão

Pelo exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 4.418/2013, em turno único, na forma apresentada.

Sala das Comissões, 16 de maio de 2014.

Bosco, relator.

PARECER PARA TURNO ÚNICO DO PROJETO DE LEI Nº 4.465/2013

Comissão do Trabalho, da Previdência e da Ação Social

Relatório

De autoria do deputado Duarte Bechir, o projeto de lei em epígrafe tem por objetivo declarar de utilidade pública a Associação dos Moradores da Comunidade de Três Cruzes, com sede no Município de Monte Sião.

A Comissão de Constituição e Justiça examinou a matéria preliminarmente e concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade com a Emenda nº 1, que apresentou.

Cabe agora a este órgão colegiado deliberar conclusivamente sobre a proposição, conforme preceitua o art. 103, I, "a", do Regimento Interno.

Fundamentação

O Projeto de Lei nº 4.465/2013 pretende declarar de utilidade pública a Associação dos Moradores da Comunidade de Três Cruzes, com sede no Município de Monte Sião, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, de caráter beneficente, que tem como escopo identificar as condições sociais, educacionais, sanitárias e assistenciais da comunidade, seus problemas, recursos e aspirações e promover projetos sociais que visem à melhoria da qualidade de vida de seus moradores.

Com esse propósito, a instituição representa e coordena a comunidade em suas reivindicações perante os poderes constituídos e promove e contribui para o desenvolvimento sustentável humano, cultural, social e econômico.

Cabe ressaltar que a Emenda nº 1, apresentada pela Comissão de Constituição e Justiça, tem como finalidade modificar a redação do art. 1º da proposição, a fim de adequar sua denominação ao consubstanciado em seu estatuto constitutivo.

Tendo em vista o relevante trabalho desenvolvido pela referida associação em prol dos moradores das comunidades que representa, consideramos meritória a iniciativa de lhe outorgar o título de utilidade pública.

Conclusão

Pelo exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 4.465/2013, em turno único, com a Emenda nº 1, apresentada pela Comissão de Constituição e Justiça.

Sala das Comissões, 16 de maio de 2014.

Bosco, relator.

PARECER PARA TURNO ÚNICO DO PROJETO DE LEI Nº 4.525/2013

Comissão do Trabalho, da Previdência e da Ação Social

Relatório

De autoria do deputado Dalmo Ribeiro Silva, o projeto de lei em epígrafe tem por objetivo declarar de utilidade pública a entidade Cáritas Arquidiocesana de Diamantina, com sede no Município de Diamantina.

A Comissão de Constituição e Justiça examinou a matéria preliminarmente e concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade na forma apresentada.

Cabe agora a este órgão colegiado deliberar conclusivamente sobre a proposição, conforme preceitua o art. 103, I, "a", do Regimento Interno.

Fundamentação

O Projeto de Lei nº 4.525/2013 pretende declarar de utilidade pública a entidade Cáritas Arquidiocesana de Diamantina, com sede no Município de Diamantina, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, de caráter beneficente, que tem como escopo promover e articular ações sociais e desenvolver iniciativas na área da educação de base e da promoção dos direitos humanos.

Com esse propósito, a instituição realiza estudos referentes à problemática social e educacional, buscando soluções pertinentes; estabelece parcerias que visem à geração de renda e ao combate do desemprego e da pobreza e incentiva a proteção ao meio ambiente, a valorização cultural e ações para a promoção da política habitacional.

Tendo em vista o relevante trabalho desenvolvido pela referida entidade com a comunidade de Diamantina, consideramos meritória a iniciativa de lhe outorgar o título de utilidade pública.

Conclusão

Pelo exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 4.525/2013, em turno único, na forma apresentada.

Sala das Comissões, 16 de maio de 2014.

Bosco, relator.

PARECER PARA TURNO ÚNICO DO PROJETO DE LEI Nº 4.815/2013

Comissão do Trabalho, da Previdência e da Ação Social

Relatório

De autoria do deputado Glaycon Franco, o projeto de lei em epígrafe tem por objetivo declarar de utilidade pública a Associação Os Padres do Trabalho, com sede no Município de Conselheiro Lafaiete.

A Comissão de Constituição e Justiça examinou a matéria preliminarmente e concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade na forma apresentada.

Cabe agora a este órgão colegiado deliberar conclusivamente sobre a proposição, conforme preceitua o art. 103, I, "a", do Regimento Interno.

Fundamentação

O Projeto de Lei nº 4.815/2013 pretende declarar de utilidade pública a Associação Os Padres do Trabalho, com sede no Município de Conselheiro Lafaiete, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, de caráter beneficente, que tem como escopo promover o desenvolvimento cultural e profissional visando à integração de seus beneficiários no mercado de trabalho.

Com esse propósito, a instituição busca a criação e a manutenção de cursos profissionalizantes, obras recreativas e sociedades cooperativas a fim de proporcionar melhoria de vida para seus beneficiários, além de combater a fome e a pobreza.

Tendo em vista o relevante trabalho desenvolvido pela associação com a comunidade de Conselheiro Lafaiete, consideramos meritória a iniciativa de lhe outorgar o título de utilidade pública.

Conclusão

Pelo exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 4.815/2013, em turno único, na forma apresentada.

Sala das Comissões, 16 de maio de 2014.

Bosco, relator.

PARECER PARA TURNO ÚNICO DO PROJETO DE LEI Nº 5.020/2014

Comissão do Trabalho, da Previdência e da Ação Social

Relatório

De autoria da deputada Liza Prado, o projeto de lei em epígrafe tem por objetivo declarar de utilidade pública a Associação Bibliotecária Comunitária e Desportiva Reciclando com Cultura, com sede no Município de Itaúna.

A Comissão de Constituição e Justiça examinou a matéria preliminarmente e concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade na forma apresentada.

Cabe agora a este órgão colegiado deliberar conclusivamente sobre a proposição, conforme preceitua o art. 103, I, "a", do Regimento Interno.

Fundamentação

O Projeto de Lei nº 5.020/2014 pretende declarar de utilidade pública a Associação Bibliotecária Comunitária e Desportiva Reciclando com Cultura, com sede no Município de Itaúna, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, de caráter beneficente, que tem como escopo criar, desenvolver e apoiar projetos nas áreas de incentivo à leitura e ao aprendizado.

Com esse propósito, a instituição promove cursos, palestras e fóruns que visam ao desenvolvimento social, esportivo, cultural e ecológico. Além disso, participa de convênios e parcerias com entidades congêneres ou órgãos públicos, atuando também nas áreas de saúde, esporte, cultura, meio ambiente e de combate e prevenção ao uso de drogas.

Tendo em vista o relevante trabalho social desenvolvido pela referida associação com a comunidade de Itaúna, consideramos meritória a iniciativa de lhe outorgar o título de utilidade pública.

Conclusão

Pelo exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 5.020/2014, em turno único, na forma apresentada.

Sala das Comissões, 16 de maio de 2014.

Bosco, relator.

PARECER PARA TURNO ÚNICO DO PROJETO DE LEI Nº 5.032/2014

Comissão do Trabalho, da Previdência e da Ação Social

Relatório

De autoria do deputado Tenente Lúcio, o projeto de lei em epígrafe tem por objetivo declarar de utilidade pública o Instituto Politriz, com sede no Município de Uberlândia.

A Comissão de Constituição e Justiça examinou a matéria preliminarmente e concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade com a Emenda nº 1, que apresentou.

Cabe agora a este órgão colegiado deliberar conclusivamente sobre a proposição, conforme preceitua o art. 103, I, "a", do Regimento Interno.

Fundamentação

O Projeto de Lei nº 5.032/2014 pretende declarar de utilidade pública o Instituto Politriz, com sede no Município de Uberlândia, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, de caráter beneficente, que tem como escopo o desenvolvimento de atividades de artes circenses, artes cênicas e dança de rua.

Com esse propósito, a instituição oferece serviço de radiofusão e televisão comunitária, serviços e criação de materiais videográficos e fonográficos, mantendo ainda escola de alfabetização e cursos profissionalizantes

Além disso, distribui alimentos, roupas, calçados e remédios a moradores de rua, fazendo seu encaminhamento a entidades dedicadas à reinserção social.

Cabe ressaltar que a Emenda nº 1, apresentada pela Comissão de Constituição e Justiça, tem como finalidade modificar a redação do art. 1º da proposição a fim de adequar o nome da entidade ao consubstanciado em seu estatuto constitutivo.

Tendo em vista o relevante trabalho social desenvolvido pelo Instituto Politriz em prol da comunidade de Uberlândia, consideramos meritória a iniciativa de lhe outorgar o título de utilidade pública.

Conclusão

Pelo exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 5.032/2014, em turno único, com a Emenda nº 1, apresentada pela Comissão de Constituição e Justiça.

Sala das Comissões, 16 de maio de 2014.

Bosco, relator.

PARECER PARA TURNO ÚNICO DO PROJETO DE LEI Nº 5.074/2014

Comissão do Trabalho, da Previdência e da Ação Social

Relatório

De autoria do deputado Duílio de Castro, o projeto de lei em epígrafe tem por objetivo declarar de utilidade pública a Associação Casa de Apoio da Divina Providência, com sede no Município de Almenara.

A Comissão de Constituição e Justiça examinou a matéria preliminarmente e concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade com a Emenda nº 1, que apresentou.

Cabe agora a este órgão colegiado deliberar conclusivamente sobre a proposição, conforme preceitua o art. 103, I, "a", do Regimento Interno.

Fundamentação

O Projeto de Lei nº 5.074/2014 pretende declarar de utilidade pública a Associação Casa de Apoio da Divina Providência, com sede no Município de Almenara, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, de caráter beneficente, que tem como escopo a proteção social de idosos, famílias, gestantes, da infância e da juventude por meio de acolhimento e ações integradas aos órgãos competentes.

Com esse propósito, a instituição busca combater a fome e a pobreza; integrar seus beneficiários no mercado de trabalho; proteger o meio ambiente; elaborar projetos sociais e firmar convênios com órgãos e outras entidades.

Cabe ressaltar que a Emenda nº 1, apresentada pela Comissão de Constituição e Justiça, tem como finalidade modificar a redação do art. 1º da proposição, a fim de adequar o nome da entidade ao consubstanciado em seu estatuto constitutivo.

Tendo em vista o relevante trabalho desenvolvido pela referida associação com a comunidade de Almenara, consideramos meritória a iniciativa de lhe outorgar o título de utilidade pública.

Conclusão

Pelo exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 5.074/2014, em turno único, com a Emenda nº 1, apresentada pela Comissão de Constituição e Justiça.

Sala das Comissões, 16 de maio de 2014.

Bosco, relator.

PARECER PARA TURNO ÚNICO DO PROJETO DE LEI Nº 5.082/2014

Comissão do Trabalho, da Previdência e da Ação Social

Relatório

De autoria do deputado João Vítor Xavier, o projeto de lei em epígrafe tem por objetivo declarar de utilidade pública a Associação Lucas Magalhães Karam, com sede no Município de Belo Horizonte.

A Comissão de Constituição e Justiça examinou a matéria preliminarmente e concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade na forma apresentada.

Cabe agora a este órgão colegiado deliberar conclusivamente sobre a proposição, conforme preceitua o art. 103, I, "a", do Regimento Interno.

Fundamentação

O Projeto de Lei nº 5.082/2014 pretende declarar de utilidade pública a Associação Lucas Magalhães Karam, com sede no Município de Belo Horizonte, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, de caráter beneficente, que tem como escopo o acolhimento de crianças de até 6 anos em situação de risco.

Com esse propósito, a instituição executa projetos, programas ou planos de ações; celebra convênios, contratos ou outros instrumentos jurídicos; e promove doação de recursos físicos, humanos ou financeiros.

Tendo em vista o relevante trabalho desenvolvido pela referida associação em defesa de crianças em situação de risco, consideramos meritória a iniciativa de lhe outorgar o título de utilidade pública.

Conclusão

Pelo exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 5.082/2014, em turno único, na forma apresentada.

Sala das Comissões, 16 de maio de 2014.

Bosco, relator.

PARECER PARA TURNO ÚNICO DO PROJETO DE LEI Nº 5.088/2014

Comissão do Trabalho, da Previdência e da Ação Social

Relatório

De autoria do deputado Fabiano Tolentino, o projeto de lei em epígrafe tem por objetivo declarar de utilidade pública a Associação Beneficente São Francisco de Assis de Medeiros, com sede no Município de Medeiros.

A Comissão de Constituição e Justiça examinou a matéria preliminarmente e concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade na forma apresentada.

Cabe agora a este órgão colegiado deliberar conclusivamente sobre a proposição, conforme preceitua o art. 103, I, "a", do Regimento Interno.



Fundamentação

O Projeto de Lei nº 5.088/2014 pretende declarar de utilidade pública a Associação Beneficente São Francisco de Assis de Medeiros, com sede no Município de Medeiros, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, de caráter beneficente, que tem como escopo a integração de todas as pessoas da comunidade que tenham necessidade de apoio.

Com esse propósito, a instituição busca defender os cidadãos, associados e conveniados; garantir a participação daqueles que não possuem casa, ou que tenham condições precárias de habitabilidade, nos programas de política habitacional; contribuir para o aperfeiçoamento profissional nas áreas de jornalismo e radialismo; e estimular o lazer, a cultura e o bom convívio social.

Tendo em vista o relevante trabalho desenvolvido pela referida associação com a comunidade de Medeiros, consideramos meritória a iniciativa de lhe outorgar o título de utilidade pública.

Conclusão

Pelo exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 5.088/2014, em turno único, na forma apresentada.

Sala das Comissões, 16 de maio de 2014.

Bosco, relator.

PARECER PARA TURNO ÚNICO DO PROJETO DE LEI Nº 5.089/2014

Comissão do Trabalho, da Previdência e da Ação Social

Relatório

De autoria do deputado Tadeu Martins Leite, o projeto de lei em epígrafe tem por objetivo declarar de utilidade pública a Associação Beneficente Pró-Melhoramentos do Bairro Icaivera, com sede no Município de Contagem.

A Comissão de Constituição e Justiça examinou a matéria preliminarmente e concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade na forma apresentada.

Cabe agora a este órgão colegiado deliberar conclusivamente sobre a proposição, conforme preceitua o art. 103, I, "a", do Regimento Interno.

Fundamentação

O Projeto de Lei nº 5.089/2014 pretende declarar de utilidade pública a Associação Beneficente Pró-Melhoramentos do Bairro Icaivera, com sede no Município de Contagem, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, de caráter beneficente, que tem como escopo trabalhar pelo bem-estar social e cultural dos moradores, assim como pelo desenvolvimento da infraestrutura do bairro em que atua.

Com esse propósito, a instituição busca proporcionar melhores condições de vida à comunidade a partir da colaboração com outras entidades e com a população em geral.

Tendo em vista o relevante trabalho desenvolvido pela referida associação com a comunidade do Bairro Icaivera, do Município de Contagem, consideramos meritória a iniciativa de lhe outorgar o título de utilidade pública.

Conclusão

Pelo exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 5.089/2014, em turno único, na forma apresentada.

Sala das Comissões, 16 de maio de 2014.

Bosco, relator.



MANIFESTAÇÕES

MANIFESTAÇÕES

A Assembleia Legislativa aprovou, nos termos do art. 103, III, "b" a "d", do Regimento Interno, as seguintes manifestações:

de congratulações com o Conselho Municipal da Pessoa com Deficiência, a Associação de Surdos, a Apae, a Associação Valadarense de Assistência e Defesa dos Direitos do Excepcional, a Associação dos Deficientes Visuais e Amigos e o Centro Municipal de Referência em Educação Especial Inclusiva, todos de Governador Valadares, pela produção do calendário de 2014 com fotografias de pessoas com deficiência (Requerimento nº 7.431/2014, da deputada Liza Prado);

de aplauso às jornalistas Ana Paula Pedrosa e Queila Ariadne e à fotógrafa Mariela Guimarães pela qualidade da reportagem especial "Um mineroduto que passou em minha vida", publicada no jornal *O Tempo*, que retrata os problemas causados pelo projeto Minas-Rio e a insatisfação dos atingidos (Requerimento nº 7.510/2014, do deputado Rogério Correia);

de congratulações com a empresa Transpes - Potência Logística pelos 48 anos de sua fundação e por ter sido objeto de reportagem especial na edição americana da revista *Forbes* (Requerimento nº 7.570/2014, do deputado Jayro Lessa);

de aplauso à Samarco Mineradora pela inauguração da quarta unidade de pelotização (Requerimento nº 7.581/2014, do deputado Sávio Souza Cruz);

de congratulações com a comunidade de São Vicente de Minas pelo aniversário desse município (Requerimento nº 7.608/2014, do deputado Ivair Nogueira);

de congratulações com a comunidade de Juatuba pelo aniversário desse município (Requerimento nº 7.609/2014, do deputado Ivair Nogueira);

de congratulações com a comunidade de Itambacuri pelo aniversário desse município (Requerimento nº 7.610/2014, do deputado Ivair Nogueira);



de congratulações com a comunidade de Carvalhópolis pelo aniversário desse município (Requerimento nº 7.611/2014, do deputado Ivair Nogueira);

de congratulações com o Sr. Emílio César Ribeiro Parolini por sua posse no cargo de presidente da Federação das Associações Comerciais e Empresariais do Estado de Minas Gerais (Requerimento nº 7.646/2014, do deputado Ivair Nogueira);

de congratulações com o Sr. Olavo Machado Júnior, presidente da Federação das Indústrias de Minas Gerais, pelo transcurso do Dia da Indústria, comemorado em 25 de maio (Requerimento nº 7.652/2014, do deputado Duarte Bechir);

de congratulações com a comunidade de Pedralva pelos 132 anos desse município (Requerimento nº 7.720/2014, do deputado Fábio Cherem);

de congratulações com a comunidade de Cambuquira pelos 103 anos desse município (Requerimento nº 7.721/2014, do deputado Fábio Cherem);

de congratulações com a comunidade de Cristina pelos 240 anos desse município (Requerimento nº 7.722/2014, do deputado Fábio Cherem);

de aplauso à Sra. Irene Silva Oliveira por ser a primeira mulher nomeada para o cargo de delegada seccional do Conselho Regional de Contabilidade em Uberlândia (Requerimento nº 7.725/2014, da deputada Liza Prado);

de aplauso aos policiais militares que menciona, lotados na 201ª Cia. Tático Móvel, do 40º Batalhão de Polícia Militar, pela atuação na ocorrência, em 11/4/2014, em Ribeirão das Neves, que resultou na prisão de um suspeito e na apreensão de droga, balança de precisão e dinheiro (Requerimento nº 7.741/2014, do deputado Sargento Rodrigues);

de aplauso aos policiais militares que menciona, lotados na 203ª Cia. Tático Móvel, do 40º Batalhão de Polícia Militar, pela atuação na ocorrência, em 19/4/2014, em Ribeirão das Neves, que resultou na prisão de dois suspeitos de terem fabricado grande quantidade de munição (Requerimento nº 7.742/2014, do deputado Sargento Rodrigues);

de aplauso aos policiais militares que menciona pela atuação na ocorrência, em 16/4/2014, em Contagem, que resultou na prisão de dois suspeitos de atropelar uma mulher, roubar uma arma de um tenente da PMMG e baleiar um homem (Requerimento nº 7.743/2014, do deputado Sargento Rodrigues).

de aplauso aos policiais civis que menciona, lotados na 1ª Delegacia de Polícia Civil, pela atuação na ocorrência, em 16/4/2014, em Juatuba, que resultou em apreensão de droga e na prisão de oito suspeitos (Requerimento nº 7.744/2014, do deputado Sargento Rodrigues);

de aplauso à Associação Comercial, Industrial, de Serviços e Agronegócios de Formiga pelos 78 anos de sua fundação e por suas realizações em favor da classe empresarial (Requerimento nº 7.747/2014, do deputado Gustavo Valadares);

de congratulações com a Cervejaria Wäls por ter sido a primeira do País a ser premiada no festival World Beer Cup, nos Estados Unidos (Requerimento nº 7.748/2014, do deputado Gustavo Valadares);

de aplauso ao Hospital Bom Samaritano, de Governador Valadares, pelos 14 anos de sua fundação (Requerimento nº 7.756/2014, do deputado Jayro Lessa);

de apoio ao governador do Estado pela recondução do Sr. Rodrigo Xavier da Silva ao cargo de ouvidor de polícia do Estado (Requerimento nº 7.853/2014, da Comissão de Direitos Humanos).



PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÃO ANTERIOR

36ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA

Discursos Proferidos em 13/5/2014

O deputado Celinho do Sinttrocel* - Sr. Presidente, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, senhoras e senhores que nos acompanham das galerias, senhoras e senhores telespectadores que nos acompanham por toda Minas Gerais pela TV Assembleia, senhoras e senhores servidores e funcionários desta Casa, boa tarde.

Desde que assumi meu mandato, em 2011, por diversas vezes usei a tribuna desta Casa para tratar de um tema que atinge diretamente nosso estado, mas que é também um problema nacional: as precárias condições de tráfego, a violência descontrolada e a necessidade da requalificação da BR-381, em especial no trecho que liga Belo Horizonte a Governador Valadares.

Minas Gerais, em especial nós do Vale do Aço, vivemos ontem um momento especial e há muito tempo esperado por todos os mineiros: o ato formal de assinatura da ordem de serviço que inicia as obras de duplicação da BR-381.

Nós que vivemos e trabalhamos na região, ou aqueles que simplesmente fazem uso da Rodovia da Morte, sabemos do que estou falando: da importância de se colocar um fim no medo do trânsito intenso, do traçado sinuoso, perigoso e defasado há 30 anos e nas péssimas condições gerais e de rolagem da pista.

De BH a Valadares, em especial nos Vales do Aço e do Rio Doce, todos nós temos um parente, um amigo ou um conhecido que chora a morte de um familiar. Outros vivem as dificuldades daqueles que padecem de sequelas adquiridas em acidentes, que são quase 10 mil todos os anos.

Bem disse o amigo Diógenes da Costa: morrem ali os cautelosos e os imprudentes. Isso deixa claro que a responsabilidade por eles não pode ser debitada aos motoristas exclusivamente, como querem alguns desavisados ou alguns de má-fé. A responsabilidade é, e foi, fruto do descaso de anos e anos de governos consecutivos que viraram as costas para a infraestrutura da região, colocando em risco a população e as economias estadual e nacional.

Aproveito a oportunidade para lhes lembrar que, finalmente, os motoristas profissionais terão reduzida sua exposição ao risco iminente da profissão. Contudo, alerto-os para as recorrentes tentativas de se exporem a novos perigos os profissionais rodoviários,



como no caso das alterações propostas na Lei nº 12.619, a Lei do Descanso, que desregulamenta a jornada de trabalho desses profissionais.

Como diretor da Federação dos Trabalhadores Rodoviários de Minas Gerais, agradeço, em nome dos rodoviários, aos que batalharam pela duplicação. Agradeço também ao governo federal o início das obras. Depois de décadas e décadas de promessas vazias e expectativas frustradas, parece que desta vez é para valer. Como disse, ontem, finalmente, a presidenta Dilma assinou, em Ipatinga, a ordem de serviço para dar início à duplicação da Rodovia BR-381. Só nos primeiros 199km iniciais, o investimento será de R\$1.330.000.000,00. Ao todo, serão investidos R\$2.500.000.000,00 do orçamento geral da União, e requalificados 303km entre BH e Valadares. Esse investimento só é menor que aquele feito pelo ex-presidente Lula ao promover uma recuperação das pistas atuais, dando-lhes ampla pavimentação, quando o deputado federal Alexandre Silveira estava à frente do Dnit. Serão construídos cinco túneis, 34 pontes, 66 viadutos, 31 passarelas, 150 paradas de ônibus e 130km de defensas. Além da variante de Santa Bárbara, serão feitas novas pistas e restauração da atual. De acordo com a licitação, a conclusão das obras está prevista para daqui a três anos e dois meses. As construtoras já estão montando seus canteiros e mobilizando recursos, equipamentos e pessoal. As obras devem se iniciar ainda este mês. Serão criados cerca de 6 mil empregos diretos e indiretos e abertas novas oportunidades para as empresas locais, na hotelaria, no fornecimento de uniformes, nas refeições e nos equipamentos de segurança, por exemplo. A obra vai atrair outros investimentos. A estimativa da Fiemg é que, a cada R\$1,00 investido, sejam gerados outros R\$3,00 em novos negócios.

Espero que a longa novela da BR-381 tenha chegado ao fim e que tenhamos iniciado uma mudança na história da BR-381: que ela passe de rodovia da morte para rodovia da vida, do desenvolvimento econômico e social da região, de Minas Gerais e do Brasil.

Espero que a requalificação signifique a retomada do desenvolvimento para o Vale do Aço. Que coloquemos um fim nas justas manifestações de revolta contra os acidentes diários, como a que ocorreu ontem, por mais de 9 horas, na Baixada da Pimenta, em Nova Era.

Faço aqui um parêntese para tratar de outra estrada importantíssima para nós: a MG-760, que beneficia diretamente os moradores de Timóteo, São José do Goiabal, Dionísio e Marliéria, além dos impactos positivos para a Zona da Mata e, de tabela, para todos os mineiros. Em dezembro de 2013, três meses depois do então governador Antonio Anastasia emitir a ordem de serviço, a obra foi embargada por decisão judicial. O motivo alegado são questões ambientais não resolvidas. Destaco o papel do governo do Estado e do Ministério Público para colocar um fim no impasse, esforço que precisa se materializar na retomada urgente das obras da MG-760. Com o início das duas obras - BR-381 e MG-760 -, abriu-se para o Vale do Aço a possibilidade de um novo ciclo de desenvolvimento econômico e social. Porém, para que possamos reocupar com vigor nosso lugar no cenário do Estado e do País, é preciso uma conjunção de forças e a união de todos em torno de nossos objetivos comuns.

Nossos agradecimentos à presidenta Dilma por ter iniciado as obras da 381. Porém, ousado afirmar que essa obra não é de responsabilidade de ninguém. Em especial, é uma obra de todos nós para todos nós. Parabéns aos que se envolveram na luta antes de nós e aos que estão envolvidos hoje na duplicação da BR-381. Sem o esforço e a pressão conjunta de todos, da sociedade civil e da sociedade política, certamente essa obra não se iniciaria.

Convido todos a abandonar o pessimismo e a descrença, tão em moda nos dias de hoje, e acreditar que desta vez vamos terminar a BR-381 e a MG-760. Acredito na força do movimento popular, dos deputados, dos prefeitos, dos vereadores e do povo organizado. Por isso não podemos nos desmobilizar, afinal muitas obras são iniciadas e não concluídas. Por isso convido todos a manter a nossa mobilização para seguirmos de perto os trabalhos de requalificação e pavimentação das duas estradas da região; proponho a criação de uma comissão de acompanhamento a ser composta por parlamentares, prefeitos e representantes da sociedade civil. Sua tarefa será acompanhar, fiscalizar e dar publicidade ao andamento das obras e exigir o cumprimento rigoroso dos cronogramas tanto pelo DNIT - no caso da BR-381 - como pelo DER - na MG-760.

Por fim, mais uma vez agradecemos à presidenta Dilma e a todos os que se envolveram nessa dura e longa batalha. Creio que podemos dedicar a vitória alcançada aos familiares e às vítimas que, mesmo diante de grandes tragédias, souberam alimentar nossos esforços cotidianos. Um abraço e muito obrigado a todos.

O deputado Rogério Correia (em aparte) - Deputado Celinho do Sinttrocel, quero parabenizá-lo, pois sei o trabalho que V. Exa. teve, junto com tantos outros deputados, em favor da duplicação da BR-381. Ontem foi um dia de festa no Vale do Aço e em toda Minas Gerais. O povo mineiro sabia que podia confiar na presidenta Dilma e que ela, prometendo essa duplicação, a faria. Com todos os empecilhos e burocracia, a presidenta foi atrás de cada um desses empecilhos para garantir a assinatura da ordem de serviço e iniciar as obras. Uma obra, como ela disse lá, necessária à vida, necessária não só às coisas, mas, principalmente, às pessoas.

E foi esse lado humano da presidenta Dilma que fez com que ela não desistisse, apesar de todos os problemas que advêm de uma obra de tamanha envergadura. E, passando por cima desses problemas, viabilizou e assinou essa ordem de serviço. Inclusive, V. Exa. lembrou bem, passando por cima dos pessimistas, daqueles que torcem para tudo dar errado, dos que só anunciam coisas ruins, daqueles que torcem para o Brasil não avançar. A presidenta Dilma, ao contrário, sempre querendo que o nosso país vá à frente, fez com que o povo do Vale do Aço, o povo do Jequitinhonha e do Norte de Minas, enfim, todo o povo mineiro, acostumado à Rodovia da Morte, possa agora sonhar com a rodovia da vida, que certamente será uma das mais importantes obras feitas em Minas Gerais.

A presidenta anunciou ontem também o recurso do metrô já disponibilizado e o recurso do Anel Rodoviário. E agora fazemos um apelo ao governador Alberto Pinto Coelho para que não atrase os projetos que já estão inclusive com recursos financeiros garantidos, seja através da Metrominas, no caso do metrô, seja através do governo do Estado, no caso do Anel Rodoviário. A presidenta já anunciou esses recursos. Eles existem, mas é necessário que os projetos também evoluam em Minas Gerais, que o governo do Estado não atrase esses projetos, para que a presidenta possa em breve também assinar a ordem de serviço do magnífico projeto do PAC.

Parabéns ao povo do Vale do Aço, parabéns, deputado Celinho do Sinttrocel. E principalmente parabéns à nossa presidenta Dilma, aguerrida e destemida. Enquanto muitos falam de mau agouro, torcem para dar errado, a presidenta Dilma trabalha e continua trabalhando para Minas dar certo. Parabéns pelo dia de ontem, deputado.



O deputado Celinho do Sinttrocel* - Agradeço ao deputado Rogério Correia. Quero sim, deputado, confirmar que só quem vive o problema da BR-381, só quem usa aquela BR e vivencia tantas tragédias é que sabe o sofrimento do povo. Está de parabéns o povo de Minas, está de parabéns a presidenta, estão de parabéns todos que lutaram pela duplicação da BR-381. Foi dado o início da obra no dia de ontem.

O deputado Durval Ângelo* - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, Mesa diretora do Plenário, telespectadores, presentes às galerias, o que me traz aqui é uma denúncia, uma grave denúncia. Todos nós das esquerdas, não só em Minas, mas no Brasil, conhecemos a pessoa, a figura pública do Prof. Fernando Massote. O professor teve um papel importante na luta contra a ditadura militar e pelas liberdades democráticas no Brasil, conheceu o peso da repressão e manteve seus princípios, formando uma extensa geração de operadores do direito e de profissionais que hoje estão no mercado de trabalho. É conhecido por sua produção intelectual, é conhecido por sua postura íntegra, é conhecido por seu amor especialmente às causas públicas. O que me traz aqui é o fato de que o Prof. Massote tem lutado muito contra um absurdo que temos no Brasil, que é a privatização dos espaços públicos, através dos condomínios fechados, particularmente na região de Nova Lima. O professor, nessa luta, especialmente no Bairro Ouro Velho, em Nova Lima, tem sofrido retaliações de moradores e comerciantes que, diante da ineficiência do Estado na questão da segurança, querem, de alguma forma, cercar e privatizar seu espaço em nome de uma segurança familiar ou pessoal.

Em 2011, o Prof. Massote moveu uma ação contra seus vizinhos. E aconteceu um absurdo nessa ação: ele foi abandonado no processo, na audiência do Juizado Especial, pelo seu advogado. Conduzido à revelia, o Prof. Massote foi condenado no Juizado Especial. O mais estranho é que de vítima ele passou a ser réu; de vítima de agressões, inclusive física, de impropério, ele passou a réu. O Ministério Público, do qual esperávamos uma postura diferente, que desde a promulgação da Constituição, dia 5/10/1988, sempre foi visto como fiscal da lei e poderia estar atento à defesa desse espaço público, denuncia o Prof. Massote. Isso é um verdadeiro absurdo.

Aqui, sempre temos dito sobre essa estranha aliança do Ministério Público de Minas Gerais com o governo do Estado. Hoje, ele está se omitindo em muitos crimes que dizem respeito ao governo estadual, com complacência e conivência. Desta tribuna, já tive a oportunidade de denunciar, no passado, a preterição, por dois momentos, de Nedens Ulisses, para ser nomeado como procurador-geral do Ministério Público. Hoje, dentro de ar-condicionado, o Ministério Público é linha auxiliar do governo de Minas Gerais, que, ao invés de defender o espaço público e a comunidade, contribuiu ao denunciar o Prof. Massote no processo em curso.

Em novembro de 2013, ele foi condenado por desobediência, com a pena de detenção transformada em multa de dois salários mínimos da época. Sabemos que seria fácil pagar a multa, por ser um valor irrisório, mas, fiel ao seu ideal democrático de luta pelas liberdades democráticas, o Prof. Massote não concordou e está recorrendo da sentença. E nós, seus amigos, companheiros de caminhada e de jornada, estamos aqui para fazer a defesa desse professor.

No domingo, foi publicado no jornal *O Tempo*, jornal que tem apresentado uma postura independente e séria em Minas Gerais, muito coerente até nas críticas que faz a esse Poder Legislativo, um artigo: “Desagravo ao Prof. Massote - De vítima a réu”.

Antes de passar a palavra para ao Sargento Rodrigues, quero dizer que o caso expõe também a necessidade urgente de maior diálogo de nossas instituições com a sociedade, com aqueles que buscam a tutela do Estado, para lutar contra a opressão do mercado. Somente assim poderemos nos orgulhar de ter construído, de fato, uma sociedade democrática de direito. Antes de dizer das medidas que nós, amigos e companheiros do Prof. Massote, estamos tomando, passo a palavra ao advogado, sargento da Polícia Militar e, aqui, exercendo hoje, de forma muito brilhante, seu mandato como deputado estadual, Sargento Rodrigues.

O deputado Sargento Rodrigues (em aparte) - Cumprimento V. Exa. e quero ressaltar a importância do tema que traz a esta tribuna, envolvendo a pessoa do Prof. Fernando Massote.

Ainda, deputado Durval Ângelo, tratando da pessoa do Prof. Fernando Massote, quero clarear para algumas pessoas que estão nos assistindo o trabalho que ele tem desenvolvido, especialmente no meio acadêmico, um trabalho belíssimo e reconhecido por todos nós.

Queria adentrar exatamente no cerne da questão que V. Exa. abordou aqui, que diz respeito à privatização de ruas, de praças e avenidas, como as pessoas têm feito nos chamados condomínios. Deputado Ivair Nogueira, a prefeitura vai lá, asfalta, põe iluminação pública, rede de esgoto, enfim, faz toda a infraestrutura. Depois, um determinado cidadão se junta com outros cidadãos que estão residindo naquela localidade, naquele condomínio e resolvem colocar uma cancela, fechando a via pública. O Prof. Fernando Massote está coberto de razão. O direito de ir e vir das pessoas está sendo afetado ali de forma grave. O município tem um código de postura que precisa ser aplicado. Por outro lado, o Poder Judiciário não pode se calar diante de um tema tão aviltante - as pessoas, de forma particular, privatizarem aquilo que o poder público fez para a coletividade, o direito de ir e vir e vários outros, deputado Durval Ângelo, que as pessoas cerceiam em termos de erro e até de crime contra a própria administração pública.

Portanto, cumprimento V. Exa. pela sua lucidez. Estamos preparando, deputado Durval Ângelo, um requerimento. Se V. Exa. não teve a iniciativa ainda, façamos, conjuntamente, um requerimento para que possamos fazer um debate na Comissão de Direitos Humanos para ouvir o Prof. Massote. Deixo essa sugestão a V. Exa., que é presidente da Comissão de Direitos Humanos, que tem por dever regimental, constitucional a defesa dos interesses coletivos e individuais. Quando o Prof. Massote luta por esses direitos numa trincheira sozinho, na verdade, está defendendo o direito de toda a coletividade em relação a esse tema tão complexo e tão absurdo, que é privatização de áreas públicas e vias públicas.

O deputado Durval Ângelo* - Eu assino, sim, com V. Exa. Gostaria de fazer-lhe um convite, deputado, para assinar conosco um manifesto, que passo a ler. (- Lê:): “Nota em defesa da democracia. Nós, amigos e admiradores do Prof. Fernando Massote, queremos manifestar a nossa solidariedade ao seu pensamento e à sua atuação em defesa das causas públicas e, inclusive, contra a privatização dos espaços públicos. Militante das liberdades democráticas e dos segmentos sociais desfavorecidos há 55 anos, o cientista social, político e professor universitário Fernando Massote é um exemplo de vida e luta para os movimentos sociais do País. Em 2011, após sofrer várias agressões por parte de setores que defendem a privatização de ruas e bairros da Região Metropolitana de Belo Horizonte, o respeitado Prof. Fernando Massote, ao recorrer ao Poder Judiciário buscando o exercício de seus direitos constitucionais, foi



arbitrariamente processado por, supostamente, desobedecer a uma ordem judicial. Como se não bastasse, foi algemado em plena audiência e conduzido para a delegacia, em clara violação aos direitos e garantias fundamentais.”

Em que país estamos? Que juiz foi esse que cometeu essa arbitrariedade?

Registramos, aqui, à esquerda, a presença do Prof. Fernando Massote, tão bem destacado na intervenção do deputado Sargento Rodrigues.

Continua a nota: (- Lê:)-“Caracterizou-se, portanto, o grave abuso de autoridade sofrido pelo professor, pois, nesses casos, conforme as leis brasileiras, não é cabível a prisão em flagrante. Aliás, é surpreendente, até o presente momento, a omissão do Ministério Público Estadual de injustiça quanto à apuração do crime de abuso de autoridade, mesmo já solicitada a sua manifestação. Condenar arbitrariamente uma pessoa que dedica toda a sua vida pública à defesa da democracia, das liberdades públicas e da igualdade social, mais do que injustiça, é uma demonstração de ausência de diálogo entre as instituições públicas e os milhares de atores sociais comprometidos com o exercício da cidadania. Esperamos, portanto, a imediata correção dessa gravíssima injustiça, em observância à ordem jurídica do Estado Democrático de Direito. Belo Horizonte, 5 de maio de 2013”.

Vamos pedir posteriormente aos deputados, Prof. Fernando Massote, que assinem essa nota como um desagravo pela condenação sofrida pelo senhor. Esperamos que o STJ e o Supremo corrijam esse absurdo. Como pode um cidadão, ao defender a lei num espaço público, ao litigar de forma democrática, ser agredido dentro do fórum por um juiz de direito e ser preso em flagrante? Isso é um absurdo. Isso é a ditadura da toga diante da omissão, cúmplice cada vez maior do Ministério Público de Minas Gerais. Quero hipotecar nosso apoio e solidariedade.

Gostaria de fazer um registro neste final. Ontem estive em Ipatinga, na assinatura da ordem de serviço, que já começou em cinco trechos da BR-381. Estive lá com a presidenta Dilma e com o ex-ministro Fernando Pimentel. Outros estiveram no poder, mas nenhum projeto para a BR-381 fizeram. Foi preciso que uma mulher das Minas Gerais, uma mulher das Alterosas fizesse o projeto da duplicação da BR-381. Lamentavelmente, um número pequeno de militantes distribuía nota pela juventude do PSDB e faziam protesto. A grande dúvida: por que não duplicaram essa BR nos oito anos em que estiveram no poder? Por que agora estão criticando a presidenta, se ela está fazendo algo para o bem de Minas Gerais? Parabéns, presidenta Dilma e ex-ministro Fernando Pimentel, que a acompanhou, pois essa obra marcará a história de Minas. Como V. Exa. afirmou, que a rodovia da morte se torne a rodovia da vida, do desenvolvimento e da integração de Minas Gerais com o Nordeste brasileiro. Muito obrigado.

O presidente (deputado Ivair Nogueira) - Com a palavra o deputado Adalclever Lopes. Na sua ausência, com a palavra o deputado Carlos Henrique.

O deputado Carlos Henrique* - Sr. Presidente, deputados e deputadas, amigos e amigas da TV Assembleia que acompanham os trabalhos desta tarde, ontem estivemos acompanhando, na cidade de Ipatinga, a assinatura do convênio das obras da BR-381. Naturalmente, não poderíamos deixar de vir manifestar nossa alegria. São 30 anos de espera. Após três anos de governo Dilma, ela teve a coragem, ela teve a ousadia e a percepção de entender que essa era a obra de maior reivindicação dos mineiros. Os motivos são diversos: primeiramente, as muitas pessoas e famílias que foram vitimadas ao longo dessa história horrenda e horripilante, que, em diversas ocasiões, entristeceu a muitos de nós.

Essa história deixou muitos traumas, pois muitas pessoas foram retiradas da nossa convivência de forma prematura. Mas, entre as pessoas que lá estavam, um padre, que falou pelo movimento das famílias vitimadas na BR-381, pois também teve toda a sua família vitimada ali, cumprimentou e parabenizou a presidenta Dilma por essa obra, que já teve o seu início.

Mas há aqueles que não querem ver ou não sabem reconhecer o sucesso dessa iniciativa e propagam estado afora o espírito da dúvida, da incerteza e da insegurança, torcendo pelo “quanto pior, melhor”. Não há que falar em enrolação, pois essa obra é uma realidade, deputado Cabo Júlio. É uma realidade, doa a quem doer e ainda que provoque, como é natural, aqueles que tiveram a oportunidade de realizá-la ao longo desses 30 anos, mas não a fizeram. Temos de ser coerentes e dizer que, nesse período, nem o governo do PSDB nem o Lula fizeram essa obra. Mas a presidenta Dilma é diferente e está fazendo, para desespero daqueles que querem que seu governo naufrague e não querem que ela invista em Minas Gerais como tem feito. Essa é uma obra de R\$2.500.000.000,00 e já foi iniciada. Assim, a crítica que está sendo veiculada na TV por um partido que quer desmentir o que ela está fazendo não procede. Portanto, precisamos desmentir a propaganda enganosa desse partido, que, aliás, teve um de seus membros ocupando um dos cargos principais da diretoria do Dnit naquela ocasião. Ou seja, o partido que critica é o mesmo que teve em seus quadros um membro que poderia ter feito muita coisa pelas rodovias de Minas, mas não o fez. Então, a obra da BR-381, que eles alegam que é uma mentira, um engano, está tendo o seu início.

Quanto ao metrô de Belo Horizonte, está muito claro que, para o governo federal realizar o grande sonho dos belo-horizontinos, é preciso haver a participação do governo do Estado. Sem isso, não será possível darmos início a essa grande obra, sonhada pelos belo-horizontinos e pelos que vivem na Região Metropolitana de Belo Horizonte.

Quanto ao anel rodoviário, quero lembrar que o governo federal já destinou R\$8.000.000.000,00 para investimentos nos anéis rodoviários por todo o Brasil. O Anel Rodoviário do Rio de Janeiro e o Rodoanel de São Paulo já se encontram prontos, com obras e investimentos do governo federal. O recurso para o início das obras do Anel Rodoviário de Belo Horizonte já está garantido, mas, naturalmente, é necessário que o governo do Estado faça a sua parte. E o fará, pois, segundo disseram, ainda neste mês entregará os projetos que permitirão avançarmos nessa obra do Anel Rodoviário, também tão sonhada e tão importante para a Região Metropolitana de Belo Horizonte.

Entregarão ainda este mês o projeto que permitirá fazermos essa obra do anel rodoviário.

Para informar aos amigos que acompanham nossos trabalhos nesta tarde, a BR-381 tem esse aporte de R\$2.500.000.000,00, são mais de 300km de intervenção, de duplicação. E nesse percurso, nesse itinerário, haverá extensão com a construção de nove pistas, a restauração da atual, a duplicação, cinco túneis estão previstos, 34 pontes, 66 viadutos, 31 passarelas de segurança para os pedestres e 150 paradas de ônibus. Ou seja, tudo está sendo pensado para fazer aquilo que for melhor, preocupando-se, naturalmente, com Minas e com os mineiros.



O deputado Cabo Júlio (em aparte)* - Deputado Carlos Henrique, vou ser breve. V. Exa. está apresentando a realidade das nossas estradas, que muitos que passaram não fizeram.

Hoje a Comissão de Segurança Pública se reuniu com o secretário Rômulo Ferraz, com representante da Polícia Militar, da Polícia Civil, da Defensoria Pública, do Judiciário, e descobri uma coisa que me alarmou: estamos há pouco mais de 30 dias da Copa e a PMMG não dispõe de equipamentos de proteção individual - EPI - para os militares que vão trabalhar no evento. Estamos aguardando chegar dinheiro da União para isso, para a compra desses equipamentos. Mas tudo bem, isso é uma realidade.

Porém, o que me deixa muito assustado, deputado, e aqui faço na forma de denúncia, e vamos orientar todos os nossos policiais. Está nas minhas mãos um documento da Polícia Militar: "Cartilha 07 da Diretoria de Apoio Logístico - DAL". Um cidadão irresponsável escreveu o seguinte: "Os militares"... Todo colete à prova de bala tem data de validade. Passada essa data de validade, o próprio fabricante não garante que, uma vez baleado, o policial baleado será protegido pelo colete. Então, o colete à prova de bala é para proteger um policial se porventura for baleado. O colete tem prazo de validade regulado pelo Exército. A DAL, a Polícia Militar, o governo do Estado de Minas Gerais baixou uma norma dizendo aos policiais desconsiderarem o prazo de validade dado pelo fabricante. Ou seja, não fomos competentes para comprar, não temos dinheiro para comprar, não temos para substituir, desconsiderem. Portanto, estamos orientando os policiais...

O deputado Carlos Henrique* - Diferentemente de Rio e São Paulo, que já está toda a polícia...

O deputado Cabo Júlio (em aparte)* - A orientação que vamos dar aos policiais é: não saiam para a rua com colete vencido, é uma ordem manifestamente ilegal. Se quiserem te prender por causa disso, chame os advogados das nossas entidades, porque é ordem ilegal. E o irresponsável que cria uma norma dessa não vai para a rua, porque ele não corre o risco de ser baleado.

Então, é uma denúncia que fazemos da irresponsabilidade de parte do comando da polícia, de uma norma irresponsável e ilegal, deputado. Muito obrigado a V. Exa.

O deputado Pompílio Canavez (em aparte) - Deputado Carlos Henrique, quero cumprimentá-lo pelo pronunciamento. Estive lá ontem, com V. Exa., e também estavam presentes o deputado Celinho do Sinttrocel, que fez uso da palavra aqui, a deputada Rosângela Reis, o deputado Durval Ângelo. Foi realmente muito importante e emocionante a ordem de serviço que a presidenta assinou em Ipatinga. Morei em Ipatinga, trabalhei na Usiminas durante cinco anos e vivi o terror que é viajar nessa rodovia, realmente muito perigosa. E agora, com o número de veículos, de caminhões trafegando na BR-381, sem dúvida o perigo aumentou sobremaneira. Então, realmente, a presidenta está realizando um sonho de todos os mineiros que moram na região.

Morei lá, tenho ainda muitos amigos lá. Ontem tive oportunidade de conversar com muitos deles, e todos estavam muito felizes. Eles diziam que realmente agora as máquinas estão na rodovia, que as obras vão começar, a partir de Governador Valadares. Aliás, é um detalhe que tem sido muito falado, de que não estará incluído Governador Valadares, mas está, sim.

A duplicação começa em Governador Valadares e virá até Belo Horizonte. Como V. Exa. bem disse, essa duplicação é uma obra fantástica, até muito cara, que tem uma complexidade muito grande, e finalmente está começando.

Fiquei muito feliz em estar ontem com a presidenta Dilma; com o nosso ex-ministro Fernando Pimentel, que esteve conosco e pôde acompanhar a assinatura da ordem de serviço; e com todos da cidade. A prefeita Cecília e o nosso amigo Chico Ferramenta, ex-prefeito, estavam lá também. Quero me unir a V. Exa. para, mais uma vez, parabenizar a presidenta Dilma, que inclusive disse que o Anel Rodoviário de Belo Horizonte ainda não saiu porque não existe projeto, que chegou a conseguir um recurso quando era ministra, mas que o governo do Estado não deu conta de elaborar o projeto. Por isso o Rio de Janeiro e São Paulo já têm anel rodoviário, e Belo Horizonte ainda não tem. É mais falta de projeto do que de vontade política da presidenta da República. Aliás, a presidenta Dilma falou muito e muito bem sobre a mobilidade urbana, que é uma de suas grandes preocupações.

Era isso. Muito obrigado e parabéns pelo pronunciamento.

O deputado Carlos Henrique* - Obrigado, deputado Pompílio Canavez. V. Exa. também tem sido grande lutador e defensor dos direitos das pessoas e da cidadania.

Quero falar da alegria dos mineiros, principalmente dos que fazem esse percurso da BR-381, que liga Minas a diversos estados, como o Espírito Santo e o Sul da Bahia. É motivo de muita alegria, e temos que comemorar. Compreendemos naturalmente a turma do quanto pior melhor, porque tiveram a oportunidade de fazer e não o fizeram. Pudemos ver uma presidenta tão preocupada com a população brasileira vir a Minas anunciar essa grande e importante obra e as obras futuras, que naturalmente e lamentavelmente dependem ainda da compreensão e da competência do governo do Estado, que são o Anel Rodoviário e o metrô de Belo Horizonte.

Portanto, Minas e os mineiros, presidenta Dilma, saberão naturalmente ser gratos à senhora e reconhecer todo o esforço que tem feito por Minas e pelos mineiros. Que Deus abençoe todos nós. Muito obrigado pela oportunidade.

O deputado Pompílio Canavez - Boa tarde a todos que nos assistem das galerias e pela TV Assembleia, e também a quem nos ouve por meio da Rádio Assembleia; boa tarde, deputado Ivair Nogueira, presidente.

Sras. Deputadas e Srs. Deputados, agora há pouco fiz um aparte ao pronunciamento do deputado Carlos Henrique falando sobre a assinatura da ordem de serviço para a duplicação da BR-381. A cerimônia foi realizada na cidade de Ipatinga, ontem, à tarde. Estiveram presentes vários deputados da Assembleia - Carlos Henrique, Durval Ângelo, Rosângela Reis, Celinho do Sinttrocel, eu -, assim como vários deputados federais e muitos prefeitos da região do Vale do Aço que estão sendo beneficiados com o início dessa obra importantíssima.

Como disse, durante cinco anos morei em Ipatinga e também fui usuário da Rodovia 381. Era um verdadeiro transtorno e um perigo muito grande. Viajava transportando a minha família. Realmente tínhamos medo quando viajávamos na BR-381. De lá para cá, é claro que só piorou. No entanto, agora, com o início das obras... Ontem a presidenta assinou a ordem de serviço. Então é o final do processo de licitação. Os projetos estão prontos, e as licitações já foram efetuadas. Portanto agora é o início da obra, efetivamente, que começará na cidade de Governador Valadares e chegará até Belo Horizonte. Realmente demorou muitas décadas para essa duplicação ser realizada.



Ontem, contrariando a oposição, que, nos programas de rádio e jornais, apostava e até torcia contra a realização dessa obra, a presidenta Dilma, num gesto democrático com os prefeitos de vários partidos e não só do PT, que estavam lá acompanhando emocionados a assinatura da ordem de serviço, deu uma verdadeira aula de gestão. Aliás, ela disse o que já foi relatado pelo deputado Carlos Henrique, ou seja, que a questão do Anel Rodoviário de Belo Horizonte ainda não saiu porque infelizmente o nosso Brasil, depois de anos e anos de submissão aos organismos internacionais e ao FMI, desaprendeu de fazer projetos. Então, quando chegou o recurso, não havia projetos. Ela mesma, quando foi ministra da Casa Civil, esteve aqui e pôs à disposição recurso, mas infelizmente o governo do Estado não conseguiu elaborar os projetos necessários para o Anel Rodoviário. Agora vivemos esse verdadeiro caos no trânsito da capital, especialmente de veículos que não deveriam passar por dentro de Belo Horizonte, mas que passam, por falta de um anel rodoviário que dê suporte e onde caiba todo esse trânsito enorme da nossa capital.

Devemos nos lembrar de que Minas Gerais, como bem recordou a presidente, é abraçada pelo Brasil.

Minas está em uma localização geográfica estratégica, é porta de entrada para quem vem do Norte e Nordeste para o Sul e Sudeste e para quem vem do Sul e Sudeste para o Norte, Nordeste e Centro-Oeste. Esse pessoal tem de passar por Minas Gerais; tem de passar muitas vezes pela região central, pela nossa capital. Portanto, o Anel Rodoviário, sem dúvida, é fundamental para retirar do centro da capital os veículos que não precisariam passar por aqui. Então é preciso elaborar projetos. Tem de haver projetos, isso é importante. Fui prefeito também e sei bem o que isso significa. Às vezes, a comunidade tem um sonho antigo, quer resolver um problema de infraestrutura grave, mas, quando vai procurar, os projetos não existem. O que acontece, por exemplo, com o Anel Rodoviário é isto, não há projetos, ainda não foram feitos.

Mas no caso da BR-381 não é assim. Ontem, o ministro César Borges, o Geraldo Praxes, diretor-geral do Dnit, a prefeita Cecília Ferramenta, seu esposo Chico Ferramenta, nosso grande companheiro e ex-prefeito de Ipatinga, seu filho, Fred, a Elisa, prefeita de Governador Valadares, a Rosângela, prefeita de Coronel Fabriciano, o Chico Simões, ex-deputado e ex-prefeito de Fabriciano, e muita gente do povo, nós todos pudemos acompanhar emocionados o pronunciamento da presidenta Dilma, que deu uma verdadeira aula de gestão. Ela realmente é referência em gestão, para todo o Brasil, em administração, em governo e responsabilidade. A presidenta é responsável. Ela foi dar a ordem de serviço, porque está pronto, pode começar, aliás já começaram as obras de duplicação da BR-381, que, com certeza, vão resolver problemas graves de tráfego e de segurança.

Ontem, o relato de um pai, da região, que perdeu toda a família num acidente, há vinte e poucos anos, na BR-381, ilustrou bem o que todos sabem, que essa estrada é complicada, perigosa, que realmente precisa de duplicação. A presidenta falou de detalhes da obra, demonstrando o quanto ela conhece. É uma estrada tão complexa, em que se tem 200m de altitude em relação ao nível do mar, em Valadares, e 1.100m, em Nova Era. Há diferenças que vão obrigar a ter projetos de engenharia muito complexos e obras muito difíceis de ser executadas. Claro, não será uma obra rápida. Todos compreendem que, para ficar bom, seguro, dotar a região, especialmente o Vale do Aço, de uma via segura, uma via que o Vale do Aço merece, vai levar algum tempo e trará algum desconforto. Porém, esse desconforto será muito bem absorvido, muito bem tolerado por todos que moram no Vale do Aço e sabem da importância de se ter uma rodovia por cuja duplicação, há décadas, o povo luta.

Quero também, Sr. Presidente, aproveitar a minha fala para falar da audiência pública que a Comissão Extraordinária das Águas realizou, em Muriaé, na última quarta-feira.

Fomos falar sobre a transposição das águas do Rio Paraíba do Sul, pretendida pelo governador de São Paulo, Geraldo Alckmin, para enfrentar os problemas de gestão das águas na cidade, porque a falta de água do Sistema Cantareira, a falta de água para o abastecimento da cidade de São Paulo é um problema sério de gestão que agora o governador tenta resolver pelo lado que considera mais rápido, mas que não é o melhor. Aliás, numa escala de prioridades para resolver o problema da Cantareira, a transposição das águas do Rio Paraíba do Sul em São Paulo está em sétimo lugar.

O que o governo de São Paulo pretende fazer inicialmente, ou seja, a transposição de água de 5m³/s, seria suficiente para abastecer uma cidade de mais de 2.100.000 habitantes, portanto uma grande cidade. Se essa transposição for feita agora, se for autorizada pela Agência Nacional de Águas - ANA -, complicará muito a situação da Bacia do Rio Paraíba do Sul em Minas Gerais e especialmente no Rio de Janeiro, que é abastecido quase que completamente pelas águas do Rio Paraíba do Sul. Por quê? Por que, nesse momento, em razão da longa estiagem, a bacia está com pouca água e, se a quantidade das águas diminuir com a transposição das águas em São Paulo, é claro que a qualidade da água vai piorar muito, porque a quantidade de esgoto só aumenta.

A preocupação do povo de Muriaé - aliás quero aproveitar para agradecer a todos que estiveram na audiência pública na quarta-feira passada - são as consequências disso. Alguém pode até perguntar: se Minas é contribuinte da bacia, a transposição das águas em São Paulo não afetará este estado, como afetará o Rio de Janeiro, que usa essas águas para abastecimento da cidade? Respondo que afetará, sim, porque tudo que é feito na bacia traz consequências para a bacia inteira. O que se teme na região de Muriaé e em toda a Zona da Mata, se a transposição das águas do Rio Paraíba do Sul for autorizada, são as consequências, como a diminuição do uso das águas da Bacia do Rio Paraíba do Sul para a agricultura e o abastecimento. Para se ter ideia, cada metro cúbico por segundo corresponde à geração de 5MHz de energia elétrica nas inúmeras PCHs das centrais hidrelétricas do Rio Paraíba do Sul. Então, 5m³/s pretendidos pelo governo do Estado de São Paulo significam deixar de gerar 25MHz de energia elétrica neste momento em que se tem extrema dificuldade na geração de energia elétrica.

Então, mais uma vez, quero agradecer ao povo de Muriaé, que esteve presente, e dizer que no dia 20 de maio estarei na cidade do Rio de Janeiro para propor um pacto tanto ao Estado de São Paulo, onde o rio nasce, quanto a Minas Gerais, onde o rio passa e faz divisa entre o nosso estado e o Rio de Janeiro. Espero que juntos consigamos firmar com o Rio de Janeiro, onde o rio deságua, um pacto pela Bacia do Rio Paraíba do Sul e definitivamente não concordar com a transposição das águas, pois trará prejuízos a todos.

O deputado Rogério Correia (em aparte) - Deputado Pompílio Canavez, quero parabenizar V. Exa. pela abordagem dos temas. V. Exa. iniciou seu pronunciamento parabenizando a presidenta Dilma pelos investimentos anunciados ontem aqui em Minas Gerais, os da BR-381, do Anel Rodoviário e do metrô, pois isso vem em uma hora fundamental para o Estado de Minas Gerais.



Do ponto de vista financeiro, o quadro do Estado de Minas Gerais é caótico. Como já vínhamos dizendo, hoje Minas Gerais é um estado quebrado, um estado com um déficit orçamentário, um déficit nominal e um déficit primário. Foi isso que o governo tucano conseguiu nesse tempo que governou Minas Gerais. Para V. Exa. ter ideia, o déficit orçamentário em 2013, ano passado, foi de R\$948.000.000,00. Esse déficit orçamentário não ocorria desde 2004. Vejam a situação que o estado está do ponto de vista de déficit orçamentário anual.

O deputado Pompílio Canavez - É o choque, não é?

O deputado Rogério Correia (em aparte) - É o choque de gestão. Se levarmos em consideração a dívida contratada, esse déficit pula para R\$6.800.000.000,00. No caso do déficit nominal, que é o que mais interessa, o Estado atingiu R\$9.000.000.000,00, explicando o crescimento mais acelerado do estoque da dívida.

Ou seja, Minas Gerais se encontra numa situação em que o Estado não tem mais capacidade de investimento nem de aplicação de custeio nas áreas essenciais de segurança pública, educação e saúde, tanto que precisou assinar um TAG para descumprir a Constituição do Estado de Minas Gerais.

O que isso tem a ver com o início da fala de V. Exa.? Fico impressionado como o governo de Minas pode apostar no quanto pior, melhor, ao invés de buscar junto ao governo federal aquilo que alavanque o crescimento de Minas, que são as obras do PAC, o Pronatec, os investimentos do governo federal.

Já concluo. Mas o governo do Estado procura rechaçar esses investimentos criando em Minas Gerais o que chamo de cerca neoliberal, onde o investimento também é proibido de entrar, para tentar um discurso falacioso de que não há investimento em Minas por parte do governo federal.

Portanto, a presidenta Dilma - e termino parabenizando S. Exa. -, sabendo disso, mais uma vez investe em Minas Gerais e socorre o seu Estado de origem. A duplicação da BR-381, o Anel Rodoviário, o Pronatec, as obras anunciadas são o oxigênio para Minas Gerais. V. Exa. tem razão, devemos agradecer o esforço da presidenta Dilma e, infelizmente, criticar os que torcem para Minas Gerais dar errado, que não querem permitir um investimento real no Estado. Obrigado.

O deputado Pompílio Canavez - Para encerrar, ontem a presidenta Dilma fez questão o tempo todo de enaltecer o Estado e dizer que é mineira, que quer ver o nosso estado bem. Portanto, concordo com o deputado Rogério Correia quando diz que é hora de parar de torcer contra Minas Gerais. Deixem a presidenta Dilma trabalhar. E ela tem investido muito em Minas. Obrigado.

O deputado André Quintão* - Obrigado, Sr. Presidente. Deputados, deputadas, telespectadores, servidores e servidoras do Tribunal de Justiça que acompanham os trabalhos da Assembleia. Antes de entrar no assunto que nos traz à tribuna, aproveitando a presença dos trabalhadores do Judiciário de Minas Gerais, gostaria de solicitar ao nosso amigo deputado Gustavo Corrêa e a todos os membros da Comissão de Administração Pública que apreciássemos o mais breve possível o Projeto de Lei nº 5.133, que trata da revisão anual dos vencimentos dos servidores do Judiciário.

Esse projeto já foi analisado na Comissão de Justiça, onde teve nosso voto favorável, e seria importante agilizarmos a sua tramitação. Em nome do Bloco Minas sem Censura, solicitamos agilizar esse projeto nas comissões.

Aproveitando também a presença dos servidores do Judiciário, gostaria de fazer um convite particularmente às colegas de profissão, assistentes sociais, e psicólogos do Judiciário. Na próxima sexta-feira, às 14 horas, na Comissão de Participação Popular, a pedido do Núcleo de Assistentes Sociais do Judiciário, realizaremos um importante debate sobre o depoimento sem dano.

Temos uma luta aqui na Assembleia que redundou na apresentação de uma emenda à Lei Orgânica do Judiciário, em 2008, que prevê a instalação de vara especializada para julgar crimes cometidos contra crianças e adolescentes. Essa foi uma reivindicação antiga do movimento em prol da criança e do adolescente. Felizmente, conseguimos incluí-la na Lei de Organização do Judiciário. É impressionante o número de casos que estão tramitando e que dizem respeito à violação de direitos da criança e do adolescente, nesse particular, exploração, abuso e violência sexual, fazendo com que o abusador, o explorador conviva com essa criança e com esse jovem. Por isso é importante a implantação da vara especializada.

No processo de implantação da vara especializada, em curso, deverá haver um trabalho conjunto da Assembleia, do Ministério Público e do Tribunal de Justiça, através da Coordenadoria da Infância e da Juventude do Ministério Público e do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Belo Horizonte. A metodologia de funcionamento dessa vara especializada tem gerado debates. Queremos aprofundar esse debate com os técnicos, profissionais da área, psicólogos e assistentes sociais do Judiciário e do Ministério Público, contando com a presença de especialistas, porque queremos que a vara especializada seja instalada com uma metodologia que preserve o exercício profissional, que proteja a criança, sem revitimizá-la. Esse é um debate importante. Queria pedir aos servidores do Judiciário que reiterassem o convite aos assistentes sociais e psicólogos do tribunal. Faremos uma reunião na próxima sexta-feira, às 14 horas, no auditório da Assembleia.

Aproveito para parabenizar os assistentes sociais de todo o Estado de Minas Gerais, cujo número aproximado é 20 mil. Dia 15 de maio é o Dia Nacional do Assistente Social, categoria à qual tenho muito orgulho de me integrar. Nessa data, estaremos cobrando desta Casa algumas reivindicações pertinentes não só à categoria dos assistentes sociais, mas também ao seu exercício profissional, que repercute na oferta de serviços públicos e das políticas públicas, particularmente da assistência social para o cidadão mineiro.

Temos uma legislação federal que estabelece a jornada de 30 horas para os assistentes sociais. Muitos municípios ainda não cumprem essa jornada. No Estado de Minas Gerais, alguns órgãos cumprem essa jornada, outros, não. Temos mobilizado a categoria, inclusive no sentido de fazer com que essa legislação seja respeitada. Temos um concurso realizado pela Sedese. Cobramos do secretário de Estado, Dr. Eduardo Bernis, com quem dialogamos, para que o Estado faça a provocação desses profissionais para fortalecer a política pública de assistência social. Estamos estimulando os municípios a realizar concursos públicos para formar suas equipes de psicólogos e assistentes sociais no âmbito do Sistema Único da Assistência Social, sem precarização, sem qualquer tipo de contratação por modalidade indigna, como, por exemplo, pelo pregão eletrônico. Entendemos que a valorização dos assistentes sociais e psicólogos do Suas é muito importante para uma política pública de qualidade.



Transmito nossos cumprimentos a cada assistente social do Estado de Minas Gerais e ao presidente Leonardo David, do nosso Conselho Regional de Serviço Social.

Também queria aproveitar o espaço da tribuna para dizer que amanhã, às 16 horas, teremos uma grande mobilização dos assistentes sociais de Belo Horizonte vinculados à Prefeitura de Belo Horizonte, pelo cumprimento da jornada de trabalho de 30 horas, além das reivindicações gerais da luta dos trabalhadores da prefeitura. Eu, que sou assistente social concursado da Prefeitura de Belo Horizonte, associo-me à luta desses trabalhadores. A concentração será a partir das 15 horas, na porta do prédio principal da prefeitura. Estaremos nas ruas para exigir também melhores condições de trabalho em Belo Horizonte.

E, nessa mesma linha, também queria cumprimentar os deputados Rogério Correia e Paulo Lamac pela realização de uma importante audiência pública hoje que tratou da greve dos trabalhadores da Copanor. Sr. Presidente, desde o dia 26 de março, os trabalhadores da Copanor estão em greve. Ela é uma subsidiária da Copasa que presta serviços de saneamento nas regiões Norte e Nordeste de Minas Gerais, particularmente os Vales do Jequitinhonha, Mucuri, São Mateus e Norte de Minas. Deputado Gustavo Valadares, mais de 90% dos trabalhadores da Copanor recebem menos de R\$750,00. Pasmem, Srs. Deputados, porque o auxílio-alimentação dos trabalhadores da Copasa aqui, da sede, é maior que o salário de 90% dos trabalhadores da Copanor, que realizam esse serviço no Norte, Jequitinhonha, Mucuri e São Mateus.

Na verdade, não queremos rebaixar o auxílio-alimentação aqui de Belo Horizonte. Pelo contrário, ele é fruto de uma conquista dos trabalhadores da Copasa. O que não queremos é que esse grande contingente de trabalhadores da Copanor não seja atendido em suas modestas reivindicações. Eles estão reivindicando um piso de R\$1.100,00, e a Copanor está oferecendo 5,5%. O que seriam 5,5% para um salário de R\$750,00? Eles estão reivindicando condições de trabalho, transporte e condições de prestar um serviço de qualidade para essa população tão sofrida do Norte, do Jequitinhonha e do Mucuri.

Tenho acompanhado há anos as debilidades na prestação dos serviços de saneamento pela Copanor. Queria dizer que, ao discriminar, não valorizar esse trabalhador da Copanor, promover salários ínfimos, inexpressivos, gerando e fomentando uma alta rotatividade, você desestimula esse trabalhador e prejudica aquele cidadão na ponta, que precisa de um serviço de qualidade. Estamos falando aqui de uma região que precisa, cada vez mais, de uma política integrada na gestão dos recursos hídricos.

Mencionei aqui, deputado Paulo Lamac, nossa audiência promovida hoje por V. Exa., deputado Rogério Correia, e com a presença do deputado Tadeu Martins Leite. Queremos que as negociações sejam reabertas. Queremos uma negociação fraterna da direção da Copanor. Queremos que essa questão das condições de trabalho seja verificada. Estamos falando aqui em levar água para quem não tem água para beber, água para consumo humano. Estamos falando aqui em locais que o cidadão, às vezes, está pagando pela coleta e tratamento do esgoto, mas que o esgoto está sendo jogado *in natura* em cursos de água que já são precários, estão em condições precárias de impacto na saúde desses seres humanos.

Portanto aprovamos vários requerimentos. Aliás, reitero aqui ao nosso governador, o ex-deputado Alberto Pinto Coelho, que interceda junto à Copasa e à Copanor no sentido de retomar essas negociações. Desde o dia 26 de março, esses trabalhadores estão em greve. Repito: mais de 90% desses trabalhadores estão com salário abaixo de R\$750,00. Fica aqui a nossa denúncia dessa situação, de não promover as condições dignas de valorização desse trabalhador e de funcionamento da Copanor. Acaba que quem sai mais prejudicado é aquele morador do Mucuri, do São Mateus, do Jequitinhonha e do Norte de Minas.

Fica aqui a nossa palavra de apelo para que o governo reabra as negociações com os trabalhadores da Copanor. Que possamos também na Comissão de Administração aprovar o Projeto de Lei nº 5.133, da revisão anual, da data base, para trazermos o mais rapidamente possível esse projeto a Plenário. Muito obrigado, presidente Ivair Nogueira.

* - Sem revisão do orador.



MATÉRIA ADMINISTRATIVA

ATOS DA MESA DA ASSEMBLEIA

Na data de 15/5/2014, o Sr. Presidente, nos termos do inciso VI, do art. 79, da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, e nos termos das Resoluções nºs 5.100, de 29/6/91, 5.179, de 23/12/97, e 5.203, de 19/3/02, c/c a Deliberação da Mesa nº 2.541, de 6/8/2012, assinou os seguintes atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo do Quadro de Pessoal desta Secretaria:

Gabinete do Deputado Gil Pereira

exonerando, a partir de 19/5/2014, Emanuela Fabiana Silva Andrade do cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão VL-16, 4 horas.

Gabinete da Deputada Liza Prado

exonerando, a partir de 19/5/2014, Taís Sales dos Santos do cargo de Atendente de Gabinete II, padrão VL-23, 4 horas;
nomeando Isabel Cristina da Silva para o cargo de Atendente de Gabinete II, padrão VL-23, 4 horas.

Gabinete do Deputado Marques Abreu

exonerando, a partir de 19/5/2014, Keven Alan Gomes da Silva do cargo de Agente de Serviços de Gabinete I, padrão VL-18, 4 horas;

exonerando, a partir de 19/5/2014, Tálisson Dierre da Silva Fialis do cargo de Agente de Serviços de Gabinete I, padrão VL-18, 4 horas;

nomeando Francielle Antunes Silva para o cargo de Atendente de Gabinete, padrão VL-21, 8 horas;

nomeando Keven Alan Gomes da Silva para o cargo de Atendente de Gabinete II, padrão VL-23, 4 horas;

nomeando Tálisson Dierre da Silva Fialis para o cargo de Atendente de Gabinete II, padrão VL-23, 4 horas.



Gabinete do Deputado Paulo Guedes

exonerando, a partir de 19/5/2014, João Batista Pereira do cargo de Técnico Executivo de Gabinete II, padrão VL-56, 8 horas;
exonerando, a partir de 19/5/2014, Juliana Veríssimo Pacheco do cargo de Técnico Executivo de Gabinete, padrão VL-55, 8 horas;
nomeando João Batista Pereira para o cargo de Técnico Executivo de Gabinete, padrão VL-55, 8 horas;
nomeando Juliana Veríssimo Pacheco para o cargo de Assistente Técnico de Gabinete II, padrão VL-47, 8 horas;
nomeando Teanyne Lopes Viana Gonzaga para o cargo de Secretário de Gabinete II, padrão VL-36, 8 horas.

Nos termos das Resoluções n°s 5.100, de 29/6/91, 5.130, de 4/5/93, 5.179, de 23/12/97, e 5.305, de 22/6/07, c/c as Deliberações da Mesa n°s 867, de 13/5/93, e 2.541, de 6/8/2012, assinou os seguintes atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo do Quadro de Pessoal desta Secretaria:

nomeando Emanuela Fabiana Silva Andrade para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão VL-16, 8 horas, com exercício no Gabinete da Liderança do Governo;

nomeando Honório de Oliveira para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão VL-16, 8 horas, com exercício no Gabinete da Liderança do Governo;

nomeando Wolney Batista Ferreira Machado para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão VL-16, 8 horas, com exercício no Gabinete da Liderança do Bloco Avança Minas.

TERMO DE ADITAMENTO - ADT 32/2014

Contratante: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratada: Mapfre Vera Cruz S.A. Objeto: contratação de seguro total para veículos automotores. Objeto do aditamento: 4ª prorrogação. Vigência: 25/5/2014 a 24/6/2015. Dotação orçamentária: 1011-01-122.701-2009-3.3.90-10.1.



ERRATAS

ATA DA 31ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 29/4/2014

Na publicação da matéria em epígrafe, na edição de 1º/5/2014, na pág. 4, sob o título “OFÍCIOS”, no resumo dos ofícios do Sr. José Maria Marin, onde se lê:

“da Comissão da Pessoa com Deficiência”, leia-se:

“da deputada Liza Prado”.

ATA DA 35ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 8/5/2014

Na publicação da matéria em epígrafe, na edição de 10/5/2014, na pág. 2, sob o título “OFÍCIOS”, no resumo do ofício de D. Walmor Oliveira de Azevedo, onde se lê:

“da Comissão da Pessoa com Deficiência”, leia-se:

“da deputada Liza Prado”.